



MARX ATUAL

**Textos sobre a vigência do marxismo
e a luta socialista na contemporaneidade**

**Sandra M. M. Siqueira
Francisco Pereira**



Sandra M. M. Siqueira

Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia
(FACED/UFBA)

Membro do Laboratório de Estudos e Pesquisas do Marxismo (LeMarx)

Francisco Pereira

Professor de Direito, membro do do Laboratório de Estudos e Pesquisas do
Marxismo (LeMarx)

MARX ATUAL

**Textos sobre a vigência do marxismo e a luta socialista na
contemporaneidade**

LeMarx

Salvador-BA, 2010.

**SIQUEIRA, Sandra M. M. e
PEREIRA, Francisco. *Marx
Atual: textos sobre a vigência do
marxismo e a luta socialista na
contemporaneidade.* Salvador-
BA: Lemarx, 2010.**

Dedicatória

Ao proletariado e demais trabalhadores, aos camponeses, à juventude e à militância marxista que, na luta por melhores condições de vida e trabalho, combatem cotidianamente o capital.

Aos nossos queridos filhos, Victor Marinho e Hanna Lara, pelo carinho e pela paciência nos momentos mais difíceis.

Aos nossos pais e irmãos.

A Júlio César (*in memoriam*) que, ao partir, deixou um vazio em nossas vidas, uma ausência insubstituível.

Siglas

AIT - Associação Internacional dos Trabalhadores
ALN - Aliança Libertadora Nacional
ANEL - Assembleia Nacional dos Estudantes Livre
AP - Ação Popular
APS - Ação Popular Socialista
ANL - Aliança Nacional Libertadora
Arena - Aliança Renovadora Nacional
CC - Comitê Central
CERQUI - Comitê de Enlace pela Reconstrução da Quarta Internacional
CGT - Confederação Geral dos Trabalhadores (França)
CGT - Comando Geral dos Trabalhadores
CNB - Construindo um Novo Brasil
CNOP - Comissão Nacional de Organização Provisória
CO - Causa Operária
Conlutas - Coordenação Nacional de Lutas
Conlute - Coordenação Nacional de Luta dos Estudantes
CS - Convergência Socialista
CSP/Conlutas - Central Sindical Popular
CTB - Central dos Trabalhadores do Brasil
CUT - Central Única dos Trabalhadores
DS - Democracia Socialista
EUA - Estados Unidos da América
FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FDLN - Frente Democrática de Libertação Nacional
FMI - Fundo Monetário Internacional
IFES - Instituições Federais de Ensino Superior
LCI - Liga Comunista Internacionalista
LIT - Liga Internacional dos Trabalhadores
MDB - Movimento Democrático Brasileiro
MES - Movimento Esquerda Socialista
MNR - Movimento Nacionalista Revolucionário
MR-8 - Movimento Revolucionário 8 de Outubro
MRT - Movimento Revolucionário Tiradentes
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTL - Movimento Terra, Trabalho e Liberdade
OMC - Organização Mundial do Comércio
ONU - Organização das Nações Unidas
ORM - Polop - Organização Revolucionária Marxista/Política Operária
OSI - Organização Socialista Internacionalista
OT - Corrente O Trabalho
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
PCB - Partido Comunista Brasileiro
PCBR - Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PCdoB - Partido Comunista do Brasil
PCdoB - AV - Partido Comunista do Brasil - Ala Vermelha
PCE - Partido Comunista Espanhol
PCF - Partido Comunista Francês
PCI - Partido Comunista Italiano
PCO - Partido da Causa Operária
PCR - Partido Comunista Revolucionário
PCs - Partidos Comunistas
PCUS - Partido Comunista da União Soviética
POC - Partido Operário Comunista
POL - Partido Operário Leninista
POR/Brasil - Partido Operário Revolucionário
POR/Bolívia - Partido Operário Revolucionário Boliviano
PORT - Partido Operário Revolucionário Trotskista
POSDR - Partido Operário Social-Democrata Russo
PRT - Partido Revolucionário dos Trabalhadores
PSOL - Partido Socialismo e Liberdade
PSR - Partido Socialista Revolucionário
PSTU - Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT - Partido dos Trabalhadores
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro
SPD - Partido Social-Democrata Alemão
SWP - Partido Socialista dos Trabalhadores americano, Socialist Workers Party
SU - Secretariado Unificado
TPOR - Tendência pelo Partido Operário Revolucionário
UDN - União Democrática Nacional
UGT - União Geral dos Trabalhadores
UNE - União Nacional dos Estudantes
URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USP - Universidade de São Paulo
VPR - Vanguarda Popular revolucionária

Proletários de todos os países uni-vos! (Marx e Engels, Manifesto Comunista)

*Sem teoria revolucionária não há movimento revolucionário (Lênin, Que
fazer?)*

*A vida é bela, que as gerações futuras a limpem de todo o mal, de toda
opressão,
de toda violência e possam gozá-la plenamente (Trotsky, Testamento)*

Sumário

Introdução

Capítulo I

Atualidade e caráter da teoria marxista

Capítulo II

Marx: homem de ciência e revolucionário

Capítulo III

O marxismo como referencial teórico-metodológico

Capítulo IV

A concepção materialista da história

Capítulo V

A crítica da sociedade burguesa

Capítulo VI

Condições materiais, luta de classes e socialismo

Capítulo VII

O desenvolvimento e a influência do marxismo

Capítulo VIII

Marxismo e lutas sociais no Brasil

Capítulo IX

O marxismo no século XXI

Considerações Finais

Referências

Introdução

Não há estrada real para a ciência, e só têm probabilidade de chegar a seus cimos luminosos, aqueles que enfrentam a canseira para galgá-los por veredas abruptas (Marx, *O Capital*).

A crise capitalista, que se desenvolve em âmbito mundial, mostrou claramente a necessidade de retomar com toda a força o estudo crítico sobre a origem, desenvolvimento, contradições e decadência da sociedade capitalista e o estágio atual da luta de classes nacional e internacional. O avanço das tendências de barbárie social no mundo todo, cujos sintomas mais claros são a intervenção bélica das potências capitalistas em diversos continentes e países, o desemprego crônico mundial, as formas precárias de trabalho, a fome, a miséria social e a destruição da natureza torna ainda mais premente o desafio de compreender a história contemporânea, bem como as tarefas da luta organizada dos trabalhadores e demais explorados em defesa de suas reivindicações elementares (emprego, salário, educação, saúde, moradia, terra) contra a ânsia de lucro do capital.

Não se trata, porém, de um estudo de caráter puramente acadêmico, desvinculado de um compromisso teórico-político, abstraído da luta concreta dos movimentos sociais e de suas organizações político-partidárias ou alheio às contradições da sociedade em que vivemos. Não falamos desse tipo de pesquisa, muito comum, aliás, no espaço universitário. Quando destacamos a urgência de voltarmos os olhos para as contradições econômicas, sociais, políticas e culturais do mundo hodierno, temos em vista uma análise que seja, antes de tudo, comprometida com a compreensão da história da humanidade, da estrutura socioeconômica da sociedade burguesa, da realidade e do desenvolvimento histórico do Brasil na economia mundial e dos avanços e retrocessos da luta de classes nacional e internacionalmente.¹

Nesse sentido, logo de início, afirmamos claramente a nossa perspectiva teórica de investigação: trata-se de uma concepção de história (que pressupõe uma concepção de mundo, em nosso caso, o materialismo filosófico), de sociedade e dos indivíduos, que se encontra necessariamente articulada a uma prática transformadora, no sentido da inserção na luta de classes das camadas exploradas da sociedade burguesa, tendo como objetivo histórico a superação da propriedade privada dos meios de produção e da exploração econômico-social. Um estudo, enfim, voltado ao combate da dominação política burguesa, em defesa do socialismo como estratégia de intervenção político-teórica nos movimentos sociais, especialmente nas organizações de classe do proletariado.

¹No presente estudo analisamos o desenvolvimento do marxismo na esfera internacional no capítulo VII. Quanto à evolução das ideias marxistas em nosso país e sua relação com as lutas sociais, procuramos esboçar uma síntese no capítulo VIII, contextualizando esse debate no processo da economia e dos acontecimentos políticos mundiais. Todavia, trata-se de uma análise bastante introdutória, apenas para situar o ingresso das ideias marxistas no Brasil e sua relação com os eventos mais importantes da luta de classes, pois o propósito deste livro é servir de introdução ao estudo do desenvolvimento da teoria marxista articulada à experiência da luta de classe nacional e internacional, destinando-se aos estudantes, professores, militantes e ativistas dos movimentos sociais e das organizações políticas.

Essa teoria social não é outra senão o *marxismo*, o conjunto das ideias revolucionárias fundadas nas concepções teóricas, políticas e programáticas constituídas por Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895), a partir de uma síntese da experiência do desenvolvimento histórico geral, das contradições da sociedade capitalista e da luta de classe do proletariado contra o domínio do capital sobre o trabalho, que tem como base filosófico-científica o método do materialismo histórico-dialético. Uma concepção de mundo, de história, de sociedade e dos indivíduos que esteve voltada não só ao desenvolvimento do pensamento humano na ciência e na filosofia, como também à organização política dos trabalhadores como direção da maioria oprimida no processo revolucionário de transformação do capitalismo em socialismo.

Esse corpo de conhecimentos e de experiências congrega desde o texto mais recuado, como a tese de doutoramento de Marx sobre *A diferença entre a filosofia da natureza de Demócrito e a de Epicuro*, de 1841, e os textos da época da *Gazeta Renana*, de 1842-43; a crítica realizada por Marx em 1843 da *Filosofia do direito de Hegel*, tempo em que é levado a tratar de questões materiais, isto é, socioeconômicas e que reconhece a insuficiência do legado hegeliano; como os escritos de *A questão judaica*, *Introdução à crítica da filosofia do direito de Hegel* e *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, de 1844, quando Marx se encontrava em Paris, em seus primeiros contatos com as organizações políticas operárias e dirigentes socialistas; passando por *A sagrada família*, de 1844-1845, *A ideologia alemã*, de 1845-46, *A miséria da filosofia*, de 1847, quando Marx e Engels travaram uma luta decisiva contra suas concepções filosófico-políticas anteriores, formulando o método o materialismo histórico-dialético; o *Manifesto Comunista*, de 1848, em que constituem o programa da classe operária e suas reivindicações, fundados na estratégia da revolução proletária; chegando enfim a textos fundamentais como *A guerra civil na França*, de 1871, em que analisam a experiência da Comuna de Paris, e *O Capital*, de 1867, a obra mais profunda e original de análise do modo de produção capitalista e da sociedade burguesa. Essa concepção foi ampliada e enriquecida após a morte de Marx pelos escritos de Engels sobre o desenvolvimento científico e filosófico, bem como dos fundamentos históricos sobre a origem da família, do Estado e da propriedade privada.

Realçamos: a obra teórica de Marx e Engels expressa uma síntese de toda a experiência do movimento operário e socialista internacional, em especial, das lutas travadas nos sindicatos, associações, movimentos sociais, na Primeira Internacional e nos processos revolucionários no século XIX, como a Revolução de 1848 e a Comuna de Paris de 1871, além da formação dos partidos operários em vários países, muitos deles sob a orientação e acompanhamento dos fundadores do marxismo, como foi o caso do Partido Social-Democrata Alemão. Trata-se de uma obra de dois grandes pensadores e militantes socialistas que souberam articular de forma dialética a teoria e a prática nos movimentos sociais e organizações de classe.

A teoria marxista, ao contrário do que se pensa, não parou de se desenvolver com a morte de Marx e Engels. Esse conjunto de ideias e de experiências foi assimilado, aprofundado, aplicado, interpretado e, muitas vezes, deturpado pelas gerações posteriores aos fundadores do marxismo. O fundamental é que foi especialmente enriquecido com as obras de revolucionários como V. I. Lênin (*Que fazer?, O Imperialismo, O Estado e a Revolução, Materialismo e Empirio-criticismo*), Leon Trotsky (*A Revolução Permanente, A Revolução Traída, O Programa de Transição*), Rosa Luxemburgo (*Reforma ou Revolução?, A acumulação do capital, A revolução russa*), entre outros marxistas, a partir da experiência do movimento socialista internacional e dos processos revolucionários da primeira metade do século XX, em particular, o da Revolução Russa de 1917, a obra mais importante do proletariado mundial em todos os tempos. A América Latina tem, também, uma rica experiência de desenvolvimento das ideias marxistas e da luta de classes.

O marxismo resistiu à prova dos acontecimentos históricos. Apesar de todas as polêmicas travadas no interior das quatro internacionais socialistas, dos partidos operários e dos retrocessos dos partidos comunistas stalinizados, após a deformação e burocratização da Revolução Russa, do Estado Soviético e da Terceira Internacional Comunista, o marxismo conseguiu expandir a sua abordagem aos mais variados fenômenos sociais, políticos e econômicos de nossa época, caracterizada corretamente como de decomposição estrutural do capitalismo. São valiosas as conquistas teóricas, políticas e programáticas inscritas nas teses e documentos dos quatro primeiros congressos da Terceira Internacional, antes da sua degeneração stalinista e no *Programa de Transição* da Quarta Internacional, textos axiais para o marxismo de nossa época.

Acontecimentos fulcrais do século XX, como o processo de decomposição do capitalismo e o avanço da barbárie social, o advento de duas Guerras Mundiais e inúmeros conflitos regionais, a vitória do fascismo na Europa, as experiências das revoluções sociais em vários países como China e Cuba, e das lutas pela emancipação nacional contra a opressão imperialista na América Latina, Ásia e África, bem como o processo de degeneração burocrática e desagregação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e do Leste Europeu foram acompanhados e analisados a partir do referencial marxista. Muitos campos do conhecimento humano (como a história, a economia, o direito, a psicologia, a educação, entre outros) sofreram a influência do *materialismo histórico*, avançando a reflexão filosófico-científica até então existente.

Mas, ao longo dessa trajetória, o marxismo teve de enfrentar opositores ferrenhos entre intelectuais, particularmente no âmbito acadêmico (positivismo, neopositivismo, neokantismo, sociólogos e economistas burgueses, estruturalistas, pós-estruturalistas, neoliberais, teóricos que questionam o trabalho como base do ser social e a classe operária como classe com potencialidades revolucionárias e, mais recentemente, o pós-modernismo), tendências políticas adversas nos movimentos sociais (anarquistas, reformistas e revisionistas socialdemocratas, economicismo,

esquerdismo, etc.), que desviavam a luta dos trabalhadores do objetivo histórico da conquista do poder e da instauração da transição socialista, além do ódio aberto de líderes capitalistas e, desse debate, fortaleceu-se e tirou várias lições importantes.

Nas diversas conjunturas político-econômicas, favoráveis ou desfavoráveis do ponto de vista teórico-prático e da luta de classes, o marxismo procurou enriquecer-se e responder às demandas do movimento operário e dos demais explorados. O marxismo esteve na vanguarda das lutas por reivindicações econômicas, políticas, sociais, culturais e democráticas, onde quer que se encontrem explorados e oprimidos pela sociedade capitalista (operários e demais assalariados, juventude, camponeses).

A teoria de Marx e Engels chega à atualidade, tendo que enfrentar o tremendo peso da *derrota ideológico-política* imposta aos movimentos sociais e às organizações socialistas pela *deformação stalinista* levada a cabo mediante a destruição física de grande parte dos lutadores da época da Revolução de Outubro de 1917, a burocratização do Estado Soviético, dos partidos comunistas e a desagregação da Terceira Internacional Comunista. A derrota de inúmeros processos revolucionários no século XX, a restauração das relações de produção capitalistas na URSS e Leste Europeu, além da perseguição e morte da vanguarda revolucionária da Oposição de Esquerda trotskista, cujo momento crucial foi o assassinato de Leon Trotsky, a mando de Stalin, em 1940, constituíram um duro golpe contra o movimento operário, socialista e o avanço do marxismo.

Todas essas derrotas e retrocessos político-organizativos do movimento socialista mundial tiveram um efeito deletério no plano da consciência e da organização política, resultando na atual crise de direção política internacional. Foram a base social para que a burguesia, seus políticos e intelectuais recolocassem o debate sobre uma suposta “crise do marxismo” e “fim do socialismo” em nossa época. Para tanto, esses políticos, burocratas e intelectuais se aproveitaram de argumentos desenvolvidos pela própria esquerda stalinista para justificar a “crise do marxismo” e o “fracasso do comunismo”. Como se sabe, para a esquerda stalinista, o regime de Stalin e da burocracia russa era já o próprio socialismo (e mesmo o comunismo), e não uma fase de transição do capitalismo ao socialismo, deformada e degenerada pelo domínio da burocracia stalinista. Como tal, as obras e as posições políticas de Stalin e dos seus seguidores representavam para essa parcela da esquerda uma verdadeira continuidade da doutrina de Marx e Engels.

Esse arsenal ideológico e prático stalinista serviu de base para a crítica do marxismo e do comunismo. Tendo em vista que o stalinismo era em si mesmo continuidade da doutrina de Marx e Engels, a obra dos fundadores do marxismo continha internamente, supunham os intelectuais burgueses, um viés autoritário, um verdadeiro germe da burocracia e do totalitarismo. Já que o regime burocrático stalinista era sinônimo de sociedade comunista constituída, não era difícil supor que o fracasso do stalinismo e a desagregação da URSS e do Leste Europeu fosse expressão do

fracasso do próprio comunismo. Para tanto, a parcela da esquerda rompida com o movimento socialista internacional ou desiludida com os rumos do que chamavam “socialismo real” passaram ao campo das tendências filosóficas, políticas e ideológicas burguesas, fornecendo argumentos às teses do “fracasso do comunismo” e da “crise do marxismo”.

Porém, o debate sobre uma suposta “crise do marxismo e do socialismo” não é novo, como se poderia, a princípio, pensar. No começo do século XX, um intelectual liberal burguês de nome Benedetto Croce decretou a morte do marxismo. Frequentemente, esse debate volta à tona, particularmente nos momentos de estabilidade da economia capitalista e diante de grandes derrotas históricas do proletariado. Pode ser observado desde o final do século XIX, estando associado à adaptação de uma parcela significativa da militância e da intelectualidade socialista dos partidos social-democratas europeus, em particular do Partido Social-Democrata Alemão aos horizontes do mundo burguês e da democracia parlamentar-eleitoral. Essa corrente revisionista do marxismo teve em Eduard Bernstein, seu principal representante ideológico. Alegar uma suposta “crise do marxismo” e travar um debate no plano da aparência das mudanças conjunturais e dados empíricos parciais eram formas teórico-políticas de legitimar a passagem de segmentos da militância e da intelectualidade socialista ao campo da burguesia, causando um rastro de confusões no seio do movimento operário.

Quase sempre esse argumento da “crise do marxismo” leva ao questionamento, quando não ao abandono completo, do método dialético de pensamento e análise da realidade, da teoria marxista da origem, desenvolvimento e decadência da sociedade burguesa, do caráter de classe do Estado capitalista, além da própria necessidade de organização do partido político da classe operária, dos métodos da luta de classes e da estratégia da revolução proletária. O caminho seguinte é a adaptação completa desses militantes e intelectuais aos limites da sociedade capitalista, da democracia formal e ao jogo puramente eleitoral-parlamentar. A estratégia, isto é, o objetivo histórico passa a ser a reforma do capitalismo, não a sua superação. No final, partidos, organizações, correntes e indivíduos oriundos da esquerda adaptada tornam-se, de fato, alternativas políticas e teóricas para a classe burguesa, nos momentos em que seus próprios partidos estão incapacitados moral e politicamente para gerir diretamente os negócios gerais dos capitalistas através do Estado burguês.

O fato concreto é que o antigo debate sobre a “crise do marxismo” ganhou novamente peso com os acontecimentos das últimas décadas do século XX. Há quase duas décadas, quando se acelerou o processo de desagregação da URSS e das chamadas “democracias populares” do Leste Europeu (Bulgária, Polônia, Tchecoslováquia, Hungria, Romênia, Iugoslávia, Albânia e Alemanha Oriental), simbolizado pela mídia no episódio da queda do *Muro de Berlim*, em 1989, e nos estridentes acontecimentos que levaram à crise e ao desaparecimento da URSS, em 1991, muitos

intelectuais e líderes burgueses retomaram o argumento ideológico da “morte do marxismo e do socialismo”.

Sob o peso dos acontecimentos objetivos mundiais e dos seus reflexos na consciência política do conjunto da militância, ativistas dos movimentos sociais, que conformavam a chamada esquerda socialista, iludidos pelo arsenal ideológico burguês, decepcionados com o fim de uma realidade pela qual nutriram ilusões durante anos a fio, passaram a entender que se tratava de uma “crise do comunismo” ou do “socialismo realmente existente” e, portanto, da teoria social que inspirou as grandes revoluções do século XX: o marxismo.

Daí derivava a ideia de que o marxismo como força revolucionária teria passado, irresistivelmente, para os anais da história. No limite, o marxismo serviria apenas como um referencial filosófico de crítica moderada aos efeitos nefastos do capitalismo, mas sem romper os limites do sistema econômico e da propriedade privada burguesa. O objetivo, que colocavam a intelectualidade e a militância adaptada, de agora em diante, era a da humanização progressiva e não mais da destruição do capitalismo, como desejam os marxistas revolucionários. Quem ainda tinha alguns exemplares de Marx e Engels e não mais acreditava na vigência do marxismo, tratou de se desfazer o mais rápido possível deles, relegando-os aos sebos e bibliotecas.

Muitos estudiosos e militantes foram literalmente seduzidos pelos modismos da época, em particular pelas teorias *pós-modernas*, opositoras drásticas das grandes narrativas históricas (embora elas tentassem criar a sua própria narrativa histórica, evidentemente a seu modo e de acordo com a necessidade de conservação da sociedade burguesa atual), do pensamento racional, da própria história humana enquanto tal e, portanto, adeptas da fragmentação da realidade e do conhecimento, do individualismo mais tacanho e do derrotismo político. O ecletismo de ideias também foi uma marca de todo esse período. Os *pós-modernistas* não se cansaram de argumentar que o marxismo era parte da visão eurocentrista de mundo; que era apenas mais uma variante do iluminismo e da visão ocidental da história e do desenvolvimento social; que não admitia a diversidade e não considerava os indivíduos e a subjetividade em suas análises. Por se confundir marxismo com o stalinismo decadente, era necessário, para essa parcela da intelectualidade, após a “queda do socialismo real”, repensar as teorias e as práticas sociais, tendo em vista a formulação de novos horizontes para as ações dos indivíduos e dos chamados “novos sujeitos sociais”. Não faltaram também intelectuais que defendiam a ingênua tese do “fim do trabalho”, como base do ser social, e do “proletariado como classe revolucionária e sujeito histórico da transformação social”.

Mas, ao contrário do que os líderes e intelectuais da classe dominante pregavam, as últimas décadas do século XX e os primeiros anos do século XXI foram marcados pela erupção de crises econômico-financeiras, que aqui e ali perturbam a “sóbria e fulgurante dominação do capital”. Essas crises e suas consequências nefastas não só mostraram o esgotamento histórico do

capitalismo como saída progressiva para a humanidade, como o fracasso das constantes tentativas do capital e da sua intelectualidade de superar os entraves causados pelo choque entre as forças produtivas (o nível técnico e organização do trabalho), altamente desenvolvidas, e as relações de produção e apropriação privadas da riqueza social (a organização social capitalista, a partir da propriedade privada, igualmente destrutiva da base natural da existência humana) nos limites da política econômica e militar burguesas.

Desde a década de 1970, o capital aplicou a denominada “reestruturação produtiva”, as reformas neoliberais, a destruição de direitos e conquistas sociais, a flexibilização das relações de trabalho e as formas precárias de emprego. Embora aumentassem o nível de exploração da força de trabalho em todos os países, não se conseguiu debelar os fundamentos da crise. Não podemos, portanto, negar que o capital utilizou todas as armas ao seu alcance: guerras, intervenções, maior exploração, campanha ideológica contra o marxismo, restrições ao direito de greve, cooptação de segmentos da esquerda e da burocracia sindical, reformas legais e constitucionais, financiamento de teorias conservadoras e declaradamente antimarxistas, precarização das condições de vida e trabalho dos explorados, enfim, recuos onde foram necessários para manter o pilar essencial da sociedade burguesa: a propriedade privada e a exploração da força de trabalho. Não durou muito tempo!

A crise iniciada em 2008, que estourou no mercado imobiliário dos Estados Unidos (EUA) e se espalhou pela Europa, América Latina, Ásia, África e restante do mundo capitalista, é apenas a ponta do *iceberg* de uma instabilidade econômica e social muito maior do modo de produção capitalista e da sociedade burguesa, demonstrando soberbamente a contradição histórica evidenciada por Marx e Engels em vários momentos de sua obra coletiva, entre o *desenvolvimento das forças produtivas e seu encarceramento nas atuais relações de produção burguesas*, limitadas pelo interesse de lucro do capital e pela propriedade privada monopolista, de modo que o capitalismo não tem mais nada a oferecer à humanidade, a não ser mais miséria, exploração, fome, opressão social, desemprego, guerras e xenofobia, com a *potencialidade destrutiva da natureza* e do que já foi conquistado em termos técnicos e científicos, sem os quais a existência humana é impossível.

Entretanto, apesar das contradições socioeconômicas e do socialismo ser hoje uma necessidade histórica objetiva para a humanidade, o capitalismo não cairá de podre, nem dará espontaneamente passagem ao socialismo. A experiência política do século XX mostrou que, embora as condições objetivas para a construção do socialismo estejam maduras na economia mundial (na verdade estão apodrecendo, como argumentou Leon Trotsky n’*O Programa de Transição*, de 1938), é preciso construir as condições subjetivas: a consciência política e organizativa dos explorados, condições estas atrasadas diante da necessidade histórica de superação da ordem do capital e do avanço da

barbárie social hoje. A tarefa consiste em ligar a luta cotidiana pelas necessidades e interesses elementares dos trabalhadores e demais explorados à estratégia de superação do capitalismo e construção do socialismo.

Essa tarefa teve (e terá) como base a luta social dos explorados, nacional e internacionalmente. E não se diga que trabalhadores, camponeses, estudantes, funcionários públicos, desempregados, sem-tetos, etc., abandonaram as mobilizações e as lutas em prol de uma vida adaptada ao horizonte burguês e que não se dispõem mais a se organizar para reivindicar direitos e condições mais suportáveis de vida e trabalho. Isso não é correto. Tal argumento reforça apenas o imobilismo, o conformismo e a apatia, fortalecendo posições e ideias que justificam a suposta perenidade da ordem burguesa e o conformismo frente aos interesses, privilégios e condições materiais no interior da sociabilidade capitalista, que oprime bilhões de indivíduos, mantendo-se a espinha dorsal da propriedade privada e da exploração de classe do trabalho pelo capital.

Nas últimas décadas, os explorados deram exemplos relevantes de que podem se organizar e lutar por suas reivindicações, no marco das quais elevam a sua consciência política e se chocam com a burguesia, seus governos e seu Estado, que não podem atendê-las plenamente e que, ao contrário, tentam limitá-las o máximo possível. O que a burguesia concede aos explorados com uma mão, por conta das pressões sociais, retiram em dobro nos momentos favoráveis à sua dominação, como ficou evidente com a tragédia do *neoliberalismo* na América Latina.

A intensa exploração capitalista e a destruição de conquistas e direitos sociais levaram a levantes populares e revoltas na Bolívia, Equador, Venezuela e Argentina, além de um profundo inconformismo das massas em relação às políticas burguesas em praticamente todos os países em que essas políticas foram aplicadas. Esse inconformismo foi canalizado para a luta eleitoral e institucional, de modo que resultou na subida ao poder de vários governos de origem popular na América Latina, cada um com suas particularidades, nos quais as massas depositaram suas esperanças e nutriram sinceras ilusões democráticas, de que esses governantes, com seu apoio, poderiam transformar a ordem existente através da via eleitoral e parlamentar, por dentro mesmo das instituições estatais, sem, portanto, a mudança revolucionária da base material da sociedade. Até o presente momento, a realidade econômica, social e política da América Latina continua problemática, pois permanece a base fundamental da sociedade capitalista, isto é, o domínio da propriedade privada monopolista dos meios de produção pelas burguesias nacionais e pelas multinacionais; os capitalistas continuam contratando e explorando a força de trabalho como mercadoria, enfim, as relações de produção capitalistas continuam plenamente garantidas pelos ditos governos.

As greves em vários países, em especial na França, as manifestações de Seattle, os movimentos antiglobalização, os movimentos sociais de camponeses e indígenas de Chiapas e Oaxaca, no

México, a ocupação e controle operários de fábricas arruinadas pelas crises, os movimentos de resistência à opressão nacional no Líbano, Afeganistão, Iraque e etc. revelam o inconformismo de trabalhadores (empregados e desempregados), camponeses e nacionalidades oprimidas em face da opressão social e imperialista. Recentemente, o aprofundamento da crise estrutural do capitalismo fez eclodir movimentos, mobilizações e enfrentamentos de massa em vários países, inclusive na Europa (Grécia, Espanha, Portugal, Itália, França e Inglaterra) e EUA, além de greves gerais, rebeliões, ocupações de praças (como o movimento *Occupy Wall Street*) e choques com os governos, a polícia e o exército. A opressão política, social e econômica de décadas, acirrada pela crise atual, levou à desagregação de ditaduras e monarquias e a levantes revolucionários no norte da África e Oriente Médio, infelizmente abortados pelas direções burguesas e pequeno-burguesas. Mais recentemente, operários mineiros em greve na África do Sul foram brutalmente reprimidos e mortos pela polícia do país. A ausência de uma direção socialista e revolucionária nesses países e da Quarta Internacional são um grande obstáculo ao avanço da luta socialista pelo poder.

No Brasil, destacaram-se os movimentos dos camponeses pela terra, dos sem-tetos por moradia e direitos sociais, as ocupações estudantis de várias reitorias e universidades, os movimentos contra a homofobia e a discriminação, o movimento de mulheres e em defesa do meio ambiente, as greves do funcionalismo público federal, em particular dos professores das Instituições Federais de Ensino (IFES), bem como as esporádicas, mas decisivas, movimentações operárias nas obras executadas pelo governo federal, na construção civil, no setor dos metalúrgicos ameaçados de demissão pelas multinacionais.

De toda essa história, tornou-se patente que a luta de classes continua se expressando aberta ou de forma dissimulada, como afirmaram Marx e Engels, no *Manifesto Comunista*, de 1848. É uma lei histórica das sociedades de classes. É evidente que uma série de obstáculos teórico-práticos se antepõe ao desenvolvimento da consciência política, das formas de organização, de mobilização e de lutas dos explorados em ações anticapitalistas, coordenadas nacional e internacionalmente, e muitos desses entraves serão analisados ao longo do texto, nos capítulos dedicados aos temas que consideramos mais relevantes para o estudo introdutório da teoria marxista e da história das lutas sociais.

Hoje, mais do que antes, os revolucionários marxistas devem lutar pela construção de uma organização internacional dos explorados, no nosso entender, a reconstrução da Quarta Internacional, o Partido Mundial da Revolução Socialista. Teremos a oportunidade de debater os obstáculos teórico-práticos ao desenvolvimento da luta de classes, que se constituem um estorvo ao fortalecimento das lutas pela transformação social no Brasil e no mundo. Nada mais justo, nesse momento histórico, do que ampliar o debate sobre a atualidade do marxismo para a compreensão e superação da sociedade burguesa em crise. Como marxistas, não poderíamos nos deixar convencer

facilmente pela ideologia burguesa da suposta “crise do marxismo”, que encobre, na realidade, a crise da sociedade burguesa em seu conjunto.

Como advertiu Marx (2002b:533), em suas *Teses sobre Feuerbach*, escritas em meados de 1845 (publicadas postumamente por Engels em 1888),

A questão de saber se ao pensamento humano cabe alguma verdade objetiva [*gegenständliche Wahrheit*] não é uma questão da teoria, mas uma questão *prática*. É na prática que o homem tem de provar a verdade, isto é, a realidade e o poder, a natureza interior [*Diesseitigkeit*] de seu pensamento. A disputa acerca da realidade ou não realidade do pensamento – que é isolado da prática – é uma questão puramente escolástica.

Foi preciso que a crise econômico-financeira estourasse, e que a barbárie se ampliasse em todo o planeta para que certos intelectuais se convencessem da atualidade e justeza do pensamento marxista. Para os que, entretanto, continuaram nas décadas de 1990 e 2000 militando e assimilando as ideias marxistas e a experiência internacional dos movimentos sociais, a crise é simplesmente um indício de que precisamos lutar com energia, decisão e ousadia para superar o capitalismo. É a confirmação da falsidade de diversas teses arbitrárias e especulativamente elaboradas pelos intelectuais burgueses em livros, periódicos, jornais e programas políticos, difundidas intencionalmente na mídia para combater o marxismo e disseminar a confusão e o comodismo no seio dos movimentos sociais de operários, camponeses, estudantes e populares.

Mas é também a demonstração inequívoca da falsidade das teses e programas de inúmeras organizações políticas e de partidos da esquerda adaptados à democracia e às instituições capitalistas, que, no passado, aplicaram sistematicamente as ideias stalinistas do “socialismo em um único país”, da “revolução por etapas”, da “coexistência pacífica com o imperialismo” e de “apoio à fração da burguesia dita progressista”, combatendo a política e a organização revolucionária do proletariado e demais oprimidos, independente do Estado, governos e partidos políticos burgueses e, hodiernamente, constituem um dos pilares essenciais à continuidade da sociedade burguesa, quando reforçam e embelezam as ideias liberais e as instituições do Estado capitalista. O stalinismo cumpriu, em seu tempo, de um ponto de vista histórico-geral, um papel reacionário de destruição das conquistas revolucionárias de Outubro de 1917 e do movimento socialista internacional, facilitando as investidas do imperialismo contra o Estado operário russo, até seu definitivo definhamento.

Uma das tarefas fundamentais dos marxistas hoje é retomar, assimilar e desenvolver a teoria social e a experiência internacional da luta de classes pela emancipação dos explorados, em todos os lugares: nos partidos, organizações e movimentos sociais. Quem ignora o passado, não cuida do presente, não pensa no futuro. Não temos tempo a perder. Esta tarefa passa necessariamente por um acerto de contas com o passado. Não há como darmos um só passo à frente se não fizermos a crítica

e a autocrítica quanto aos erros e retrocessos políticos, teóricos e organizativos nacionais e internacionais do passado. Apesar do evidente fracasso do stalinismo, nem todos os seus adeptos realizaram uma autocrítica de suas posições anteriores e permanecem reproduzindo, consciente ou inconscientemente as mesmas práticas e ideias nos movimentos sociais, desta vez, a partir da tese da humanização do capital, da democracia como valor universal e da neutralidade do Estado frente às classes sociais em pugna.

Não à toa, as correntes e partidos de esquerda seduzidos pela tese da humanização do Estado e das relações de produção capitalistas reduzem as suas atividades às eleições, ao parlamento, ao ganho de cargos no Estado, às regras da democracia formal, ao embelezamento da teoria liberal-democrática e à busca de privilégios no interior das organizações e movimentos sociais. Não têm qualquer compromisso com a luta anticapitalista e jamais poderão se constituir em exemplo para as novas gerações de lutadores e para a classe operária em seu conjunto.

Para eles, de fato, não tem mais sentido se falar na atualidade do marxismo, da luta de classes e da revolução socialista, senão apenas especulativamente, como um adorno saudosista de um passado de derrotas e vacilações políticas. Para nós, no entanto, o marxismo se constitui não só uma concepção de história e da sociedade burguesa, mas um vetor material indispensável à transformação da sociedade, um guia seguro da superação da exploração de classe, para a construção do socialismo. Por isso, e, somente por este motivo, tem sentido se falar da atualidade do marxismo para os socialistas. Enquanto a crise estrutural do capitalismo avança e, com ela, a exploração da força de trabalho, a fome, a miséria, o desemprego, as tendências bélicas das potências, a xenofobia, a retirada de direitos, a opressão nacional e a destruição da natureza, parte esmagadora da esquerda mundial cumpre uma trajetória de adaptação aos mecanismos do Estado, do parlamento e da democracia formal burguesa, isto é, caminha em sentido inverso à tarefa colocada pela situação mundial de superar a crise histórica de direção política revolucionária, de organização do proletariado e demais explorados na luta por suas reivindicações elementares, do desenvolvimento da consciência política de classe e da estratégia de superação da sociedade capitalista.

Marx e Engels fazem parte de um conjunto de pensadores, que deu enorme impulso às ciências naturais e sociais, desenvolvendo o conhecimento humano. Assim como uma série de autores das ciências naturais e sociais soube com seus esforços monumentais, nas condições históricas de seu tempo, dar um novo curso ao conhecimento do mundo, Marx e Engels contribuíram decisivamente para uma profunda análise da história dos homens, influenciando diversas áreas das ciências sociais e para a compreensão da origem, desenvolvimento, estrutura e condições de superação da sociedade burguesa atual.

O desvelamento das relações sociais capitalistas de produção e distribuição da riqueza social e da forma específica de exploração do trabalho assalariado pelo capital (mais-valia), comprovando o caráter historicamente transitório da sociabilidade contemporânea, como mais uma das formações sociais vivenciadas ao longo da história pelos homens, despertou (e continua a despertar) a fúria da burguesia e dos seus ideólogos. Marx e Engels tinham plena consciência da força e do alcance de sua teoria da história e da descoberta científica do fundamento da exploração capitalista do trabalho, bem como das possibilidades abertas, pelo desenvolvimento da ciência e da técnica, à superação do capitalismo decadente e à construção de uma sociedade sem classes sociais.

Tanto é verdade, que no Prefácio à primeira edição de *O Capital*, de 1867, Marx (2002a:18) advertiu: “A pesquisa científica livre, no domínio da economia política, não enfrenta apenas adversários da natureza daqueles que se encontram também em outros domínios. A natureza peculiar da matéria que versa levanta contra ela as mais violentas, as mais mesquinhas e as mais odiosas paixões, as fúrias do interesse privado”.

Nas chamadas ciências sociais se expressam com vigor as tendências da luta de classes presentes na sociedade burguesa, daí o calor de suas polêmicas, controvérsias, conflitos de interesses e perspectivas, das visões sociais de mundo em disputa, das formas divergentes e, mesmo, opostas de encarar a história e as relações sociais. Nesse campo, Marx deu duas contribuições essenciais: uma concepção da história e uma análise da relação entre capital e trabalho. Segundo Engels (1976c:206), a concepção materialista da história demonstrou antes de tudo que “a história da humanidade é, até hoje, uma história de lutas de classes” (com exceção do comunismo primitivo) e que a origem destas lutas se encontra nas “condições materiais, tangíveis, em que a sociedade de uma época dada produz e troca o necessário”.

Não há como se negar, por mais que se tente especulativamente, em particular na academia, a estatura e grandeza de Marx e Engels no debate filosófico-científico mundial ao longo do último século e na atualidade. Uma pesquisa o destacou como o maior filósofo de todos os tempos.² Esta eleição pode parecer um alento, particularmente no meio universitário, embora tenha sido feita entre internautas cujas motivações para a escolha de Marx, como maior filósofo, sejam as mais variadas e desconhecidas. Não resta dúvida quanto ao incremento do interesse pelo estudo do marxismo em face da crise econômico-financeira e do processo da barbárie social vigente. Além disso, o

²Milton Pinheiro (2009:07) nos informa que “Karl Marx foi eleito o maior filósofo de todos os tempos em pesquisa da emissora de rádio e televisão BBC de Londres entre os internautas. A emissora britânica anunciou, no dia 16 de julho de 2005, o resultado final da pesquisa realizada por um dos seus sítios, denominada *In Our Time's Greatest Philosopher*, para eleger o maior filósofo da humanidade. Na enquete, o resultado final colocou Marx em primeiro lugar, com 27,93% dos votos. Isto é, quase um de cada três participantes escolheu Marx como o maior filósofo de todos os tempos. Em segundo lugar, com 12,7%, menos da metade dos votos recebidos por Marx aparece David Hume, o candidato da *The Economist*. Ludwig Wittgenstein, o candidato do jornal *The Independent*, aponta em terceiro lugar com 6,8% e quarto lugar é ocupado por Nietzsche com 6,49% dos votos. Platão recebeu 5,65% dos votos e ficou em quinto lugar. Depois, pela ordem, Kant (candidato do diário britânico *The Guardian*). São Thomas de Aquino, Sócrates, Aristóteles e, finalmente, Karl Popper”.

problema colocado é saber até quando durará esse novo fôlego acadêmico, afinal, a academia tem se mostrado atualmente um espaço movido pelos modismos teóricos, que, propondo-se inventar a roda todo momento, e variando de humor de tempo em tempo, autores aparecem e desaparecem, sem elevar teoricamente a compreensão da sociedade atual.

A profunda crise econômico-financeira mundial, vivenciada neste momento pelo capital, repõe aos estudiosos e à militância socialista em todos os países, em especial na América Latina e no Brasil, a tarefa de assimilar a rica contribuição de Marx e Engels para a compreensão do capitalismo e das suas crises históricas. Sem a retomada do estudo da teoria marxista e da larga experiência acumulada ao longo de décadas pela luta social, essa tarefa se torna ainda mais difícil. É precisamente a isso a que o livro se presta; não se constitui um estudo que se esgota em si próprio, mas um produto de uma atividade revolucionária, que busca elementos para as seguintes indagações: em qual sentido podemos falar da atualidade do pensamento de Marx para a compreensão da sociedade contemporânea, das suas contradições, das possibilidades e perspectivas de sua superação? Que importância tem o marxismo para a luta dos explorados?

Os textos, que ora publicamos, destinam-se preferencialmente aos que se iniciam no estudo do marxismo: aos estudantes, professores, ativistas dos movimentos sociais e organizações sindicais, além da militância socialista. Foram inicialmente elaborados para o *Curso de Introdução ao Marxismo*, do *Laboratório de Estudos e Pesquisas Marxistas (LeMarx)*, situado na Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (Faced-Ufba). O título original era *Marx atual: textos sobre a vigência do marxismo na contemporaneidade*. Tivemos de ampliar a análise e modificar algumas partes dos textos, para torná-los mais acessíveis ao público destacado acima. Não temos qualquer pretensão de inventar a roda. Objetivamos tão somente despertar nos militantes e na juventude o interesse pelo estudo do marxismo, em sua essência revolucionário. O estudo está estruturado em nove capítulos, cada um deles refletindo e buscando elementos para responder a indagações sobre o marxismo, muito frequentes nos seminários, debates, cursos, formações políticas e no trabalho de militância diária nos movimentos sociais e organizações.

Nesse sentido, todos os capítulos se ligam a perguntas: 1) o capítulo I reflete sobre a natureza do marxismo, como uma teoria radicalmente crítica e inconfundivelmente revolucionária; 2) o capítulo II retrata a trajetória teórico-prática de Marx e Engels, demonstrando que a elaboração teórica, nos dois revolucionários alemães, estava ligada indissolúvelmente à prática emancipadora no movimento operário; 3) o capítulo III expõe a filosofia do marxismo e o aspecto do método de investigação da realidade; 4) o capítulo IV esboça a concepção materialista da história; 5) o capítulo V sintetiza a crítica marxista da sociedade burguesa; 6) o capítulo VI trata das consequências políticas da teoria marxista, mostrando como as condições materiais engendram a luta de classes e, no movimento operário moderno, a luta pelo socialismo; 7) o capítulo VII faz um resgate da história

do desenvolvimento e da ampliação da influência do marxismo; 8) o capítulo VIII analisa a introdução das ideias marxistas no Brasil e sua influência nas lutas sociais; 9) o capítulo IX debate o sentido do marxismo para o mundo atual, particularmente para a compreensão e a superação da sociedade burguesa e a construção do socialismo.

Em cada capítulo, remetemos o leitor a um conjunto de autores e obras, com posições diferenciadas, ou contrapostas, sobre o mesmo problema, para aprofundamento da temática analisada. Após a leitura dos textos, o leitor atento se certificará da insensatez de autores que tentam desvincular a teoria da prática, a elaboração do conhecimento da ação revolucionária. Em Marx e Engels, teoria e prática se unem numa síntese dialética.

Por fim, esse texto é uma síntese de anos de militância marxista e da compreensão da necessidade de aprofundar as ideias e a prática social no calor da luta de classes e da intervenção socialista. Os textos foram enriquecidos com contribuições de colegas estudantes, professores e militantes, com quem temos compartilhado momentos de inspiração e debates sinceros. Por isso, não poderíamos deixar de agradecer aos companheiros de discussão e de militância, que constroem um *partido marxista*, levando adiante a tarefa colocada por Marx e Engels, desde que ingressaram na Liga dos Comunistas em 1847, isto é, de constituir o proletariado como partido político de novo tipo e lutar pela superação da propriedade privada dos meios de produção, isto é, pelo socialismo. A todos os companheiros desejamos avanços na luta pelo socialismo.

Capítulo I

Atualidade e caráter da teoria marxista

Ser radical é agarrar as coisas pela raiz. Mas, para o homem, a raiz é o próprio homem (Marx, *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*).

Pretende-se, no presente capítulo, analisar os principais questionamentos presentes no debate sobre uma suposta “crise do marxismo”, que se potencializou a partir da desagregação da antiga União Soviética e do Leste Europeu. O fim da URSS significou o fim do marxismo? Como superar o marxismo, sem superar primeiramente o capitalismo? É possível transformar Marx em teórico puramente crítico da sociedade atual, desprovido das consequências políticas revolucionárias da sua teoria? Qual o caráter da concepção de história, de sociedade e dos indivíduos inaugurada por Marx e Engels?

O século XX foi um tempo de grandes acontecimentos históricos, que revelaram o esgotamento do capitalismo como um sistema econômico, social, político e cultural capaz de dar à humanidade uma saída progressiva para as suas enormes contradições. Confirmou-se inteiramente o prognóstico histórico do marxismo de que a fase atual do capitalismo monopolista seria de guerras, revoluções e contrarrevoluções. Foi assim que Lênin, em *O Imperialismo: fase superior do capitalismo* caracterizou cientificamente a fase atual do capitalismo como de decomposição e decadência do modo de produção capitalista e da sociedade burguesa.

Alguns desses acontecimentos foram de importância decisiva para o movimento operário e socialista mundial e expressaram uma profunda disposição de organização, mobilização e luta por parte da classe operária e demais explorados pelo capital, como a eclosão da Revolução Russa de 1917, os movimentos e lutas de libertação nacional na Ásia e África, os processos revolucionários entre as duas guerras mundiais e no período do pós-guerra (China, em 1949; Cuba, em 1959), bem como as lutas travadas na América Latina dos anos 1950 aos anos 1980.

Outros fatos mostraram as consequências da crise da sociedade burguesa e do modo de produção capitalista no qual se funda e as tendências de barbárie social e bélicas resultantes desse processo, como a vitória do fascismo na Alemanha (com Hitler) e na Itália (com Mussolini), com reflexos em vários países; a Primeira e Segunda Guerras Mundiais e as diversas crises conjunturais antes e depois desses conflitos internacionais, acumulando os elementos da crise estrutural do capitalismo, com desdobramentos no Estado, na política, na economia e no pensamento burguês.

No plano da luta de classes internacional, acontecimentos como a dissolução da Terceira Internacional Comunista em 1943, a desestruturação da Quarta Internacional nos anos 1950, as diversas derrotas do proletariado e demais oprimidos em vários processos revolucionários anteriores e posteriores às guerras mundiais, a desagregação da União Soviética e do Leste Europeu, a

restauração das relações capitalistas de produção em países, onde ocorreram revoluções sociais e a expropriação da burguesia, tiveram reflexos profundos na esquerda internacional e nos movimentos sociais, abrindo e reforçando a atual crise de direção revolucionária, isto é, a ausência de uma organização política revolucionária em diversos países e mundialmente, capaz de empunhar a teoria, a política, o programa e os métodos de lutas da revolução proletária e da classe operária.³

Nesse complexo contexto histórico, Karl Marx e Friedrich Engels são, sem dúvida, dois dos autores e personalidades mais lembrados e influentes entre os diversos pensadores que tiveram algum destaque no campo da análise filosófico-científica e da prática social na sociedade moderna. Se de um lado não há como negar a transcendência e profundidade de suas ideias, de outro se procura combatê-las arduamente. Seja pela crítica aberta, deformada e apressada sobre suas teses (com frequência, críticas fundamentadas em segundas ou terceiras interpretações), seja veladamente, pela negligência às suas obras e pela falta de seriedade nos debates sobre os problemas que afligem o mundo capitalista atual, particularmente nas discussões acadêmicas, não se deu trégua ao marxismo no último século.

As ideias dos fundadores do marxismo, desde a última quarta parte do século XIX, passando por todo o século XX, tiveram um desdobramento teórico-político essencial, sendo assimiladas, aprofundadas em variados aspectos e aplicadas para a compreensão e análise filosófico-científica de diversos campos do conhecimento humano (como a economia, história, educação, teoria política, direito, sociologia, etc.). Essas ideias foram também objeto de muitas controvérsias, críticas e deturpações, tanto de parte de autores ligados à classe dominante, quanto da própria esquerda socialista.

Depois de Marx e Engels, muitos outros militantes socialistas e comunistas, intelectuais, correntes, organizações e partidos falaram em seus nomes, maneжaram as suas ideias para dar resposta aos problemas e desafios do movimento socialista e da luta de classes.

Personalidades próximas ou distantes em compreensões, posturas práticas e contextos históricos, como August Bebel, Paul Lafargue, Karl Kautsky, Georgui Plekhanov, Franz Mehring, V. I. Lênin, Leon Trotsky, Rosa Luxemburgo, Mao Tsé-Tung (Mao Zedong), Antonio Gramsci, Georg Lukács, Karl Korsch, Isaac Deutscher, Louis Althusser e Ernest Mandel, entre tantos na Europa, tiveram como centro de suas preocupações o marxismo e sua aplicação aos problemas da realidade social, econômica, política e cultural. Na América Latina e no Brasil, inúmeros militantes e intelectuais tiveram (e têm) a teoria marxista como base de suas obras e ações. Bastaria citar

³Exemplo marcante desse drama político atual são as greves e ocupações de praças na Europa e Estados Unidos, além dos processos revolucionários no Norte da África e Oriente Médio, em que, apesar da disposição de luta das massas exploradas e da juventude, acossadas pela opressão de décadas, pela miséria, fome e desemprego, acabaram sendo influenciadas pelos partidos e organizações da burguesia e da pequena-burguesia, diante da ausência de uma direção política marxista e proletária nos países e em nível internacional. A ausência de organizações socialistas marxistas e de uma Internacional tem um peso axial na luta de classes da atualidade.

nomes como José Carlos Mariátegui (Peru), Mário Pedrosa (Brasil), Nahuel Moreno (Argentina) e Guillermo Lora (Bolívia).

Ao largo desse processo histórico internacional e nacional, marcadamente contraditório, muitos intelectuais, militantes, correntes, organizações e partidos políticos de inspiração marxista foram postos à prova dos acontecimentos históricos. Alguns resistiram à pressão social e à ideológica da sociedade burguesa e da força de seus recursos materiais e políticos. Outros sucumbiram à tremenda força das derrotas e crises provocadas pelos acontecimentos políticos na experiência dos movimentos sociais, passando a defender ideias reformistas, como a tese da “transformação gradual e sem rupturas” do capitalismo, por meio de reformas; ou simplesmente colocando-se do lado da burguesia e da sua ideologia, com a defesa da ideia “humanização do capital”. Um número importante de intelectuais passou a defender o ecletismo de ideias como saída para a nova situação colocada pela suposta “crise do marxismo”.

Para tanto, os acontecimentos das últimas três décadas foram decisivos para os rumos da esquerda mundial. Com o fim da União Soviética e do Leste Europeu, passou-se a veicular mais sistematicamente na mídia e entre intelectuais de “esquerda” e de direita, afirmações do tipo: *Marx está ultrapassado, Marx foi superado, Marx é anacrônico, Marx não deu conta disto ou daquilo, Marx não responde mais... Marx Morreu!* Chegou-se a exigir de Marx e Engels o tratamento sobre questões específicas ou problemas e acontecimentos que se processaram após a morte dos dois revolucionários, como se isto fosse possível. Atribuíram a Marx e Engels a tarefa de pôr o marxismo à altura dos tempos atuais, tarefa esta que deveria ser na verdade uma atribuição dos estudiosos e da militância contemporânea, apoiados, se de fato o fizessem, no método da dialética materialista.

Nesse sentido, rejeitou-se o marxismo primeiramente como forma de defender direta ou indiretamente as condições atuais de dominação da burguesia. Esta é a base social da campanha deliberada dos intelectuais da esquerda adaptada e da direita contra a teoria marxista e a experiência da luta de classes mundial. Produziu-se uma variedade de livros e artigos anunciando o crepúsculo do marxismo, o fim da história e a aurora do capitalismo. Proclamou-se a esterilidade da teoria da luta de classes e o advento de uma sociedade baseada no diálogo entre capital e trabalho, na busca de uma humanização do modo atual de vida.

Sob a pressão da ideologia burguesa da “crise do marxismo” e do “fim do socialismo real”, aumentaram as fileiras dos chamados “pós-marxistas”, proclamando a democracia formal e as instituições eleitorais das sociedades atuais como remédio para a passagem gradual e sem rupturas para uma sociedade “mais justa e mais fraterna”. Mas não faltaram também os críticos do marxismo motivados pelo preconceito e efetivo desconhecimento da obra de Marx e Engels. Quantas vezes

não ouvimos professores, estudantes, ativistas e demais pessoas ligadas ou não aos movimentos sociais dizerem que discordavam do marxismo, sem conhecê-lo.

A afirmação de uma suposta “crise do marxismo” e da luta socialista, a confusão teórica e a acomodação de uma parcela da esquerda ao liberalismo e às instituições burguesas não se constituem, por assim dizer, uma novidade (pelo menos quanto ao seu conteúdo) na história das ideias contemporâneas e na experiência do movimento operário internacional. Em diferentes momentos, desde o final do século XIX, tentou-se decretar teoricamente a morte do marxismo e, como consequência, a falência da perspectiva proletária de superação da ordem capitalista. Ainda em vida, Marx e Engels tiveram de se defrontar com o oportunismo no seio dos marxistas alemães, quando da formação e crescimento do Partido Social-Democrata Alemão.

Para garantir a unificação entre os chamados eisenachianos (discípulos de Marx) e lassaleanos (seguidores de Ferdinand Lassalle), os marxistas alemães elaboraram um projeto de programa que fazia sérias concessões ao reformismo de Lassalle. A unificação foi alcançada no Congresso de Gota, em 1875, formando-se a social-democracia alemã. Marx e Engels intervieram com uma crítica contundente do projeto de programa no texto *Crítica ao Programa de Gota* e em cartas endereçadas a militantes como Bebel, Kautsky e Blacke, mostrando as deformações do programa partidário.

Apesar de não criar qualquer obstáculo à fusão das duas organizações, Marx (1975:78), em carta a um dos membros do partido alemão, chega a desabafar dessa forma:

Depois do congresso de coalizão se ter efetuado, Engels e eu publicaremos, nomeadamente, uma curta declaração segundo cujo teor somos inteiramente estranhos ao dito programa de princípios e nada temos a ver com isso (...). A parte disso, é meu dever não reconhecer, mesmo por um silêncio diplomático, um programa, na minha convicção, inteiramente rejeitável e que desmoraliza o Partido.

Nesta época, nenhum dos seus discípulos teve a coragem de cogitar abertamente sobre uma suposta “crise do marxismo”, mas já expressavam tendências de adaptação do programa revolucionário a ideias estranhas à luta socialista.

Porém, no final do século XIX, Eduard Bernstein (1850-1932), membro do Partido Social-Democrata Alemão, formulou uma proposta revisionista da teoria revolucionária marxista, condensada teoricamente em sua obra *Socialismo Evolucionário: os pressupostos do socialismo e as tarefas da social-democracia*, de 1898, sacando como conclusão do seu revisionismo uma estratégia puramente reformista de melhoria gradual e sem rupturas do tecido social e econômico do capitalismo, através da atividade política institucional no parlamento e dos governos burgueses. Para tanto, Bernstein teve de ancorar a sua análise não na dialética materialista, método que ele passou a negar inteiramente, mas no arsenal teórico-ideológico de Kant e do neokantismo, bem como em estatísticas conjunturais da economia capitalista.

Bernstein (1997:34) questiona inicialmente o materialismo histórico-dialético:

Ninguém poderá negar que o elemento mais importante nos fundamentos do marxismo, a lei fundametal, por assim dizer, que penetra e circula por todo o sistema, é a sua específica filosofia da história, que levou o nome de interpretação materialista da história. Com ela, o marxismo mantém-se firme ou cai, em princípio; na medida em que sofra limitações, assim a posição recíproca de todos os elementos será afetada em simpatia.

É levado a defender o ecletismo de ideias:

Resulta mais que prejudicial do que benéfico para o materialismo histórico se, logo de início, rejeitarmos como ecletismo uma acentuação de outras influências além das que são de natureza puramente econômica, ou uma consideração de outros fatores econômicos que não se limite às técnicas de produção e seu desenvolvimento previsível. Ecletismo – a seleção de explicações e métodos diversos no estudo dos fenômenos – é tão só, frequentemente, a reação natural ao desejo doutrinário de tudo deduzir de uma só fonte e tratar tudo de acordo com um único e mesmo método. Logo que esse desejo se mostra excessivo, o espírito eclético atua por sua conta, com a energia de uma força natural. É a rebelião da razão sóbria contra a tendência inerente a toda e qualquer doutrina de acorrentar o pensamento (Idem:38-9).

O questionamento da teoria do materialismo histórico leva o social-democrata à questão da explicação da origem da exploração do trabalho assalariado pelo capital: “Quer a teoria marxista do valor esteja correta ou não, ela é bastante imaterial, de qualquer modo, para provar a mais-valia do trabalho. É, a tal respeito, um meio apenas de análise e ilustração, não uma demonstração” (Idem:51). Questionando a teoria marxista sobre as tendências do capitalismo e defendendo um conceito universal de democracia, sem as determinações de classe, Bernstein (Idem:115) renega a revolução proletária e o domínio de classe do proletariado (ditadura do proletariado):

A expressão está hoje tão antiquada que só será possível reconciliá-la com a realidade despojando a palavra ditadura do seu verdadeiro significado e ligando-a a alguma espécie de interpretação suavizada. Toda a atividade prática da democracia social está dirigida no sentido de criar circunstâncias e condições que tornem possível e garantam uma transição (isenta de erupções convulsivas) da moderna ordem social para outra mais evoluída.

Para tanto, Bernstein (Idem:116) é obrigado a defender uma posição comodista frente à doutrina liberal:

Finalmente, recomenda-se o uso de alguma moderação ao declarar guerra contra o ‘liberalismo’. É certo que o grande movimento liberal dos tempos modernos surgiu, antes de tudo, para vantagem da burguesia capitalista e os partidos que tomaram o nome de liberais eram ou acabaram por converter-se em simples guardiães do capitalismo. Naturalmente, só pode existir antagonismo entre esses partidos e a democracia social. Mas a respeito do liberalismo, como grande movimento histórico que foi, devemos considerar o socialismo como seu herdeiro legítimo, não só na sequência cronológica, mas também nas suas qualidades espirituais, como se demonstra, aliás, em toda e qualquer questão de princípio em que a democracia social tenha de assumir uma atitude.

Dessa forma,

O liberalismo teve, historicamente, a missão de romper as cadeias que agrilhoavam a economia e que as correspondentes organizações da lei da Idade Média tinham imposto ao avanço da sociedade. O fato de se ter mantido, de início, a forma estritamente burguesa de liberalismo não evita que se exprima hoje, de fato, um princípio geral muito mais lato da sociedade cuja perfeição culminará culminada no socialismo (Idem:119).

Portanto, conclui,

O feudalismo, com as suas rígidas organizações e corporações, teve de ser destruído quase em toda parte pela violência. As organizações liberais da sociedade moderna distinguem-se daquelas precisamente pela sua flexibilidade e sua capacidade de transformação e desenvolvimento. Não precisam ser destruídas, mas apenas desenvolvidas. Para tal fim, necessitamos de organização e ação enérgicas, mas não, forçosamente, de uma ditadura revolucionária (Idem:123).

O objetivo central de Bernstein não era aprofundar a teoria marxista e colocá-la à altura das transformações do final do século XIX e início do século XX. Tinha como desiderato desviar o partido operário alemão e a sua militância da teoria e da prática socialista, em benefício da subordinação da atuação do partido ao parlamentarismo e eleitoralismo, substituindo a estratégia da revolução proletária, tão característica da tradição marxista e da luta de classes, pelos discursos parlamentares e pela centralidade eleitoral. Os argumentos utilizados por Bernstein para justificar a sua posição reformista, como o fortalecimento de uma classe média, o logro de uma quantidade crescente de votos e a conquista de postos políticos no parlamento alemão pelo Partido Social-Democrata nada mais eram que artifícios teóricos para adornar sua postura política.

Rosa (2008:18) demonstrou que toda a teoria de Bernstein, ao expressar nas fileiras do partido operário ideias, posições e interesses materiais da pequena-burguesia, “só tende a aconselhar a renúncia à transformação social, à finalidade da social-democracia, e a fazer, ao contrário, da reforma social – simples meio na luta de classes – o seu fim”. E acrescentou:

A corrente oportunista no Partido, cuja teoria foi formulada por Bernstein, nada mais é do que uma tentativa inconsciente de garantir o predomínio dos elementos pequeno-burgueses aderentes ao Partido, e de transformar a seu talante a política e os fins do Partido. No fundo, a questão de reforma e revolução, da finalidade e do movimento, não é senão a questão do caráter pequeno-burguês ou proletário do movimento operário numa outra forma (Idem:19).⁴

No mesmo ano que Bernstein publicou seu livro, foi possível a Thomas Masaryk (1850-1937) falar de uma suposta “Crise do Marxismo” (Hofmann, 1974:183). Iniciava-se nesse período, final do século XX, uma corrente política no interior do movimento socialista, de caráter reformista, que

⁴Quanto às transformações do final do século XIX e começos do século XX, que anunciaram o fim do capitalismo liberal-concorrencial e a sedimentação do capitalismo monopolista, ler: V. I. Lênin, *O Imperialismo: fase superior do capitalismo* (São Paulo, Centauro, 2005); Rosa Luxemburgo, *A acumulação de capital* (1985); Rudolf Hilferding, *O capital financeiro* (1985); Paul M. Sweezy, *Teoria do desenvolvimento capitalista* (1962); Paul A Baran, *A economia política do desenvolvimento* (1977); Paul Baran e Paul Sweezy, *Capitalismo monopolista* (1974) e Leon Trotsky, *O Programa de Transição* (1979).

procuraria liquidar com o marxismo e com a política socialista, sob o argumento de que era necessário revisar Marx e Engels e atualizar o marxismo. Na verdade, a suposta atualização do marxismo não passava de uma teoria eclética, que procurava mesclar as ideias de Marx e Engels ao kantismo e adaptar a teoria marxista ao objetivo político de reformar o capitalismo e sujeitar-se aos interesses burgueses expressos na democracia formal-parlamentar e no eleitoralismo, como vias para a resolução dos problemas sociais, que afetavam a maioria da sociedade.

Lênin escreveu que Marx e Engels tiveram de enfrentar inúmeras concepções hostis no movimento operário, como os idealistas, as concepções utópicas de sociedade, os adeptos de Proudhon, os anarquistas, lassalleanos, entre tantos. No final do século XIX e início do século XX os revolucionários tiveram de travar uma luta contumaz contra os desvios oportunistas do reformismo e revisionismo de Bernstein. No texto intitulado *Marxismo e Revisionismo*, de 1908, Lênin mostrou as raízes sociais pequeno-burguesas destas tendências no seio do movimento operário e os interesses materiais que representavam, embora procurassem se ocultar com uma verborragia marxista ou como críticos das concepções de Marx e Engels. Observou ainda que esta luta ideológica do marxismo contra as tendências revisionistas, isto é, deturpadoras das teorias e posições políticas de Marx e Engels era apenas o prelúdio dos grandes combates revolucionários do proletariado nas próximas décadas.⁵

Lênin estava inteiramente correto. No século XX, também ocorreram outras empreitadas revisionistas do marxismo no campo do movimento socialista internacional. Uma delas se deu na social-democracia internacional, com o abandono progressivo da teoria marxista e a adaptação completa à política institucional e eleitoral do Estado burguês, passando a se constituir uma alternativa política para a classe dominante no que se refere à administração dos interesses e negócios gerais da burguesia, no seu Estado, diante da crise da economia mundial, e à proteção da propriedade privada dos meios de produção.

O apoio de dirigentes e organizações social-democratas, integrantes da Segunda Internacional socialista, aos interesses de guerra das burguesias imperialistas em 1914, às vésperas da Primeira Guerra Mundial constituiu um duro golpe contra o movimento socialista internacional e expôs claramente o processo avançado de degeneração desse setor.

Trotsky (2011:129-130), aliás, havia previsto em sua obra *Balanço e Perspectiva*, de 1906, a possibilidade da social-democracia se tornar um obstáculo ao avanço do movimento revolucionário:

A tarefa do partido socialista era e é a de revolucionar a consciência da classe operária na mesma medida em que o desenvolvimento do capitalismo revolucionou as condições sociais. Mas o trabalho de agitação e organização nas fileiras do proletariado está marcado por uma inércia interna. Os partidos socialistas europeus, especialmente o maior entre eles, o alemão, desenvolveram um conservadorismo próprio, que é tanto maior quanto maiores são as massas abarcadas pelo socialismo; e quanto mais alto é

⁵Ver a análise das tendências revisionistas do marxismo no texto de Lênin, *Marxismo e revisionismo* (1979).

o grau de organização e a disciplina dessas massas. Consequentemente, a social-democracia, como organização, personificando a experiência política do proletariado, pode chegar a ser, em um momento determinado, um obstáculo direto no caminho da disputa aberta entre os operários e a reação burguesa.

Não à toa, Lênin, Trotsky e Rosa Luxemburgo, entre os militantes da esquerda revolucionária se posicionaram decisivamente contra a ânsia de guerra e pilhagem das classes dominantes das potências capitalistas, voltaram seus esforços em demonstrar a falência da Segunda Internacional, defender a teoria, a política e o programa da revolução proletária e a necessidade de se reorganizar o movimento comunista. O processo de degeneração da social-democracia chegou a seu ponto culminante com a traição à Revolução Alemã de 1918 e o assassinato de Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht, pelos social-democratas integrados ao governo e ao Estado alemães. Lênin e Trotsky, ao fundarem em 1919 a Terceira Internacional Comunista, foram capazes de dar um novo curso à luta socialista mundial, com a defesa das conquistas da Revolução Russa de 1917, a expansão da intervenção socialista e a organização dos partidos comunistas em diversos países.

A revisão seguinte da teoria marxista foi levada adiante pela corrente stalinista no seio do movimento socialista na Rússia, no PCUS e na Terceira Internacional. O isolamento da URSS pelo imperialismo na economia mundial, as investidas da burguesia interna e externamente, através do exército branco e das tropas internacionais imperialistas durante a guerra civil, após a tomada do poder pelos revolucionários bolcheviques, a derrota de inúmeros processos revolucionários na Europa, entre os quais, o mais importante, a Revolução Alemã de 1918, criaram as condições para o fortalecimento de uma camada burocrática, com interesses próprios e privilégios a defender no interior do Estado soviético, com reflexos no Partido Bolchevique (depois, chamado PCUS) e dos partidos da Terceira Internacional, que se tornaram organizações burocratizadas e seguidoras fiéis da política de Moscou. Stalin foi, nesse contexto, apenas a personificação mais acabada da reação burocrática contra a obra dos bolcheviques.

Lênin, em seus últimos anos de vida política e intelectual, lutou desesperadamente contra a tendência burocrática e chegou a pedir em carta destinada à direção do partido a destituição de Stalin da função de secretário-geral. Os trotskistas, dando continuidade ao marxismo revolucionário, defenderam dentro (Oposição de Esquerda Russa) e fora da Rússia (Oposição Internacional de Esquerda, Liga Comunista Internacionalista e a Quarta Internacional) o diagnóstico formulado por Leon Trotsky (1879-1940) de que, se a burocracia stalinista não fosse afastada pelo proletariado russo, a URSS caminharia para a restauração das relações de produção capitalistas e, portanto, para profundos retrocessos nas conquistas da Revolução de Outubro de 1917.

A permanência da forma estatal dos meios de produção, a planificação da economia, a ausência de uma burguesia constituída como classe e a inexistência da grande propriedade privada, produtos da Revolução de Outubro de 1917, que havia aberto um período de transição entre o capitalismo

(modo de produção anterior) e o socialismo, como caminho à sociedade comunista, fazia da URSS um Estado Operário (pois produto da revolução proletária) degenerado (dirigido por uma casta burocrática parasitária). Em sua obra *A revolução traída*, de 1936, Trotsky não só realizou uma caracterização profunda e científica da União Soviética como advertiu inúmeras vezes sobre o papel da burocracia e do stalinismo, tanto dentro da URSS quanto no movimento socialista internacional. Mostrou as potencialidades inauguradas pela revolução, que abrira para a União Soviética uma fase de crescimento econômico, enquanto as potências imperialistas estavam mergulhadas numa crise sem precedentes.

Trotsky (2007:58-59) apresentou dados concretos sobre o desenvolvimento econômico da Rússia, apesar do crescimento da influência da burocracia e das suas medidas econômicas e políticas equivocadas, impulsionado pelas relações estabelecidas pela Revolução de Outubro de 1917:

A amplitude da industrialização da URSS, comparada com a estagnação e com o declínio de quase todo o universo capitalista ressalta dos índices globais que se seguem. A produção industrial da Alemanha só neste momento regressa ao seu nível de 1929, graças à febre dos armamentos. No mesmo lapso de tempo, a produção da Grã-Bretanha só aumentou, com a ajuda do protecionismo, de 3 a 4%. A produção industrial dos Estados Unidos baixou cerca de 25%. A da França mais de 30%. O Japão, no seu frenesi de armamento e de pilhagens, coloca-se pelos seus êxitos, na primeira fila dos países capitalistas, pois a sua produção aumentou perto de 40%. Mas até mesmo este índice excepcional empalidece também, perante a dinâmica do desenvolvimento da URSS, cuja produção industrial foi multiplicada, no mesmo lapso de tempo, por 3,5, o que significa um aumento de 250%. Nos dez últimos anos (1925-1935), a indústria pesada soviética mais que decuplicou a sua produção. No primeiro ano do primeiro plano quinquenal, os investimentos de capital elevaram-se a 5,4 bilhões de rublos; em 1936, devem ser da ordem de 32 bilhões.

Se, dada a instabilidade do rublo como unidade de medida, abandonarmos as estimativas financeiras, outras estimativas mais incontestáveis se nos impõem. Em dezembro de 1913, a bacia do Donetz forneceu 2.275.000 toneladas de hulha; em dezembro de 1935, 7.125.000 toneladas. No decurso dos três últimos anos a produção de ferro duplicou, a do aço e aços laminados foi multiplicada por cerca de dois e meio. Comparada à antes da guerra, a extração do petróleo, da hulha, do minério de ferro, foi multiplicada por três ou três e meio. Em 1920, quando foi concluído o primeiro plano de eletrificação, o país tinha dez estações locais com uma potência total de 253.000 KW. Em 1935, havia já 95 estações com uma potência total de 4.345.000 KW. Em 1925, a URSS ocupava o décimo primeiro lugar no mundo na produção de energia elétrica. No que respeita à extração de hulha, a URSS passou do décimo lugar para quarto. Na produção do aço, do sexto para terceiro. Na produção de tratores ocupa o primeiro lugar no mundo. E o mesmo acontece com a produção de açúcar.

Como afirmou Trotsky (Idem:59),

Os imensos resultados obtidos pela indústria, o início cheio de promessas de um surto da agricultura, o extraordinário crescimento das velhas cidades industriais, a criação de novas, o rápido aumento do número de operários, a elevação do nível cultural e das necessidades, são os resultados incontestáveis da Revolução de Outubro, na qual os profetas do velho mundo pretenderam ver o túmulo da civilização. Já não há necessidade de discutir com os senhores economistas burgueses: o socialismo demonstrou o seu direito à vitória, não só nas páginas de *O Capital*, mas numa arena econômica que cobre a sexta parte da superfície do globo; não na linguagem da dialética, mas na do ferro, do cimento e da eletricidade. Mesmo que a URSS sucumbisse sob os golpes do exterior e pelos erros dos seus dirigentes – o que, firmemente esperamos, nos será poupado – continuaria, como prova para o futuro, o fato indestrutível

de que só a revolução proletária permitiu a um país atrasado obter em menos de vinte anos resultados sem precedentes na História.

Mesmo diante da justeza dessa tese, provada historicamente, os trotskistas constituíam uma minoria diante da hegemonia dos setores oriundos do stalinismo, não tinham força social no movimento operário que lhes possibilitassem dar um novo curso às lutas sociais. Por outro lado, o assassinato de Trotsky, em 1940, no México, a mando de Stalin, calou fundo a análise dos acontecimentos da Rússia e a tentativa da Quarta Internacional de reorganização da vanguarda socialista mundial, em torno da tradição marxista e da experiência acumulada pela Revolução Russa de 1917.

Enquanto a direção do Estado soviético e os partidos sob sua influência pregavam, contra a realidade dos fatos, o ingresso avançado do país no socialismo e, mais adiante, no comunismo (o que seria a mesma coisa que dizer numa sociedade sem classes), a realidade do país era a da mais absoluta ditadura burocrática do stalinismo: a falta completa de liberdade de organização de qualquer oposição de esquerda, a presença de uma camada de funcionários e membros com muitos privilégios materiais no Partido Comunista e no Estado, um processo de estancamento econômico, científico e tecnológico crescente, em grande parte fortalecido pelos obstáculos erguidos pelos métodos econômicos e políticos da burocracia. Segundo Gorender (1992:04), a

taxa média anual de crescimento da renda nacional (equivalente ao valor adicionado pelo trabalho) atingiu 10%, na década de cinquenta; 7,1%, na década de sessenta; 5,7%, entre 1971 e 1975; 4,5%, entre 1976 e 1980; 3,2%, entre 1981 e 1985. Conforme as cifras recalculadas pelo economista Abel Aganbeguian, o crescimento do último período caiu, de fato, a 1,0%. Por conseguinte, a média anual de aumento da renda nacional, no quinquênio 1981-1985, se situou em 0,2%. O que deve ser considerado estagnação e crise.

Prevaleceu durante décadas o desrespeito aos demais países componentes do Pacto de Varsóvia ou que desejavam mudanças políticas internas, o retrocesso na regulamentação das relações familiares e nas condições das mulheres se tornou visível, a imposição de limitações à criação artística e cultural, empobrecendo-a, a manutenção e mesmo ampliação de diferenças materiais entre trabalhadores e uma rígida divisão entre o trabalho manual e intelectual era percebidas, além, é claro, do esvaziamento integral das instâncias coletivas de decisão do Partido e a destruição dos soviets e da Terceira Internacional, como consequência, em 1943, por decisão de Stalin.

Fora todas essas contradições e retrocessos na terra da revolução proletária, o stalinismo exterminou toda uma geração de revolucionários, membros do Partido Bolchevique e combatentes nas jornadas de Outubro de 1917. Eliminou primeiramente os integrantes da Oposição de Esquerda trotskista na Rússia e perseguiu, sem piedade, membros e simpatizantes da Oposição Internacional de Esquerda, da Liga Comunista Internacionalista e da Quarta Internacional. Calou Trotsky e o expulsou da Rússia, corrompeu a história do país, alterando dados, falsificando documentos,

denegrindo a moral revolucionária de militantes históricos. Seguiu os passos de Trotsky pelo mundo, encarcerando-o numa casa no México, sob o olhar atento dos stalinistas do Partido Comunista Mexicano. Por fim, planejou a sua eliminação física.

Mas Trotsky não caiu sozinho. Aqueles militantes que expressaram na década de 1920, após a morte de Lênin, qualquer crítica ou inconformismo, que se aproximaram ou fizeram alianças momentâneas com a Oposição de Esquerda trotskista, ou que retornaram às hostes do stalinismo depois de uma momentânea oposição foram respondidos com “mão de aço”, com a instauração de processos espúrios, conhecidos como os *Processos de Moscou*, a partir de acusações infundadas e falsificação de fatos e testemunhos, obrigados à abjuração e, finalmente, (acatando ou não as acusações) exterminados como bandidos, como títeres do imperialismo e indignos da revolução e do socialismo. Homens que deram a sua existência e o melhor de si para a luta socialista e o projeto revolucionário como Bukharin, Zinoviev, Kamenev, Rikov, Radek, Rakovski, Piatakov, além de um número incontável de grandes escritores, artistas, educadores, intelectuais e militantes sofreram a fúria da máquina de extermínio da polícia política do stalinismo na URSS e em vários países.

Várias obras de Trotsky, como *A revolução desfigurada*, *A revolução traída*, *Os processos de Moscou*, *Os crimes de Stalin*, *A revolução permanente*, *Revolução e contrarrevolução na Alemanha*, os textos sobre a França, a Espanha e a China, enfim, todos os escritos do período de luta encarniçada contra a deformação stalinista da Revolução de Outubro e do marxismo são o maior testemunho documental e histórico de toda a época.⁶ Os últimos escritos de Lênin são como a sua própria luta um libelo contra Stalin e seus seguidores.

Somente na década de 1950, parte dos atos criminosos de Stalin e o culto de sua personalidade foram denunciados no XX Congresso do Partido Comunista Russo em 1956, em relatório de Nikita Khrushchev, embora parte dos stalinistas continuassem a negar a existência dos fatos e a defender, sem qualquer constrangimento a figura de Stalin e suas ações; os que reconheceram os acontecimentos passaram infelizmente a trilhar um caminho de adaptação ao regime capitalista, em vez de retomar a teoria revolucionária marxista e corrigir os erros anteriores. Ao invés de realizarem uma séria autocrítica quanto às ideias e práticas antimarxistas de todo esse período, em vez de analisarem corretamente o que estava ocorrendo na União Soviética, no Leste Europeu e nos demais países, continuaram os erros de análise e as práticas políticas equivocadas, alheias ao marxismo e aos interesses da luta socialista. Os Eurocomunistas, uma dissidência do comunismo internacional

⁶Sobre as deformações ocorridas na URSS do início do stalinismo até o final da década de 1930, analisar as seguintes obras clássicas de Leon Trotsky, *Revolução e contrarrevolução* (1968), *História da Revolução Russa* (2007), *A revolução traída* (2007), *A revolução desfigurada* (2007), *As lições de outubro* (1979), *A revolução permanente* (2007), *Literatura e revolução* (1979), *Como fizemos a revolução* (1980), *Da Noruega ao México: os crimes de Stalin* (1968), *O programa de transição* (1979). Outras obras importantes foram escritas por Isaac Deutscher sobre a evolução da URSS: *A revolução inacabada: Rússia 1917-1987* (1968), *Stalin: uma biografia política* (2006), *Trotsky* (1968), *A Rússia depois de Stalin* (1956), *Ironias da História: ensaio sobre o comunismo contemporâneo* (1968) e *Problemas e perspectivas do socialismo* (1979). Para se ter uma visão do combate de Lênin, em seus últimos dias de vida, contra a burocracia e Stalin, ler a obra *Últimos escritos e Diários das Secretárias* (2012).

acabou por defender posições completamente adaptadas ao Estado burguês, à democracia formal e ao eleitoralismo, degenerando-se completamente.

De Nikita Khrushchev a Leonid Brejnev, de Iuri Andrópov a Tchernenko, chegando a Gorbatchov e Ieltsin, o que se observa é o definhamento de uma burocracia, que de maneira alguma desejava perder os seus privilégios de casta dirigente, nem que, para mantê-los, tivesse de fazer concessões à economia de mercado. Quando não tinham mais proveito a tirar da farsa stalinista, soçobraram na penumbra da ideologia burguesa. O chamado processo de “desestalinização”, iniciado com Khrushchev, não só encontrou limites claros nos interesses e privilégios da burocracia soviética como se tornou um alibi para um processo mais profundo de conversão dos partidos comunistas, alinhados ao PCUS, em defensores da democracia como valor universal, fora do tempo e da história concreta, da via pacífica, gradual e sem rupturas ao socialismo e a coexistência pacífica com as potências capitalistas.

A dominação durante décadas de uma política econômica conservadora da burocracia, freando as potencialidades de crescimento proporcionadas pelas relações de produção resultantes da revolução, os erros sucessivos de intervenção nas lutas internacionais em vários países, levando as lutas sociais e as rebeliões dos explorados à ruína mais completa, os pactos com os governos imperialistas resultaram no desgaste e crise da URSS e, conseqüentemente, dos países ligados a ela, em meio à crise geral da economia mundial. O processo de restauração, já em sua essência previsto como possibilidade por Leon Trotsky, desde o final de 1930, se acelerou nas últimas décadas do século XX, levando à introdução de medidas de mercado como a *Glasnost* e a *Perestroika*, no governo de Mikhail Gorbatchov, e ao colapso do sistema em 1991.

Com esses acontecimentos, o debate sobre uma suposta “crise do marxismo” veio novamente à tona no final dos anos 1980 e início dos anos 1990. Uma nova onda de revisionismo e reformismo se abateu sobre o movimento socialista internacional, com repercussões e particularidades na luta política. Identificando-se, de início, o regime soviético com o comunismo, ou, no limite, como uma espécie de socialismo de Estado, numerosos ativistas, militantes e intelectuais ligados (ou não) à esquerda e aos movimentos sociais formularam, como desdobramento do debate e das análises da época, a necessidade de reavaliação do legado marxista e da experiência do movimento socialista internacional, quase sempre tirando dessa assertiva conclusões que negavam a vigência da teoria revolucionária de Marx e Engels.

Os pressupostos desse debate sobre a “crise do marxismo” e “fim do socialismo” já eram em si próprios problemáticos. Durante muitas décadas, a esquerda stalinista procurou defender a tese de que o stalinismo e a obra de Stalin eram a continuidade do “marxismo-leninismo”, isto é, da perspectiva revolucionária de Marx, Engels e Lênin. De outro, caracterizava o regime burocrático e as deformações stalinistas na União Soviética como uma sociedade comunista constituída. A

burguesia manejou com sutileza essas teses stalinistas no sentido de demonstrar que efetivamente o stalinismo era a continuidade do marxismo, e que o comunismo era, de fato, o regime autoritário e burocrático de Stalin.

Parte expressiva da esquerda sequer procurou diferenciar claramente o legado de Marx e Engels e do movimento operário internacional das deformações empreendidas por Stalin e pelo stalinismo. Para a “nova esquerda”, o chamado “marxismo-leninismo”, identificado com o próprio stalinismo, deveria ser rejeitado em parte ou em sua totalidade. Não faltaram os que rejeitaram de conjunto tanto a experiência da Revolução Russa de 1917 quanto a própria teoria marxista. Como consequência, as conquistas da Revolução Russa e dos primeiros anos da República dos Sovietes eram postas de lado, como sem interesse para os socialistas.

Para essa esquerda, que se desgarrava do movimento socialista, não se tratava de fazer uma crítica e autocrítica das diversas variantes do stalinismo em todos os países sob a influência da URSS ou onde ocorreram revoluções sociais, mas a elaboração de uma nova linha política, que desse conta da necessidade do horizonte da humanização do capitalismo, embora em alguns casos continuassem falando retoricamente de socialismo. No lugar do marxismo, passaram a defender o ecletismo entre ideias, inclusive com influência do liberalismo burguês; em vez dos métodos da luta de classes, passaram a defender a ação puramente eleitoral e parlamentar; no lugar da luta pela revolução socialista, através da organização política dos explorados, colocaram como estratégia a ampliação da democracia e da cidadania burguesas.

As correntes trotskistas não ficaram também imunes a esse processo de derrotas, desmoralização e restauração do capitalismo em países, onde ocorreram revoluções sociais. Houve correntes, partidos, organizações e militantes trotskistas que abandonaram o legado marxista e se adaptaram à lógica da sociedade capitalista e ao Estado burguês. Não obstante, com exceção do trotskismo, nenhuma outra corrente do movimento comunista conseguiu avaliar com tanta justeza as deformações burocráticas do Estado soviético, dos partidos comunistas stalinizados e da Terceira Internacional Comunista e defender, ao mesmo tempo, a tradição marxista e a luta pela revolução proletária, como estratégia política atual. O diferencial é que o movimento trotskista realizou a crítica da experiência soviética não para reforçar a descrença no marxismo, mas para defendê-lo e dar um novo curso à luta socialista internacional.

Os trotskistas esclareceram que o fim da URSS e do Leste Europeu de nenhuma forma representou “o fim ou crise do marxismo e do socialismo”, mas o fracasso político das teses e práticas stalinistas, condensadas nas teorias do “socialismo em um só país”, da “revolução por etapas” e na “coexistência pacífica com o imperialismo”, resultando, por fim, na derrota de vários processos revolucionários. A deformação stalinista do marxismo foi, sem dúvida, a de maior impacto e profundidade histórica. O stalinismo contribuiu para as mais profundas e duradouras

derrotas do proletariado em diversos processos revolucionários. A deformação da teoria marxista se manifestou na teorização e na prática da tese do “socialismo em um só país” (possibilidade de construção de uma sociedade socialista nos interstícios dos países onde ocorreram os processos revolucionários, sem a expansão da revolução socialista e sem a superação do modo de produção capitalista, em escala mundial), na “revolução por etapas” (compreensão do processo revolucionário dividido em etapas burguesa e proletária estanques, a primeira dirigida pela burguesia, dita progressista, à qual cabia ao proletariado e aos comunistas apenas apoiar e, a segunda, liderada pelos trabalhadores), abrindo caminho para as visões gradualistas da transformação social.

Do ponto de vista da academia, as vacilações teóricas foram tão profundas quanto ao que ocorreu no âmbito das organizações políticas de esquerda. Podemos realçar três coletâneas nos debates acadêmicos, que se destacaram no que se refere à análise dos acontecimentos do final da década de 1980 e início da década de 1990: a organizada por Robin Blackburn, com o sugestivo título *Depois da Queda, o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo*, de 1993, contendo artigos elaborados durante o calor dos acontecimentos e publicados na *New Left Review*, com textos de Norberto Bobbio, Ralph Miliband, Edward Thompson, Jürgen Habermas, Hans M. Enzensberger, Eric Hobsbawm, Frederic Jameson, André Gorz, etc., além do próprio coordenador; a dirigida por Bárbara Freitag e Maria Francisca Pinheiro, professoras da UnB, intitulada *Marx morreu: viva Marx!*, de 1993; a coordenada por Emir Sader, de título *O mundo depois da queda*, que veio a lume em 1995. Esta última coletânea reuniu artigos de inúmeros intelectuais como Robin Blackburn, Eric Hobsbawm, Immanuel Wallerstein, Andrew Glyn, Giovanni Arrighi, Ralph Miliband, Joseph McCarney, Peter Wollen, Norman Geras, Göran Therborn, Nicos Mouzelis, Michael Burawoy, Pavel Krotov, Lin Binyan, Lin Chun, Jürgen Habermas, Adam Michnik e Slavoj Žižek. Dá sequência à análise empreendida na primeira coletânea, a de Blackburn.⁷

Sob o peso da longa trajetória do stalinismo na Rússia, da experiência desastrosa dos Partidos Comunistas em todo o mundo e da adaptação dos PCs da Itália, França e Espanha ao *Eurocomunismo*, isto é, ao reformismo e ao democratismo, o clima intelectual da época da desagregação final da URSS e do Leste Europeu era o de ligar indissolavelmente a quebra do que chamavam de “campo socialista” ou “socialismo real” (*realer Sozialismus*) a um debate sobre as perspectivas das esquerdas, particularmente na Europa, e os rebatimentos sobre a discussão em torno de uma suposta crise de parte ou do conjunto do pensamento de Marx, agravada com o aprofundamento do colapso do “bloco comunista”. O pressuposto, assim, era de que o regime soviético representou, de fato, uma experiência comunista, no limite, um socialismo de Estado.

⁷São as seguintes obras: Robin Blackburn (org.), *Depois da Queda: o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo* (1993); Emir Sader, *O mundo depois da queda* (1995); Bárbara Freitag e Maria Francisca Pinheiro (org.), *Marx morreu: viva Marx!* (1993).

Em *Depois da Queda*, autores tão dispares como Blackburn e Bobbio confluíam ao menos na crença da ruína do “socialismo real”, mas tiravam daí conclusões que ora se aproximavam, ora se distanciavam. Essa contradição percorre todo o corpo dos textos, embora alguns dos interlocutores esbocem críticas ao stalinismo. Assim é que Blackburn (1993:09), no Prefácio à coletânea, destaca que a coleção de artigos por ele dirigida tem como finalidade “entender as razões do fracasso do comunista e analisar seu significado mais amplo, e não em contar a história dos vários acontecimentos dramáticos, animadores ou trágicos daquele ano e dos subsequentes”. Identificando claramente a desagregação do stalinismo e da burocracia soviética com a queda do comunismo, não poderia deixar de propor uma alternativa à esquerda socialista contra as injustiças e às desigualdades econômico-sociais geradas pelo capital.

Nesse caso, diz Blackburn (Idem:13), a esquerda precisa

respeitar as complexas estruturas da autodeterminação presentes no mercado, mas resistir com vigor à tendência a promover divisão social e a estimular o consumismo desnecessário e ganancioso. O comunismo fracassou como projeto de um tipo diferente de sociedade, mas não pode em absoluto ser desprezado como movimento.

Diante disso, conclui: talvez seja característica do comunismo, como de resto da socialdemocracia, “ser muito mais importante como corretivo contrário ao capitalismo, dentro do próprio capitalismo, do que como política que visa ir além do próprio capitalismo” (Idem: Ibidem).

Páginas adiante da mesma coletânea, o jurista italiano Norberto Bobbio (Idem:17), em artigo de título *O reverso da utopia*, não tem dúvidas:

A catástrofe do comunismo histórico está literalmente à vista de todos. Catástrofe do comunismo enquanto movimento mundial, nascido da Revolução Russa, que prometia a emancipação dos pobres e oprimidos, os ‘miseráveis da terra’. O processo de decomposição acelera-se continuamente, superando qualquer previsão.

Supõe como consequência: o fracasso do comunismo não é “apenas dos regimes comunistas, mas da revolução inspirada pela ideologia comunista – ideologia que postulava a transformação radical de uma sociedade vista como injusta e opressiva em uma sociedade bem diferente, livre e justa” (Idem: Ibidem).

Com esse raciocínio lógico-formal não haveria possibilidade de transformação da sociedade capitalista, a não ser pelos métodos das instituições burguesas: as eleições, o parlamento e a democracia, em última instância pelas reformas graduais a favor dos “pobres e oprimidos”. Não teria sentido, pois, na perspectiva de Bobbio, lutar pela organização da classe operária e dos demais explorados, em luta contra a classe dominante, no seio da qual se desenvolve a luta política pela superação do capitalismo e da exploração do trabalho. No lugar da luta de classes, os acordos em torno de reformas possíveis, que não ponham em risco a estrutura fundamental da sociedade

capitalista e o pilar da propriedade privada; dos métodos de luta do proletariado e demais explorados, o respeito às regras do jogo democrático burguês; do socialismo e do comunismo, apenas uma mudança gradual e sem rupturas com a institucionalidade capitalista.

Peguemos agora o livro *Marx morreu: viva Marx!*, organizado pelas acadêmicas Bárbara Freitag e Maria Francisca Pinheiro. Na *introdução* ao texto, as organizadoras partem da associação entre a “crise do marxismo” e a crise do “socialismo real”. Mas vão mais adiante, afirmando que os acontecimentos revelariam uma verdadeira *crise de paradigmas* que “até hoje nos permitiram a compreensão e explicação do mundo contemporâneo. Nem as teorias inspiradas em modelos liberais ou neoliberais, nem as oriundas do marxismo militante e do socialismo real estiveram em condições de antecipar, interpretar e oferecer soluções satisfatórias para os problemas atuais” (1993:09-10).

Desse ponto de partida, Freitag e Pinheiro realçam, sem questionar, ser comum aos intelectuais da época, em particular aos colaboradores da coletânea *Depois da queda*, de Robin Blackburn, que trataram do colapso soviético, “além da perplexidade, a convicção unânime dos pensadores de esquerda do assim chamado marxismo ocidental, que o paradigma teórico e político de Marx está esgotado e que é preciso buscar novas fórmulas”. Como se não conhecessem todo o debate travado no interior do Partido Bolchevique e na Terceira Internacional entre a Oposição de Esquerda (dirigida por Leon Trotsky) e a burocracia stalinista, as autoras afirmam, sem qualquer fundamento histórico, que os intelectuais do marxismo ocidental “talvez tenham sido os únicos observadores lúcidos e críticos do desenvolvimento do socialismo real” (Idem:12-13). Como balanço final, Freitag (Idem:49) conclui: “o socialismo real em crise materializou uma crise do marxismo, presente desde o início nos trabalhos teóricos de Marx e Engels e posteriormente de seus seguidores e intérpretes dogmáticos”.

Freitag faz um esforço monumental para sistematizar um conjunto de críticas ao “socialismo real”, localizando as suas causas na obra de Marx e Engels. Segundo ela, o pecado capital dos dois revolucionários teria sido condenar o trabalho teórico, os direitos humanos e os empresários. Quanto ao trabalho teórico, afirma, “privilegiando a *práxis* e suspendendo a reflexão crítica do próprio processo histórico desencadeado pelo movimento comunista, talvez possa ser considerado o pecado capital de Marx e Engels”. Face aos direitos humanos, ao confundi-los com os direitos burgueses, Marx, segundo a autora, “passou a desprezar uma das grandes conquistas da humanidade, da qual ele, enquanto refugiado na Inglaterra, se beneficiou boa parte de sua vida” e, ao fazê-lo, teria aberto “assim o caminho para o desprezo que os regimes do socialismo burocrático desenvolveram face às liberdades de expressão de seus cidadãos, à crítica e ao direito de defesa da integridade física e moral dos dissidentes do regime”. Enfim, Marx teria condenado a condição de empresário ou capitalista como “uma excrescência burguesa, que exigiria, no socialismo, sua

extinção em benefício do proletariado”, enquanto os setenta anos do regime soviético teriam mostrado supostamente “que a classe operária, tutelada pela burocracia político-partidária, por si só, não tinha competência suficiente para organizar a produção e distribuição justa dos bens”.⁸

As autoras foram obrigadas a se colocar constantemente em suas análises na perspectiva da economia política burguesa contra a crítica da economia política efetuada por Marx. Ainda, Freitag toma como intolerância e intransigência o esforço teórico e crítico de Marx e Engels para superarem as filosofias idealistas dos jovens hegelianos (Bruno Bauer, Feuerbach, entre outros) e as correntes utópicas do socialismo de sua época (como Proudhon, Simon, Owen, etc.). Por último, critica as teses marxistas que defendem a classe operária como classe revolucionária e o que chama de tese da “monocausalidade” (papel da economia), bem como as teses do valor trabalho e da pauperização das massas, críticas reeditadas das polêmicas da social-democracia, dos teóricos burgueses, do reformismo e do revisionismo com o marxismo ao longo dos séculos XIX e XX.

As organizadoras chegam de um modo geral a articular os aspectos autoritários do Estado e da burocracia soviética às teses políticas e revolucionárias presentes na obra de Marx, como por exemplo, a necessidade de organizar as massas em partido político, que, para elas, teria a sua expressão concreta na política do governo soviético de partido único e de proibição de outras correntes de esquerda e de direita; a revolução socialista e a ditadura do proletariado foram igualmente assemelhadas pelas autoras à tirania stalinista. Como consequência, propunham à época que o marxismo fosse repensado à luz do colapso soviético, para que pudessem renascer das cinzas os seus aspectos positivos, ditos “humanistas”, deixando-se de lado os aspectos programáticos, propriamente relacionados à luta revolucionária, para elas superados historicamente.

Freitag situava a crise do marxismo numa crise geral de paradigmas e levantava a bandeira do ecletismo, própria destes momentos de desencanto intelectual, para mesclar as ideias de Marx a outros autores opostos ou de perspectivas diferentes ao marxismo como, por exemplo, Herbert Spencer (1820-1903), Max Weber (1864-1920), Émile Durkheim (1858-1917), Talcott Parsons (1902-1979), Ralf Dahrendorf, chegando inclusive a sacar argumentos de intelectuais burgueses declaradamente antimarxistas como Vilfredo Pareto (1848-1923) e Friedrich Von Hayek (1899-1992), que mantiveram na academia e na discussão teórica uma polêmica unilateral e áspera com a teoria de Marx, em favor da sociedade burguesa.

O que Freitag desejava realmente com suas críticas às teses de Marx e Engels era fazer um corte entre os aspectos filosóficos da crítica de Marx e as consequências político-programáticas, entre a teoria e a prática revolucionária, uma forma claramente enviesada de enclausurar a discussão da teoria marxista ao espaço acadêmico, e transformar Marx e Engels em apenas mais dois teóricos

⁸Todas essas críticas se encontram em Bárbara Freitag e Maria Francisca Pinheiro (org.), *Marx morreu: viva Marx!* (1993, p. 33 a 51). Uma análise atenta dos argumentos de Freitag mostra a fragilidade de suas teses frente ao processo histórico real.

diletantes, como muitos outros anteriores e posteriores a eles, que se não conseguem explicar inteiramente os problemas da sociedade capitalista, com a força do ecletismo intelectual, podem sobreviver parcialmente como “brilhantes analistas” da Europa do século XIX.

Por isso, é levada a dizer como síntese de sua incursão no debate da “crise do marxismo” o seguinte:

As análises filosóficas, políticas e econômicas de Marx são brilhantes quando contextualizadas para a situação alemã, inglesa e francesa de sua época, mas desvirtuam-se quando se transformam em panfletos de luta e programas partidários postos em prática depois de Marx. Em outras palavras, o Marx historiador, analista político e econômico de seu tempo nos deixou um legado indispensável para a compreensão dos tempos modernos. Nesses textos “Marx está vivo”. O Marx panfletário, revolucionário e político intransigente não somente esteve errado em boa parte de suas previsões sobre o fim do capitalismo, mas também induziu ações políticas e formações sociais que levaram ao “socialismo de caserna” (Kurz) em franco colapso nos anos 90 (Idem:49).

Não obstante, no âmbito da intelectualidade de esquerda, ouviram-se algumas vozes em sentido contrário ao suposto “fim do socialismo” e da “crise do marxismo”. Analisando os mesmos acontecimentos por outro ângulo, destaca-se a coletânea organizada por Osvaldo Coggiola, que conta com textos de intelectuais como Cláudio Katz, Jacob Gorender, James Petras e Michael Löwy, produtos de conferências realizadas no ano de 1994.

No artigo intitulado *Vigência d’O Capital nos dias de hoje*, Jacob Gorender contesta a tese defendida no Brasil por autores como José Arthur Giannotti, de que “Marx sai da História para as estantes”⁹. Para Gorender (1996:05), a tese de Giannotti parece ter sido

um prognóstico um tanto precipitado. Na verdade, Marx está na estante. Ele é estudado como um autor fundamental em várias áreas das Ciências Humanas, mas ao mesmo tempo, ele está na história, pois continua a inspirar movimentos práticos, movimentos políticos. Continua a ser, pelo menos, um dos principais focos de ideias para a transformação social.

No mesmo texto, Gorender (Idem:14-15), que foi membro do Partido Comunista Brasileiro (PCB) nas décadas de 1940 e 1950, e do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), na década de 1960, portanto, um adepto de uma organização stalinizada e sob o controle da política geral de Moscou durante anos a fio, afirma que

O período de império do stalinismo foi sem dúvida algo extremamente negativo para o marxismo. Foi esterilizador do pensamento marxista porque, afinal de contas, dominou com seu aparelho poderoso, baseado na força de um grande Estado, dominou a maior parte da militância comunista no mundo inteiro. Agora que podemos nos considerar libertos dessa coação exercida pelo stalinismo, embora seus resíduos ideológicos permaneçam, está a nossa frente, a tarefa de revigorar a ciência econômica e social de inspiração marxista e, para isso, os núcleos de estudo d’ *O Capital*, na trilha que esta obra abriu, com a compreensão de que O Capital não encerra a ciência econômica, mas ao contrário, abre a ciência econômica. Há um campo imenso, no final do século XX, que exige a nossa reflexão. Uma reflexão que

⁹Essa frase, citada positivamente por Bárbara Freitag, em *Marx morreu...viva Marx!*, para apoiar as suas críticas ao marxismo, foi escrita por José Arthur Giannotti, em artigo publicado na *Folha de São Paulo, Mais!* de 05 de abril de 1992, portanto, no caldeirão dos acontecimentos da URSS e do Leste europeu.

não seja um mero exercício acadêmico, mas uma reflexão estimulada pela própria crise do capitalismo e pelos próprios rumos que ele vem tomando, no sentido de que a alternativa socialista num momento ou noutro do futuro, - sem querer fazer previsões de prazo -, se apresentará.

A partir de outro enfoque, James Petras (1996:16-17), autor de um artigo na mesma coletânea de título *Os intelectuais em retirada*, argumenta:

A posição paradoxal assumida por esses intelectuais apoia-se na alegação de que descobriram novas realidades sociais, políticas e econômicas que colocam as categorias marxistas fora de moda, ao mesmo tempo em que evidenciam uma mescla de conceitos pertencentes ao mais tradicional lugar comum: sujeitos racionais, equilíbrio econômico, equidade distributiva, democracias processuais, preferências individuais. (...) Os intelectuais conformistas de hoje têm poucas bases para alegar o fracasso do marxismo, apesar das pretensões pseudocientíficas de alguns. Com dez milhões de desempregados na Comunidade Europeia e sendo as três quartas partes dos novos postos de trabalho no mundo capitalista uma variedade de serviços temporários de baixa remuneração e baixa qualificação, com as economias de mercado latino-americanas em uma crise que já dura mais de uma década e que levou o nível de vida a um patamar inferior ao dos princípios dos anos 60, as duras penas podem ser encontradas bases para algum otimismo nas frágeis estruturas do capitalismo ocidental.

Cláudio Katz (1996:21), em texto chamado *O pós-marxismo: uma crítica* dá continuidade ao debate anterior, fazendo um apanhado histórico dos principais argumentos lançados pelos teóricos do chamado “pós-marxismo”. Aduz acertadamente que

Um verdadeiro aluvião de pós-marxismo predomina no ambiente acadêmico da América Latina, influenciando praticamente sobre todas as disciplinas das Ciências Sociais, da economia à sociologia, da história à teoria política, e representa o ponto de confluência de diversos autores que, na década de 70, defenderam fervorosamente o materialismo dialético. Como costuma ocorrer habitualmente com quem abandona uma crença, a crítica às concepções passadas assume uma virulência maior à manifestada pelos opositores tradicionais.

E continua:

Os questionamentos atuais se assemelham em grande medida aos já formulados ao longo dos últimos cem anos, a cada vez que apareceu uma onda de proclamadores da morte do marxismo. Poucos recordam, ao cabo do tempo transcorrido, os nomes destes coveiros, e tampouco os argumentos apresentados para justificar este enterro. Em contrapartida, as ideias contidas n' *O Capital* continuam sendo a referência de qualquer estudo medianamente sério da realidade contemporânea, embora sua vigência se expresse às vezes em forma negativa através da reiteração da crítica. Esta permanência se explica pela simples razão de que o objeto central da investigação de Marx foi o capitalismo, ou seja, o modo de produção prevalecente em escala internacional. Adentrar nos labirintos do pós-marxismo, antes que a humanidade ingresse no pós-capitalismo, é uma atividade apenas imaginativa, que carece de toda relevância para a compreensão e transformação da realidade atual (Idem:21).

Ao final do texto, arremata a sua linha de argumentação contra o “pós-marxismo” da seguinte forma:

Os acontecimentos da URSS, Europa oriental, China e Cuba confirmam passados cinquenta anos de sua morte, as previsões de L. Trotsky sobre a “inviabilidade do socialismo em um só país”. Os pós-marxistas não revisaram esta contribuição nem indagaram o que permitiu ao líder da revolução

bolchevique e excepcional teórico contemporânea perceber que nenhum país atrasado podia escapar à influência do mercado capitalista mundial refugiando-se em utópicos projetos de construir uma “sociedade comunista” no interior de suas fronteiras. No final do século XX, as tendências à internacionalização de todos os processos econômicos e políticos são muito superiores, os efeitos destrutivos do capitalismo atingem todos os rincões do planeta, e o socialismo continua sendo o único remédio internacional contra a degradação que suporta a humanidade (Idem:78-79).

O posicionamento dos estudiosos do marxismo no debate pós-desagregação da URSS e do Leste Europeu foi importante, quando o pensamento de Marx e Engels era hostilizado internacionalmente por uma ampla campanha da burguesia, por seus líderes e intelectuais. Foi também axial por se diferenciarem da intelectualidade de esquerda adaptada ao capitalismo. A esses anos de intensa confusão, dispersão e fragmentação da esquerda se seguiram crises econômico-financeiras ao longo dos anos 1990 em vários países.

Sob o peso da crise mundial de 2008, iniciada nos Estados Unidos e propagada para o restante dos países, observamos o súbito ressurgimento do interesse por Marx. Notícias de uma corrida à compra de *O Capital* na Alemanha circulam na rede mundial de computadores. Editoras passaram a republicar as obras de Marx e Engels, com mais vigor. Manifestações de variados intelectuais de esquerda na imprensa, internet e nos meios de comunicação, aumento do número de publicações das obras dos fundadores do marxismo, organização de grupos de estudos e pesquisas nas universidades e fora delas, agrupamento de vários setores partidários e correntes políticas em torno do referencial marxista e o fortalecimento das convicções revolucionárias nos militantes, que não haviam se abatido completamente com os acontecimentos das últimas décadas, eis alguns fatos que chamam a atenção.

Particularmente no âmbito da intelectualidade de esquerda, o desenvolvimento da crise do capitalismo traduz-se no advento de algumas coletâneas de artigos e manifestações sobre a obra de Marx e Engels, que apontam na direção de que o interesse pelo estudo da obra marxista vem se processando.¹⁰ Duas coletâneas mais recentes de textos de intelectuais se sobressaem: a primeira foi organizada, em 2006, por Atílio A. Boron, Javier Amadeo e Sabrina González, intitulada *A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas*.¹¹ Nela podemos observar posições sobre a atualidade do marxismo, que passamos a citar. No geral, apesar de apreciações diferenciadas sobre o mesmo problema, os autores concordam com a tese de que o marxismo é atual, pelo menos em aspectos que consideram mais importantes. Citemos alguns destes depoimentos.

Atílio A. Boron (2006:34) observa:

¹⁰Algumas coletâneas interessantes foram organizadas por Armando Boito Jr. et alli, intitulada *A obra teórica de Marx: atualidade, problemas e interpretações* (2000); Armando Boito Jr. e Caio Navarro de Toledo (org.). *Marxismo e ciências humanas* (2003); Osvaldo Coggiola (org.), *Marxismo hoje* (1996); Jorge Nóvoa (org.), *Incontornável Marx* (2007); Milton Pinheiro, Muniz Ferreira e Ricardo Moreno (org.), *Marx: intérprete da contemporaneidade* (2009). Recentemente foram publicados: Jorge Grespan, *Karl Marx* (2008); Francisco Teixeira e Celso Frederico, *Marx no século XXI* (2008); Sérgio Lessa, *Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo* (2007).

¹¹Atílio A. Boron, Javier Amadeo e Sabrina González, *A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas* (2006).

estamos convencidos de que a sobrevivência do marxismo como tradição intelectual e política é explicada por dois fatores que, sem serem os únicos, aparecem como os mais importantes. Em primeiro lugar, pela reiterada incapacidade do capitalismo de enfrentar e resolver os problemas e desafios originados em seu próprio funcionamento. Na medida em que o sistema prossegue condenando segmentos crescentes das sociedades contemporâneas à exploração e a todas as formas de opressão – com suas sequelas de pobreza, marginalidade e exclusão social – e agredindo sem pausa a natureza mediante a brutal mercantilização da água e da terra, as condições de base que exigem uma visão alternativa da sociedade e uma metodologia prática para pôr fim a esta ordem de coisas continuaram estando presentes, todo o qual não faz senão ratificar a renovada vigência do marxismo. Esta é uma das razões que explica, ao menos em parte, sua permanente “atualidade”. A outra é a não usual capacidade que este *corpus* teórico demonstrou para enriquecer-se em correspondência com o desenvolvimento histórico das sociedades e das lutas pela emancipação dos explorados e oprimidos pelo sistema. É devido a isso que o regresso a Marx supõe como ponto de partida a aceitação de um permanente “ir e vir” a mercê do qual as teorias e os conceitos da tradição marxista são aplicados para interpretar e mudar a realidade e, simultaneamente, ressignificados à luz da experiência prática das lutas populares e das estruturas e processos que têm lugar no contexto do capitalismo contemporâneo.

Segundo Javier Amadeo (Idem:91), na mesma coletânea, “O desaparecimento da União Soviética e dos países do socialismo real não implicou o fim do marxismo. Sob o efeito desse desaparecimento espetacular, manteve-se uma pesquisa livre e plural. Marx continuou sendo objeto de investigação e de tentativas de renovação”.

Para Sabrina González (Idem:16-17),

Certo é que não faz muito tempo, depois da queda do muro de Berlim e a conseqüente reunificação das duas Alemanhas, da implosão da União Soviética (URSS), do final do Pacto de Varsóvia e do conflito bélico que balcanizaria a antiga Iugoslávia, tudo parecia indicar que o pensamento nascido da lúcida mente de Marx tinha ficado finalmente desacreditado. A contraofensiva do neoconservadorismo norteamericano e da ortodoxia neoliberal foi, certamente, brutal (...) Independentemente das pessoas aceitarem ou rechaçarem as ideias de Marx – e, se assim se quiser, das leituras que ele inspirou – um conhecimento rigoroso de suas teorias é condição necessária, embora não suficiente, para quem deseja compreender os acontecimentos fundamentais do século XIX até nossos dias.

A segunda coletânea foi publicada recentemente (2009), sob a coordenação dos professores Milton Pinheiro, Muniz Ferreira e Ricardo Moreno, de título *Marx: intérprete da contemporaneidade*.¹² Conta com a participação de autores como Sérgio Lessa, Antonio Carlos Mazzeo, Eurelino Coelho, José Carlos Ruy, Milton Almeida Filho, além dos próprios organizadores. As posições sobre a atualidade do marxismo são manifestadas a partir de interpretações diferentes do pensamento de Marx e de filiações a escolas e autores da história do marxismo.

Sérgio Lessa (2009:135), a partir do ponto de vista de Georg Lukács, avalia que o tema da atualidade de Marx é extremamente movediço:

Quantas vezes sob a forma de um reconhecimento de sua “atualidade” não encontramos uma recusa do que ele tem de mais fundamental? Há não muito tempo atrás, até mesmo um signatário do AI-5 dos anos da ditadura militar, o ex-ministro Antonio Delfim Neto, dizia-se “marxista” como também o seria

¹²Milton Pinheiro, Muniz Ferreira e Ricardo Moreno, de título *Marx: intérprete da contemporaneidade* (2009).

“cartesiano”: o pensador alemão faria parte da herança cultural da humanidade e ser contemporâneo ao mundo de hoje significaria ser marxista assim como cartesiano. Outros, mais à esquerda, postulam ser Marx imprescindível, porém não suficiente para o nosso mundo. E, a partir da tese da insuficiência, assim apresentada, avançam para “atualizar” Marx revogando o essencial de sua proposta revolucionária. Esta é uma polêmica que, estamos convencidos, é infrutífera. Por um lado, porque leva a separar-se o que é “vivo” do que é “morto” em Marx, inevitavelmente rompendo a sua estrutura categorial mais decisiva a partir de um ponto de vista arbitrário escolhido pelo autor da dissecação do pensamento marxiano. Em segundo lugar, porque retira o foco da questão mais decisiva: qual a contribuição de Marx que o torna atual? Se Lukács estiver correto (e nossa aposta é que está), esta contribuição está em ter descoberto e sistematizado uma nova concepção da essência humana, sob a qual repousa não apenas toda a sua crítica do sistema do capital, como também sua proposta da superação revolucionária da “pré-história” da humanidade.

Além dos autores citados que compõem as duas coletâneas anteriores, outros pesquisadores e estudiosos da teoria marxista têm se manifestado a favor da sua atualidade, a partir, como já dissemos, de perspectivas e interpretações diferenciadas sobre a obra de Marx e Engels. No que se refere à vigência da teoria marxista em seu conjunto, Naves (2000:102) afirma:

o pensamento de Marx continua a produzir o conhecimento das formas de domínio e de exploração dos trabalhadores na sociedade burguesa... A análise de Marx permite ver, sob a aparência de uma racionalidade técnica, o processo de reestruturação produtiva do capital, esconder a necessidade da classe dominante de recompor as condições da acumulação, isto é, a necessidade de quebrar as resistências dos trabalhadores à extração de mais-valia.

Jorge Grespan (2008:08-09), por exemplo, observa que o poder de previsão do marxismo

demonstrou ser tão grande que o mundo em que hoje vivemos acabou se tornando demasiado semelhante ao das tendências descritas por Marx. O surgimento dos enormes conglomerados financeiros e industriais, invertendo a lógica da concorrência do século 19; o processo gradativo de substituição de mão de obra por máquinas cada vez mais sofisticadas; a irradiação da forma de mercadoria a quase todos os produtos e relações sociais; as crises econômicas; a política como manifestação de conflitos sociais distributivos; o predomínio crescente da especulação financeira sobre a criação de valores efetivos, com a consequente projeção para um futuro incerto de todos os preços e expectativas – tudo isso está em *O Capital* como tendência resultante dos processos então observados.

Em obra recentemente publicada no Brasil, intitulada *Ler Marx*, autores como Emmanuel Renault, Gérard Duménil e Michael Löwy (2011:07) avaliam que “Hoje, fala-se menos em fim do que em ‘retorno’ de Marx, e o jornal *The New York Times* pergunta se ele não seria o grande pensador do século XXI”. José Paulo Netto (2012:08), em introdução à coletânea de textos de título *O leitor de Marx*, sintetiza o debate sobre a atualidade do marxismo:

A crise terminal do ‘socialismo real’, nos anos 1980-1990, por um momento pareceu levar Marx para o museu das antiguidades. Mas foi apenas aparência, e momentânea: na entrada do século XXI, a barbarização da vida social em nossas sociedades, a insustentabilidade (também ecológica) do padrão de crescimento capitalista, a reiteração das crises econômicas, o aprofundamento das desigualdades e a agudização exponenciada e planetária da ‘questão social’ fazem Marx retornar ao palco da história no calor da hora. Nada indica que esse senhor sairá de cena tão cedo.

Mesmo um autor como Francis Wheen (2007:126) conclui em sua obra *O Capital de Marx (uma biografia)* que

Enquanto tudo o que é sólido continua se desmanchando no ar, o vívido retrato feito no *Capital* das forças que governam nossas vidas – e da instabilidade, alienação e exploração que produzem – jamais perderá a ressonância ou o poder de colocar o mundo em foco... Longe de ter sido soterrado pelos destroços do Muro de Berlim, Marx só agora emerge em seu verdadeiro significado. Ele ainda pode vir a ser o mais influente pensador do século XXI.

Diante de tudo que se disse acima e das posições adotadas dentro e fora do espaço acadêmico e da esquerda, podemos assinalar, em primeiro lugar, que a ordem do capital, baseada na exploração do homem pelo homem, em relações de classes determinadas, enfrenta na atualidade contradições sérias, cujos sintomas mais concretos são as crises econômico-financeiras, a miséria, a fome, as guerras, o desemprego crônico, a limitação ou extinção de direitos e conquistas sociais, a destruição acelerada da natureza, a violência urbana desenfreada, a exclusão de povos inteiros do acesso à riqueza social e a tudo de bom que foi construído nas últimas décadas pela humanidade nos campos da ciência, da tecnologia e da cultura, submetendo a vida humana e as relações sociais ao processo de valorização e acumulação de capitais.

O capitalismo continua em decomposição, seu fundamento de existência e reprodução, a mais-valia, continua sendo a sua base, seus efeitos sociais catastróficos como a miséria, fome, exploração e exclusão de povos inteiros do acesso a todas as possibilidades da ciência, ainda mais. Dados e análises revelam o processo de esgotamento histórico da sociedade burguesa, que continua a produzir, em linhas gerais, aquilo que Marx chamava n' *O Capital* de *Lei Geral da Acumulação Capitalista*: de um lado a produção da riqueza social, acumulada de forma privada pelo capital; de outro, a miséria, vivenciada pela esmagadora maioria da população. Os jornais de todo o mundo noticiam nesse momento dados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), referentes ao período de 2010 a 2012, que revelam, entre outras coisas, que 860 milhões de pessoas sofrem de subnutrição no mundo, o que representa 12,5% da população mundial. Só na América Latina, 49 milhões de pessoas passam fome. Um número expressivo de crianças morre todos os anos de desnutrição.

Basta lembrar os dados fornecidos por Mike Davis (2006:27-28) na obra *Planeta Favela*, que, apesar da longa citação, realça a profunda crise do modo de produção capitalista e da sociedade burguesa e suas consequências para vida dos explorados:

Desde 1970, o crescimento das favelas em todo o hemisfério sul ultrapassou a urbanização propriamente dita. Assim, examinando a Cidade do México do final do século XX, a urbanista Priscilla Connolly observa que 'até 60% do crescimento da cidade resulta de pessoas, principalmente mulheres, que constroem heroicamente suas próprias moradias em terrenos periféricos sem uso, enquanto o trabalho informal de subsistência sempre foi responsável por grande proporção do total de empregos'. As favelas de São Paulo – meros 1,2% da população em 1973, mas 19,8% em 1993 – cresceram na década de 1990

no ritmo explosivo de 16,4% ao ano. Na Amazônia, uma das fronteiras urbanas que crescem com mais velocidade em todo o mundo, 80% do crescimento das cidades tem-se dado nas favelas, privadas, em sua maior parte, de serviços públicos e transporte municipal, tornando assim sinônimos ‘urbanização’ e ‘favelização’. As mesmas tendências são visíveis em toda a Ásia. As autoridades policiais de Pequim estimam que 200 mil ‘flutuantes’ (migrantes rurais não registrados) chegam todo ano, muitos deles amontoados em favelas ilegais na orla sul da capital. Enquanto isso, no sul da Ásia, um estudo do final da década de 1980 mostrou que até 90% do crescimento das famílias urbanas ocorreu nas favelas. A população cada vez maior de *katchi abadi* (invasores) de Karachi dobra a cada década, e as favelas indianas continuam a crescer 250% mais depressa do que a população em geral. O déficit habitacional anual estimado de Mumbai de 45 mil unidades no setor formal traduz-se em um aumento correspondente de moradias informais nas favelas. Das 500 mil pessoas que migram para Délhi, todo ano, estima-se que um total de 400 mil acabem nas favelas; em 2015, a capital da Índia terá uma população favelada de mais de 10 milhões de pessoas. ‘Se essa tendência continuar sem se abater’, avisar o especialista em planejamento Gautam Chatterjee, ‘só teremos favelas sem cidades’. A situação africana, naturalmente, é ainda mais extremada. As favelas da África crescem com o dobro da velocidade das explosivas cidades do continente. Na verdade, incríveis 85% do crescimento populacional do Quênia entre 1989 e 1999 foram absorvidos pelas favelas fétidas e atulhadíssimas de Nairóbi e Mombasa. Enquanto isso, toda esperança realista de mitigar a pobreza urbana da África desapareceu do horizonte oficial. Na reunião anual conjunta do FMI e do Banco Mundial em outubro de 2004, Gordon Brown, chanceler do Tesouro do Reino Unido e possível herdeiro de Tony Blair, observou que as Metas de Desenvolvimento do Milênio da ONU para a África, projetadas originalmente para se cumprirem em 2015, não serão atingidas por várias gerações: ‘A África subsaariana só obterá educação primária universal em 2130, uma redução de 50% da pobreza em 2150 e a eliminação da mortalidade infantil evitável em 2165’. Em 2015, a África negra terá 332 milhões de favelados, número que continuará a dobrar a cada quinze anos.

O avanço da crise estrutural do capitalismo, na ausência de revoluções sociais vitoriosas que abram caminho à construção do socialismo, abriu para a humanidade a via da barbárie social, que significa, em última instância, mais fome, miséria, desemprego crônico, precarização do trabalho, destruição de direitos sociais, crise ambiental, aumento da exploração da força de trabalho, xenofobia, incremento da violência urbana, opressão nacional e aprofundamento das tendências bélicas do capitalismo. Evidentemente, o capital tenta, de todas as formas possíveis e inimagináveis, obscurecer a essência de sua crise, de caráter estrutural, cujas consequências são funestas para os trabalhadores. Todas as tentativas de debelar a crise econômico-social, da década de 1970 até o presente, foram vãs. Eis uma contradição dos ideólogos burgueses, que não têm outro objetivo senão fazer com que as pessoas se distanciem da obra de Marx.

Provisoriamente, só podemos esboçar a seguinte resposta às indagações mencionadas no começo do capítulo: quem defende a suposta morte do marxismo, faz apenas no campo da teoria e da especulação filosófica. Nesse caso, tais teses, por mais que utilizem de artifícios lógicos, não têm qualquer base social ou material, o que significa que não se fundamentam do ponto de vista da realidade concreta, do desenvolvimento das relações sociais de produção. Não tem sentido, portanto, falar da morte do marxismo, sem a superação do capitalismo, sendo a teoria revolucionária de Marx, presente em *O Capital*, é até os dias atuais a principal análise da sociedade burguesa e de suas contradições.

É preciso dizer que por mais que se tente, não é possível moldar Marx como um teórico puramente crítico da sociedade burguesa, para em seguida, justificar a possibilidade de humanização do capitalismo através de medidas graduais e pontuais, nem decretar sua obsolescência, mantendo-se intactos os pilares da formação econômico-social. Marx foi, de fato, teórico, homem de ciência, produtor de conhecimentos e propulsor das ciências sociais. Estudou com afinco o tecido da ordem do capital, as formações socioeconômicas anteriores ao capitalismo, as classes sociais de cada período histórico e as contradições que levaram à decadência dos modos de produção da vida social.

As ideias de Marx e Engels demonstraram as incoerências das teorias legitimadoras da ordem burguesa e seus compromissos com a sociedade de classes e a exploração dos trabalhadores. Desvelaram com profundidade as relações sociais, econômicas, políticas e jurídicas da sociabilidade burguesa, desnaturalizando-as, demonstrando que elas são socialmente determinadas, portanto superáveis em dadas condições pelos homens. O marxismo retirou o véu que encobria as reais condições materiais de existência e tornou clara a articulação entre as teorias (as concepções, as ideias, o conhecimento, as formas de consciência social, etc.), até então tidas como verdadeiras e absolutas, e os diferentes interesses materiais das classes sociais nas diversas formações socioeconômicas, ao longo da história.

Depois da concepção materialista da história, falar de uma suposta determinação da vida social pelas ideias abstratas, de uma história humana previamente ditada pelo destino ou pela providência divina, de uma essência humana natural e eterna ou de uma sociedade de classes insuperável pelos homens tornou-se vazia de sentido e sem base histórica. A luta de classes, que tem a base material da sociedade como seu fundamento e se desenvolve no campo teórico, político e econômico, repõe constantemente a teoria marxista como pilar sólido e guia indispensável para a organização e a mobilização dos explorados. Na luta cotidiana de inúmeros homens e mulheres, o marxismo desperta uma tendência crítica diante da realidade capitalista e das contradições sociais.

O caráter radicalmente revolucionário e radicalmente crítico das ideias marxistas mostra, às escâncaras, a centralidade da atividade e do pensamento humano e a imprescindibilidade da transformação das relações sociais vigentes, em direção a uma sociedade emancipada da exploração social e da miséria. Sua análise profunda da moderna sociedade burguesa, suas contribuições no campo da história das formações econômico-sociais pré-capitalistas, do ponto de vista da dialética, sua crítica da filosofia especulativa distanciada dos problemas concretos da vida humana encontraram plena validade, tomaram conta dos movimentos sociais e se transformaram na teoria por excelência das lutas sociais. Marx, além de crítico e pesquisador insaciável, foi um revolucionário, um ativo militante da causa emancipatória do proletariado, ou seja, das classes oprimidas.

Marx sempre procurou realçar o alcance crítico-transformador das suas ideias e da prática socialista, desde que abraçou a causa dos explorados. Até mesmo nas ocasiões de divertimento em família, sua postura de intrépido revolucionário se afirmava. Num determinado momento, as filhas de Marx, Jenny e Laura deram-lhe um questionário sobre suas preferências e repulsas. Esse pequeno inquérito expõe de maneira clara o que o pensador alemão sentia e desejava: suas preferências e sentimentos mais profundos. Para Marx (1986:102-03), a ideia maior de felicidade poderia ser descrita como a “luta”, enquanto a ideia de infelicidade seria sintetizada na “submissão”. Para ele, o “servilismo” era um defeito que lhe inspirava repulsa, enquanto seu lema preferido era “duvidar de tudo”, questionar o estabelecido (*De omnibus dubitandum*).

O marxismo, diz Lênin (2006:15) em *As três fontes*, é “o sistema das ideias e da doutrina de Marx”. Aprofundado e enriquecido pelas contribuições dos revolucionários marxistas identificados com esta teoria e com a luta pelo socialismo, como foram Lênin, Trotsky e Rosa Luxemburgo. Com toda sua complexidade, o marxismo é uma concepção de sociedade e da história que busca desvelar o real, conhecê-lo a partir de uma teia de relações econômicas, políticas, sociais e culturais. Inspira no sujeito pensante engajamento e compromisso com a transformação da realidade, a fim de superar todas as formas de dominação de classe, relacionando constantemente a crítica e as condições materiais de existência, a filosofia e as contradições sociais, o conhecimento e a prática social de luta contra a miséria, a opressão, a exploração e a subjugação, expressas na propriedade privada.

O marxismo não é uma teoria social hermética. Ao contrário, é um campo aberto e extremamente fecundo, com bases sólidas na própria realidade social e econômica, o que permite ir além das aparências e dos lugares comuns das teorias “pós-modernas”, que, mesmo não tendo consciência, têm sido mais portadoras de desmobilização, de confusão, de irracionalismos, de individualismos e de acomodação, do que qualquer outra coisa. É uma concepção de mundo que busca não só desvelar o real, mas conhecê-lo a partir de uma teia de relações econômicas, políticas, sociais e jurídicas, como também inspirar no sujeito pensante o engajamento e compromisso com a transformação da realidade, a fim de superar todas as formas de dominação de classe. Ilumina, igualmente, a análise da conjuntura nacional e internacional, a organização política da militância revolucionária, a elaboração do programa e sobre a realidade história do capitalismo em cada país, a estratégia e a tática adequada à luta de classes. Por isso, o marxismo relaciona, constantemente, crítica e o meio material, filosofia e realidade social, conhecimento e prática social, teoria e luta contra a miséria, a exploração e a subjugação, expressas na propriedade privada e seus reflexos na esfera da subjetividade e da objetividade humana.

Portanto, a teoria social inaugurada por Marx é a um só tempo uma concepção de história, de sociedade e das relações entre os indivíduos. É uma crítica penetrante da origem, desenvolvimento e contradições da sociedade burguesa atual. Constitui-se também numa análise das possibilidades

abertas pela sociedade capitalista à construção do socialismo. Contém um método de investigação da realidade social, política e econômica e, como uma rigorosa análise filosófico-científica da vida humana, transformou-se num guia indispensável à organização, mobilização e luta dos explorados. Sua atualidade, com a vigência da sociedade burguesa e suas crises, com a permanência da exploração da força de trabalho como sustentáculo da riqueza capitalista, de suas consequências nefastas na vida dos trabalhadores e demais explorados com os processos de barbárie sociais e da violência urbana, além da guerra e a dominação do imperialismo sobre os povos oprimidos, continua inegável. Trotsky (2011:146), na obra *Em defesa do marxismo*, sintetiza: “O socialismo científico é a expressão consciente do processo histórico inconsciente, ou seja, da tendência elementar e instintiva do proletariado de reconstruir a sociedade sobre princípios comunistas”.

Disso decorre a necessidade de:

a) estudar com profundidade a obra de Marx e Engels no contexto histórico atual, o que significa que não podemos nos conformar com segundas e terceiras interpretações. Estas são indispensáveis ao aprofundamento de nossos conhecimentos, mas jamais podem substituir o acesso direto às fontes, ao pensamento dos fundadores do marxismo;

b) aprofundar o estudo do marxismo com o estudo da história mundial, da América Latina e do Brasil. A própria assimilação da teoria marxista se torna mais fácil quando associada ao conhecimento histórico. A ação revolucionária, que tem no marxismo a sua base teórica essencial, exige um conhecimento sobre a realidade que queremos transformar, o que significa que temos de conhecer a história, a economia, as relações de classes, a nossa inserção nas relações internacionais, o desenvolvimento da esquerda, as diferenças entre partidos, correntes e organizações e as tarefas da luta socialista em nosso país;

c) articular a crítica da sociabilidade burguesa à prática revolucionária. A história intelectual, pessoal e política de Marx e Engels deve nos servir de exemplo. O mero teorismo e o pragmatismo unilateral são distorções cuja superação exige a unidade dialética entre a assimilação teórica e a intervenção nos movimentos sociais e suas organizações;

d) tomar consciência dos avanços e retrocessos vivenciados nas últimas décadas na experiência internacional dos movimentos sociais, em particular no movimento operário, e os principais obstáculos teórico-práticos à constituição de um vigoroso movimento anticapitalista. Evidentemente, a tomada de consciência, refletir sobre estes problemas, deve estar associada à iniciativa de superá-los. Engels, uma vez mais, estava correto. Só podemos responder aos críticos de Marx e, em particular, aos que conscientemente querem rebaixar seu pensamento, indo diretamente às fontes, às obras e escritos, não se convencendo imediatamente por interpretações de terceiros. Como dizia Marx, só têm probabilidade de chegar aos cimos luminosos da ciência aqueles que enfrentam a canseira para galgá-los por verdades abruptas. Cabe-nos, neste sentido, o esforço por se

apropriar da mais profunda, justa e animadora compreensão do mundo dos homens, do capitalismo e das possibilidades de constituição de uma nova sociabilidade, ou seja, das aquisições de Marx para as ciências sociais. Só assim poderemos ser dignos do legado desse extraordinário teórico e revolucionário.

Capítulo II

Marx: homem de ciência e revolucionário

Com a valorização do mundo das coisas, aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens (Marx, *Manuscritos Econômico-filosóficos*).

Como sintetizamos no capítulo I, o caráter da teoria fundada por Marx e Engels é de uma concepção radicalmente crítica e inconfundivelmente revolucionária. Mas, como teoria e prática se articulam na trajetória dos fundadores do marxismo?

Em sua vida e em seu pensamento, Marx foi um autêntico revolucionário. Sua famosa décima primeira tese, contida em suas *Teses sobre Feuerbach*, escritas em 1845, sintetiza de forma radical sua vida e sua obra: “Os filósofos só *interpretaram* o mundo de diferentes maneiras; do que se trata é de *transformá-lo*” (2002b:103). Compreender cientificamente as condições materiais de vida e, com base nelas, a superestrutura jurídico-política e as formas sociais de consciência, a fim de transformá-las. Eis o projeto de vida e o fio condutor da teoria de Marx.

Além do rigor filosófico-científico, que marcou o desenvolvimento de suas concepções, fato reconhecido até mesmo pelos mais argutos oponentes, há indubitavelmente em Marx uma unidade dialética entre teoria e prática, conhecimento e realidade, ideia e ação, razão pela qual se torna impossível, senão temerário, a não ser por pura especulação, transformar o teórico alemão em um mero contemplador do seu tempo, como ocorreu com outros filósofos.

Sua vida foi dedicada à apropriação do saber historicamente produzido pela humanidade em seus mais variados campos, com acuidade crítica e abertura para as grandes aquisições do conhecimento, no intuito de elevar teoricamente o entendimento sobre as relações que os homens contraíram ao longo da história. Mas não se conteve no limite da assimilação do conhecimento ou na mera interpretação da história e das condições de vida dos homens, certamente muito importantes. Assimilou, interpretou e reelaborou o conhecimento historicamente acumulado.

Ernest Mandel (2001:78-79) reforça essa análise:

Mas para esses dois pensadores (Marx e Engels), a evolução, a tomada de consciência progressiva, não resultou de um esforço intelectual desligado da realidade conflituosa corrente. Sua motivação, não apenas científica mas também moral, provém justamente do confronto com situações sociais – miséria operária, revoltas operárias, lutas políticas – que se desenvolveram diante de seus olhos e que os influenciaram profundamente. Assim, ela resulta também de um *engajamento*, o de não se comportar de maneira puramente interpretativa, e, portanto, passiva, diante da miséria humana em geral e da ‘questão social’ em particular. Marx e Engels decidiram-se rapidamente a agir, a colocar sua atividade de acordo com suas convicções, a tender para essa *unidade entre a teoria e a prática* que se torna ao mesmo tempo um critério epistemológico (só a prática pode, em última análise, confirmar o conteúdo de verdade de uma teoria) e uma obrigação moral.

Compreendendo o papel da teoria como força material e sabedor das profundas contradições e da historicidade do modo de produção capitalista e da sociedade moderna, Marx atuou firmemente

nas organizações construídas pelos trabalhadores, sendo um dos maiores expoentes da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), a chamada *Primeira Internacional*, fundada em 1864, integrando sua direção.

De modo geral, pode-se dizer que Marx se apropriou, no decorrer de sua vida, do conhecimento social mais avançado de sua época, sintetizado na filosofia clássica alemã, na economia política inglesa e nas teorias históricas e socialistas francesas. É verdade, porém, que estas conquistas teóricas, disseminadas em toda sua obra, não ocorreram abruptamente. Esse processo de superação e tomada de consciência das contradições do capitalismo, que implicam, por assim dizer, na apropriação crítica de tudo de avançado em posições teóricas anteriores da filosofia, da economia, do pensamento histórico e socialista, foi extremamente penoso e complexo.

Essa trajetória também não se desenrolou de forma puramente especulativa ou interpretativa, mas em confronto permanente com a realidade na qual Marx viveu e se debruçou. Mantinha-se atualizado sobre as tendências sociais, econômicas, políticas e culturais da sociedade moderna; sabia da imprescindibilidade de assimilar o conhecimento historicamente produzido, seja pelos teóricos propriamente identificados com a sociedade burguesa, como daqueles que a criticavam.

Em sua juventude, Marx sofreu inicialmente a influência do pensamento liberal e racionalista burguês, que se expandia da França para o restante do mundo, depois da revolução burguesa de 1789. As ideias republicanas, constitucionalistas e a famosa *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*, produtos desse período, ganhavam cada vez mais adeptos; encantavam a juventude de sua época, que procurava se engajar nas discussões sobre as mudanças de mentalidade e de ideias, na crítica da dominação religiosa e da sua relação com o Estado, na modernização das relações econômicas e eliminação dos resquícios do sistema feudal.

Filho de um advogado liberal e conselheiro de justiça, de nome Heinrich Marx (1782-1838), e de Henriette Pressburg (1787-1863), Karl Marx era natural da cidade de Trier, localizada na região da Renânia, uma das províncias da antiga Prússia, estado da Alemanha. Nessa época, a Alemanha apresentava

um processo de transição do feudalismo para o capitalismo, uma transição tardia, se levarmos em conta que na França e na Inglaterra já ocorrera uma revolução burguesa e prosseguia a industrialização capitalista. Índice da persistência de relações feudais era o fato de a Alemanha não ter ainda conseguido alcançar a sua unificação nacional, sendo composta por um grande número de Estados, dos quais a Prússia era o mais influente. A região da Renânia era justamente a mais desenvolvida industrialmente e a mais progressista do ponto de vista político dentre as províncias prussianas. Isso se deveu, fundamentalmente, à influência ocorrida no período em que ela foi anexada à França, com a adoção de uma série de medidas que provocaram transformações econômicas, sociais e políticas de caráter burguês. Com a derrota das forças de Napoleão, a Renânia voltou a fazer parte da Prússia com o conseqüente bloqueio do desenvolvimento capitalista e a consolidação da aristocracia rural feudal no poder (Naves, 2000b:12-13).

Para Lapine (1983:32-33),

Habitualmente, o perfil moral de uma pessoa forma-se sob a influência do seu meio próximo: família, amigos, professores. Marx, não era uma exceção a esta regra. Talvez sob este aspecto tenha tido mais sorte do que muitos outros: o seu meio era composto por pessoas de elevado nível cultural e possuidoras de uma rica experiência. Em primeiro lugar, seu pai, Heinrich Marx. Sob a influência de Voltaire, de Rousseau, de Lessing e de outros pensadores progressistas do século XVIII, assimilou o espírito do século das luzes e era-lhe totalmente alheio qualquer doutrinário religioso. O pai dirigia com tato o processo de maturação intelectual do filho; com muita delicadeza, mas firmemente exerceu a sua influência no momento da escolha inicial pelo filho da profissão de jurista e, mais tarde, deu provas de uma grande compreensão quando as suas investigações o orientaram noutra direção. A sua morte, em 1838, foi para Karl Marx um golpe muito duro.

O Barão Von Westphalen, pai da futura esposa de Marx, “inoculou-lhe o gosto pela Antiguidade e pelo romantismo” (Idem, *Ibidem*). Também, no

Liceu de Trier, onde Marx estudou entre 1830 e 1835, havia vários professores notáveis. Assim, a história e a filosofia eram ensinadas por Wyttenbach, diretor do liceu, adepto da doutrina de Kant. Preconizava princípios pedagógicos baseados na razão e não na fé religiosa, o que para a época constituía uma ousadia (Idem, *Ibidem*).

Com a finalização de seus primeiros estudos em Trier, Marx iniciou em 1835 o curso de Direito na Universidade de Bonn, transferindo-se logo após para a Universidade de Berlim. Era uma época de intensas e profundas mudanças na economia, na dinâmica das relações políticas, nas instituições criadas pela onda revolucionária burguesa, na cultura e no direito. É nesse ambiente que Marx conheceu a filosofia hegeliana, aproximando-se de um grupo de jovens discípulos de Georg Wilhelm Friedrich *Hegel* (1770-1831).

Numa *Carta ao pai*, datada de 1837, Marx relata o cotidiano da universidade e dos seus estudos, demonstrando insatisfação com suas referências teóricas imediatamente anteriores, como Immanuel Kant (1724-1804), e deixa patente seu flerte com as concepções de Hegel. Afirma que passou a frequentar um círculo de jovens discípulos hegelianos, o chamado Clube de Doutores (*Doctorclub*), e destaca entre seus componentes a figura de Bruno Bauer (1809-1882).

Dos anos de Universidade, Marx concluiu o Doutorado em 1841, tendo apresentado uma tese intitulada *A diferença entre a filosofia da natureza de Demócrito e a de Epicuro*, em Iena. Nesta obra, Marx analisa as contribuições filosóficas de dois grandes pensadores gregos materialistas, Demócrito e Epicuro. Destacando a importância dos dois filósofos materialistas da antiguidade, observa criticamente que grande parte da filosofia moderna, inclusive a hegeliana, não havia reconhecido a enorme transcendência daqueles pensadores materialistas para a compreensão do espírito grego em geral.

Marx já esboçava, desde a elaboração de sua tese de doutorado, uma linha de interpretação criativa e independente, para além dos limites do sistema filosófico hegeliano. Para Marx (1972:124), a concepção de Hegel “não permitia que este gigantesco pensador reconhecesse nesses

sistemas a enorme importância que têm (Demócrito e Epicuro) para a história da filosofia grega e para o espírito grego em geral”.

Para o jovem Marx (Idem:124-125), adepto da filosofia hegeliana e que somente mais tarde chegaria a uma nova concepção de história e da sociedade moderna, a filosofia

enquanto lhe restar uma gota de sangue para fazer bater o seu coração absolutamente livre que submete o universo, nunca deixará de lançar aos seus adversários o grito de Epicuro: ‘O ímpio não é aquele que faz tábua rasa dos deuses da multidão, mas aquele que fabrica os deuses das representações da multidão’. A filosofia não se esconde: faz sua a profissão de fé de Prometeu: ‘Numa palavra, odeio todos os deuses’; esta profissão de fé é a divisa que opõe a todos os deuses do céu e da terra que não reconhecem como divindade suprema a consciência de si que é própria dos homens. Esta consciência de si não tem qualquer rival.

Finalizada sua fase universitária e descrente quanto à possibilidade de exercer uma carreira acadêmica, em virtude da censura e das perseguições da burocracia estatal alemã no interior das universidades, que havia retirado o direito de cátedra de hegelianos como Bruno Bauer e Ludwig Feuerbach, Marx passou à atividade jornalística, inicialmente, como colaborador, depois como redator-chefe de um jornal de caráter liberal chamado Gazeta Renana (*Rheinische Zeitung für Politik, Handel und Gewerbe*), publicado em Colônia, entre janeiro de 1842 e março de 1843. Nessa época, teve o primeiro e inusitado contato com Engels, que se encontrava de passagem para a Inglaterra e visitava a sede da Gazeta Renana.

Durante sua estada em Colônia, Marx foi levado a tomar posição pela primeira vez sobre problemas de natureza material, isto é, socioeconômicos, além de questões jurídico-políticas, por exemplo: a lei contra o furto de lenha aprovada pelo parlamento renano e aplicada sem ressentimento contra camponeses pobres, a situação de miséria e exploração dos vinhateiros do Mosella e os debates na Dieta Renana sobre a questão da limitação estatal da liberdade de imprensa. Marx colocou-se na defesa dos oprimidos, dos seus direitos universais, em detrimento do particularismo dos interesses privados expressos nas leis aprovadas pelo parlamento.

Nesse período, Marx redigiu textos axiais na evolução do seu pensamento, tais como *O Manifesto Filosófico da Escola Histórica do Direito* (*Das Philosophische Manifest der Historischen Rechtsschule*) e *Debates sobre a lei punitiva do roubo de lenha* (*Debatten über das Holzdiebstahlsgesetz*), publicados em 1842, nas páginas da Gazeta Renana. Marx, nessa época, continuava fiel às ideias jovem-hegelianas. Acreditava honestamente que a mera crítica teórica constituía uma forma de desfazer as irracionalidades presentes no Estado, a partir do seu cotejo com um ideal de Estado e de direito racional. Marx se situava ainda na esfera do liberalismo democrático radical.

Na verdade, somente mais tarde, refletindo sobre a sua trajetória teórico-política, Marx evidenciaria que as questões materiais sobre as quais teve de se posicionar na verdade eram

produtos do desenvolvimento das relações capitalistas na Alemanha, e da imposição progressiva da propriedade privada, tendo reflexos na superestrutura jurídica e política (no direito e nos debates parlamentares), sendo aprovadas leis que proibiam aos camponeses recolher madeiras nas florestas para suas necessidades vitais, que passava a se constituir crime de furto, segundo as leis recentemente aprovadas.

Ao longo dos anos 1842-1843, diz Marx (1982:24), no Prefácio à *Para a Crítica da Economia Política*:

Minha especialidade era a Jurisprudência, a qual exercia, contudo, como disciplina secundária ao lado da Filosofia e História. Nos anos de 1842/1843, como redator da *Gazeta Renana (Rheinische Zeitung)* vi-me pela primeira vez em apuros por ter que tomar parte na discussão sobre os chamados interesses materiais. As deliberações do Parlamento renano sobre o roubo de madeira e parcelamento da propriedade fundiária, a polêmica oficial que o Sr. Von Schaper, então governador da província renana, abriu com a *Gazeta Renana* sobre a situação dos camponeses do vale do Mosela, e finalmente os debates sobre o livre-comércio e proteção aduaneira, deram-me os primeiros motivos para ocupar-me de questões econômicas. Além do mais, naquele tempo em que a boa vontade de “ir à frente” ocupava muitas vezes o lugar do conhecimento do assunto, fez-se ouvir na *Gazeta Renana* um eco de fraco matiz filosófico do socialismo e comunismo francês. Eu me declarei contra essa remendagem, mas ao mesmo tempo em uma controvérsia com o *Jornal Geral de Augsburg (Allgemeine Augsburger Zeitung)* confessei francamente que os meus estudos feitos até então não me permitiam ousar qualquer julgamento sobre o conteúdo das correntes francesas. Agarrei-me às ilusões dos gerentes da *Gazeta Renana*, que acreditavam que através de uma atitude mais vacilante do jornal conseguiriam anular a condenação de morte que fora decretada contra ele, para me retirar do cenário público para o gabinete de estudos.

Dos anos de jornalista na *Gazeta Renana*, Marx concluiu que seus conhecimentos em economia política e sobre as teorias e movimentos socialistas eram muito insuficientes, para firmar posições diante dos grandes problemas colocados pela realidade material. Numa polêmica com um jornal reacionário, intitulado *Allgemeine Augsburger Zeitung (Gazeta de Augsburg)*, confessa claramente sua ignorância em relação ao socialismo e a impossibilidade de tomar partido contra ou a favor a esse movimento. Marx colocou como tarefa reavaliar as ideias centrais de Hegel presentes em sua filosofia do direito e do Estado, que tinham servido até então nas suas análises de problemas da realidade econômica, social e política.

O grupo do qual fazia parte, os jovens hegelianos (*hegelianos de esquerda*), propunha-se tirar do pensamento filosófico de Hegel conclusões a favor do ateísmo e da crítica da relação entre a religião e o Estado. O conjunto de ideias defendido pelos jovens hegelianos e, de modo mais radical, pelo jovem Marx, constituiu, por assim dizer, um programa radical do liberalismo, pois se colocavam na defesa de um Estado racional, humano e livre, do respeito aos direitos da pessoa humana, como o direito à liberdade, da democratização das relações políticas e do desenvolvimento da economia moderna industrial.

O advento de *A Essência do Cristianismo*, de Ludwig Feuerbach (1804-1872), em 1841, obra que marcou definitivamente a sua passagem para o materialismo filosófico, impressionou quase de

imediatamente o grupo jovem hegeliano, em especial a Marx. Os jovens discípulos de Hegel não conseguiam ir além da crítica limitada da religião dominante e da visão de que a interpretação das coisas podia afastar os aspectos irracionais e sua influência sobre o destino das pessoas e do Estado, mas não chegavam à essência mesma da alienação religiosa em voga.¹³

Pois bem, afastando-se da atividade jornalística no início de 1843, junto à Gazeta Renana, fechada pela censura logo em seguida, Marx casa-se com Jenny von Westphalen e, em Kreuznach, para onde se dirige temporariamente, dedica-se ao estudo de pensadores como Rousseau, Montesquieu, Maquiavel e, em particular, da filosofia do Estado de Hegel. Para este último filósofo, a sociedade civil era um produto da ideia de Estado e este parecia expressar-se mais perfeitamente no moderno Estado burguês.

Da revisão da teoria hegeliana, em 1843, Marx escreveu um manuscrito intitulado *Crítica da filosofia do direito de Hegel*, que seria publicado apenas em 1927, na União Soviética. Nesse texto, Marx realiza uma crítica da teoria hegeliana do Estado e chega à conclusão de que o fundamento para a compreensão da natureza do Estado se encontrava na sociedade civil e não inversamente, como a tradição filosófica havia destacado até então. Tratava-se de uma conclusão axial, que iria ter marcantes consequências no desenvolvimento posterior da concepção marxista de história e da sociedade burguesa.

Marx viajou no outono de 1843 a Paris para fundar, juntamente com Arnold Ruge, uma revista teórico-crítica de nome *Anais Franco-Alemães*. Passou então a ter contato com dirigentes e pensadores do movimento revolucionário e socialista europeu, tal como Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865), tornando-se, por força da atmosfera intelectual e social francesa, definitivamente comunista. Nos *Anais Franco-Alemães*, que teve apenas uma única edição em 1844, Marx publicou dois textos: *Introdução à crítica da filosofia do direito de Hegel* (1844) e *A questão Judaica* (1844). No mesmo ano escreveu os *Manuscritos econômico-filosóficos* (1844), que seriam publicados muitas décadas após sua morte, exatamente em 1932, na Rússia.

Na *Introdução à crítica da filosofia do direito de Hegel*, Marx (2005b:151) aparece como um filósofo radical, proclamando que

a arma da crítica não pode substituir a crítica das armas, que o poder material tem de ser derrubado pelo poder material, mas a teoria converte-se em força material quando penetra nas massas. A teoria é capaz de ser apossar das massas ao demonstrar-se *ad hominem*, e demonstra-se *ad hominem* logo que se torna radical. Ser radical é agarrar as coisas pela raiz. Mas, para o homem, a raiz é o próprio homem.

¹³Marx e Engels (2002a:09) observam, em *A Ideologia Alemã*, que os jovens hegelianos lutavam “unicamente contra as ilusões da consciência. Como, em sua imaginação, as relações dos homens, todos os seus atos e gestos, suas cadeias e seus limites são produtos da sua consciência, coerentes consigo próprios, os jovens hegelianos propõem aos homens este postulado moral: trocar a sua consciência atual, pela consciência humana, crítica ou egoísta e, assim fazendo, abolir seus limites”. Os jovens hegelianos propunham, entre outras coisas, ensinar aos “homens a trocar essas ilusões por pensamentos correspondentes à essência do homem, diz alguém (Feuerbach); a ter para com elas uma atitude crítica, diz outro (Bruno Bauer); a tirá-las da cabeça, diz o terceiro (Max Stirner) e – a realidade atual desmoronará” (Idem:03). Era a *ilusão de Hegel* que seus jovens discípulos reproduziam.

Tanto na *Introdução* como nos *Manuscritos*, Marx explora ao máximo a capacidade crítica das categorias abstratas e humanistas de Feuerbach, dispondo-as, de forma original, para a análise da alienação nos marcos da sociabilidade burguesa e da propriedade privada. Tratava-se, sobretudo, da defesa de uma concepção de comunismo ainda de cunho marcadamente filosófico, um passo essencial na trajetória teórico-política do revolucionário alemão para a elaboração de uma crítica profunda e sistemática ao pensamento dominante e à sociedade burguesa.

Um fato marcante desse período é que Friedrich Engels, um jovem alemão de convicções socialistas, escreveu dois textos para a mesma edição dos Anais Franco-Alemães, entre os quais se destacava um *Esboço para a crítica da economia política*, em que fez uma análise das contradições do capitalismo liberal e da propriedade privada burguesa a partir da leitura dos clássicos da economia política. Este texto teve influência imediata e decisiva sobre Marx e reforçou a necessidade de ir fundo na teoria econômica produzida pelos teóricos da Economia Política burguesa para compreender as relações materiais, a superestrutura jurídico-política e as formas de consciência, presentes na vida social moderna.

No ano de 1844, Marx manteve relações políticas mais próximas com Engels, com quem se correspondia. Por sua colaboração junto ao periódico democrático-radical fundado por imigrantes alemães em Paris, de nome *Vorwärts*, Marx foi expulso de Paris, a pedido do governo prussiano, e se instalou em Bruxelas, na Bélgica. Engels dirigiu-se também a Bruxelas e manteve com Marx intensas discussões sobre suas concepções filosófico-científicas.

Os dois revolucionários, apesar de origens familiares distintas (Engels teve uma formação para o exercício do comércio e uma forte influência religiosa), chegaram, por caminhos diferentes, ao mesmo referencial: o idealismo filosófico hegeliano e, posteriormente, o materialismo humanista feuerbachiano. Restando cristalina a afinidade teórica entre os dois socialistas, decidiram de comum acordo como tarefa imediata realizar uma crítica da filosofia jovem hegeliana e ajustar contas com suas concepções anteriores, a sua *consciência filosófica*, como disse certa vez Marx. Dessa empreitada, foram elaborados dois textos de enorme transcendência para o desenvolvimento da concepção materialista da história, quais sejam: *A Sagrada Família* (1845) e o manuscrito de *A Ideologia Alemã* (1846), este publicado postumamente (1932).

No primeiro deles, Marx e Engels combatem o idealismo dos jovens hegelianos, que, de forma pedante e preconceituosa em relação às massas trabalhadoras, pretendiam fazer da teoria um simples instrumento de contemplação da realidade, que, supunham especulativamente, deveria se adequar às suas concepções, para que fosse transformada. Para Marx e Engels, as ideias deveriam brotar da realidade material e não o contrário. Nossos autores expõem conscientemente sua adesão à teoria materialista de mundo, que fundamenta as ideias, a consciência e o conhecimento nas

condições materiais. Os jovens hegelianos “não lutam de maneira alguma contra o mundo que existe realmente ao combaterem unicamente a fraseologia desse mundo” (2002a:09). É uma crítica contundente às concepções dos irmãos Bruno e Edgar Bauer, de Max Stirner (1806-1856) e David Strauss, que acreditavam, entre outras coisas, que as simples ideias, abstraída da ação dos indivíduos concretos e da luta de classes, tinham o condão de imprimir mudanças na realidade e, por conta disso, utilizavam as ideias de Hegel apenas para questionar, no plano teórico e especulativo, a dominação religiosa e sua ligação com o Estado alemão.

No segundo texto, Marx e Engels observaram, a partir da análise do idealismo desses jovens discípulos hegelianos, que as ideias se transformam efetivamente em força material, quando tomam conta dos homens concretos, estes sim os verdadeiros condutores das mudanças sociais. Assimilaram, portanto, o método dialético, em toda a sua complexidade, colocando-o sob bases materialistas e históricas. A dialética evidenciava que a realidade social não era linear, homogênea, mas permeada de contradições e que não havia verdades eternas ou absolutas nas ciências sociais, como desejavam os teóricos burgueses, porquanto estavam o homem e a sociedade em constante transformação. Não tinha sentido, na visão fundada por Marx e Engels, se falar que o capitalismo, em desenvolvimento, representava um horizonte insuperável para a humanidade ou que a essência do homem no capitalismo correspondia à essência humana em geral. A consequência direta dessa maneira de encarar a história, o pensamento e a sociedade burguesa moderna era a de que a sociedade capitalista não era o fim último da humanidade e de que era possível a superação das atuais condições materiais e sociais. O comunismo aparecia, n’*A Ideologia Alemã*, como uma necessidade histórica para avançar a humanidade.

Antes de escrever, junto com Engels, *A Ideologia Alemã*, Marx havia elaborado um esboço de onze teses sobre a filosofia feuerbachiana, intitulado *Teses sobre Feuerbach*, em que manifesta claramente que o pensamento puro, dissociado das condições sociais e econômicas, autossuficiente, fechado em si mesmo, torna-se impotente diante das grandes tarefas colocadas aos homens pela sociedade hodierna. Expõe os limites do materialismo mecânico do século XVIII, por este considerar o homem como mero produto da natureza, por não conceber a natureza e a história humana como processo e o homem como um ser ativo. Não deixando de conferir importância à decisiva capacidade do homem de pensar, de apreender o real, de aprofundar seus conhecimentos sobre a sociedade e a natureza, nossos autores põem, entretanto, duas questões essenciais: a) a imprescindibilidade do enraizamento da teoria social nas relações concretas do mundo dos homens; b) a possibilidade das ideias se constituírem em uma força material, a partir do momento em que tomam conta dos homens concretos, apontando para a capacidade de unir teoria e prática, para a transformação da realidade.

Nos manuscritos de *A Ideologia Alemã*, Marx e Engels estenderam a teoria materialista de mundo à análise das relações sociais, compondo com maior profundidade os elementos gerais da sua nova visão da história e da sociedade humana, qual seja, a *Concepção Materialista da História*, para a qual a consciência social encontra a sua explicação e determinação pelo ser social, pela vida material da sociedade, pelas condições em que os homens produzem a sua existência social. Superaram, assim, suas concepções teóricas anteriores, em particular a influência de Feuerbach. Portanto, alertam Marx e Engels (2002a:10), as premissas das quais partiam não eram “bases arbitrárias, dogmas; são bases reais que só podemos abstrair na imaginação. São os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de existência, tanto as que eles já encontraram prontas, como aquelas engendradas de sua própria ação”. Suas premissas eram “os homens concretos, não os homens isolados e definidos de algum modo imaginário, mas envolvidos em seu processo de desenvolvimento real em determinadas condições, desenvolvimento este empiricamente visível” (Idem:20).

Ao contrário da visão dominante de um homem abstrato, genérico e sem história, fora das relações sociais de produção, Marx e Engels (2002a:101) entendiam que “a essência do homem não é uma abstração inerente ao indivíduo isolado. Na sua realidade, ela é o conjunto das relações sociais”. Para eles, não “é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência” (Idem:20) e que aquilo que os homens são “coincide, pois, com sua produção, isto é, tanto com *o que* eles produzem quanto com a maneira *como* produzem. O que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais da sua produção” (Ibidem:11). Os homens se constroem continuamente na história social pelo trabalho, pela relação que mantém entre si e com a natureza.

Opondo-se aos pensadores idealistas anteriores, que partiam das ideias, das representações e dos conceitos como fundamento da história e da realidade humana, Marx e Engels partem dos “homens que produzem suas representações, suas ideias etc., mas os homens reais, atuantes, tais como são condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e das relações que a elas correspondem, inclusive as mais amplas formas que estas podem tomar”. Concluem que a “consciência nunca pode ser mais que o ser consciente; e o ser dos homens é o seu processo de vida real” (Idem:19).

Engels contribuiu decisivamente para a nova concepção de história e de sociedade, com a publicação, em 1845, de *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, uma das mais consideráveis análises sobre as condições de vida do proletariado do século XIX sob o capitalismo, em particular no solo inglês. Esta magnífica obra foi produto da experiência de Engels, enquanto morava em Manchester, no conhecimento da situação social e econômica da exploração e desmoralização da classe operária pelas condições de vida capitalistas. Além de denunciar as agruras do operariado por conta das condições desumanas em que viviam e trabalhavam, Engels

procurou esboçar uma primeira análise de conjunto do capitalismo liberal, tratando do processo de industrialização, dos efeitos danosos para a vida operária, da urbanização crescente das cidades europeias e das modificações das relações sociais no campo com a indústria rural, da formação da classe operária e do definhamento de outras classes sociais, da profunda exploração social a que eram submetidos os trabalhadores, da luta de classes decorrentes dessas condições reais de existência, das primeiras formas de organização do proletariado, como as associações secretas e os sindicatos, da reação contra a maquinaria (*luddismo*), do movimento operário cartista (baseado nas reivindicações da Carta do Povo) e da contraposição entre tendências socialistas não proletárias e a proletária no interior do movimento operário nascente.

O contato com o movimento operário europeu e as concepções socialistas mais expressivas levou os dois pensadores a se aproximarem de uma organização política chamada *Liga dos Justos*, da qual participavam operários, artesãos e intelectuais. Antes de ingressarem na Liga, Marx e Engels haviam fundado anteriormente em Bruxelas um *Comitê de Correspondência Comunista* com o objetivo de organizar a classe operária, aproximar grupos e organizações de lutadores e realizar intensa propaganda da concepção comunista que estavam desenvolvendo. Suas intervenções foram fundamentais para que a Liga dos Justos se transformasse numa verdadeira organização proletária, passando a ter como objetivo não a simples luta pela implantação dos ideais da revolução democrático-burguesa, mas a luta contra a opressão do capital sobre o trabalho, a destruição da propriedade privada e a defesa do socialismo, mudando sua denominação para *Liga dos Comunistas* e inscrevendo como lema de seus estatutos: “Operários de todos os países, uni-vos!”. A Liga se tornava, nesse sentido, uma organização de combate contra a exploração da classe operária e um órgão da luta pela destruição das relações de produção burguesas.

Os estudos econômicos de Marx levaram-no a aderir definitivamente à teoria do valor-trabalho, que, em síntese, defendia que o valor das mercadorias é fundado na quantidade de trabalho necessário para produzi-las, teoria definitivamente consolidada pelo economista inglês David Ricardo, mas completamente desenvolvida por Marx. Em sua polêmica contra as concepções socialistas pequeno-burguesas no movimento operário, como as defendidas por Joseph Proudhon, que desejava implantar um socialismo nos interstícios do capital, sem luta, sem rupturas ou traumas, Marx defende a teoria do valor-trabalho em *A Miséria da Filosofia* (1847) e dela tira conclusões para a defesa da luta pelo socialismo, para além da ordem do capital, através do movimento operário organizado.

No segundo congresso da Liga dos Comunistas, realizado em 1847, Marx foi encarregado de redigir um documento expondo as principais posições (programa) da organização. Engels, inclusive, havia redigido um pouco antes um texto sobre as posições dos comunistas intitulado *Princípios do*

Comunismo, na forma de perguntas e respostas, que serviu de apoio ao intento de elaboração de um manifesto, síntese do programa comunista.

Marx põe-se a trabalhar em sua elaboração durante os meses finais de 1847, entregando o documento no começo de fevereiro de 1848, às vésperas de emergir a revolução democrático-burguesa de 1848, na Europa. O *Manifesto Comunista* constitui uma síntese profunda da história da humanidade e das diversas formações socioeconômicas, das condições históricas que levaram à formação e desenvolvimento do capitalismo, do aperfeiçoamento monumental das forças produtivas, com o processo industrial, das contradições da ordem do capital e das possibilidades abertas para a sua superação, para a construção do socialismo.

Marx e Engels aplicaram nesse documento, de forma inaudita, a concepção materialista na análise da história social, sobre a origem, desenvolvimento e superação da sociedade burguesa, as raízes históricas das classes fundamentais do capitalismo e suas peculiaridades, a relação entre os comunistas e o movimento operário e socialista internacional, as diferenças entre o comunismo moderno e as diversas vertentes do socialismo pré-marxista, as reivindicações da classe operária e o papel histórico do proletariado na sociedade moderna. O capitalismo provocou, frente à feudalidade medieval, aduz o *Manifesto*, um fabuloso crescimento das forças produtivas, superou o caráter puramente local da cultura, dando-lhe uma conotação universal, tornou instáveis as relações entre os indivíduos, em oposição à maior estabilidade das relações feudais, transformou as trocas mercantis na relação social dominante, generalizando-as, criando um mercado mundial.

Nele, os dois autores realizaram uma crítica mordaz das concepções idealistas de sociedade, entre as quais a liberal, que legitimava e obscurecia as reais relações sociais, nas quais se dá a exploração do capital sobre o trabalho, bem como das teorias que se propunham mudar o capitalismo, sem destruir a propriedade privada dos meios de produção, por meio de simples reformas sociais. Marx e Engels concluíram que essas representações teóricas eram privadas de uma rigorosa análise histórica, defendendo a unidade entre o movimento socialista e o movimento operário, isto é, que as transformações das relações de produção e a possibilidade de uma sociedade nova fossem resultado da luta do proletariado por sua emancipação.

Tendo estudado as análises dos historiadores franceses (François Guizot, Thierry e François Auguste Mignet, entre outros) sobre as classes sociais e os interesses conflitantes, e superando as várias formas de socialismos utópicos ingleses, franceses e alemães, representados principalmente por Claude-Henri Sant-Simon (1760-1825), Auguste Blanqui (1805-1881), Charles Fourier (1772-1837) e Robert Owen (1771-1858), que apelavam para os sentimentos filantrópicos da classe dominante, Marx e Engels apontaram para um horizonte além da ordem do capital, precisamente o da emancipação dos explorados, pela transformação da sociedade em direção ao socialismo. Trata-

se de um documento que continua surpreendentemente atual em suas teses mais essenciais, e inspira as lutas socialistas em todos os países.

Diante das repercussões da revolução de 1848, na Europa, Marx acabou expulso da Bélgica, dirigindo-se novamente a Paris e, logo após, à Alemanha, onde publicou um jornal chamado *Nova Gazeta Renana* (de 1848 a 1849) e permaneceu engajado nas atividades políticas de organização do movimento operário. Engels participou também do movimento revolucionário de 1848 na Alemanha, envolvendo-se diretamente na frente de batalha contra a reação aristocrática. Marx publicou nas páginas da Nova Gazeta Renana (*Neue Rheinische Zeitung*), em 1849, uma síntese de suas conferências junto à Associação Operária Alemã de Bruxelas, em dezembro de 1847, sob o título *Trabalho assalariado e capital*. Esse texto não só constitui um escrito de fácil compreensão das análises econômicas marxistas, embora incompleto, se comparado aos textos posteriores, como é fundamental na compreensão do desenvolvimento intelectual do autor.

Das jornadas revolucionárias francesas e alemãs, de suas consequências políticas para a luta de classes e para a organização operária, bem como a atuação do proletariado no conjunto dos acontecimentos, Marx faria uma análise profunda em *As lutas de classes na França de 1848 a 1850*, publicada em 1850, e escreveria *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* (1852). Ambos os livros representam uma aplicação da teoria materialista à análise de acontecimentos específicos da história moderna. A compreensão da experiência dos eventos revolucionários de 1848-1849 deu a Marx elementos para avançar na análise das classes sociais, de suas condições materiais de vida, suas aspirações, formas de luta e sua ligação ao conjunto da sociedade capitalista. A traição da burguesia, sua aproximação às classes mais conservadoras da sociedade europeia de então, sua repressão, pelo Estado e Justiça, do movimento operário, a perseguição dos dirigentes do proletariado, a propensão à toda reação no domínio da ciência social levaram Marx a aquilatar, com maior clareza, o caráter da luta social dos explorados, a tática e a estratégia adequada para tal fim.

A posição adotada por Marx foi expressa na *Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas* (1850), em que destaca o caráter permanente da revolução proletária, não se estancando nas reivindicações democráticas, como desejava frequentemente a burguesia liberal-democrática e a pequena-burguesia radical. Os operários deveriam levar a luta até o final, transformar o processo revolucionário em revolução permanente e desenvolver as tarefas revolucionárias socialistas. Não tendo qualquer ilusão nas potencialidades revolucionárias da burguesia europeia, que se aliou à reação, além de reprimir os revolucionários proletários, Marx ainda nutria ilusões quanto à possibilidade da pequena burguesia liderar um movimento revolucionário radical, mas destacou claramente as limitações desta classe, que, uma vez em situação de vantagem política, tentaria frear o impulso revolucionário das massas, restringindo a revolução aos seus interesses materiais e políticos, ligados à pequena propriedade privada.

Dissipadas as energias revolucionárias de 1848, a reação estatal veio à tona com toda a força. Dirigentes foram processados e encarcerados, movimentos sociais e organizações políticas foram perseguidos, as pretensões socialistas desmoralizadas publicamente pela burguesia por meio da imprensa a ela associada, enfim, a contrarrevolução se abateu profundamente por vários anos. O capitalismo entrou num período de largo desenvolvimento econômico, repercutindo na consciência social e na luta de classes. Expulso de sua terra natal, Marx seguiu a Paris e, obrigado de novo a se retirar da França, instalou-se definitivamente na Inglaterra, onde viveu até a morte. Marx, que havia interrompido seus estudos econômicos por causa do processo revolucionário, dedicou-se novamente aos estudos de economia política¹⁴, sem descuidar das atividades políticas junto aos trabalhadores e emigrados em Londres. Também escreveu com a ajuda de Engels diversos artigos sobre conjuntura econômica para jornais.

A formação definitiva, em seus elementos mais permanentes, da crítica marxista da economia política e da sociedade burguesa dar-se-á com a publicação de *Para a crítica da economia política* (1859) e de sua *magnum opus*, *O Capital* (1867), Livro I, além dos Livros II e III, organizados e publicados postumamente por Engels, respectivamente em 1885 e 1894. O Livro IV, conhecido como *Teorias da mais-valia*, foi editado por Karl Kautsky (1854-1938), entre 1905 e 1910. Trata-se de um conjunto de textos indispensáveis para a compreensão profunda das origens, desenvolvimento, condições atuais e possibilidades de transformação do modo de produção capitalista. Destaque-se também que a elaboração de *O Capital* foi antecedida por décadas de estudo da literatura econômica e pelo acompanhamento do desenvolvimento do capitalismo, tendo como um dos momentos marcantes os manuscritos dos *Grundrisse* (1857-58).

Marx teve, ao lado de Engels, um papel histórico decisivo na fundação e organização da *Associação Internacional dos Trabalhadores* (AIT), conhecida como a *Primeira Internacional*, em 1864, compondo o seu Conselho Geral. Tiveram de lutar intransigentemente contra o utopismo socialista e anarquista no seio da organização política dos operários, de modo a avançar teórica e praticamente na consolidação do programa e do movimento do proletariado e na perspectiva de análise da sociedade burguesa. A luta de Marx, ao lado do seu amigo Engels, ficou expressa no texto *Salário, Preço e Lucro* (1865). Durante a intensa atividade política na Internacional, estourou em 1871 a primeira revolução proletária, a Comuna de Paris. Marx e Engels não só apoiaram concretamente as mobilizações dos operários parisienses em luta, como tiraram preciosas lições quanto à questão da organização e caráter do Estado e do processo de transição ao socialismo, após a tomada do poder. Marx foi encarregado, à época, pela Internacional, de redigir mensagens sobre esse grande acontecimento histórico, dentre as quais se destaca *A guerra civil na França* (1871).

¹⁴No *Prefácio à Contribuição à crítica da economia política*, Marx (1982:27) esclarece: “A publicação da *Nova Gazeta Renana* (*Neue Rheinische Zeitung*), em 1848 e 1849 e os acontecimentos posteriores interromperam meus estudos econômicos, que só puderam ser retomados em 1850, em Londres”.

Nas décadas seguintes até o final de suas vidas, Marx e Engels se dedicaram à constituição de partidos operários na Europa. Seus esforços se concentraram também na aplicação da concepção materialista da história a domínios cada vez mais amplos e à organização política do proletariado. Em 1869, formou-se o Partido Social-Democrata Alemão, de inspiração marxista, que em seguida foi reforçado pela fusão entre os discípulos de Marx e os adeptos das ideias de Ferdinand Lassalle. Os marxistas haviam feito concessões decisivas no campo do programa político para facilitar a aproximação com os lassalleanos. Essas concessões teórico-políticas foram objeto de intensa e profunda crítica de Marx, no texto *Crítica ao Programa de Gotha*, de 1875.

Seus esforços em aperfeiçoar as posições das organizações proletárias (Internacional e partidos operários), unindo uma concepção clara sobre a ordem do capital à organização da classe operária em direção à transformação pela raiz de seus fundamentos econômico-sociais demonstram que, em Marx, vida e obra foram integralmente dedicadas à elevação da teoria, em suas mais diversas direções e amplitude, apropriando-se de tudo que de bom a humanidade havia construído até então. Marx tinha em vista transformar a teoria em força material, isto é, em algo que, tomando conta da classe trabalhadora e dos que sofrem com as mazelas produzidas pelo capital, pudesse levar à superação das formas de exploração do homem pelo homem e à construção de uma sociedade em que o livre desenvolvimento de cada um seja a condição para o livre desenvolvimento de todos.

Após a morte de Marx, ocorrida em 14 de março de 1883, Engels (1976b:214) sintetizou todo o empenho teórico-político do revolucionário alemão na seguinte passagem:

Pois Marx era, antes de tudo, um revolucionário. Cooperar, de um modo ou de outro, para a derrubada da sociedade capitalista e das instituições políticas por ela criadas, contribuir para a emancipação do proletariado moderno, a quem ele havia infundido pela primeira vez a consciência de sua própria situação e de suas necessidades, a consciência das condições de sua emancipação: tal era a verdadeira missão de sua vida. A luta era o seu elemento. E lutou com uma paixão, uma tenacidade e um êxito como poucos. Primeira Gazeta Renana, 1842; Vorwärts de Paris, 1844; Gazeta Alemã de Bruxelas, 1847; Nova Gazeta Renana, 1848/1849; New York Times, de 1852 a 1861 – a tudo isso é necessário acrescentar um montão de folhetos de luta e o trabalho nas organizações de Paris, Bruxelas e Londres, até que nasceu, por último, como coroamento de tudo, a grande Associação Internacional dos Trabalhadores, que era, na verdade, uma obra da qual o seu autor podia estar orgulhoso ainda que não houvesse criado outra coisa.

Destaque-se nessa trajetória teórica e prática da teoria marxista a profícua contribuição de Engels. Este pensador foi responsável pela exposição e difusão de aspectos fundamentais da teoria marxista e da dialética, como a questão do Estado e a origem da propriedade privada, a crítica da filosofia idealista alemã, uma visão ampla do pensamento marxista, a superação das concepções utópicas de socialismo, entre outros grandes temas. São dele obras gigantescas como *As guerras camponesas na Alemanha* (1850), *Revolução e contrarrevolução na Alemanha* (1852), *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (1884), *Do socialismo utópico ao socialismo científico* (1880), *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (1845), *Anti-Dühring* (1877), além de

textos concebidos em conjunto com Marx, como *O Manifesto Comunista* (1848), *A sagrada família* (1845) e *A ideologia alemã* (1846). Sem Engels, cuja simplicidade o fez se autointitular o “segundo violino”, o marxismo poderia não existir em sua plenitude e, certamente, se existisse, seria menos rico e intenso do que se apresenta.

Durante os quarenta anos em que estiveram juntos, produzindo teoricamente e construindo o movimento operário, Marx e Engels vivenciaram os grandes acontecimentos históricos do século XIX e intervieram no seio dos movimentos dos trabalhadores em defesa de suas reivindicações, lutas, organizações e conquistas. Para Lênin (1979:72),

A história da Filosofia e a história da ciência social mostram com toda a clareza que o marxismo não tem nada que se assemelhe a ‘sectarismo’ no sentido de uma doutrina dobrada sobre si mesma e ossificada, surgida à margem da grande via do desenvolvimento da civilização universal. Pelo contrário, Marx teve de genial o responder às perguntas que a humanidade avançada tinha já levantado. A sua doutrina nasceu como *continuação* direta e imediata das doutrinas dos representantes mais eminentes da filosofia, da economia política e do socialismo.

E destaca:

A doutrina de Marx é todo-poderosa, porque é justa. É harmoniosa e completa; dá aos homens uma concepção coerente do mundo, inconciliável com toda a superstição, com toda a reação, com toda a defesa da opressão burguesa. É a sucessora legítima de tudo quanto a humanidade criou de melhor no século XIX: a filosofia alemã, a economia política inglesa e o socialismo francês (Idem, *Ibidem*).

O marxismo é uma teoria que, como todas as outras concepções de sociedade, tem consequência no campo da ação humana:

a) o marxismo não foi, como muitas correntes filosófico-científicas, produto do pensamento e da prática puramente acadêmica. Marx viveu um período curto de sua vida dedicado às atividades acadêmicas (basicamente de 1835-1841), quando iniciou o curso de Direito na Universidade de Bohn, depois se dedicando ao estudo de Filosofia na Universidade de Berlim, tendo defendido uma tese de doutoramento perante a Universidade de Iena em 1841. Engels sequer chegou a cursar universidade oficialmente, mas assistiu a conferências e participou das discussões jovem-hegelianas. Depois de 1841, tornou-se inviável para Marx qualquer carreira acadêmica, devido às perseguições políticas e à censura. Daí em diante, dedica-se ao jornalismo e, tornando-se socialista, ao desenvolvimento da teoria revolucionária e à organização política da classe operária;

b) Marx e Engels contribuíram decisivamente para o desenvolvimento da ciência e da filosofia com a elaboração da *concepção materialista da história*, de base dialética, com a sua utilização no estudo e na crítica da história das formações econômico-sociais pré-capitalistas e à sociedade capitalista moderna. Desde antes de *A Ideologia Alemã*, esta nova concepção encontrava-se em gestação, mas com *A Ideologia Alemã* ganhou a sua primeira, profunda e mais extensa exposição sistemática. O pensamento de Marx é, portanto, resultado de todo o processo de assimilação e

reelaboração do conhecimento acumulado historicamente pela humanidade ao longo de sua história. *O Manifesto Comunista*, *A Guerra Civil na França* e *O Capital* representam certamente momentos singulares nesta caminhada;

c) constituindo-se uma concepção de história, de sociedade e de indivíduos, necessariamente crítica e revolucionária, a teoria de Marx e Engels aponta, irresistivelmente, para a atividade de organização dos trabalhadores e demais explorados, portanto, para a luta pelo socialismo. Conclui-se, assim, que a concepção de Marx e Engels exige não só o estudo permanente da realidade social, política, econômica e cultural da sociedade em que vivemos, mas, como seu complemento dialético, a ação para transformá-la. No marxismo, a teoria é elaborada a partir da análise do desenvolvimento dialético do real e oxigena-se pela prática revolucionária no interior dos movimentos sociais, em particular, do movimento operário.

Capítulo III

O marxismo como referencial teórico-metodológico

Toda ciência seria supérflua se a essência das coisas e sua forma fenomênica coincidissem diretamente (Marx, *O Capital*).

No capítulo II, procuramos demonstrar a partir da análise da trajetória teórico-política de Marx e Engels o vínculo entre a teoria e a prática social na vida e na obra dos fundadores do marxismo. Marx e Engels se esforçaram por articular definitivamente o movimento socialista ao movimento operário, a luta pelas reivindicações imediatas do proletariado ao combate pela superação do capitalismo, em defesa do socialismo. Agora é preciso analisar a filosofia e o método de investigação da realidade social, que estão na base dos fundamentos teóricos do marxismo.

Qual o significado do método marxista para a produção do conhecimento nas ciências sociais? Qual a sua relação com a concepção filosófica materialista, desenvolvida mesmo antes do marxismo? Em que sentido Marx superou as concepções metodológicas unilaterais anteriores e enriqueceu o método com a forma dialética de pensar? Enfim, qual a importância do método dialético no conjunto da teoria social de Marx e Engels?

Quando analisamos uma determinada corrente de pensamento, jamais podemos deixar de lado a sua fundamentação filosófica e científica. Da mesma forma, a opção teórico-metodológica que orienta, articula e perpassa a investigação de qualquer questão social, política, econômica ou jurídica não pode ser ignorada, quando se elabora ou se lê um texto. Ela é fundamental na compreensão das categorias manejadas na análise e as consequências político-sociais que emanam do conjunto de posições dos pensadores sobre a natureza, a história e a sociedade.

Vivemos numa época em que imperam os modismos intelectuais, o apego ao autor do momento, tão descartável quanto à duração das mercadorias nas condições da atual produção destrutiva do capital. Tal como acontece com a incessante transformação das relações sociais e econômicas contemporâneas, as supostas “novas teorias”, propondo-se superar as anteriores, aparecem e somem deixando um rastro de confusões teóricas. Esses teóricos do momento ora repõem anteriores visões de sociedade, sob outras roupagens e linguagem sofisticada (como o positivismo, em suas várias versões), ora desbordam para o idealismo, ou mesmo reforçam o irracionalismo, a fragmentação do conhecimento e o individualismo, como no chamado pós-modernismo. As teorias pós-modernas rejeitam o que chamam de grandes narrativas, entre as quais enquadram o marxismo, descartam a perspectiva da história, da realidade concreta e da crítica à sociedade burguesa, isto é, a categoria da totalidade social. Restringem-se a uma visão atomizada dos problemas humanos, por fim, viram as costas para as contradições e antagonismos da sociedade em que vivemos, certamente, em muitos aspectos diferentes dos séculos XIX e XX, mas, em sua essência, produtora de miséria, opressão e desumanidades.

John Bellamy Foster (1999:225), na coletânea organizada junto com Ellen Meiksins Wood, intitulada *Em Defesa da História: marxismo e pós-modernismo*, observa com propriedade:

A ironia do pós-modernismo é que, enquanto alega ter transcendido a *modernidade*, abandona desde o início toda esperança de transcender o capitalismo em si e de ingressar em uma era pós-capitalista. A teoria pós-modernista, portanto, é facilmente absorvida na estrutura cultural dominante, tendo mesmo dado origem a textos tais como o *Postmodern Marketing*, que tenta utilizar as percepções de pensadores como Foucault, Derrida, Lyotard e Baudrillard para vender bens na economia capitalista. Talvez esse seja o destino final da teoria pós-modernista – sua absorção pela imensa máquina de marketing da economia capitalista, adicionando ironia e cor a uma ordem comercial que terá constantemente que encontrar novas maneiras de insinuar-se na vida diária da população. Enquanto isso, o materialismo histórico continuará a ser um território intelectual necessário para todos os que procuram não se deleitar no ‘carnaval’ das relações produtivas e do mercado capitalista, mas transcendê-los.

Para além da confusão teórica dos pós-modernos¹⁵, que timbra o atual estágio da teoria filosófica da academia, é imprescindível destacar o caráter engajado da teoria marxista com a causa dos trabalhadores. O marxismo não esconde (e não tem qualquer motivo para esconder!) o objetivo da elaboração teórica, política e programática socialista: a compreensão da realidade que se quer transformar, a superação da propriedade privada e a constituição do socialismo. Diversos pensadores das ciências sociais preferem cobrir-se com o manto de neutralidade diante dos grandes conflitos sociais e políticos. Erguem com ardor a consigna da neutralidade científica, diante dos valores, dos conflitos e das opções político-sociais, confundindo-a com a objetividade na produção teórica e científica. Não poucas vezes, gritam em alto e bom som, que fazer ciência é incompatível com a prática política e, ainda mais, com a prática política revolucionária.

Uma singular teorização dessa pretensa neutralidade nas ciências sociais deu-se com o advento da filosofia positivista. O positivismo, como concepção teórico-metodológica, partia do pressuposto de que ciência e juízos de valor, conhecimento científico e ideologia são duas realidades estranhas e incomunicáveis. Encarando as relações sociais como fatos, tais como os fenômenos da natureza, permitiu-se a tarefa de construir uma física social, capaz de reproduzir fielmente a verdade dos fatos, tendo como parâmetro uma observação objetiva e neutra.

Os intelectuais, que compunham essa corrente de pensamento, cujo maior representante no âmbito da filosofia foi Augusto Comte (1798-1857), autor do *Curso de Filosofia Positiva*, e cuja influência se estendeu a um enorme campo da teoria social e filosófica moderna (com reflexos em autores como Max Weber e Émile Durkheim), mal disfarçavam suas opções políticas em favor da sociabilidade burguesa industrial, da segunda metade do século XIX e princípios do século XX e chegaram, abertamente, a propugnar formas pretensamente racionais de organização das relações sociais, em oposição às transformações propostas pelos socialistas, em particular pelo marxismo.

¹⁵Quanto ao pós-modernismo, existe uma importante análise crítica. Entre os autores, podemos citar: Perry Anderson, *As origens da pós-modernidade* (1997); Fredric Jameson, *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio* (1997) e a coletânea organizada por Ellen Meiksins Wood e John Bellamy Foster, *Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo* (1999).

Porém, sabemos que nenhuma investigação, pesquisa ou produção de conhecimento, no âmbito das ciências sociais, é isenta de um referencial teórico-metodológico, por mais que os pesquisadores tentem passar para o leitor uma imagem de neutralidade axiológica. Michael Löwy (2003b:13-14) anota que

a objetividade nas ciências da sociedade não pode consistir no estreito molde do modelo científico-natural e que, ao contrário do que pretende o positivismo em suas múltiplas variedades, todo conhecimento e interpretação da realidade social estão ligados, direta ou indiretamente, a uma das grandes *visões sociais de mundo*, a uma perspectiva global socialmente condicionada.¹⁶

Nem mesmo as ciências naturais são completamente alheias às pressões das condições materiais de existência e dos interesses da classe dominante, pelo menos quanto à sua aplicação e formas de financiamento. São, no contexto da sociedade burguesa, profundamente atingidas pelos interesses do capital, que decidem dos investimentos, confinam as atividades científicas de ponta aos laboratórios das grandes corporações nacionais e internacionais, direcionam as escolhas dos objetos de pesquisa, sujeitam as conquistas das ciências e da técnica às necessidades da produção mercantil, como ocorre com a indústria farmacêutica, e regulam a aplicação dos avanços nas forças produtivas ao ritmo da acumulação do capital.

Não obstante, para além da influência dos pressupostos positivistas nas ciências sociais, da mais aberta com Comte às mais sutis com Durkheim e Weber, há outra tendência no seio das ciências sociais que é igualmente equivocada. Trata-se de autores que enfocam a realidade social e os conceitos, que deveriam expressá-las, como coisas eternas, deslocando especulativamente as categorias das relações sociais que exprimem, de suas raízes históricas. Isso ocorre, por exemplo, no campo da ideologia jurídica, a ideologia burguesa enquanto tal, mas também está presente em maior ou menor grau nos demais ramos das ciências sociais, como é o caso da Economia Política.

As relações sociais da específica sociedade burguesa são elevadas, por seus defensores, à condição de relações supra-históricas. Torna-se possível, para certos autores, referir-se a uma natureza e uma essência humanas abstratas e imodificáveis, a relações sociais insuperáveis, como, por exemplo, o mercado, a propriedade privada, a exploração, o dinheiro e a mercadoria. Por essa ótica, chega-se à falsa conclusão de que a sociedade burguesa é o limite, o horizonte inultrapassável para os homens, realidade contra a qual não há alternativas a não ser aperfeiçoá-la, mas jamais superá-la.

Na verdade, as grandes descobertas científicas, os avanços filosóficos, as lutas teóricas e ideológicas estão intimamente ligadas às condições materiais da existência social. É assim que

¹⁶Sobre esta e outras concepções de mundo e sua relação com a elaboração do conhecimento, ver as profundas análises em *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento* (2003b) e *Ideologias e Ciência Social: elementos para uma análise marxista* (2003a), ambos de Michael Löwy.

Marx e Engels colocaram a relação entre as ideias de uma determinada época e a sua relação com as condições econômicas, sociais, políticas e culturais. Nenhum pensador, pesquisador ou investigador atua nas nuvens, sem ligação com determinado meio social e condições históricas concretas. É a partir dessa base teórico-conceitual que Marx e Engels analisam o desenvolvimento das grandes correntes filosóficas, do passado até o século XIX. E é com base nessa análise que podemos compreender o desenvolvimento filosófico-científico no século XX e primeiras décadas do século XXI.

Desde a antiguidade, desenvolveram-se duas linhas fundamentais de compreensão científica e filosófica da relação entre o ser e o pensamento (ou a natureza e o espírito, a matéria e as ideias), que se expressam nas concepções idealista e materialista, ainda que tenham se desenvolvido, ao longo da história, inúmeras variantes destas duas perspectivas, inclusive tentativas de conciliação destas concepções opostas (como é o caso de Kant e seus seguidores).

Como diz Engels, “a grande questão fundamental de toda filosofia, em particular da filosofia moderna, é a da relação entre o pensamento e o ser”, entre o espírito e a natureza, entre as ideias e a matéria. A resposta a esse problema dividiu os pensadores:

Os que afirmavam o caráter primordial do espírito em relação à natureza e admitiam, portanto, em última instância, uma criação do mundo, de uma ou de outra forma (e para muitos filósofos, como para Hegel, por exemplo, a gênese é bastante mais complicada e inverossímil que na religião cristã), firmavam o campo do idealismo. Os outros que viam a natureza como o elemento primordial, pertencem às diferentes escolas do materialismo (2005:88-90).

Mas, como acrescenta Engels, os conflitos não pararam aí. O desdobramento das respostas idealistas e materialistas à relação entre a natureza e o espírito (o ser e o pensamento, as ideias e a matéria), levou a outras perguntas axiais para a ciência e o pensamento filosófico, tais como: “que relação mantém nossos pensamentos sobre o mundo que nos rodeia com esse mesmo mundo? Nosso pensamento é, de fato, capaz de conhecer o mundo real? Podemos, com nossas representações e conceitos sobre o mundo real, formar uma imagem exata da realidade?” (Idem, *Ibidem*).

O idealismo filosófico se funda na tese de que a natureza é produto e expressão do espírito e do seu desenvolvimento. Ou, de outro modo, que a matéria é produto das ideias ou que o ser é determinado pelo pensamento. A sua forma mais acabada na antiguidade se conformou nas teorias de Platão (426-348 A.C.) acerca da determinação da forma sobre as coisas sensíveis (matéria), da alma imortal sobre o corpo mortal, do mundo das ideias eternas, imutáveis, incorpóreas sobre o mundo dos corpos e objetos. Levando às últimas consequências, chega-se à conclusão idealista de que a natureza e a vida humana se explicam pelos desígnios de Deus. De que a alma existe para além do corpo, enfim às mais variadas explicações teológicas da natureza e da história.

Mesmo em se tratando de uma concepção mais avançada e dialética, porém idealista, como a de Hegel, a história humana nada mais representa que o desdobramento do espírito absoluto, isto é, da ideia. A explicação do desenvolvimento da natureza e da organização social humana encontra-se invertida e completamente obscurecida pelo idealismo, nas suas mais variadas escolas. Aplicando o idealismo ao campo da análise social e histórica, fala-se então que as condições sociais (estado social) são produzidas pela consciência social (pelos preconceitos, opiniões, estados de ânimo e pelas ideias de uma determinada época) e não o contrário.

A segunda corrente filosófica, que também se desenvolveu na antiguidade, é o materialismo, que, sinteticamente, defende a tese de que a natureza e não o espírito é o elemento primordial, a partir do qual se desenvolveu o próprio homem, como produto de um longo processo. As suas formas embrionárias se encontram nas análises dos filósofos materialistas da antiguidade como Demócrito (460-370 A.C.) e Epicuro (341-270 A.C.). Portanto, a consequência dessa concepção é que o homem é produto da evolução da natureza, em determinadas condições, e que a consciência e o pensamento são produtos mais acabados da matéria altamente desenvolvida, o cérebro. No caso de Marx e Engels, veremos mais adiante, a consciência e o pensamento são condicionados também social e historicamente.

A favor da concepção materialista de mundo encontram-se as grandes descobertas científicas, que mostram soberbamente que a natureza existiu antes do advento da vida, em particular da vida humana. Só depois de bilhões de anos de existência da Terra é que se constituíram as condições elementares para o surgimento da vida e, por um processo longo e complexo de evolução, da espécie humana. As pesquisas sobre a atividade cerebral e o desenvolvimento do psiquismo aprofundaram os conhecimentos humanos sobre o cérebro e o seu funcionamento. Enfim, os dados arqueológicos, históricos e antropológicos acumularam elementos e evidências de como se desenvolveram as formas de trabalho, de ferramentas, de organização da produção, da arte e cultura, ou seja, a longa relação do homem com a natureza na produção das condições materiais de existência. Evidentemente, a concepção materialista acompanhou o avanço da ciência e da filosofia, de modo que a própria noção de matéria e a articulação entre as ideias e as relações sociais se alteraram substancialmente.

Associadas às duas grandes correntes de pensamento filosófico desenvolveram-se principalmente duas formas de pensar as coisas e fenômenos, quais sejam a metafísica e a dialética. A metafísica é caracterizada, entre outras, por encarar as coisas e as relações em sua imobilidade e não em sua mobilidade e mudança, por analisar os fenômenos naturais e sociais isolados uns dos outros, como se estivessem completamente estanques e desprovidos de qualquer articulação, por descartar as relações entre eles e, portanto, por estabelecer entre as coisas e processos sociais divisões e barreiras intransponíveis, por desconsiderar as contradições existentes na realidade.

Assim, a natureza é analisada como constituída de coisas fixas, imóveis, ou quando muito, dotadas de um movimento puramente mecânico (deslocamento), desarticulado e que não comporta mudanças. Parmênides (530-460 A.C.), por exemplo, na antiguidade defendia a imutabilidade do ser.

Engels (2005:59-60) sintetiza a concepção metafísica de pensamento da seguinte maneira:

Para o metafísico, as coisas e suas imagens no pensamento, os conceitos, são objetos de investigação isolados, fixos, rígidos, focalizados um após outro, de *per si*, como algo dado e perene. Pensa só em antíteses, sem meio-termo possível; para ele, das duas uma: sim, sim; não, não; o que for além disso sobra. Para ele, uma coisa existe ou não existe; um objeto não pode ser ao mesmo tempo o que é e outro diferente. O positivo e o negativo se excluem em absoluto. A causa e o efeito revestem também, a seus olhos, a forma de uma rígida antítese. À primeira vista, este método discursivo parece-nos extremamente razoável, porque é o chamado senso comum. Mas o próprio senso comum – personagem muito respeitável dentro de casa, entre quatro paredes – vive peripécias verdadeiramente maravilhosas quando se aventura pelos caminhos amplos da investigação; e o método metafísico de pensar, por muito justificado e até necessário que seja em muitas zonas do pensamento, mais ou menos extensas segundo a natureza do objeto de que se trate, tropeça sempre, cedo ou tarde, com uma barreira, ultrapassada, a qual se converte num método unilateral, limitado, abstrato, e se perde em insolúveis contradições, pois, absorvido pelos objetos concretos, não consegue perceber sua concatenação; preocupado com sua existência, não atenta em sua origem bem em sua caducidade; obcecado pelas árvores, não consegue ver o bosque.

A metafísica, que está associada ao senso comum, é uma forma limitada de pensar o mundo e a sociedade, pois não leva em conta as transformações, os processos e as contradições. Como avalia Engels (1990:102):

Certamente, desde que nos limitemos a focalizar as coisas como se fossem estáticas e inertes, contemplando-as isoladamente, cada uma de *per si*, no tempo e no espaço, não descobriremos nestas coisas nenhuma contradição. Encontrar-nos-emos com determinadas propriedades, umas comuns e outras diferentes e até mesmo contraditórias entre si, mas que não encerram uma contradição verdadeira uma vez que esta se encontra distribuída entre diversos objetos. Nos limites desta zona de observação podemos aplicar o método vulgar da metafísica sem nenhum perigo. Mas a coisa é diferente se quisermos focalizar os objetos dinamicamente, acompanhando-os em sua mobilidade, vendo-os transformar-se, viver, e influir uns sobre os outros. Ao pisar neste terreno, cairemos imediatamente numa série de contradições.

A forma dialética de pensar é completamente diversa. Para a dialética, as coisas, a história, a sociedade e os homens nunca permanecem como estão. Neste sentido, as coisas e as relações sociais são captadas em sua mobilidade e em seus processos de mudanças, em seu vir a ser, em seu devir. As coisas, a sociedade, a história e os homens se transformam ao longo de sua existência. Nada há de absoluto na natureza, na história, na sociedade e na vida humana. Nada há de definitivo, de eterno, de sagrado, que esteja alheio às contradições e às mudanças. Tanto os fenômenos da natureza quanto as relações sociais só podem ser compreendidos e explicados, quando articulados a outros fenômenos e relações sociais. Na antiguidade, a dialética encontrou sua expressão mais

acabada no pensamento de Heráclito, quando destacava em meio à aparência de calma, a profunda mutabilidade do ser.

Para a dialética, reforça Engels, as coisas e fenômenos da natureza e da sociedade se encontram em constante e ininterrupta transformação, e, portanto, devem ser apreendidas e analisadas em seu processo de origem, desenvolvimento, contradições e desaparecimento. Nas suas formas embrionárias, ainda no mundo grego antigo, a dialética demonstrava

a imagem de uma trama infinita de concatenizações e influências recíprocas, em que nada permanece o que era, mas tudo se move e se transforma, nasce e morre. Vemos, pois antes de tudo, a imagem de conjunto, na qual os detalhes passam ainda mais ou menos para o segundo plano; fixamo-nos mais no movimento, nas transições, na concatenização, do que *no que* se move, se transforma e se concatena. Essa concepção do mundo, primitiva, ingênua, mas essencialmente exata, é a dos filósofos gregos antigos, e aparece claramente expressa pela primeira vez em Heráclito: tudo é e não é, pois tudo *flui*, tudo se acha sujeito a um processo constante de transformação, de incessante nascimento e caducidade (Engels, 2005:58).

No fundo, a concepção dialética de mundo “focaliza as coisas e suas imagens conceituais substancialmente em suas conexões, em sua concatenação, em sua dinâmica, em seu processo de nascimento e caducidade” e tem a natureza como a pedra de toque. As

as modernas ciências naturais nos oferecem para essa prova um acervo de dados extraordinariamente copioso e enriquecido cada dia que passa, demonstrando com isso que a natureza se move, em última instância, pelos caminhos dialéticos e não pelas veredas metafísicas, que não se move na eterna monotonia de um ciclo constantemente repetido, mas percorre uma verdadeira história (Idem:61).

Essas duas concepções filosóficas, bem como as duas formas de pensar a natureza e a vida social, se expressaram de diversas maneiras ao longo do processo histórico desde o fim da antiguidade até a sociedade burguesa atual. No feudalismo, por exemplo, a filosofia e a ciência estavam sob o controle da principal instituição econômica, espiritual e política da época: a Igreja. A base do domínio espiritual da Igreja, através da Escolástica, era o controle desta instituição de grande parte das terras na Europa. A Igreja fundou escolas e universidades no medievo, que difundiam a concepção teológica de mundo e as consequências práticas desse modo de pensar a natureza e a vida social, legitimando as relações econômico-sociais vigentes no modo de produção feudal.

Do ponto de vista da formação do mundo e dos homens, prevalecia no mundo feudal o idealismo filosófico (as ideias fundam a realidade material), a teoria criacionista (Deus criara o homem e o universo), o fixismo (os homens, os animais, a natureza são os mesmos desde a sua criação, não evoluindo com o tempo) e a concepção geocêntrica de Ptolomeu, adaptada à interpretação bíblica (a terra encontra-se inerte no universo, as estrelas e demais planetas circulam ao seu redor). A fé, nessa realidade social e intelectual, era inconfundivelmente o horizonte da

razão. A Igreja feudal era na Terra a força espiritual, guardiã das escrituras sagradas, dos dogmas, costumes e das relações econômico-sociais; o senhor feudal (depois o monarca absoluto) a força material capaz de impô-las pela força das armas, quando necessário, diante do seu questionamento pelos dominados, os camponeses.

Entretanto, a desintegração do feudalismo e o questionamento cada vez maior das suas consequências ideológicas levaram ao fortalecimento da corrente materialista ao longo da transição do feudalismo ao capitalismo. No âmago desses acontecimentos de transcendência para a história da humanidade, forjaram-se entre os pensadores burgueses mais importantes ideias e teorias contrárias ao domínio espiritual e material da nobreza e do clero. Mesmo diante das mudanças, que atropelavam as condições sociais da dominação política e ideológica das classes dominantes feudais, estas continuaram defendendo as suas concepções de mundo, de história, da sociedade e dos indivíduos em grande parte construída pelos padres e autores da escolástica medieval.

Os primeiros sinais reais da transformação na forma de pensar o mundo, a história, os homens e a sociedade se manifestaram a partir do renascimento cultural e científico dos séculos XV e XVI, em que se destacaram homens como Leonardo da Vinci (1452-1519), Nicolau de Cusa (1401-1464), Nicolau Copérnico (1473-1543), Giordano Bruno (1548-1600), Michel de Montaigne (1533-1592), entre tantos. Em comum, esses pensadores tinham a necessidade de buscar respostas para as dúvidas e problemas que os perturbavam, relativos ao conhecimento, à natureza, ao homem e ao universo, para além das restritas e petrificadas interpretações escolásticas da Igreja, que acorrentavam a razão à fé, a realidade aos textos bíblicos, o pensamento aos dogmas mais intransigentes.

Assim é que o sistema geocêntrico de Ptolomeu e da física Aristotélica (a Terra como centro do mundo) é questionado pela teoria heliocêntrica (o Sol como centro do sistema solar) de Copérnico. As ideias deste são utilizadas por Giordano Bruno contra a cúpula clerical. Da Vinci, por intermédio de suas obras, recoloca o homem no bojo das preocupações, engaja-se no estudo dos conhecimentos acumulados em várias áreas, realizando experimentos e projetos que ainda hoje encantam a humanidade. Nicolau de Cusa e Michel de Montaigne passam a duvidar de certas verdades absolutas.

No campo político, gesta-se a partir das transformações materiais a formação dos Estados Nacionais, sob a forma do absolutismo monárquico, em parte financiado pelos burgueses em ascensão, que tinham como objetivo não só unificar nacionalmente as diversas parcelas territoriais e de poder local, como superar a fragmentação e as condições desfavoráveis ao avanço do comércio e das atividades econômicas típicas do período feudal, criando estradas, um único sistema de tributação e uma só moeda, além de regras elementares para dar segurança ao processo econômico em curso, minimizando as incertezas e os desconfortos dos burgueses. No plano da teoria política,

essa realidade se expressou nas análises penetrantes de pensadores como Nicolau Maquiavel (1469-1527) e Thomas Hobbes (1588-1679).

Dando continuidade às descobertas científicas iniciadas no período anterior, nos séculos XVI e XVII realçam-se personalidades como Galileu Galilei (1564-1642), Francis Bacon (1561-1626), René Descartes (1596-1650), Baruch Spinoza (1632-1677) e John Locke (1632-1704). O século XVII foi caracterizado por transformações políticas (Estados nacionais, o absolutismo e a Revolução Inglesa), econômicas (avanço das relações mercantis) e sociais (consequências na configuração das classes sociais em declínio e ascensão). Esses expoentes da ciência e da filosofia contribuíram decisivamente para o aprofundamento dos conhecimentos humanos, na medida em que duvidaram das verdades estabelecidas de forma insuperável pela fé e colocaram a razão e a experiência como *locus* da explicação dos fenômenos da natureza e da compreensão do processo de elaboração das ideias. Os ingleses Francis Bacon e John Locke são considerados por Marx e Engels como os pais do moderno materialismo, e, juntamente com Descartes, tiveram influência na retomada da crítica filosófica da ideologia escolástica medieval pelos enciclopedistas do século XVIII, em especial por Denis Diderot (1713-1784).

Na obra *A sagrada família*, Marx e Engels (2003:147-48), apesar de notarem as limitações históricas e teóricas próprias da época de transição avançada para o capitalismo, analisaram o papel fundamental e decisivo dos filósofos ingleses na configuração do materialismo e da ciência experimental moderna, inclusive a influência que tiveram nas ideias do século XVIII, na França:

O verdadeiro patriarca do *materialismo inglês* e de toda a ciência *experimental moderna* é Bacon. A ciência da natureza é, para ele, a verdadeira ciência, e a *física* sensorial a parte mais importante da ciência da natureza. Suas autoridades são, frequentemente, *Anaxágoras*, com suas *homeomerias*, e Demócrito, com seus átomos. Segundo sua doutrina, os *sentidos* são infalíveis e a *fonte* de todos os conhecimentos. A ciência é a ciência da *experiência*, e consiste em aplicar um *método racional* àquilo que os sentidos nos oferecem. A indução, a análise, a comparação, a observação e a experimentação são as principais condições de um método racional. Entre as qualidades inatas à *matéria*, a primeira e primordial é o *movimento*, não apenas enquanto movimento *mecânico* e *matemático*, mas também, e mais ainda, enquanto *impulso*, *espírito de vida*, *força de tensão* ou *tormento* – para empregar a expressão de Jacob Böhme – da matéria. As formas primitivas desta são *forças essenciais* vivas, individualizadoras, inerentes a ela, e que produzem as diferenças específicas. Em Bacon, na condição de seu primeiro fundador, o materialismo ainda esconde de um modo ingênuo os germens de um desenvolvimento omnilateral. A matéria ri do homem inteiro num brilho poético-sensual. A doutrina aforística em si, ao contrário, ainda pulula de inconseqüências teológicas. Em seu desenvolvimento posterior, o materialismo torna-se *unilateral*. Hobbes é o *sistematizador* do materialismo *baconiano*. A sensualidade perde seu perfume para converter-se na sensualidade abstrata do *geômetra*. O movimento *físico* é sacrificado ao *mecânico* ou *matemático*; a *geometria* passa a ser proclamada como a ciência principal. O materialismo torna-se *misantrópico*. E, a fim de poder dominar o espírito *misantrópico* e *descarnado* em seu próprio campo, o materialismo tem de matar sua própria carne e torna-se *asceta*. Ele se apresenta como um *ente intelectualivo*, mas ele desenvolve também a consequência insolente do intelecto. (...) Locke, em seu ensaio sobre as origens do entendimento humano, fundamenta o princípio de Bacon e de Hobbes. Assim como Hobbes havia destruído os preconceitos *teístas* do materialismo baconiano, assim também Collins, Dodwell, Coward, Hartley, Priestley etc. jogam por terra a última barreira teológica do sensualismo lockeano. O teísmo não é, pelo menos para o materialista, mais do que um modo cômodo e indolente de desfazer-se da religião. Nós já mencionamos o quanto a obra de Locke

veio a calhar aos franceses. Locke havia fundado a filosofia do bom senso, do juízo humano saudável; quer dizer, havia dito através de um rodeio que não existiam filósofos distintos do bom senso dos homens e do entendimento baseado nele.

A história que se abria com o desenvolvimento das relações capitalistas de produção a partir do século XVI era, para muitos pensadores burgueses, manifestação do progresso, do desenvolvimento, do respeito à liberdade, à igualdade e aos direitos da pessoa humana. Em última instância, era necessário mudar as opiniões dos indivíduos para adequar as instituições políticas, as ideias e os comportamentos humanos às novas exigências das condições socioeconômicas da sociedade burguesa em formação, que estavam se impondo a pouco e pouco. Ávidos por transformações políticas que refletissem, no plano da superestrutura estatal e jurídica, as grandes mutações processadas ao longo dos séculos imediatamente anteriores na estrutura econômica da sociedade, encaravam a história feudal como expressão da mais vil ignorância e dos preconceitos humanos, que uma nova educação teria o papel de superar.

No século XVIII, a concepção materialista foi retomada, sob as novas bases, pelos *Enciclopedistas* franceses, entre os quais se destacaram Denis Diderot (1713-1784), Claude-Adrien Helvétius (1715-1771), Julien Offray de La Mettrie (1709-1751) e Paul-Henri Holbach (1723-1789).¹⁷ Para os materialistas do século das luzes, em sua luta incessante contra a escolástica e as formas idealistas de pensamento, era imprescindível ancorar o pensamento nas aquisições da ciência de então. Nesse embate com a Igreja e a ideologia feudal, os pensadores liberais burgueses foram levados a desenvolver a concepção materialista, segundo a qual a consciência e o pensamento são o produto mais acabados e evoluídos da matéria altamente desenvolvida (cérebro) e que o próprio homem era resultado, em última instância, da evolução da natureza.

Ora, as descobertas científicas, desde o renascimento das ciências na transição do feudalismo ao capitalismo mostravam a falta de fundamento das teses defendidas pelos teóricos idealistas da Igreja. Uma a uma das grandes concepções metafísicas e idealistas eram ruídas por cada descoberta no campo das ciências da natureza e da sociedade. Ao contrário de uma Terra fixa, em torno da qual giravam de maneira também fixa os demais astros, a ciência da física e da astronomia mostravam que a Terra é que girava em torno do Sol, assim como os demais planetas do sistema solar.

A parte da física mais desenvolvida até o século do iluminismo era a mecânica (que cuida dos movimentos e das forças).¹⁸ Por isso, os filósofos materialistas do século XVIII sofreram a

¹⁷Ainda n`*A sagrada Família*, Marx e Engels (2003:149) afirmam: “Uma união entre o materialismo cartesiano e o materialismo inglês pode ser encontrada nas obras de *La Mettrie*. Ele utiliza a física de Descartes até os detalhes. Seu “*L’homme machine*” é um desenvolvimento que parte do protótipo cartesiano do animal-máquina. No “*Système de la nature*” de Holbach, a parte física é constituída também pela combinação entre o materialismo francês e o inglês, assim como a parte moral descansa, essencialmente, sobre a moral de Helvétius. Mas o materialista francês que no final das contas guarda a maior relação com a metafísica, razão pela qual Hegel lhe tributa um elogio, é *Robinet* (“*De la nature*”), que se refere expressamente a *Leibniz*”.

¹⁸Georges Politzer faz uma análise interessante da relação entre materialismo e idealismo, metafísica e dialética, expondo as relações entre o renascimento das ciências no desenvolvimento do capitalismo e crise do feudalismo, e a

influência do pensamento científico de sua época, com suas limitações e avanços, procurando extrair das descobertas da ciência as consequências mais gerais para o debate filosófico. Não à toa, apesar de defenderem sem peias as teses fundamentais da concepção materialista de mundo, sintetizada na máxima da determinação das ideias pela matéria e, portanto, da consciência humana pela formação cerebral (matéria altamente desenvolvida), não conseguiam entender o movimento da matéria a não ser como movimento mecânico, como deslocamento e não como transformação. Era como se a natureza e a história fossem móveis, mas o seu movimento se dava de forma circular, repondo-se a si mesma, produzindo os mesmos resultados. Da mesma forma, esse materialismo observava o homem como um ser passivo diante da natureza, como sua extensão, como um produto do meio ambiente. Tinha um caráter contemplativo diante das coisas e dos homens e por isso desconsiderava a capacidade que os homens têm de agir, de construir a história e se construir. Por isso, o materialismo oitocentista é conhecido como materialismo mecânico ou mecanicista. Neste sentido, o pensamento desses materialistas era em certa medida marcado pela forma metafísica de pensar.

No final do século XVIII e primeira metade do século XIX, o pensamento científico-filosófico ganhou um novo impulso com as contribuições de pensadores da filosofia clássica alemã, entre os quais se destacaram as figuras de Kant e Hegel. O sistema de Hegel conduziu a filosofia clássica burguesa às suas últimas consequências e, apesar de ter uma base idealista, isto é, considerar a história, a sociedade humana e as condições materiais de existência como produtos do desdobramento das ideias, do espírito absoluto, Hegel tinha resgatado a dialética, desenvolvendo as suas leis e aplicando-as à sua concepção filosófica de mundo e da história.

O núcleo revolucionário da obra de Hegel era a dialética, a ciência das leis da transformação das ideias, da natureza, da história e da sociedade humana. Mas a própria dialética hegeliana achava-se entroncada em um sistema idealista de mundo, que era manipulado pelos discípulos hegelianos conservadores e de direita para justificar a monarquia, a religião e a reação. Por outro lado, os chamados jovens hegelianos de esquerda, grupo do qual fizeram parte Marx e Engels, procuravam tirar do sistema hegeliano conclusões críticas da religião, da política, do Estado, do sistema monárquico e da censura, em defesa de um Estado racional, de direitos humanos e da liberdade de expressão.

Entre os jovens hegelianos de esquerda, Ludwig Feuerbach foi o que realizou primeiramente e de maneira mais profunda a passagem da filosofia idealista à filosofia materialista, a partir da crítica da concepção hegeliana, isto é, a partir de uma crítica materialista do idealismo dialético de Hegel.

retomada do materialismo pelos pensadores do século XVIII. Apesar da simplicidade da análise do autor, ligada certamente à atividade teórica de formação partidária, trata-se de uma fonte para o estudo inicial da filosofia, a partir de um ponto de vista crítico. É evidente que não podemos permanecer neste nível, sendo indispensável compreender as grandes descobertas científicas e filosóficas posteriores, para enriquecermos, corrigirmos e amadurecermos ideias apenas ventiladas pelo autor. Cf. Georges Politzer, *Princípios elementares de filosofia* (2007).

Eis o patamar de conhecimentos e do desenvolvimento histórico até o momento em Marx e Engels começam suas atividades teórico-políticas na década de 1840.

Portanto, Marx e Engels não fizeram tábua rasa de todos os acontecimentos do passado, não renegaram os grandes avanços da ciência e da filosofia alcançados até a sua época. Ao contrário, absorveram tudo de bom que fora pensado até então. Apesar de todas as suas limitações, os avanços produzidos na teoria científica, na filosofia e na análise da história pelos filósofos materialistas do século XVIII, historiadores franceses, socialistas pré-marxistas e pelo pensamento dialético hegeliano são indelévels. Constituem a base a partir da qual Marx inicia a elaboração da concepção materialista da história, cuja mais acabada síntese está contida no *Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política*, que veio a lume em 1859, em que se estabelecem os fundamentos filosófico-científicos do marxismo.

Entretanto, torna-se conveniente ressaltar que Marx e Engels não assimilaram de forma acrítica os conhecimentos científico-filosóficos produzidos até então. Apropriaram-se, desenvolveram e reelaboraram os saberes existentes, acompanhando *pari e passo* os avanços científicos do século XIX. E não foram poucas as descobertas científicas do tempo dos dois revolucionários. Entre as mais importantes nos campos da ciência da natureza destacaram-se o descobrimento da célula e do seu desenvolvimento, a transformação da energia e a teoria da evolução de Charles Darwin. Além disso, tornaram-se mais frequentes os estudos sociais nas áreas da antropologia, história, arqueologia e paleontologia. A partir dessa assimilação, desenvolvimento e reelaboração do conhecimento, em bases históricas mais firmes, foi possível a Marx e Engels chegar a uma concepção comum, que ficou conhecida pelo nome de materialismo histórico-dialético.

Os dois revolucionários tiveram de esclarecer as diferenças de sua perspectiva teórico-metodológica em relação a outros autores e correntes de pensamento, em particular Kant (e os kantianos) e Hegel (e hegelianos). No prefácio de 1892, que escreveu à edição inglesa de *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*, Engels (1975a:14) defendeu a capacidade dos homens de conhecer o real contra a “coisa em si” incognoscível dos neokantismos:

Mas, ao chegar aqui, apresenta-se o agnóstico neokantiano e nos diz: Sim, poderemos talvez perceber exatamente as propriedades de uma coisa, porém nunca apreender a coisa em si por meio de nenhum processo sensorial ou discursivo. Essa “coisa em si” situa-se além de nossas possibilidades de conhecimento. Já Hegel, há muito tempo, respondeu a isso: desde o momento em que conhecemos todas as propriedades de uma coisa, conhecemos também a própria coisa; fica somente em pé o fato de que essa coisa existe fora de nós, e enquanto os nossos sentidos nos fornecerem esse fato, apreendemos até o último resíduo da coisa em si, famosa e incognoscível *ding na sich* de Kant. Hoje, só podemos acrescentar a isso que, na época de Kant, o conhecimento que se tinha das coisas naturais era bastante fragmentário para poder suspeitar, por trás de cada uma delas, uma misteriosa “coisa em si”. Mas, de então para cá, essas coisas inapreensíveis foram apreendidas, analisadas e, mais ainda, reproduzidas uma após outra pelos gigantescos progressos da ciência. E desde o instante em que podemos produzir uma coisa, não há nenhuma razão para que seja ela considerada incognoscível.

Os homens, portanto, podem e devem se esforçar por conhecer a realidade, a natureza, a história, a economia e a sociedade, e não há, *a priori*, nada que confirme a hipótese kantiana da impossibilidade de se conhecer a essência das coisas, isto é, a “coisa em si”. Como Engels destacou, o avanço incessante da ciência mostra exatamente o contrário, ou seja, demonstrou soberbamente a possibilidade dos homens conhecerem a vida social e os fenômenos da natureza. Hegel tinha razão contra Kant quando destacava que não há qualquer impedimento ao avanço do conhecimento humano.

Engels (1974:49-50), por outro lado, destaca a importância da dialética hegeliana para o desenvolvimento do pensamento humano e para as suas próprias concepções, mas expõe também, em *Dialética da Natureza*, a forma como Hegel a concebia e como o marxismo compreende a dialética:

É, portanto da história da natureza e da história das sociedades humanas, que são abstraídas as leis da dialética. Elas não são senão as leis mais gerais destas duas fases do desenvolvimento histórico assim como do próprio pensamento. Reduzem-se essencialmente às três leis seguintes: - a lei da passagem da quantidade à qualidade e inversamente; - a lei da interpenetração dos contrários; - a lei da negação da negação. Todas três são desenvolvidas por Hegel, à sua maneira, como puras leis *do pensamento*: a primeira, na primeira parte da *lógica*, na doutrina do Ser; a segunda ocupa toda a segunda parte, de longe a mais importante da *Lógica*, a doutrina da Essência; finalmente a terceira figura como lei fundamental para a edificação de todo o sistema. O erro consiste em que estas leis são impostas de cima à natureza e à história como leis do pensamento, em vez de serem deduzidas a partir da natureza e da história. Daqui resulta toda uma construção forçada capaz de nos pôr os cabelos de pé: quer queira quer não, o mundo tem de conformar-se a um sistema lógico, o qual não é mais que o produto de um certo estágio de desenvolvimento do pensamento humano. Se invertermos a coisa, tudo adquire uma grande simplicidade, e as leis dialéticas, que na filosofia idealista surgem como muito misteriosas, tornam-se simples e claras como o dia. Aliás, mesmo quem conheça pouco Hegel, sabe bem que este, em centenas de passagens, extrai da natureza e da história os exemplos mais peremptórios de apoio às leis dialéticas.

Hegel, apesar do caráter dialético do seu pensamento, era claramente um filósofo idealista, ou melhor, deduzia o processo de desenvolvimento da natureza e da história a partir das ideias, ou, nas suas próprias palavras, da evolução do espírito absoluto. Para Marx e Engels, as leis dialéticas são aferidas do próprio desenvolvimento histórico, são expressão no plano teórico-filosófico das transformações e contradições existentes na própria sociabilidade humana, nos fenômenos da natureza e no pensamento.

No prefácio à segunda edição de *O Capital*, datado de 1873, Marx (2002:28-29) esclareceu definitivamente a diferença entre o seu método dialético e o de Hegel:

Meu método dialético, por seu fundamento, difere do método hegeliano, sendo a ele inteiramente oposto. Para Hegel, o processo do pensamento – que ele transforma em sujeito autônomo sob o nome de ideia – é o criador do real, e o real é apenas sua manifestação externa. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais do que o material transposto para a cabeça do ser humano e por ela interpretado. Critiquei a dialética hegeliana, no que ela tem de mistificação, há quase 30 anos, quando estava em plena moda. Ao tempo em que elaborava o primeiro volume de *O Capital*, era costume dos epígonos impertinentes, arrogantes e medíocres que pontificavam nos meios cultos alemães, comprazerem-se em tratar Hegel tal

e qual o bravo Moses Mendelssohn, contemporâneo de Lessing, tratara Spinoza, isto é, como um ‘cão morto’. Confessei-me, então, abertamente discípulo daquele grande pensador, e, no capítulo sobre a teoria do valor, joguei várias vezes com seus modos de expressão peculiares. A mistificação por que passa a dialética nas mãos de Hegel não o impediu de ser o primeiro a apresentar suas formas gerais de movimento, de maneira ampla e consciente. Em Hegel, a dialética está de cabeça para baixo. É necessário pô-la de cabeça para cima, a fim de descobrir a substância racional dentro do invólucro místico. A dialética mistificada tornou-se moda na Alemanha, porque parecia sublimar a situação existente. Mas, na sua forma racional, causa escândalo e horror à burguesia e aos porta-vozes de sua doutrina, porque sua concepção do existente, afirmando-o, encerra, ao mesmo tempo, o reconhecimento da negação e da necessária destruição dele; porque apreende, de acordo com seu caráter transitório, as formas em que se configura o devir; porque, enfim, por nada se deixa impor; e é, na sua essência, crítica e revolucionária.

Assim, observa Engels, entre todos jovens hegelianos de esquerda, Marx foi o único que conseguiu extrair do complexo sistema idealista de Hegel o seu núcleo revolucionário, isto é, a dialética. Mas o método dialético de Marx está deslocado de sua base idealista, como era no sistema hegeliano, ganhando uma base materialista, histórico-social. Nesse sentido,

Marx foi e é o único que podia se entregar ao trabalho de retirar da lógica hegeliana o cerne que contém os verdadeiros descobrimentos de Hegel nesse campo, e de reconstituir o método dialético despojado de sua forma idealista, na simples transparência como a única forma exata do desenvolvimento do pensamento. O fato de Marx haver elaborado o método da crítica da Economia Política é, a nosso ver, algo que tem quase tanta importância quanto à concepção materialista fundamental (Engels, 2007:280).

Por isso, Marx foi capaz de superar o ponto de vista dos intelectuais jovens hegelianos de esquerda, entre eles os irmãos Bauer, a partir de um ponto de vista dialético e materialista, demonstrando o caráter idealista da filosofia e dos pressupostos teóricos do grupo jovem-hegeliano, avançando para uma concepção de mundo e de sociedade radicalmente crítica e revolucionária. Evidentemente, a passagem de Ludwig Feuerbach ao materialismo filosófico, pela crítica do sistema hegeliano e da religião, concorreu para a adesão de Marx e Engels ao materialismo. Foi pela via aberta por Feuerbach que Marx efetuou a primeira de uma sequência de críticas a Hegel e aos hegelianos, como é possível perceber pela leitura do manuscrito de 1843, intitulado *Crítica da filosofia do direito de Hegel*, como dissemos anteriormente, publicado apenas no século XX. A influência marcante de Feuerbach no pensamento de Marx também se expressa nos textos do final de 1843 e ao longo de 1844, tais como os *Manuscritos econômico-filosóficos*.

Quanto aos jovens hegelianos, Marx e Engels logo perceberam que se tratavam de meros críticos da sociedade alemã de sua época e, ainda assim, críticos idealistas. Para eles, a sua condição de pensadores os colocavam em situação superior ao conjunto da massa “acrítica”, isto é, dos trabalhadores e demais explorados pelo capitalismo em ascensão. Por isso, olhavam as massas com desprezo e atribuíam à razão crítica, que expressavam em suas obras, o caráter de redentora dos males da sociedade. Para eles, portanto, as ideias, por si mesmas, sem as determinações da vida social e das ações dos indivíduos como componentes de classes sociais, tinham o condão de

provocar transformações profundas na sociedade e na história, mediante a mudança da consciência. Transformando a consciência dos indivíduos, mudariam as condições em que os mesmos vivem. As ideias, tal como Hegel e seus discípulos defendiam, moldam o mundo à sua imagem e perfeição.

Não à toa, observam Marx e Engels (2009:22-23), em *A ideologia Alemã*,

para os jovens hegelianos as representações, ideias, conceitos, em geral os produtos da consciência (por eles autonomizada) têm o valor de autênticos grilhões dos homens; como, do mesmo modo, para os velhos hegelianos significam os verdadeiros elos da sociedade humana, percebe-se que os jovens hegelianos também só tenham de lutar contra essas ilusões da consciência. Segundo a sua fantasia, as relações dos homens, são produtos da sua consciência, assim os jovens hegelianos, de modo consequente, colocam aos homens o postulado moral de trocarem a sua consciência presente pela consciência humana, crítica ou egoísta, e, desse modo, de eliminarem as suas barreiras. (...) Esquecem, apenas, que a essas mesmas frases nada opõem senão frases, e que de modo algum combatem o mundo real existente se combaterem apenas as frases deste mundo.

Se num primeiro momento, Feuerbach foi importante para que os fundadores do marxismo aderissem à filosofia materialista e iniciassem uma crítica severa ao sistema de Hegel e aos jovens hegelianos de esquerda, mais adiante, na própria *A ideologia Alemã*, entre 1845-46, nossos autores se voltaram para a análise profunda e crítica das posições de Feuerbach. Reconhecendo os avanços de suas posições, por outro lado, não mediram esforços em demonstrar que a filosofia de Feuerbach era incompleta, como o era o materialismo do século XVIII, pelas seguintes razões:

O principal defeito de todo o materialismo existente até agora – o de Feuerbach incluído – é que o objeto [*Gegenstand*], a realidade, o sensível, só é apreendido sob a forma de *objeto* [*Objekt*] ou da *contemplação*; mas não como *atividade humana sensível*, como *prática*, não subjetivamente (...). Ele não entende, por isso, o significado da atividade ‘revolucionária’, ‘prático-crítica’ (Marx e Engels, Idem:123).

Nesse sentido, o materialismo elaborado por Marx e Engels, desde *A sagrada família* até *A ideologia alemã*, quando se distanciam do pensamento jovem-hegeliano e prestam contas com o materialismo humanista, abstrato e em certa medida mecânico de Feuerbach, tem um caráter histórico, concreto, dialético e prático. Tanto a concepção de indivíduo e do seu papel histórico, quanto da intervenção prática revolucionária, o materialismo de Marx e Engels representa um avanço em relação às concepções materialistas anteriores. Mas as diferenças não acabam aí. Marx (2002:31) destacou que a atividade de pesquisa, investigação e análise não é nada fácil e que não “há estrada real para a ciência, e só têm probabilidade de chegar a seus cimos luminosos, aqueles que enfrentam a canseira para galgá-los por veredas abruptas”.

Tanto nas Ciências da natureza como nas Ciências Sociais, os homens demonstraram uma capacidade impressionante. Evidentemente, como diz Marx (Idem:16),

O físico observa os processos da natureza, quando se manifestam na forma mais característica e estão livres de influências perturbadoras, ou, quando possível, faz ele experimentos que asseguram a

ocorrência do processo, em sua pureza. Nesta obra (*isto, em O Capital*), o que tenho de pesquisar é o modo de produção capitalista e as correspondentes relações de produção e de circulação.

Ou seja, na “análise das formas econômicas, não se pode utilizar nem microscópio nem reagentes químicos. A capacidade de abstração substitui esses meios”. As dificuldades encontradas no campo das Ciências Sociais são grandes e complexas, tendo em vista os interesses materiais em confronto na sociedade capitalista.

Nossos autores se esforçaram por aplicar a concepção materialista, antes limitada às ciências da natureza, à história da humanidade e, por consequência, ao estudo das formações pré-capitalistas e ao próprio modo de produção capitalista, à sua origem, dinâmica, estrutura, desenvolvimento e contradições, que geram a necessidade de uma transformação socialista. Esse esforço vai de *A ideologia alemã*, passando pelo *Manifesto Comunista* até os últimos escritos de Marx e Engels. N’ *O Capital*, Marx (Idem:18) se propõe a analisar “a lei econômica do movimento da sociedade moderna”, isto é, do modo de produção capitalista e da sociedade burguesa, erguida nessa base.

Por outro lado, a pesquisa no campo das ciências sociais desperta as maiores controvérsias e indignações, particularmente da classe dominante, em virtude de tocar na raiz do problema da exploração de uma classe sobre outra e de deixar patente as condições de existência da sociedade burguesa atual. Como diz o próprio Marx (Idem:18), “A pesquisa científica livre, no domínio da economia política, não enfrenta apenas adversários da natureza daqueles que se encontram também em outros domínios. A natureza peculiar da matéria que versa levanta contra ela as mais violentas, as mais mesquinhas e as mais odiosas paixões, as fúrias do interesse privado”.

Isso ocorre porque a Economia Política, enquanto ciência relativamente imparcial, só pôde se constituir enquanto a burguesia lutava pelo poder político na Europa e nas primeiras décadas de domínio político e luta contra a reação monárquica, da nobreza e da Igreja, constituída enquanto santa aliança, na primeira metade do século XIX. Quando a burguesia se torna classe efetivamente dominante e não há mais possibilidade de recuo ao modo de produção feudal e ao domínio da aristocracia e da Igreja, toma outro rumo, deixa de ser uma classe revolucionária e se torna uma classe reacionária, que não tem outro objetivo senão manter as atuais condições de exploração do trabalho assalariado.

Marx (2002:22-23) diz o seguinte, em *O Capital*:

A economia política burguesa, isto é, a que vê na ordem capitalista a configuração definitiva e última da produção social, só pode assumir caráter científico enquanto a luta de classes permaneça latente ou se revele apenas em manifestações esporádicas. Vejamos o exemplo da Inglaterra. Sua economia política clássica aparece no período em que a luta de classes não estava desenvolvida. Ricardo, seu último grande representante, toma, por fim, conscientemente, como ponto de partida de suas pesquisas, a oposição ente os interesses de classe, entre o salário e o lucro, entre o lucro e a renda da terra, considerando, ingenuamente, essa ocorrência uma lei perene e natural da sociedade. Com isso, a ciência burguesa da economia atinge um limite que não pode ultrapassar.

No momento em que a sociedade burguesa atinge um contexto histórico em que se tornam nítidas as diferenças de interesses entre capital e trabalho, o que se dá a partir da segunda metade do século XIX, com as revoluções de 1848, as ciências sociais, e, particularmente, a Economia Política, toma uma direção oposta: “Os pesquisadores desinteressados foram substituídos por espadachins mercenários, a investigação científica imparcial cedeu seu lugar à consciência deformada e às intenções perversas da apologética” (Idem:24). É o que Marx chama de *Economia Vulgar*, de caráter apologética da sociedade burguesa, em oposição à *Economia Política Clássica*, que deu enormes avanços ao conhecimento científico, ao desenvolver a teoria do valor-trabalho.

Entretanto, da mesma forma que a consolidação da sociedade burguesa leva a classe dominante a elaborar um conhecimento para legitimar a sua dominação enquanto classe social e colocar a economia, a sociedade e a política capitalista como o ápice do desenvolvimento humano e social, abriu-se a possibilidade para o desenvolvimento da ciência social, com base na crítica e na análise da realidade histórico-econômica e, particularmente, como reflexo do modo de produção capitalista em sua origem, dinâmica e contradições, qual seja, o aparecimento da concepção materialista da história, a partir da aplicação da filosofia materialista e dialética à história da humanidade e à crítica da sociedade burguesa.

A concepção filosófica que está na base da teoria marxista, a filosofia materialista, tem implicações na questão do método de investigação. Para Marx (2002:28), “A investigação tem de apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e de pesquisar a conexão íntima que há entre elas. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode descrever, adequadamente, o movimento real”. Ora, a concepção teórico-metodológica marxista nos mostra, pela análise das relações sociais de produção e reprodução da vida dos homens, pela trajetória histórica das formas sociais pré-capitalistas e pela emergência, desenvolvimento e crise da ordem do capital, que nada há de eterno e dado de uma vez para sempre no campo da história humana e das ciências sociais.

Mostra, por outro lado, que os indivíduos, em particular os pesquisadores, cientistas e investigadores não desenvolvem suas posições fora do ambiente social e cultural em que vivem e que suas teorias, ideias e concepções têm consequências práticas. Demonstra, igualmente, que as ideias, o conhecimento, a consciência etc. têm uma base material, isto é, são determinados social e historicamente. Do mesmo modo como os homens criaram, em determinadas condições, essas formas sociais, e, com elas, as relações jurídico-políticas, nas quais vivem e pensam, tendo como base medular as relações materiais de produção e reprodução, afirma Marx (2003:183), em *A miséria da filosofia*, “produzem também as ideias, as categorias, quer dizer as expressões abstratas

ideais dessas mesmas relações sociais. Assim, as categorias são tão pouco eternas como as relações que exprimem. São produtos históricos e transitórios”.

Todas as relações sociais aparecem na concepção materialista da história como aquilo que efetivamente são: relações históricas, transitórias, próprias de determinado período da história da humanidade que, assim como foram produzidas, podem ser recriadas ou destruídas, para em seu lugar, serem erguidas novas relações sociais, completamente diferentes e mesmo opostas. Realçamos: nada há de natural, permanente, absoluto, eterno, insubstituível, insuperável nas relações sociais, que os homens teceram e continuam dia a dia a constituir ao longo de sua história, para garantir a sua existencial material e espiritual.

A sociabilidade dos homens é para a teoria marxista extremamente complexa, prenhe de contradições e antagonismos, composta de uma teia de relações construídas em condições históricas determinadas, cujas bases, que não podem ser canceladas senão por pura especulação, são as condições materiais da existência humana, produzidas pelo trabalho, pela relação entre homens, e, destes, com a transformação da natureza. As condições da existência social, produzidas pelo trabalho humano, conformam as bases para a constituição e compreensão do tecido social da superestrutura jurídico-política e das formas de consciência social.

Em outras palavras, diz Engels (2007:274), a

tese de que ‘o modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral’, de que todas as relações sociais e estatais, todos os sistemas religiosos e jurídicos, todas as ideias teóricas que brotam na história somente podem ser compreendidas quando forem compreendidas as condições materiais de vida da época em questão e quando se conseguir explicar tudo aquilo por essas condições materiais; essa tese foi uma descoberta que revolucionou não apenas a Economia, mas também todas as ciências históricas (e todas as ciências que não naturais são históricas).

O marxismo, como referencial teórico-metodológico, procurou, desde Marx e Engels, apropriar-se dessas condições materiais de existência, das relações que os homens estabelecem entre si para produzir a sua vida social, das contradições engendradas pelas sociedades baseadas na propriedade e na apropriação privada dos produtos do trabalho, da luta de classes resultante deste processo, das transformações de uma formação social em outra, enfim da origem, desenvolvimento e possibilidades de superação da atual formação social burguesa, cuja base é o modo de produção capitalista, caracterizado pela exploração do trabalho assalariado e pela mercantilização das relações sociais. *O Capital*, de 1867, é a maior prova do esforço teórico-científico de Marx ao se apropriar da sociedade capitalista.

Desse horizonte intelectual, os fenômenos são analisados no contexto da totalidade social, portanto, em toda sua complexidade, nas suas intrincadas relações, em sua gênese histórica, transformações e configurações atuais. Não há lugar, na concepção materialista da história, para uma visão teleológica do processo histórico, seja determinada por uma divindade, como propõem as

teologias, seja pelo desenvolvimento da ideia ou do espírito absoluto, como queria Hegel, seja por uma essência natural, permanente, perene, imodificável, como desejavam os pensadores burgueses jusnaturalistas. Também não há lugar para as concepções idealistas do indivíduo.

Os pensadores da burguesia dos séculos XVII e XVIII, em sua crítica da sociedade feudal, partiam de um homem e de uma fase social idealizados, para assim naturalizar a economia capitalista moderna, legitimando a propriedade privada e conceber a essência humana como naturalmente egoísta, tendente a se conformar à competição e ao atendimento de interesses puramente particularistas. Para remediar os efeitos próprios à sociedade da natureza, supunham, os homens constituíram um contrato social, explicitando as novas relações sociais capitalistas em expansão. Eram as grandes linhas dos teóricos do contratualismo moderno, como Thomas Hobbes (1588-1679) e John Locke (1632-1704).

O homem historicamente existente, pensado pelo marxismo, é bem diferente do *Robinson Crusoe*, de Daniel Defoe (1660-1731). Os homens estão ligados a famílias, a grupos sociais, a nações, a continentes, à sociedade mundial e, particularmente, às classes sociais. Os homens trabalham, produzem, trocam e distribuem os bens, pensam e elaboram conhecimentos. Para realizar essas objetivações, entram em determinadas relações sociais, sejam elas de cooperação ou de exploração. Dessa forma, para Marx (1982:04), o homem é

no sentido mais literal, um *zoon politikon*, não só animal social, mas animal que só pode isolar-se em sociedade. A produção do indivíduo isolado fora da sociedade – uma raridade, que pode muito bem acontecer a um homem civilizado transportado por acaso para um lugar selvagem, mas levando consigo já, dinamicamente, as forças da sociedade – é uma coisa tão absurda como o desenvolvimento da linguagem sem indivíduos que vivam *juntos* e falem entre si.

A exposição do método marxista encontra-se sinteticamente formulado na *Introdução à crítica da economia política*, que Marx elaborou entre 1857/58. Nela, Marx (1982:14) diz que a Economia Política burguesa, em sua origem, maneja um método que começava pela análise de um “todo vivo, como a população, a nação, o Estado, vários Estados etc.; mas terminam sempre por descobrir, por meio da análise, certo número de relações gerais abstratas que são determinantes, tais como a divisão do trabalho, o dinheiro, o valor etc.”. De fato, a Economia Política, quando estudava um dado país, começava

por sua população, sua divisão em classes, sua repartição entre cidades e campo, na orla marítima; os diferentes ramos da produção, a exportação e a importação, a produção e o consumo anuais, os preços das mercadorias etc. Parece que o correto é começar pelo real e pelo concreto, que são a pressuposição prévia e efetiva; assim, em Economia, por exemplo, começar-se-ia pela população, que é a base e o sujeito do ato social de produção como um todo (Idem, Ibidem).

Esse método estava condicionado pelo avanço científico e histórico em que viviam os fundadores da Economia Política burguesa nos séculos XVII e XVIII. Parece, numa análise rápida,

ser suficiente para a elaboração científica do pensamento. Entretanto, não é bem assim. Marx (Idem, Ibidem) observa que a

população é uma abstração, se desprezamos, por exemplo, as classes que a compõem. Por seu lado, essas classes são uma palavra vazia de sentido se ignoramos os elementos em que repousam, por exemplo: o trabalho assalariado, os preços etc. O capital, por exemplo, sem o trabalho assalariado, sem o valor, sem o dinheiro, sem o preço etc., não é nada. Assim, se começássemos pela população, teríamos uma representação caótica do todo, e através de uma determinação mais precisa, através de uma análise, chegaríamos a conceitos cada vez mais simples; do concreto idealizado passaríamos a abstrações cada vez mais tênues até atingirmos determinações as mais simples. Chegados a esse ponto, teríamos que voltar a fazer a viagem de modo inverso, até dar novo com a população, mas desta vez com uma representação caótica do um todo, porém com uma rica totalidade de determinações e relações diversas.

Marx então conclui: o primeiro método “constitui o caminho que foi historicamente seguido pela nascente economia”. Entretanto, esses mesmos economistas do século XVIII, uma vez chegando, a palpadelas, a um certo número de relações gerais abstratas, deram origem a sistemas econômicos

que se elevam do simples, tal como o trabalho, divisão do trabalho, necessidade, valor de troca, até o Estado, a troca entre as nações e o mercado mundial. O último método é manifestamente o método cientificamente exato (...). No primeiro método, a representação plena volatiliza-se em determinações abstratas, no segundo, as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto por meio do pensamento (Idem, Ibidem).

Extraír da realidade concreta conceitos e categorias abstratos, ou, como diz Marx relações abstratas não constitui por si só o próprio conhecimento científico. É preciso, munido dos conceitos, compreender o concreto real, enquanto uma unidade rica de múltiplas determinações. É preciso compreender os processos, a origem, a estrutura, a dinâmica e as contradições do fenômeno analisado. O método de Marx, portanto, consiste em um movimento do pensamento do concreto ao abstrato e deste ao concreto (ou, como dissemos, movimento dialético concreto-abstrato-concreto), em um constante evoluir dialético de ida e volta, numa ligação entre as ideias, produtos da atividade intelectual de abstração, e a realidade social, de modo que o conhecimento não se limite à aparência da vida cotidiana, nem se esgote na elaboração ideal e na produção de fórmulas nas quais frequentemente os teóricos encaixam e comprimem as relações sociais. Os problemas da sociabilidade são analisados em suas mútuas relações, em sua dinâmica interna e nas influências recíprocas, no entrechoque de forças opostas que atuam no interior dos processos sociais e em suas transformações.

A teoria e o método marxistas se oxigenam da concretude da vida humana, procuram apreendê-la em sua intensa complexidade e, ao extraírem as categorias do movimento do real, voltam continuamente ao concreto para cotejar o conhecimento produzido, as determinações apreendidas abstratamente com as tendências concretas da vida social, com a realidade em contínuo movimento.

O marxismo toma as condições concretas da existência humana, as relações sociais, os homens reais e históricos, que nascem, vivem, produzem e pensam como começo para a análise, mas não se restringe ao conjunto dos fatos empiricamente observados. Procura identificar as categorias mais simples, que congregam ou condensam as relações fundamentais do ser social. Mas Marx não se contenta com concepções que se limitam, em regra, aos dados fornecidos pelos sentidos, com a verificação dos fatos e as expressões fenomênicas da superfície da vida cotidiana, a partir dos quais, de maneira indutiva, filtram as hipóteses. Para Marx, o empírico, a aparência dos fenômenos é apenas o ponto inicial para uma análise rigorosa dos processos, das tendências e do movimento das relações sociais.

Por outro lado, Marx não deseja construir a realidade a partir das ideias, de forma dedutiva ou elaborar hipóteses, conceitos ou categorias desarticulados da processualidade da história, como simples produtos da subjetividade humana. Para o idealismo filosófico, é como se as coisas, as relações sociais e a história fossem uma exteriorização do pensamento humano, construídas *a priori* pela razão humana abstrata. Encara-se erroneamente a realidade objetiva como resultado do processo cognitivo. Do ponto de vista do marxismo, a realidade social não é uma manifestação do pensamento, das ideias, ela existe objetivamente, fora da consciência dos homens que pensam. Marx observa que o método que, por intermédio da abstração, reproduz em todo o seu desdobramento o real, parte exatamente do concreto, para, dialeticamente, compreender as suas múltiplas determinações, o que se efetiva através do conjunto categorial elaborado a partir do movimento das relações sociais. Mas não poderia se esgotar aí: volta ao real. O método que “*consiste em elevar-se do abstrato ao concreto não é senão a maneira de proceder do pensamento para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo como concreto pensado*” (1982:14).

Numa síntese da concepção marxista história, um certo leitor de Marx descreveu da seguinte forma o método materialista da história:

Para Marx só uma coisa importa: descobrir a lei dos fenômenos que ele pesquisa. Importa-lhe não apenas a lei que os rege, enquanto têm forma definida, e os liga relação observada em dado período histórico. O mais importante de tudo, para ele, é a lei de sua transformação, de seu desenvolvimento, isto é, a transição de uma forma para outra, de uma ordem de relações para outra. Descoberta esta lei, investiga ele, em pormenor, os efeitos pelos quais ela se manifesta na vida social. (...) Em consequência, todo o esforço de Marx visa demonstrar, através de escrupulosa investigação científica, a necessidade de determinadas ordens de relações sociais e, tanto quanto possível, verificar, de maneira irrepreensível, os fatos que lhes servem de base e de ponto de partida. Para atingir seu objetivo, basta provar a necessidade da ordem atual e, ao mesmo tempo, a necessidade de outra ordem, na qual se transformará, inevitavelmente, a primeira, acreditem ou não os seres humanos, tenham ou não consciência da transformação. Marx observa o movimento social como um processo histórico-natural, governado por leis independentes da vontade, da consciência e das intenções dos seres humanos, e que, ao contrário, determinam a vontade, a consciência e as intenções (...). Se o elemento consciente desempenha papel tão subordinado na história da civilização, é claro que a investigação crítica da própria civilização não pode ter por fundamento as formas ou os produtos da consciência. O que lhe pode servir de ponto de partida, portanto, não é a ideia, mas, exclusivamente, o fenômeno externo. A inquirição crítica limitar-se-á a comparar, a confrontar um fato, não com a ideia, mas com outro fato. O que lhe importa é que

ambos os fatos se investiguem da maneira mais precisa, e que constituam, comparando-se um com o outro, forças diversas do desenvolvimento; mas, acima de tudo, releva a essa inquirição que se estudem, com não menos rigor, a série de ordens de relações, a sequência e a ligação em que os estágios de desenvolvimento aparecem. Mas, dir-se-á, as leis econômicas são sempre as mesmas, sejam elas utilizadas no presente ou no passado. É isto que Marx contesta. Não existem, segundo ele, essas leis abstratas. Ao contrário, cada período histórico, na sua opinião, possui suas próprias leis. Outras leis começam a reger a vida quando ela passa de um estágio para outro, depois de ter vencido determinada etapa do desenvolvimento. Em uma palavra, a vida econômica oferece-nos um fenômeno análogo ao da história da evolução em outro domínio, o da biologia. (...) Os velhos economistas não compreenderam a natureza das leis econômicas, porque as equiparam às leis físicas e da química. (...) Uma análise mais profunda dos fenômenos demonstra que os organismos sociais se distinguem entre si de maneira tão fundamental como as diferentes espécies de organismos animais ou vegetais. E não somente isto, o mesmo fenômeno rege-se por leis inteiramente diversas em consequência da estrutura diferente daqueles organismos, da modificação de determinados órgãos, das condições diversas em que eles funcionam etc. Marx nega, por exemplo, que a lei da população seja a mesma em todos os tempos e em todos os lugares. (...) Afirma, ao contrário, que cada estágio de desenvolvimento tem uma lei própria de população. Com o desenvolvimento diferente das forças produtivas, mudam as relações sociais e as leis que as regem. Quando Marx fixa, como seu propósito, pesquisar e esclarecer, desse ponto de vista, a ordem econômica capitalista, está ele apenas estabelecendo, com máximo rigor científico, o objetivo que deve ter qualquer investigação correta da vida econômica. (...) O valor científico dessa pesquisa é patente: ela esclarece as leis especiais que regem o nascimento, a existência, o desenvolvimento, a morte de determinado organismo social, e sua substituição por outro de mais alto nível. E esse é o mérito do livro de Marx (2002:26-28).

É possível, por esse caminho, desvelar um rico e articulado conjunto de mediações e processos que não eram vistos na imediatez dos fatos. O arsenal dialético de Marx principia pelas configurações alicerçadas no real, ultrapassando a mera aparência dos fatos, tais como eles nos chegam através dos sentidos, do contato direto com o mundo. Estes nos permitem, de forma imediata, uma representação caótica do todo. Sem dúvida os dados dos sentidos são de suma importância na apreensão do real, mas apenas como ponto de partida, nunca como um fim em si mesmo. Os fatos empíricos não nos fornecem diretamente a articulação social em toda a sua dinâmica.

Mas, observa Marx: “o concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, a unidade do diverso”. A razão parte do *concreto real*, opera um processo de *abstração*, através do qual é possível identificar características, múltiplas determinações e processos, em meio ao caos aparente da realidade empírica. Os fenômenos passam a ser estudados em suas mediações com a totalidade da vida social. Identificados os processos e as tendências, a razão volta-se ao concreto, que agora aparece para o investigador, não como uma totalidade indiferenciada, mas como um processo de ricas determinações, ou, como diz Marx (1982:14), “uma rica *totalidade de determinações e relações diversas*”, como concreto pensado.

Para Lyra Martins (1998:18),

O verdadeiro cientista social deve conseguir transpor as aparências das coisas tais como se apresentam de forma mais imediata para, então analisar as articulações nelas ocultas. Para isto, ele propôs que se atingisse um nível adicional a sequência ‘concreto-abstrato’ na exploração da realidade social, o concreto pensado. Só neste nível, o estudioso teria a consciência crítica apurada através da reflexão

forçada pela confrontação entre a teoria elaborada e o ponto de partida que foi a realidade concreta apreendida inicialmente de forma desprezível, caótica. O percurso metodológico correto e completo para Marx seria, portanto: concreto – abstrato – concreto pensado.

Os fenômenos sociais são estudados não só em sua gênese histórica, nas condições em que foram gestados, e em seu desenvolvimento ao longo da história da humanidade, mas, também, em suas configurações atuais, como se manifestam na vida contemporânea, suas novas determinações e funções sociais que assumem na sociabilidade capitalista. Nessa perspectiva metodológica, o trabalho comparece como a categoria fundante do ser social, da sociabilidade humana, em todas as formações socioeconômicas, da menor a mais complexa. Enquanto existir sociedade, os homens terão, para garantir a sua existência, de realizar cotidianamente o intercâmbio com a natureza.

Como afirma Marx (2002:64-65), em *O Capital*, o trabalho, “como criador de valores de uso, como trabalho útil, é indispensável à existência do homem – quaisquer que sejam as formas de sociedade -, é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza e, portanto, de manter a vida humana”. Através da atividade essencial do trabalho, os homens, articulados numa teia de relações diversificadas, produzem as condições materiais, os bens, os produtos, as coisas necessárias para a existência da vida social. E o fazem no intercâmbio com a natureza, da qual extraem as matérias-primas, assimilando suas propriedades, colocando as forças naturais a serviço da existência humana. A natureza, por sua vez, é uma base que não pode ser eliminada. Existia antes da constituição do ser social. Não há ser social possível sem essa articulação do trabalho com a natureza, sem a produção social, e, neste âmbito, na expansão cada vez mais ampla das relações sociais.

O trabalho encarnado nos homens concretos tem uma tendência, com o desenvolvimento das forças produtivas, à superação das adversidades mais candentes da natureza, sendo capaz, sob as determinadas condições históricas, de produzir mais do que o necessário para a reprodução social imediata, projetando, pois, perspectivas para além de si mesmo. Como dissemos, esse processo está condicionado pelo desenvolvimento das forças produtivas, isto é, pelo nível da técnica e da organização do trabalho. Neste sentido, o trabalho, como protoforma (forma primária, originária) da práxis social, abre novas possibilidades e necessidades, impulsiona o homem ao conhecimento das propriedades dos objetos e dos eventos naturais. O trabalho, por meio do qual os homens realizam o intercâmbio com a natureza para construir as bases materiais da existência social, também alarga os horizontes das atividades humanas, que, quanto mais se diversificam e se expandem, requer, continuamente, a formação de novos complexos sociais e o aperfeiçoamento das formas de organização sociais, enfim, o trabalho amplia os horizontes não só da reprodução da sociedade como a necessidade de um conhecimento minimamente efetivo da realidade sobre a qual o homem intervém.

Esse processo, difícil e contraditório, está na base do aparecimento não só das primeiras formas de pensamento humano, que buscaram uma explicação dos fenômenos naturais e sociais, de caráter embrionário, das formulações mais simples às mais abstratas, e sua fixação e acumulação ao longo da história da humanidade, através da aprendizagem e da experiência individual e coletiva, até a compreensão mais aproximativa do real, qual seja a ciência. A práxis humana, evidentemente, não se reduz ao metabolismo com a natureza, isto é, à troca orgânica com a natureza, à transformação das propriedades e matérias-primas em bens indispensáveis à existência social, ao trabalho propriamente dito, tendo em vista que a vida social é extremamente complexa e heterogênea. Os atos humanos são múltiplos, de modo que a práxis humana não se confunde com os atos de trabalho. Embora práxis social e trabalho sejam inconfundíveis, as atividades sociais dos homens e sua conexão em forma de sociabilidade não se manteriam sem a base material edificada pelo trabalho humano. Para o marxismo, o trabalho constitui o fundamento da sociabilidade, pois através dessa atividade se produzem as condições materiais da sociedade humana.

Nessas relações sociais, correspondentes a um determinado nível de desenvolvimento das forças produtivas (da técnica, produtividade e organização do trabalho), os homens exercem determinado papel no processo de produção e de intercâmbio, compondo classes sociais distintas, como o escravo e o senhor, no escravismo antigo, o servo e o proprietário de terra, no feudalismo, o proletariado e a burguesia, na moderna sociedade capitalista. Enfim, como integrantes de alguma classe têm um determinado acesso à riqueza social produzida pela sociedade.

O trabalho, por exemplo, não é simplesmente a condição indispensável e essencial da vida humana no metabolismo com a natureza, da qual retira as matérias-primas e suas propriedades para produzir bens. Essa condição do trabalho como produtor de valores de uso, presente em todas as formas de sociedades na história, não diz tudo sobre o trabalho. Ele assume determinações e especificidades nas diversas formações sociais. Nas sociedades primitivas, onde vige o modo de produção baseado na propriedade coletiva da terra, o chamado comunismo primitivo, no qual o nível de desenvolvimento dos conhecimentos sobre os fenômenos da natureza e das forças produtivas é rudimentar, o trabalho assume características específicas, que o distancia das formas mais desenvolvidas e complexas de organização social. E as sociedades primitivas já eram sociedades complexas.

Da mesma maneira, a ampliação das forças produtivas, a divisão social do trabalho, o surgimento da agricultura e do comércio colocaram novas determinações à atividade de trabalho, inexistentes nas sociedades primitivas. O advento da propriedade privada e, com elas, das desigualdades e classes sociais, com interesses antagônicos e contrapostos, criaram as condições para a generalização do trabalho escravo, nas sociedades antigas, do trabalho servil na sociedade

feudal, incorporando, na sociedade burguesa, a condição de trabalho assalariado e explorado pelo capital.

Tal como a categoria trabalho, o conceito de produção deslocado das condições de uma determinada sociedade é uma abstração, como diz Marx em *Introdução à Para a crítica da economia política*. A produção possui características comuns a todas as formas de sociedades ou a algumas delas, mas a análise da categoria da produção não deve preterir as especificidades de cada uma das formações sociais concretas ou históricas, aquilo que responde pelas suas diferenças, pelo seu movimento.

Toda produção ocorre numa determinada época histórica, em determinadas condições sociais, numa específica articulação do trabalho com a natureza e dos homens entre si. A produção supõe certo nível de desenvolvimento das forças produtivas, isto é, da técnica e da organização do trabalho. Por sua vez, a produção divide-se em formas e ramos diferentes como a agricultura, a pecuária, o extrativismo, o comércio e a indústria, com o uso de instrumentos inteiramente manuais ou o com emprego de máquinas mais avançadas, em relações de cooperação ou exploração, para atender a demanda interna ou o mercado externo e assim por diante. Sob a base da organização do trabalho e da produção social, correspondentes a um determinado nível de desenvolvimentos das forças produtivas, criaram-se as instituições políticas e formaram-se as diversas concepções de mundo. É dessa forma que Marx examina as categorias trabalho e produção social.

As determinações encontradas e traduzidas teoricamente pelo pesquisador são expressões dos processos concretos, dos movimentos e tendências da sociedade, e, neste sentido, formas de ser do movimento que constitui e dinamiza o real. As determinações são apreendidas pela elaboração teórica por meio de categorias, conceitos. O aparato categorial, como diz Marx (1982:18), não é uma mirabolante criação da mente humana, sem balizas, mas “exprimem, portanto, formas de modo de ser, determinações de existência”. A realidade, dinâmica e complexa, no universo conceitual de Marx, encontra-se em contínua transformação, permitindo a produção de um conhecimento mais completo, amplo, diversificado e próximo da verdade, em sua essência relativa.

Em síntese, quando estudamos qualquer complexo social, como direito, política e economia, que integra o real em sua totalidade dinâmica e diversificada, estamos lidando com uma realidade contraditória, em contínua transformação, repleta de mediações, marcada por conflitos sociais e lutas determinantes. O referencial teórico-metodológico marxista nos possibilita a apreensão do real em seu movimento, tendências, conexões e transformações. Pois bem, marxismo é aqui compreendido como o conjunto de análises articuladas à prática revolucionária de emancipação dos trabalhadores, como uma concepção social do processo histórico, da sociedade e dos homens, em sua relação com a natureza, que têm sua gênese nas contribuições de Marx e Engels. Esse conjunto

de análises não só foi interpretado de maneira distorcida, como foi combatido ardorosamente pela ideologia burguesa. Mas também foi enriquecido, ampliado e inovado por inúmeros autores.

O marxismo procura basear as suas análises, seja de questões muito abstratas, seja de problemas específicos da realidade social, em dados e elementos fornecidos pelas ciências naturais e sociais. Como todo conhecimento da sociedade e dos homens, que deita suas raízes nas ideias acumuladas pela ciência, o marxismo não pretende ser uma concepção acabada e absoluta, mas essencialmente relativa, de modo que se encontra aberto às novas descobertas e aquisições da ciência e da filosofia nos mais variados campos de investigação. Neste sentido, no processo de investigação e produção do conhecimento, seja nas ciências naturais (Física, Biologia, Química) ou nas ciências sociais (História, Economia, Direito, Psicologia), o método desempenha uma função axial, tendo em vista que ele indica o caminho a seguir, as diretrizes, a trajetória, as orientações cognitivas e os procedimentos aplicados pelo pesquisador na escolha do objeto, documentos, textos e materiais a serem estudados, as hipóteses de trabalho e o processo de fundamentação e exposição dos resultados.

Marx foi, neste sentido, um pesquisador contumaz da história da humanidade, do movimento e das tendências da sociedade burguesa. A constituição da *concepção materialista da história* foi por si só, um monumento de diálogo com as contradições e antagonismos da realidade social, com as ideias e teorias produzidas pelos grandes pensadores (filósofos, economistas, cientistas, historiadores, antropólogos, juristas), do cotejamento de textos, jornais, periódicos, revistas, documentos oficiais, relatórios, livros e mais livros com o processo social. Os intelectuais e políticos burgueses jamais poderão imputar a Marx e a Engels a pecha de que não se esforçaram em fundamentar em dados e aspectos empíricos da realidade as suas análises teórico-científicas.

O estudo do método proposto por Marx é também uma investigação sobre um processo de investigação, aplicado ao longo de suas pesquisas e que deu enormes avanços ao conhecimento das relações sociais da sociabilidade burguesa, permitindo aos estudiosos posteriores a elaboração teórica de complexos sociais específicos, como o direito, a política e a moral. Inúmeros campos das ciências sociais tiveram de discutir o referencial marxista e muitos deles conseguiram avanços, como, por exemplo, a História, a Ciência Política, a Sociologia e a Economia. Algumas obras de Marx, como os *Manuscritos econômico-filosóficos*, de 1844, e *Fundamentos da crítica da economia política (Grundrisse der Kritische der Politischer Oekonomie)*, de 1857-58, publicados somente no século XX, constituem um arquivo concreto da forma como Marx procedia à coleta, à leitura e às anotações dos textos e a condução, as diretrizes e o caminho percorrido na análise dos dados.

Por isso, passados vários anos, o marxismo tem contribuído decisivamente para a compreensão do processo de constituição e desenvolvimento do ser social, das formações sociais pré-capitalistas

e do surgimento, evolução e condições de superação da sociedade burguesa. Trata-se, pois, de uma concepção nitidamente comprometida com a compreensão da totalidade da vida social e com a luta da classe operária e demais oprimidos pelo capital e, como tal, é uma teoria revolucionária.

O estudo do método marxista não é só importante para compreender o processo histórico, a sociedade burguesa e os mais variados fenômenos sociais. Está completamente implicado também na intervenção na luta de classes, na organização política da militância socialista. Como observa Trotsky (2011:112-113) na obra *Em defesa do marxismo*,

A questão de uma doutrina filosófica correta, ou seja, de um método correto de pensamento é de importância decisiva para um partido revolucionário, da mesma forma que um bom almoxarifado de máquinas é de importância decisiva para a produção. É possível defender a velha sociedade com os métodos materiais e intelectuais herdados do passado. Mas é absolutamente impensável que esta velha sociedade possa ser destruída, e uma nova seja construída, sem antes analisar criticamente quais os métodos que existem. Se o partido se equivoca nos fundamentos mesmos de seu pensamento, seu dever elementar consiste em assinalar o caminho correto.

Do mesmo modo, destaca o autor:

Naturalmente, o materialismo dialético não é uma filosofia eterna e imutável. Pensar em outra coisa seria contradizer o espírito da dialética. O desenvolvimento ulterior do pensamento científico criará, indubitavelmente, uma doutrina mais profunda na qual o materialismo dialético entrará simplesmente como material estrutural. No entanto, não existe qualquer base para se esperar que esta revolução filosófica se realize sob o decadente regime burguês, sem mencionar o fato de que um Marx não nasce todos os anos, nem em todas as décadas. A tarefa de vida ou morte do proletariado não consiste atualmente em *interpretar* de novo o mundo, mas em *refazê-lo* de cima a baixo. Na próxima época podemos esperar grandes revolucionários de ação, mas dificilmente um novo Marx. Somente sob a base de uma cultura socialista, a humanidade sentirá a necessidade de revisar a herança ideológica do passado e, sem dúvida, nos superará não só na esfera da economia, como também na da criação intelectual (Idem:118).

Dessa forma, podemos concluir que:

a) o marxismo não renegou as conquistas filosófico-científicas que a humanidade alcançou ao longo de séculos de desenvolvimento da ciência e da filosofia, em vários campos do conhecimento humano, em particular no campo da história, mas, assimilando essas conquistas, reexaminou-as, aprofundou-as e rearticulou-as em novas bases, elaborando uma nova concepção da história e um método de investigação da realidade; o método marxista da dialética materialista não nega simplesmente os métodos anteriormente criados pela ciência e pela filosofia. Ao contrário, assimila dessas conquistas o que elas têm de mais avançado, articulando-as, dialeticamente, a uma nova concepção da realidade;

b) o método de investigação marxista, por seus pressupostos, sua base histórico-crítica e seu caráter dialético, parte do concreto real, mas não se atém a ele, não se limita ao empírico, à imediatividade da aparência. Ao elaborar as categorias, que, para o marxismo, são expressão das determinações do real, do movimento mesmo do real, realiza o caminho de volta ao concreto real,

para compreendê-lo como unidade de múltiplas determinações. Assim, a teoria é oxigenada pelas mudanças permanentes do real e este é transformado pela ação dos homens concretos, orientados por uma teoria filosófico-científica;

c) a realidade, em particular a história e as relações sociais, é cambiante, está constantemente se transformando pela ação dos homens em sociedade. Por isso, a teoria marxista se atualiza e assimila continuamente as transformações sociais, econômicas, políticas e culturais, de modo a oxigenar-se permanentemente;

d) Portanto, o método de Marx e Engels é rigorosamente *materialista e dialético*, parte da realidade concreta para elaborar as categorias, os conceitos, tem a realidade e a história como critério da verdade, volta à realidade e à história para compreendê-la, serve como instrumento para a sua transformação.

Capítulo IV

A concepção materialista da história

Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser que determina sua consciência (Marx, *Prefácio à Contribuição à crítica da economia política*).

Realçamos no capítulo III que Marx e Engels assimilaram o que de melhor foi elaborado na filosofia e na ciência de sua época. Do desenvolvimento filosófico, apreenderam não só as conquistas no campo da visão materialista de mundo, que se desenvolvia desde a antiguidade em oposição ao idealismo filosófico dominante, como se apropriaram das análises da dialética hegeliana, em toda a sua profundidade e originalidade. A dialética hegeliana estava articulada a um sistema filosófico desenvolvido e era àquela altura (primeiras décadas do século XIX), a evolução mais acabada do idealismo no campo da filosofia, isto é, do pensamento filosófico burguês.

Afirmamos também que os fundadores do marxismo assimilaram e superaram dialeticamente a concepção mecanicista do materialismo francês do século XVIII, em consonância com as principais descobertas científicas do século XIX, que apontavam para a evolução da natureza e a transformação da história, bem como apreenderam os aspectos revolucionários da dialética hegeliana (o núcleo revolucionário da dialética de Hegel, como disseram várias vezes), fundando-a na historicidade e na materialidade da vida econômica, social e política.

Nesse sentido, munidos da dialética e da concepção filosófica materialista, como Marx e Engels as articularam numa única concepção, a *concepção materialista da história* (necessariamente dialética) e aplicaram ao conhecimento da história da humanidade e das formas pré-capitalistas de produção? Qual o avanço que os fundadores do materialismo histórico proporcionaram à análise da sociedade burguesa? Que consequências teóricas e práticas podem ser extraídas do materialismo histórico, quanto às contradições do capitalismo e à luta por sua superação revolucionária? Está, pois, colocada a necessidade de analisar a história, em outras palavras, a aplicação da filosofia materialista dialética à compreensão da história humana, das formações sociais pré-capitalistas e do próprio capitalismo.

Quando não era vista como um produto passivo da vontade de um ser superior e sobrenatural, em que as ações e o destino dos indivíduos estavam irremediavelmente traçados por uma providência divina, não tendo o homem possibilidade de mudar radicalmente as relações sociais (tese, aliás, proveniente da concepção teológica de mundo, dominante na Idade Média, em Agostinho e Tomás de Aquino), a história era frequentemente vista como um conjunto de fatos, uma coleção de exemplos e ilustrações, com enfoque em heróis e grandes personalidades, portanto, a história era vista como um amálgama de acontecimentos aparentemente isolados uns dos outros.

Como explica Leo Huberman (1986:03), essas concepções idealistas da história desprezavam as massas populares e a atividade do trabalho humano:

por páginas e páginas, falavam de cavaleiros e damas, engalanadas em suas armaduras brilhantes e vestidos alegres, em torneios e jogos. Sempre viviam em castelos esplêndidos, com fartura de comida e bebida. Poucos indícios há de que alguém devia produzir todas essas coisas, que armaduras não crescem em árvores, e que os alimentos, que realmente crescem, têm que ser plantados e cuidados.

Portanto, no plano da análise histórica, dominavam a concepção teológica de mundo, as visões fundadas nos grandes heróis e fatos extraordinários, as crenças de que os atos dos chefes e do Estado são o fator decisivo da história, sem a consideração das condições econômico-sociais e a forma de organização do trabalho, além das concepções manifestamente idealistas. Exatamente por isso, observa Engels (1979:138), “se deve particularmente o fato de que saibamos tampouco a respeito da silenciosa evolução que impulsiona realmente os povos e que se oculta no fundo de todas as cenas ruidosas. Esta crença presidiu toda a História antiga até que, na época da Restauração, os historiadores burgueses lhe assestaram o primeiro golpe”.

Com a Revolução Francesa e o processo de industrialização crescente na Europa, restou definitivamente patente para os indivíduos (intelectuais e políticos burgueses) ligados à luta dos capitalistas pelo controle do Estado e da sociedade, que os grandes acontecimentos da história eram produto da luta de interesses entre classes sociais antagônicas. A própria revolução burguesa mostrava às escâncaras, de um lado, a luta da nobreza feudal e do clero para manter seus privilégios, baseados nas relações de propriedade e apropriação feudais e sua dominação à frente do Estado; de outro lado, a burguesia, amparada no inconformismo das classes populares (camponeses, artesãos e proletários, em conjunto o chamado *Terceiro Estado*), lutava desesperadamente pela destruição do antigo regime e pela imposição definitiva das relações de produção capitalistas e da sociedade burguesa.

Os historiadores franceses da época da Restauração, período que vai de 1814 a 1830, caracterizado pela reação da nobreza feudal contra as mudanças da revolução democrático-burguesa europeia, dos quais se destacaram Guizot, Augustin Thierry, François Auguste Mignet, entre outros, em suas obras sobre o processo revolucionário francês deixavam claro os conflitos de classe no interior dos acontecimentos político-sociais e colocavam elementos para uma concepção de história distinta das visões anteriores, pois deduziam de suas análises que a causa das grandes transformações históricas deveria ser procurada no estado social existente, cuja maior expressão era a luta entre as classes sociais em torno de conflitos de interesses materiais.

Hegel, por sua vez, proporcionou à teoria da história um avanço considerável, se tomarmos em consideração as concepções de pensadores predominantes em épocas anteriores ao aparecimento do seu sistema filosófico dialético. Para além das teorias que viam na história uma coleção de fatos e

homens extraordinários, sem qualquer encadeamento entre eles, Hegel encarava a história como um processo, como movimento, em sua totalidade, em suas concatenações, embora a história dos homens fosse para ele apenas uma manifestação do movimento do espírito absoluto, ou seja, da ideia. A dialética hegeliana constitui, no conjunto do sistema filosófico, o seu aspecto revolucionário, contribuindo para uma apreciação mais profunda e sistemática do processo histórico, em seu desenvolvimento contraditório.

Entretanto, a concepção hegeliana da história, apesar de dialética, era essencialmente idealista, pois o princípio de inteligibilidade do processo histórico era, no conjunto do seu sistema filosófico, exterior à própria história da humanidade (espírito absoluto), e, como dispõe Marx (1990:49), pressupunha

um espírito abstrato ou absoluto, que se desenvolve de tal modo que a humanidade não é mais do que uma massa, que serve de consciência ou inconsciência ao espírito. Na história empírica, exotérica, Hegel faz, portanto, prevalecer uma história especulativa, esotérica. A história da humanidade torna-se a história do espírito abstrato da humanidade, por consequência, estranha ao homem.

Marx e Engels, munidos do método dialético, que, como aduzimos, analisa as coisas, as relações sociais e a história em seu movimento, transformações e contradições, portanto como processo e não de forma linear, como fazem as concepções metafísico-idealistas, e, tendo assimilado, com profundidade e originalidade o materialismo filosófico, não em sua versão propriamente mecanicista e metafísica do século XVIII, mas em sua moderna concepção dialética do materialismo, pondo os homens e sua práxis humana em evidência, aplicaram a filosofia materialista dialética à análise da história humana, ao papel dos homens no processo histórico, à compreensão dos condicionamentos socioeconômicos das classes sociais e da luta que as desigualdades entre elas geram; enfim, utilizaram a concepção materialista para o desvelamento das condições materiais da vida social, em particular, da sociedade burguesa e do modo de produção a ela subjacente, o modo de produção capitalista.

Tendo por base todas as conquistas no campo da filosofia e da ciência, Marx e Engels chegaram a uma concepção de história diferente das que predominavam anteriormente na sociedade e nos meios acadêmicos. Para Marx e Engels, a história humana nada tem a ver com as perspectivas teológicas que a transformavam teoricamente em uma projeção da vontade divina, no marco da qual os comportamentos e destinos dos homens estariam previamente traçados e em que a ação humana se tornaria inoperante para mudar a realidade. Por outro lado, para Marx e Engels, a história de modo algum se identifica com um caos, em que os fatos se intercalam, sem qualquer ligação entre eles. Marx e Engels superaram dialeticamente as concepções de história anteriormente produzidas, conservando os avanços científicos e filosóficos conquistados no período anterior, produzindo uma nova síntese: *a concepção materialista da história*.

Para a nova teoria, os homens são os demiurgos da sua própria história; são eles que constroem a história da qual participam ativamente, tendo ou não consciência desse fato. A história é, neste caso, permanentemente uma síntese do conjunto de atos humanos, que pode ou não corresponder às expectativas desejadas. Porém, a síntese histórica pode se desenvolver numa direção completamente alheia às finalidades colocadas inicialmente pelos indivíduos. Neste sentido, os homens fazem a história, mas a fazem em determinadas condições, herdadas de gerações anteriores, na base da qual a geração atual intervém. Os homens são, portanto, produtores e produtos do processo histórico.

Por isso, não é suficiente compreender que os homens fizeram (e continuam a fazer) a história da humanidade ao longo das diversas formações socioeconômicas que existiram, como as sociedades primitivas, o escravismo antigo, o modo de produção asiático, o feudalismo e o capitalismo atual. No bojo da concepção marxista da história humana, é necessário explicar como os homens produzem a história, em quais condições se relacionam, qual o suporte material e a força motriz que a produz, que se traduzem nos alicerces da existência social, sem os quais não é possível qualquer sociabilidade.

Isso significa que, para além do pressuposto empiricamente verificável de que os homens intervêm no processo histórico e que são os responsáveis pela construção da sociedade em que vivem (e viveram), é imprescindível analisar quais as condições materiais indispensáveis para a existência social e para o desenvolvimento do complexo conjunto de instituições jurídico-políticas existentes e formas de consciência social (filosofia, ciência, arte, literatura, religião, etc.). A concepção marxista da história, afirmam Marx e Engels (2002a:35-36), tem por base

o desenvolvimento do processo real da produção, e isso partindo da produção material da vida imediata; ela concebe a forma dos intercâmbios humanos ligada a esse modo de produção e por ele engendrada, isto é, a sociedade civil em seus diferentes estágios como sendo o fundamento de toda a história, o que significa representá-la em sua ação enquanto Estado, bem como em explicar por ela o conjunto das diversas produções teóricas e das formas da consciência, religião, filosofia, moral etc., e a seguir sua gênese a partir dessas produções, o que permite então naturalmente representar a coisa na sua totalidade (e examinar também a ação recíproca de seus diferentes aspectos). Ela não é obrigada, como ocorre com a concepção idealista da história, a procurar uma categoria em cada período, mas permanece constantemente no terreno real da história.

Partindo da cotidiana necessidade de produzir as condições materiais de vida, a partir das quais é possível a organização social dos homens, Marx analisa que, ao longo do desenvolvimento das ideias, as concepções de história deixaram “completamente de lado essa base real da história, ou então a considerou como algo acessório, sem qualquer vínculo com a marcha da história” (Idem:37). Tratavam dos grandes feitos históricos, dos mitos e heróis, das festas e guerras, das belas produções artísticas, dos romances idílicos, mas ignoravam as condições materiais, produzidas pelas classes exploradas, que possibilitavam a vida nas formações sociais passadas. Não conseguiam perceber que a produção dos meios de vida através da força de trabalho está na base da existência

social das instituições jurídico-políticas e das formas de consciência social predominantes nas etapas da história da humanidade.

Diferentemente dessas concepções idealistas, a *concepção materialista da história* afirma como primeiro pressuposto de toda a existência humana, e, portanto, de toda a história, analisam Marx e Engels (2002a:21-22), o de que todos os homens devem ter condições de viver para poder ‘fazer a história’,

Mas, para viver, é preciso antes de tudo beber, comer, morar, vestir-se e algumas outras coisas mais. O primeiro fato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitem satisfazer essas necessidades, a produção da própria vida material. Uma concepção de história científica e de base materialista deveria observar esse fato fundamental com todo o seu significado e em toda a sua extensão, e dar-lhe o lugar a que tem direito.

A história, em verdade, é resultado do conjunto dos atos dos homens, desencadeando processos e relações, que podem ser objeto de conhecimento por parte da ciência e da reflexão filosófica. A história é perfeitamente cognoscível aos homens, mas diferentemente do idealismo, que pressupõe a história como produto de um ser sobrenatural, das ideias ou de heróis; diversamente dos que encaram a história como um caos incompreensível ou como uma construção de grandes personalidades, o marxismo adverte: “Desde que se represente esse processo de atividade vital, a história deixa de ser uma coleção de fatos sem vida, tal como é para os empiristas, que são eles próprios também abstratos, ou a ação imaginária de sujeitos imaginários, tal como é para os idealistas” (2002a:20).

Não se trata de homens considerados isoladamente, mas dos homens concretos, históricos, inseridos em relações sociais, políticas e econômicas igualmente concretas: “Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha, e sim sob todas aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos” (Marx, 1977:17).¹⁹

Em *Miséria da Filosofia*, Marx (2003:176) expõe o sentido dessa assertiva:

O que é a sociedade, qualquer que seja a sua forma? O produto da ação recíproca dos homens. Serão os homens livres de escolher esta ou aquela forma social? De maneira nenhuma. Imagine um certo estado de desenvolvimento das faculdades produtivas dos homens e terá certa forma de comércio e consumo. Imagine certos graus de desenvolvimento da produção, do comércio, do consumo, e terá uma certa forma de constituição social, de organização da família, das ordens ou das classes, numa palavra, uma certa sociedade civil. Imagine essa sociedade civil e terá um certo estado político, que não é senão a expressão social da sociedade civil.

¹⁹Em *O Capital*, Marx (2002a:17) fala que “Somos atormentados pelos vivos e, também, pelos mortos. *Le mort saisit le vif* (O morto tolhe o vivo)”.

Sob a base dessas condições sociais e econômicas construídas pelos homens anteriores, completa Marx (Idem:177), “a história social dos homens nunca é mais do que a história do seu desenvolvimento individual, quer tenham consciência disso ou não. As suas relações materiais formam a base de todas as suas relações. Essas relações materiais não são mais do que as formas necessárias nas quais se realiza a sua atividade material e individual”.

Mas, construir a história na base das relações sociais e das forças produtivas herdadas das gerações anteriores não significa nem renunciar às forças produtivas desenvolvidas, nem aceitar passivamente as relações sociais tornadas um estorvo. Por isso, Marx (2003:177-178) esclarece que

os homens nunca renunciam ao que ganharam, mas isso não equivale dizer que nunca renunciem à forma social na qual adquiriram certas forças produtivas. Antes pelo contrário. Para não serem privados do resultado obtido, para não perderem os frutos da civilização, no momento em que o modo de comércio já não corresponde às forças produtivas adquiridas, os homens são obrigados a modificar todas as suas formas tradicionais. (Tomo aqui a palavra *comércio* no sentido mais lato, como dizemos em alemão *Verkehr*). Por exemplo: o privilégio, a instituição dos grêmios e das corporações, o regime regulamentar da idade Média, eram relações sociais, as únicas que correspondiam às forças produtivas adquiridas e ao estado social pré-existente de que tinham saído essas instituições. Sob a proteção do regime corporativo e regulamentar tinham-se acumulado capitais, tinha-se desenvolvido um comércio marítimo, tinham sido fundadas colônias – e os homens teriam mesmo perdido os frutos disto se tivessem querido conservar as formas sob a proteção das quais esses frutos tinham amadurecido. Por isso houve duas rupturas, a revolução de 1640 e a de 1688. Foram destruídas na Inglaterra todas as antigas formas econômicas, as relações sociais que lhe correspondiam, o estado político que era a expressão oficial da antiga sociedade civil. Assim, são *transitórias e históricas* todas as formas econômicas, segundo as quais os homens produzem, consomem, trocam. Com a aquisição de novas faculdades produtivas, os homens modificam o seu modo de produção; e com o modo de produção mudam também todas as relações econômicas, que não foram senão as relações necessárias a esse modo de produção determinado.

Pois bem, na luta pela existência material, na produção das condições materiais da vida social, os homens estabelecem relações sociais entre si, independentes de sua vontade e cujos desdobramentos em muitos casos contrariam suas próprias finalidades e desejos. São denominadas de relações sociais de produção, cuja expressão jurídica, as relações de propriedade (relações de exploração ou de cooperação), correspondentes a um determinado nível de desenvolvimento das forças produtivas materiais (meios de produção, força de trabalho, técnica e organização da produção). Essas relações sociais formam, em conjunto, a base econômica da sociedade, a partir da qual se erguem as instituições sociais, políticas e jurídicas (Estado, política, direito), denominadas por Marx de superestrutura, à qual correspondem determinadas formas de consciência social (filosofia, moral, pensamento jurídico, etc.). Assim, o modo de produção da vida material condiciona os aspectos sociais, políticos e espirituais da sociabilidade.

Dessa análise, Marx e Engels concluem como consequência da sua aplicação da concepção materialista à análise histórica: não é a consciência dos homens que determina o ser social, mas o ser social que condiciona a consciência social dos homens. Portanto, se desejamos conhecer

firmemente as formas de consciências predominantes em uma época da história, seus fundamentos, sua relação com as instituições jurídico-políticas, para legitimá-las ou para criticá-las, devemos começar por estudar as condições econômicas e sociais de existência, como os homens desse período produziam a sua vida material, como organizavam as relações de trabalho, como se relacionavam com os meios de produção sociais, de que forma se apropriavam dos produtos do trabalho, quais os tipos de propriedade e qual delas é dominante em determinada época histórica.

Marx (1982:25) sintetiza essa visão da história na seguinte passagem:

O resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu-me de fio condutor aos meus estudos, pode ser formulado em poucas palavras: na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade destas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência.

Evidentemente, não se trata de uma determinação unilateral e mecânica da base econômica sobre a superestrutura jurídico-política e as formas de consciência sociais, mas de uma determinação reflexiva, o que significa que a superestrutura e as formas de consciência sociais atuam profundamente sobre as relações de produção, para mantê-las, legitimá-las ou modificá-las pelas mentes e mãos dos homens concretos, componentes de classes sociais antagônicas. No entanto, para que os homens tenham tempo livre para elaborar conhecimentos e desenvolver as instituições é necessário um determinado estágio de desenvolvimento das forças produtivas materiais e da divisão social do trabalho, que os homens sejam capazes de produzir para além das necessidades mais imediatas.

Nesse sentido, para produzir, trocar e distribuir os produtos do trabalho, os homens são obrigados a manter relações sociais determinadas e independentes de sua vontade, relações de produção, em que uns trabalham, outros se apropriam, ou trabalham e se apropriam coletivamente, em relações de cooperação ou exploração. É pelo trabalho que os homens constroem as condições materiais da vida social. A relação de trabalho se processa por relações entre os próprios homens e pelo metabolismo do homem com a natureza, da qual se extraem as matérias-primas, as substâncias e as propriedades essenciais, para colocá-las a serviço das necessidades humanas.

Mas os homens não apenas devem produzir os meios de subsistência e de produção, devem também ser capazes de reproduzi-los continuamente, abrindo, para a sociabilidade, novas possibilidades e novas necessidades. Enquanto o rendimento do trabalho humano não garantia sequer o necessário para a sobrevivência elementar dos humanos, não era possível dar passos mais largos na história. A vida se restringia à luta cotidiana pela sobrevivência frente a uma natureza

desconhecida e agigantada diante dos indivíduos. Foi preciso um longo, complexo e tortuoso processo histórico, para que os homens pudessem desenvolver as potencialidades da força de trabalho, os conhecimentos sobre as leis da natureza e as condições materiais de existência.

Ao longo da história da humanidade, os homens passaram de condições extremamente adversas em relação à natureza, em que as comunidades primitivas dependiam quase que totalmente dos alimentos e coisas disponíveis ao seu redor (coleta de frutos e vegetais, caça de animais, e uso de instrumentos rudimentares como a lança, arco e flecha, machado de pedra), para estágios mais adiantados, em que os homens se fixaram na terra e aprenderam a semear e cultivar (agricultura), domesticar e criar animais (pecuária), diversificando a divisão do trabalho, promovendo a troca e a indústria, com a evolução de novos instrumentos de trabalho (pás, arados, tratores, veículos, máquinas), meios de trabalho (fábricas, indústrias, oficinas, pontes, edifícios e estradas), meios de transportes (carruagens, trem, navios, metrô, aviões), meios de comunicação (telégrafo, telefone, rádio, televisão e satélites) e fontes de energia (carvão, vapor, eletricidade, petróleo, energia nuclear).

O trabalho é, nessa medida, o indispensável intercâmbio do homem com a natureza, não se podendo pensar uma sociedade sem a base do trabalho social. Mais trabalho e menos tempo livre, menos trabalho e mais tempo livre, trabalho explorado ou trabalho emancipado; entretanto, uma sociedade só pode existir com base no trabalho, na produção dos bens para as necessidades sociais. É preciso citar mais uma vez a passagem de *O Capital*: o trabalho, “como criador de valores de uso, como trabalho útil, é indispensável à existência do homem – quaisquer que sejam as formas de sociedade -, é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza e, portanto, de manter a vida humana” (Marx, 2002a:64-65).

O trabalho não ocorre isoladamente, mas no contexto de determinadas relações de produção que, como dissemos, os homens mantêm entre si na organização das relações de trabalho e na relação com os meios de produção, ou melhor, na produção da vida social. O trabalho ocorre, nesse caso, em uma sociedade historicamente determinada, nas condições de certo nível de forças produtivas (meios de produção e organização da força de trabalho) em certas relações de produção (relações de propriedade, relações de exploração ou cooperação, propriedade privada ou social dos meios de produção).

O conjunto das forças produtivas e das relações de produção forma o modo de produção social de uma sociedade concreta. O modo de produção social corresponde a uma determinada articulação entre as forças produtivas e as relações sociais de produção, a forma como os homens se organizam para produzir a sua existência enquanto sociedade. Na história da humanidade, podemos conceber vários modos de produção, que desapareceram como forma dominante numa determinada sociabilidade para dar lugar a outros modos de produção. Não se trata de uma sucessão contínua de

modos de produção, até porque não existem formações sociais puras, com um único modo de produção social ou relações sociais de produção.

As formações sociais articulam relações sociais diferentes, nas quais uma forma específica de produção social se torna dominante. Daí a possibilidade de relações sociais próprias de modos de produção diferentes se combinarem de maneira complexa, dando feição a uma sociabilidade historicamente determinada. É o que observamos, por exemplo, com a sociabilidade burguesa, em que o modo de produção capitalista é a forma fundamental de organização dos homens para produzir a vida material, através da exploração do trabalho assalariado pelo capital na indústria moderna mecanizada, enquanto sobrevivem relações de caráter pré-capitalistas, como a propriedade rural latifundiária, e mesmo relações sociais de escravidão humana. Não obstante, o capitalismo é hoje uma economia mundial, não havendo comunidade humana que não esteja de uma forma ou de outra articulada por esta economia. Na verdade, os processos de mercantilização das relações sociais se expandem e alcançam níveis e proporções gigantescos.

Como se dão as grandes transformações sociais? Como se torna possível concretamente o surgimento de novas relações sociais de produção? Marx observa que as forças produtivas materiais se desenvolvem no quadro de determinadas relações de produção ou de sua expressão jurídica, as formas de propriedade. Assim, em

uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que nada mais é do que a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais aquelas até então se tinham movido. De formas de desenvolvimento das forças produtivas essas relações se transformam em seus grilhões. Sobrevém então uma época de revolução social (Marx, 1982:25).

Enquanto essas relações de produção são progressivas, as forças produtivas se desenvolvem e as contradições se mantêm nos limites dessa complexa articulação, sem por em risco a dominação de determinada classe social. Por exemplo, o avanço das forças produtivas (meios de produção, organização da força de trabalho) e das relações de produção capitalistas (cujas expressões são a propriedade privada burguesa) se tornou incompatível com as relações sociais feudais, repletas de entraves, obstáculos e privilégios, e encontraram a sua resolução nas revoluções democrático-burguesas, que abriram caminho ao livre desenvolvimento das forças produtivas em relações de produção capitalistas dominantes, como foram os casos da Revolução Inglesa e da Revolução Francesa.

Essas relações de propriedade, a concorrência, a busca desenfreada do lucro e a inovação da técnica fizeram avançar as forças produtivas. No século XIX, apesar das suas crises cíclicas, a economia capitalista de conjunto estava avançando nas forças produtivas. Pelo contrário, na época atual (séculos XX e XXI), a repartição dos mercados internacionais entre as grandes potências e a revolução tecnológica, causando desemprego estrutural e encurtando contraditoriamente os

mercados, estabeleceram uma contradição entre o amplo desenvolvimento das forças produtivas, contidas pelas relações de propriedade burguesas, que somente utilizam seu potencial na medida das necessidades do mercado e da acumulação do capital. Na ausência de mercados ilimitados e diante de um crônico desemprego estrutural, as forças produtivas, que poderiam saciar a fome e extinguir a miséria de milhões de pessoas, encontram-se subutilizadas na medida do lucro, transformam-se em forças destrutivas, sob as relações de produção burguesas modernas. Para Marx e Engels (2002a:71-72), em *A Ideologia Alemã*, tais “forças produtivas alcançaram com a propriedade privada um desenvolvimento exclusivamente unilateral, tornando-se, em sua maior parte, forças destrutivas, e um grande número delas não pode encontrar a menor utilização sob o seu regime”.

No capitalismo, o resultado do conflito histórico entre as forças produtivas e as relações de produção é o advento de crises periódicas, que se iniciaram ainda na época de Marx e Engels, no século XIX, mas que se incrementaram ao longo do século XX, chegando ao século XXI, como crise estrutural do capitalismo. Essa contradição histórica fundamental, que está na base da crise atual da sociedade burguesa, abre, como diz Marx, uma época de transição do modo de produção capitalista ao socialismo, uma época de Revolução Social. Mas, evidentemente, o capitalismo não dará passagem ao socialismo espontaneamente. É bem possível que o atraso na revolução social possa desencadear um aprofundamento dos elementos de barbárie social. A revolução social é a mediação necessária entre o capitalismo e o socialismo.

Marx observou que a constituição da propriedade privada dos meios de produção e, com ela, a emergência de relações de exploração entre os indivíduos deu origem às classes sociais, com interesses radicalmente antagônicos. E, para a resolução dos conflitos sociais em torno dos interesses materiais, não solucionados pela própria sociedade, tornou-se imprescindível a criação de um órgão especial, supostamente acima das classes, o Estado. As classes sociais podem ser definidas como grandes grupos de indivíduos, que se caracterizam pelo papel que exercem nas relações sociais de produção, na articulação com os meios de produção (meios de trabalho e objetos de trabalho) e na repartição da riqueza.

A partir daquelas condições, que deram ensejo ao desenvolvimento da propriedade privada e com ela dos antagonismos irreconciliáveis entre as classes sociais, diz Engels (1991:03), a sociedade antiga deu lugar

A uma nova sociedade organizada em Estado, cujas unidades inferiores já não são gentílicas e sim unidades territoriais – uma sociedade em que o regime familiar está completamente submetido às relações de propriedade e na qual tem livre curso as contradições de classe e a luta de classes, que constituem o conteúdo de toda a história escrita, até nossos dias.

Para manter e reproduzir as novas relações de propriedade existentes, os homens, em determinadas condições econômico-sociais, criaram o fenômeno do Estado, com suas instituições

mais ou menos conhecidas como a segurança, a justiça e o monopólio da jurisdição, um corpo de profissionais administrativos e políticos. Ao Estado coube (e ainda cabe) a tarefa de defender, por variadas mediações, os interesses fundamentais da classe dominante. Para tanto, precisou cada vez mais construir e aperfeiçoar procedimentos jurídicos para consolidação das relações sociais, dando-lhes a forma jurídica, elegendo-as como axiais para a continuidade da dominação de classe, garantindo-as pelo monopólio organizado da força, da violência da polícia e forças armadas, tribunais e prisões.

Para Marx e Engels (2002a:74), o Estado, em suas várias formas, mesmo o Estado democrático de direito, em última instância, apresenta-se como “a forma de organização que os burgueses dão a si mesmos por necessidade, para garantir reciprocamente sua propriedade e os seus interesses, tanto externa quanto internamente”, sendo, portanto,

a forma pela qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns e na qual se resume toda a sociedade civil de uma época, conclui-se que todas as instituições comuns passam pela mediação do Estado e recebem uma forma política. Daí a ilusão de que a lei repousa na vontade, e, mais ainda, em uma vontade *livre*, destacada da sua base concreta.

Nas épocas de crises econômicas do capitalismo e de acirramento da luta de classes, como estamos observando na atualidade, com a crise de 2008 em curso, a natureza de classe dos governos e do Estado burguês é exposta de forma mais clara. Não se tem como sustentar a ideia da neutralidade do Estado. Os governos colocam todos os recursos estatais a serviço dos capitalistas em situação de falência ou semifalência, tornam-se sócios de empreendimentos falidos, compram ações de grandes bancos ou empresas ou chegam a estatizar algumas poucas corporações, para evitar a desagregação da economia capitalista em seu conjunto, saneá-las e devolvê-las à iniciativa privada. Os governos incentivam o consumo das grandes massas de assalariados, a fim de escoar as mercadorias produzidas. Para os trabalhadores restam o desemprego, a fome, a miséria e as condições precárias de trabalho, além da pressão de governos e capitalistas para efetivar a redução de salários, limitar ou simplesmente destruir direitos já conquistados. Quando trabalhadores, camponeses, juventude e desempregados tomam as ruas com os métodos de luta operários (ação direta), isto é, com assembleias, greves, ocupações, passeatas, manifestações e levantes, os governos e os capitalistas reprimem as ações dos explorados, seja por meio da limitação do direito de greve ou por intermédio da força policial e do exército. É o que observamos atualmente na Europa, nos EUA, no Norte da África e Oriente Médio.²⁰

Pelo que se nota, o caminho traçado por Marx para elaborar uma concepção materialista da história foi longo, complexo e dinâmico. A luta de classes, que Marx identifica como um elemento

²⁰ No Brasil não é diferente. Basta olharmos para as recentes greves operárias nas obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), nas greves das polícias e bombeiros militares, da construção civil e do funcionalismo público federal, além das manifestações e ocupações estudantis e de camponeses.

marcante da história da humanidade, o motor da história das sociedades classistas, já havia sido destacada pelos historiadores franceses da época da restauração, como dissemos, por alguns socialistas pré-marxistas, mas não na proporção, extensão e articulação com a totalidade social, como Marx o fizera, pois este mostrou que a sociedade não é algo homogêneo, em particular, o capitalismo, marcado pela luta entre capital e trabalho, que tem como base a propriedade privada e a apropriação do excedente (mais-valia), produzida pelos trabalhadores.

Engels relatou, certa vez, que uma das mais importantes contribuições de Marx para as ciências históricas foi ter demonstrado que

toda a história da humanidade, até hoje, é uma história de lutas de classes, que todas as lutas políticas, tão variadas e complexas giram unicamente em torno do poder social e político de umas e outras classes sociais; por parte das classes caducas, para conservar o poder e, por parte das classes novas, para conquistá-lo. E o que dá origem e existência a essas classes? As condições materiais, tangíveis, em que a sociedade de uma época dada produz e troca o necessário para seu sustento (In: Marx e Engels, 1976:206).

No *Manifesto Comunista*, os dois companheiros resumiram a luta de classes, na história da humanidade, da seguinte forma:

A história de todas as sociedades²¹ até hoje existentes é a história das lutas de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor feudal e servo, mestre de corporação e companheiro, em resumo, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada; uma guerra que terminou sempre ou por uma transformação revolucionária da sociedade inteira, ou pela destruição das duas classes em luta. Nas mais remotas épocas da história, verificamos, quase por toda parte, uma completa estruturação da sociedade em classes distintas, uma múltipla gradação das posições sociais. Na Roma antiga encontramos patrícios, cavaleiros, plebeus, escravos; na Idade Média, senhores, vassallos, mestres das corporações, aprendizes, companheiros, servos; e, em cada uma destas classes, outras gradações particulares. A sociedade burguesa moderna, que brotou das ruínas da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos de classe. Não fez mais do que estabelecer novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta em lugar das que existiram no passado (Marx e Engels, 2002b:40).

Sua análise das classes sociais, do papel que as mesmas desempenham nas relações sociais de produção mostrou como as contradições e interesses materiais contrapostos geram a luta entre elas no decorrer na história. A classe dominante, detentora dos meios de produção e troca, em diferentes épocas históricas, faz prevalecer seus interesses particulares como interesses gerais de toda a sociedade. Observam Marx e Engels (2002a:50) que

²¹Com exceção, seja bem dito, das comunidades primitivas. A posição de Marx e Engels sobre a organização das sociedades primitivas, pela sua complexidade e dinâmica, constituiu uma afronta às ideias jurídicas até então dominantes, que julgavam a propriedade como algo inato aos homens. Marx sublinha que as sociedades primitivas, anteriores à divisão das sociedades em classes sociais distintas e contrapostas, baseavam-se na propriedade coletiva dos meios de produção e distribuição, sem formas de dominação fundadas nos interesses individuais. Para compreendermos essa abordagem de Marx e Engels sobre a forma de organização das sociedades primitivas, torna-se indispensável estudar *A origem da família, da propriedade privada e do Estado, A ideologia Alemã, Formações Econômicas pré-capitalistas e O Capital*.

cada nova classe que toma o lugar daquela que dominava antes dela é obrigada, mesmo que seja apenas para atingir seus fins, a representar o seu interesse como sendo o interesse comum de todos os membros da sociedade ou, para exprimir as coisas no plano das ideias: essa classe é obrigada a dar aos seus pensamentos a forma de universalidade e representá-los como sendo os únicos razoáveis, os únicos universalmente válidos.

As ideias dominantes de uma determinada época histórica são as ideias da classe dominante. Ou, como explicam os fundadores do marxismo em *A Ideologia Alemã*, “Os pensamentos da classe dominante são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes; em outras palavras, a classe que é o poder *material* dominante numa determinada sociedade é também o poder *espiritual* dominante” (2002a:48).

Numa carta ao amigo Weydemeyer, datada de 1852, Marx reconhece que o conceito de classe social e mesmo a teorização sobre existência de interesses contraditórios e lutas entre elas não tinham sido descobertos por ele, mas extraídas das penetrantes análises de pensadores franceses, principalmente da historiografia burguesa, e, o que teria acrescentado de novo em toda essa discussão foi o fato de ter demonstrado que a existência de classes está ligada apenas a determinadas fases históricas particulares no desenvolvimento da produção. O que significa, em última instância, que houve períodos da história em que não existia a propriedade privada dos meios de produção, e, portanto, desigualdades e classes sociais antagônicas (comunidades primitivas); que a luta de classes dirige-se potencialmente à transformação socialista da sociedade, a um processo de transição (ditadura do proletariado) até a abolição de todas as classes e a constituição de sociedade sem classes.

Numa perspectiva histórica mais ampla, Marx rompe, dessa forma, com a visão anterior de que a sociedade se desenvolvia de maneira linear, sem erupções, luta de classes, choque de interesses econômicos, portanto, sem revoluções. As classes sociais, uma realidade das sociedades baseadas na apropriação privada da riqueza produzida pelo trabalho humano, são incorporadas, definitivamente, à análise histórica, e em particular, da sociedade capitalista, em que essa luta de interesses antagônicos se expressa de forma mais clara entre os trabalhadores, que são explorados e de cuja força de trabalho é extraída a mais-valia, e os capitalistas, que, de formas diretas ou indiretas, tentam manter sua dominação de classe e obscurecer, por meio da ideologia, a exploração do homem pelo homem, justificando a propriedade privada dos meios de produção. Portanto, a sociedade em que vivemos é marcada pela divisão de classes e por conflitos sociais determinantes e o Estado, ao contrário dos que afirmam um suposto neutralismo, é um Estado de classe.

Aqui se destaca a análise marxista sobre a relação entre necessidade e liberdade, o papel do indivíduo na história e as possibilidades colocadas pelo capitalismo para a construção do socialismo. Lênin (1979:18) sintetizou em *As três fontes* a relação entre necessidade e liberdade, a partir da perspectiva do materialismo histórico:

Importa sobretudo reter a opinião de Marx sobre a relação entre a liberdade e a necessidade: ‘a necessidade só é cega na medida em que não é compreendida... a liberdade é a inteligência da necessidade’; dito doutro modo, consiste em reconhecer a existência de leis objetivas da natureza e a transformação dialética da necessidade em liberdade (do mesmo modo que a transformação da ‘coisa em si’, não conhecida, mas conhecível, numa ‘coisa para nós’, não conhecida, mas conhecível, numa ‘coisa para nós’, da ‘essência das coisas’ em ‘fenômenos’).

O marxismo, entre todas as concepções sobre a sociedade e a história da humana, foi a que mais realçou o papel do indivíduo na história. Mas, ao contrário das concepções idealistas, que encaram a liberdade como algo abstrato e sem fronteiras reais, o marxismo demonstrou, pela análise da história da humanidade, que as ações humanas são condicionadas por condições históricas determinadas, embora possamos não ter, muito vezes, consciência disso. Da mesma forma, a luta atual pelo socialismo tem seus condicionamentos históricos reais, objetivos e subjetivos. As condições objetivas para a construção do socialismo se constituíram no seio do próprio capitalismo, na medida em que este desenvolveu as forças produtivas a um nível jamais visto na história da humanidade, a partir do processo de industrialização.

A introdução da maquinaria e dos processos técnicos na produção e na organização do trabalho foram os responsáveis pelo aumento descomunal da produtividade do trabalho e da capacidade de produção de mercadorias e serviços. Além disso, o desenvolvimento da economia capitalista leva, de um lado, ao processo de concentração e centralização dos capitais nas mãos de um número cada vez menor de capitalistas e à produção, de outro lado, de um mar de miséria, fome, desemprego e opressão entre os trabalhadores e a juventude em todo o mundo. O socialismo, nesse modo de entender história, é produto das contradições do capitalismo, uma necessidade história real e objetiva e não um imperativo moral, como pensavam os socialistas utópicos anteriores a Marx e Engels.

As teses analisadas por Marx em suas diversas obras e mais especificamente em *O Capital* sofreram duros ataques de ideólogos da sociedade burguesa, em especial a essência de sua concepção materialista da história, a determinação em última instância das formas de consciência social pelas condições materiais da existência humana. Uma primeira objeção que se levantou contra Marx era que ele atribuía à esfera econômica o papel de único fator determinante na organização da sociedade, ao qual estariam todas as outras esferas da vida social atreladas. Desta forma, teria Marx, na visão dos ideólogos burgueses, construído uma visão economicista do mundo dos homens, tornando secundários aspectos como cultura, subjetividade, política e moral.

Essa objeção ao pensamento de Marx já ocorria desde a época que lançou *Para a crítica da Economia Política*, em 1859. Não obstante, essas críticas ao marxismo refletiam visões puramente ideológicas e apologéticas do capital, que, em verdade, tinham como propósito a defesa de que as modernas relações de produção são constituídas por leis eternas e naturais. Foram devidamente

respondidas à altura por Marx e Engels. Numa carta escrita em 03 de setembro de 1890, Joseph Bloch solicitou a Engels uma explicação do que ele e Marx entendiam por materialismo histórico, e, particularmente, se a produção e a reprodução da vida real seriam o único fator determinante na história dos homens.

Mesmo depois de ter, repetidas vezes, aprofundado a exposição do materialismo em diversas passagens de suas obras, e ser *O Capital* a prova viva de aplicação do método materialista à análise da sociabilidade capitalista, Engels (1951:128-130) respondeu ao questionamento de Bloch numa carta datada de 21 de setembro de 1890, advertindo que segundo a concepção materialista da história

o fator determinante da história é, em última análise, a produção e a reprodução da vida real. Nem Marx, nem eu, alguma vez afirmamos outra coisa. Se alguém pretender que o fator econômico é o único determinante, transforma-a numa proposição vazia, abstrata, absurda. A situação econômica é a base, mas os diversos elementos da superestrutura – as formas políticas da luta de classes e os seus resultados, as Constituições promulgadas pela classe vitoriosa, depois de ganha a batalha, etc., as formas jurídicas, mesmo os reflexos de todas essas lutas reais no cérebro dos participantes, teorias políticas, jurídicas, filosóficas, concepções religiosas e o desenvolvimento posterior em sistemas dogmáticos – exercem também ação no curso das lutas históricas e, em muitos casos, determinam-lhes a forma de modo preponderante. Há ação e reação de todos esses fatores, no seio dos quais o movimento econômico acaba, necessariamente, por abrir caminho através da multidão infinita de acasos (isto é, de coisas e de acontecimentos, cuja ligação íntima é tão longínqua, ou tão difícil de demonstrar, que podemos considerá-la como inexistente e abandoná-la). Se assim não fosse, a aplicação da teoria a qualquer período histórico seria na verdade tão fácil como resolver uma simples equação de primeiro grau.

Outro questionamento de pensadores da burguesia e acadêmicos era no sentido de que a concepção materialista da história não se aplicava à análise de sociabilidades pré-capitalistas como a antiguidade clássica, de Grécia e Roma, ou ao feudalismo. O argumento se limitava a observar que na Grécia antiga a política jogava o papel dominante na configuração do Estado e da sociedade e que na Idade Média, a religião, diga-se o cristianismo, tinha uma singular importância para as relações entre os homens, chegando a constituir-se como a principal força ideológica.

A resposta de Marx (Idem:104), a respeito destas objeções, é outra expressão da aplicação da teoria do materialismo histórico:

Segundo ele [o periódico] – minha ideia de ser cada determinado modo de produção e as correspondentes relações de produção, em suma, “a estrutura econômica da sociedade a base real sobre que se ergue uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem determinadas formas de consciência social”; de “o modo de produção da vida material condicionar o processo da vida social, política e intelectual em geral” -, tudo isto seria verdadeiro no mundo hodierno, onde dominam os interesses, mas não na Idade Média, sob o reinado do catolicismo, nem em Roma ou Atenas, sob o reinado da política. De início, é estranho que alguém se compraza em pressupor o desconhecimento por outrem desses lugares-comuns sobre a Idade Média e a Antiguidade. O que está claro é que nem a Idade Média podia viver do catolicismo, nem o mundo antigo, da política. Ao contrário, é a maneira como ganhavam a vida que explica por que, numa época, desempenhava o papel principal a política, e, na outra, o catolicismo. De resto, basta um pouco de conhecimento de história da República Romana para saber que sua história secreta é a história da propriedade territorial. Já Dom Quixote pagou pelo erro de presumir que a cavalaria andante era compatível com qualquer estrutura econômica da sociedade.

Trotsky (2008:158-161), em *O marxismo e nossa época*, sintetizou o novo método de Marx e Engels e a sua posição frente à ciência da seguinte maneira:

Tendo definido a ciência como o conhecimento dos recursos objetivos da natureza, o homem procurou, obstinada e persistentemente, excluir a si mesmo da ciência, reservando-se privilégios especiais sob a forma de um pretense intercâmbio com forças suprassensíveis (religião) ou com preceitos morais independentes do tempo (idealismo). [Marx](#) privou o homem definitivamente e para sempre desses odiosos privilégios, considerando-o um elo natural no processo evolutivo da natureza material, a sociedade como a organização para a produção e a distribuição e o capitalismo como uma etapa no desenvolvimento da sociedade humana.

A finalidade de [Marx](#) não era descobrir as ‘leis eternas’ da economia. Ele negou a existência de tais leis. A história do desenvolvimento da sociedade humana é a história da sucessão de diversos sistemas econômicos, cada um dos quais atua de acordo com suas próprias leis. A transição de um sistema para outro sempre foi determinada pelo aumento das forças de produção, por exemplo, da técnica e da organização do trabalho. Até certo ponto, as mudanças sociais são de caráter quantitativo e não alteram as bases da sociedade, por exemplo, as formas prevaletentes da propriedade. Mas chega-se a um novo ponto quando as forças produtivas maduras já não podem conter-se por mais tempo dentro das velhas formas da propriedade: produz-se, então, uma mudança radical na ordem social, acompanhada de comoções. A comuna primitiva foi substituída ou complementada pela escravidão; à escravidão seguiu-se a servidão com sua superestrutura feudal; o desenvolvimento comercial das cidades levou a Europa, no século XVI, à ordem capitalista, que passou imediatamente por diversas etapas. Em seu [Capital](#), [Marx](#) não estuda a economia em geral, mas a economia capitalista, que tem leis específicas próprias. Refere-se a outros sistemas apenas de passagem e com o objetivo de pôr em evidência as características do capitalismo.

A economia da família de agricultores primitiva, que se bastava a si mesma, não tinha necessidade da ‘economia política’, pois era dominada por um lado pelas forças da natureza e por outro pelas forças da tradição. A economia natural dos gregos e romanos, completa em si mesma, fundada no trabalho dos escravos, dependia da vontade do proprietário dos escravos, cujo ‘plano’ era diretamente determinado pelas leis da natureza e da rotina. O mesmo se pode dizer do Estado medieval com seus servos camponeses. Em todos esses casos as relações econômicas eram claras e transparentes em sua crueza primitiva. Mas o caso da sociedade contemporânea é completamente diferente. Ela destruiu essas velhas conexões completas em si mesmas e esses modos de trabalho herdados. As novas relações econômicas relacionaram entre si as cidades e as vilas, as províncias e as nações. A divisão do trabalho abarcou todo o planeta. Tendo destruído a tradição e a rotina, esses laços não se estabeleceram de acordo com algum plano definido, e sim muito mais à margem da consciência e da previsão humanas. A interdependência dos homens, dos grupos, das classes, das nações, consequência da divisão do trabalho, não é dirigida por ninguém. Os homens trabalham uns para os outros sem conhecer-se, sem conhecer as necessidades dos demais, com a esperança, e inclusive com a certeza, de que suas relações se regularizarão de algum modo por si mesmas. E assim o fazem, ou melhor, assim gostariam de fazê-lo.

É totalmente impossível encontrar as causas dos fenômenos da sociedade capitalista na consciência subjetiva — nas intenções ou nos planos de seus membros. Os fenômenos objetivos do capitalismo foram formulados antes que a ciência começasse a pensar seriamente sobre eles. Até hoje a imensa maioria dos homens nada sabe sobre as leis que regem a economia capitalista. Toda força do método de [Marx](#) reside em se aproximar dos fenômenos econômicos, não do ponto de vista subjetivo de certas pessoas, mas do ponto de vista objetivo do desenvolvimento da sociedade em seu conjunto, da mesma forma que um homem de ciência que estuda a natureza se aproxima de uma colmeia ou de um formigueiro.

Para a ciência econômica o que tem um significado decisivo é o que fazem os homens e como o fazem, não o que pensam eles com relação a seus atos. Na base da sociedade não se encontram a religião e a moral, mas a natureza e o trabalho. O método de [Marx](#) é materialista, pois vai da existência à consciência e não o contrário. O método de [Marx](#) é dialético, pois observa como a natureza e a sociedade evoluem e a própria evolução como a luta constante das forças em conflito.

[Marx](#) teve predecessores. A economia política clássica — [Adam Smith](#), [David Ricardo](#) — floresceu antes que o capitalismo tivesse se desenvolvido, antes que começasse a temer o futuro. [Marx](#) rendeu aos

grandes clássicos o perfeito tributo de sua profunda gratidão. No entanto, o erro básico dos economistas clássicos era considerarem o capitalismo como a existência normal da humanidade em todas as épocas, ao invés de considerá-lo simplesmente como uma etapa histórica no desenvolvimento da sociedade. [Marx](#) iniciou a crítica dessa economia política, mostrou seus erros, assim como as contradições do próprio capitalismo, e demonstrou que seu colapso era inevitável.

A ciência não atinge sua meta no estudo hermeticamente fechado do erudito, e sim na sociedade de carne e osso. Todos os interesses e paixões que dilaceram a sociedade exercem sua influência no desenvolvimento da ciência, principalmente da economia política, a ciência da riqueza e da pobreza. A luta dos trabalhadores contra os capitalistas obrigou os teóricos da burguesia a dar as costas para a análise científica do sistema de exploração e a ocupar-se com uma descrição vazia dos fatos econômicos, o estudo do passado econômico e, o que é muitíssimo pior, com uma falsificação absoluta das coisas tais como são com o propósito de justificar o regime capitalista. A doutrina econômica ensinada até hoje nas instituições oficiais de ensino e que se prega na imprensa burguesa não está desprovida de materiais importantes relacionados com o trabalho, mas não obstante é inteiramente incapaz de abarcar o processo econômico em seu conjunto e descobrir suas leis e perspectivas, nem tem o menor intuito de fazer isso. A economia política oficial está morta.

Esse horizonte novo não deixou de influenciar decisivamente os movimentos sociais ao longo dos séculos XIX e XX, fundindo-se a teoria socialista e a luta do movimento operário, chegando ao novo século com toda força não só quanto à capacidade de propor elementos para a compreensão da sociedade burguesa em transformação permanente, cuja essência, a exploração do trabalho assalariado pelo capital, permanece plenamente vigente, mas também organizando os trabalhadores e demais camadas da sociedade em suas mobilizações e lutas por reivindicações imediatas, diante da sanha de lucro do capital, e pela transformação radical da sociabilidade burguesa.

Da concepção materialista da história é possível extrair o seguinte:

a) a história não é uma criação divina ou produto de um ser sobrenatural, nem um destino irremediável, contra o qual não há possibilidade de mudança, ou mesmo um caos, que se encontraria acima da capacidade dos homens de conhecê-la. Pelo contrário, a história é uma síntese do conjunto das ações humanas, cuja objetividade é não só acessível ao conhecimento como os homens são capazes de transformá-la. Os homens, portanto, constroem a história, da qual participam, consciente ou inconscientemente, mas a constroem, como disse Marx, a partir de determinadas condições econômicas, sociais, políticas e culturais, herdadas das gerações passadas. Os homens são, a um só tempo, produtores e produtos do processo histórico;

b) o trabalho é, neste sentido, a base de toda a vida social; é através dele que nos relacionamos com a natureza e dela retiramos as matérias-primas, as substâncias e as propriedades para a constituição das condições materiais de existência social. Ao longo da história, os homens construíram diversas formações sociais e econômicas, tendo por base sempre o trabalho humano. As condições materiais de existência possibilitam aos homens o estabelecimento de relações sociais cada vez mais complexas. Portanto, as condições socioeconômicas produzidas pelo trabalho humano, no intercâmbio com a natureza, são a base para o surgimento e desenvolvimento de todo um conjunto de instituições jurídico-políticas e de formas de consciência social;

c) mas o trabalho não ocorre de forma isolada, encontra-se articulado a determinadas relações de produção (de cooperação ou de exploração), que correspondem, em cada formação social, a um determinado nível de desenvolvimento das forças produtivas (força de trabalho, condições técnicas, etc.). As forças produtivas evoluem em articulação com as relações de produção, enquanto estas possibilitam. Em específicas condições históricas, as relações de produção podem se constituir em obstáculo às forças produtivas, abrindo assim uma era de revolução social. Abre-se a possibilidade de transição a uma nova formação social;

d) significa dizer que os homens vivenciaram, ao longo da história, diversas formações sociais. O capitalismo, por isso, não é o fim da humanidade. Nem sempre, aliás, existiram diferenças materiais (econômicas), propriedade privada, classes sociais, Estado e luta de classes. Apenas em determinadas condições históricas foi possível o aparecimento das diferenças materiais e com elas das sociedades de classes. Durante longo tempo, os homens viveram em sociedades que não conheciam a propriedade privada dos meios de produção e de subsistência. Marx denominou essa formação social e econômica de *comunismo primitivo*. Com a dissolução do comunismo primitivo, desenvolveram-se as formações sociais baseadas na divisão de classes, como o escravismo antigo, o feudalismo e o capitalismo atual. Nas sociedades classistas, a luta de classes é o motor das grandes transformações sócio-políticas;

e) o indivíduo tem um papel fundamental na história da humanidade, mas a sua intervenção depende das condições materiais de existência, herdadas das gerações passadas e desenvolvidas pelas gerações atuais. Portanto, a ação do indivíduo é historicamente determinada. A necessidade, ou seja, o reconhecimento de que a história tem suas leis objetivas, de maneira nenhuma se confunde com qualquer fatalismo. A liberdade, em seu sentido mais profundo, consiste na compreensão da necessidade e na concentração de esforços coletivos e individuais para a transformação da realidade social, econômica e política.

Capítulo V

A crítica da sociedade burguesa

Um homem que não compreendeu o estado atual da sociedade muito menos deve compreender o movimento que tende a derrubá-lo e as expressões literárias desse movimento revolucionário (Marx, *Miséria da Filosofia*)

No capítulo IV, observamos que todas as formações econômico-sociais, ao longo do processo histórico, tiveram sempre como base da sua existência uma determinada forma de organização do trabalho humano. O trabalho foi (e não deixará de ser, enquanto houver sociabilidade) o indispensável intercâmbio dos homens com a natureza, da qual retiram as condições materiais da existência social, medido por determinadas relações de produção e um determinado nível de desenvolvimento das forças produtivas. Tal como no comunismo primitivo, no escravismo antigo e no feudalismo, a sociedade capitalista se assenta numa forma de trabalho social: *o trabalho assalariado*. A força de trabalho foi transformada em mercadoria, que se compra e se vende no mercado. A essência do modo de produção burguês é, de um lado, a exploração da força de trabalho assalariada, e, de outro, a apropriação privada dos produtos do trabalho pelos capitalistas.

Para produzir uma crítica da sociedade atual, Marx e Engels tiveram de assimilar o conhecimento acumulado no campo da *Economia Política* burguesa. Esta ciência se desenvolveu entre os séculos XVII e XIX, atingindo seu ápice, em sua fase clássica, com as obras de Adam Smith (*A riqueza das nações*) e David Ricardo (*Princípios de economia política e tributação*). Como observa Engels (1990:127), a Economia Política é uma ciência social, portanto histórica, que, “no sentido mais amplo da palavra, é a ciência das leis que regem a produção e o intercâmbio dos meios materiais da vida na sociedade humana”. Entretanto, no sentido mais restrito, acrescenta Engels (Idem, *Ibidem*), tudo “o que até hoje possuímos de ciência econômica se reduz quase exclusivamente à gênese e ao desenvolvimento do regime capitalista de produção”.

Como se deu então a apropriação desse conhecimento? Qual a essência da análise crítica do capitalismo realizada por Marx e Engels? Como o marxismo explica a origem do lucro capitalista? Qual a *lei fundamental da acumulação capitalista*? Como as contradições do sistema burguês criam as possibilidades para a sua superação? É possível a humanização desse sistema econômico? Enfim, a crítica marxista do capitalismo estaria ultrapassada em razão das últimas transformações?

O caminho percorrido pelos fundadores do marxismo da superação do idealismo filosófico ao materialismo histórico-dialético, e, paralela e sucessivamente, da aplicação deste método ao estudo e à crítica mais ampla, profunda e justa da sociedade burguesa, até o desenvolvimento em várias direções das categorias, que condensam as determinações das relações de produção capitalistas e suas consequências para a vida das massas trabalhadoras foi tortuoso, acidentado, repleto de

avanços e dificuldades, movido por polêmicas com outros autores, militantes, organizações políticas, correntes de pensamento e, sobretudo, pelas necessidades da luta de classes.

Os momentos decisivos desse embate teórico-metodológico de crítica ao pensamento econômico e à realidade do modo de produção capitalista permeiam a obra dos dois revolucionários e teóricos alemães, desde a descoberta da necessidade de estudar a sociedade para compreender as formas jurídico-políticas, tese presente no manuscrito da *Crítica da filosofia do direito de Hegel* (1843), passando pela leitura do texto de Engels intitulado *Esboço para a crítica da economia política* (1844), pelas primeiras leituras dos grandes economistas burgueses nos *Manuscritos econômico-filosóficos* (1844), pela síntese da concepção materialista da história feita nos manuscritos de *A ideologia alemã* (1845-1846), nas análises contundentes da economia política em seu conjunto em *A miséria da filosofia* (1847) e no *Manifesto comunista* (1848), até textos substanciais como *Trabalho assalariado e capital* (1849), os *Grundrisse* (1857-58), *Contribuição à crítica da economia política* (1859), *Salário, Preço e Lucro* (1865) e, finalmente, *O Capital* (1867).

Assim como Marx e Engels submeteram o pensamento filosófico à crítica radical e constituíram um método avançado de elaboração do conhecimento, baseados em profunda análise histórico-política, também tiveram de se apropriar das questões levantadas pela economia política. Aqui, é necessário fazer uma síntese do desenvolvimento histórico do interesse, dos estudos e análises empreendidas pelos dois autores até chegarem à concepção madura do modo de produção capitalista e da sociedade burguesa, expressa em *O Capital*, obra magna da literatura marxista mundial.

Para que Marx e Engels despertassem para a necessidade do estudo da economia política, das relações e interesses materiais da sociedade burguesa, da produção, distribuição e troca dos produtos, foi imprescindível que a própria experiência os demonstrasse. Na parte dedicada ao itinerário teórico-prático de Marx, observamos que o exercício da função jornalística, junto à *Gazeta Renana*, nos anos de 1842-1843, levou-o a se posicionar sobre problemas de natureza material como, por exemplo, o avanço da propriedade privada burguesa na Alemanha, as consequências jurídicas das mudanças econômicas, a censura do Estado monárquico à liberdade de imprensa, as condições sociais dos camponeses pobres e dos vinhateiros do Mosella, entre outras. Motivado pelas dúvidas e problemas colocados pelo contato com as questões materiais, Marx (1982:24) saiu do “cenário público para o gabinete de estudos”, como ele próprio afirmou.

Durante os meses de julho a outubro de 1843, quando se encontrava com a sua esposa Jenny em Kreuznach, Marx empreendeu a tarefa de reanalisar a Filosofia do Direito de Hegel, com a finalidade de buscar respostas para as dúvidas surgidas no período da *Gazeta Renana*. Marx (1982:24-25) relata esse período da seguinte forma: “o primeiro trabalho que empreendi para resolver a dúvida que me assediava foi uma revisão crítica da filosofia do direito de Hegel, trabalho

este cuja introdução apareceu nos *Anais Franco-Alemães (Deutsch-Französische Jahrbücher)*, editados em Paris em 1844”.

Da releitura do pensamento hegeliano, Marx realizou uma crítica contundente das concepções de direito e de Estado do grande pensador idealista alemão, do qual era discípulo. Para Hegel, a família e a sociedade encontravam seu fundamento no Estado, e este era, para ele, a expressão máxima do desenvolvimento da ideia absoluta. É precisamente a partir de uma análise profunda da melhor tradição do pensamento filosófico de sua época, que Marx chega à conclusão inversa, isto é, que o Estado e o direito encontram seu fundamento na forma como se organiza a sociedade, portanto deveriam ser explicados a partir desta base e não o contrário como defendia o seu mestre.

Não somente a crítica, mas a própria assimilação das contribuições de Hegel foi também de enorme transcendência no estudo e desenvolvimento do pensamento de Marx, pois naquele filósofo se podiam vislumbrar elementos da realidade econômica burguesa, traduzidos no linguajar filosófico e inseridos nas análises de seu sistema. Para Mandel (1968:13-14), o “próprio Hegel tinha sido profundamente marcado na sua juventude por estudos econômicos, e principalmente pelo de Adam Smith; Marx viu o sistema hegeliano como uma verdadeira filosofia do trabalho”.

Desse contexto, Marx tirou como lição a necessidade de se debruçar sobre a economia política e as concepções críticas da ordem do capital, isto é, as ideias socialistas. Outro fato que estimulou bastante Marx na leitura das obras econômicas, influenciando-o profundamente em suas posteriores preocupações teóricas, foi a publicação por Engels, em 1844, nas páginas dos *Anais Franco-Alemães*, do *Esboço de uma Crítica da Economia Política*. Neste texto, valioso para o aparecimento do marxismo, Engels fez uma crítica mordaz do liberalismo econômico de Adam Smith, David Ricardo e McCulloch, proporcionando um cotejo com a realidade e contradições da Inglaterra, onde se encontrava.

Engels elabora, pela primeira vez, uma análise crítica das categorias do pensamento econômico clássico burguês e das relações capitalistas de produção e troca. O objetivo do texto, segundo Engels (1981: 58), era “examinar as categorias fundamentais, demonstrar a contradição introduzida pelo sistema da liberdade de comércio e extrair as consequências dos dois aspectos da contradição”. Na visão crítica de Engels, a Economia Política burguesa, “esta ciência do enriquecimento, nascida do logro mútuo e da ambição dos comerciantes, traz na fonte a marca do egoísmo mais repugnante” (Idem: p. 53). Observa que a “nova economia, o sistema de livre comércio, apoiado na *Wealth of Nations*, de Adam Smith, revela-se como a hipocrisia, a imoralidade e a incoerência que, presentemente, afrontam todos os domínios da liberdade humana” (Ibidem: 55-56). Mostra as relações entre o pensamento econômico e a legitimação da propriedade privada: “Na situação atual, a ciência deveria chamar-se economia privada, porque suas relações públicas existem exclusivamente por amor à propriedade privada” (Ibidem).

Com base numa compreensão embrionária da sociedade burguesa, Engels apresenta as contradições fundamentais das relações capitalistas: o desenvolvimento da técnica e da ciência, na base da exploração do capital sobre o trabalho, no lugar de aliviar as condições de vida e trabalho do proletariado, se torna instrumento nas mãos dos capitalistas para oprimir e manter o processo de exploração econômica dos trabalhadores. Assim, no

combate do capital e da terra contra o trabalho, estes dois primeiros elementos têm ainda uma vantagem particular sobre o último: a ajuda da ciência, porque também esta, nas condições atuais, é dirigida contra o trabalho. Quase todas as invenções mecânicas, por exemplo, foram provocadas pela falta de força de trabalho (Idem: 79-80).

A economia capitalista, por intermédio da “concorrência coloca capital contra capital, trabalho contra trabalho (...), como também cada um destes elementos contra os restantes”, lançando o homem em “estado de profunda degradação” (Idem:76-77). Portanto,

a propriedade privada faz do homem uma mercadoria, cuja produção e destruição dependem, também elas, apenas da concorrência, e que o sistema concorrencial massacrou deste modo, e massacra, diariamente milhões de homens; vimos tudo isto e tudo isto nos leva a suprimir este aviltamento da humanidade ao suprimir a propriedade privada, a concorrência e os interesses antagônicos (Idem, Ibidem).

Engels (Idem:69) também expressa em seu texto as tendências do desenvolvimento do capitalismo, que levam à concentração e à formação de monopólios: “A concorrência assenta no lucro e o lucro origina, em troca, o monopólio; em breve, a concorrência se transforma em monopólio”. Demonstra a possibilidade de crises no capitalismo, evidenciando que o economista burguês

deixa-se levar com sua teoria da oferta e da procura e demonstra-nos que ‘nunca se pode produzir demais’ – e a prática responde com as crises comerciais que aparecem tão regularmente como os cometas, e de tal modo que, hoje, temos uma, em média, a cada cinco ou sete anos. Tais crises produzem-se há vinte anos com a mesma regularidade que as grandes epidemias de outrora, e trouxeram mais miséria e imortalidade que elas (Idem: 70).

Critica a especulação das bolsas: “o ponto culminante da imoralidade é a especulação na Bolsa, pela qual a história e, nela, a humanidade são assimiladas ao conjunto dos meios próprios para satisfazer a cupidez do especular calculista ou felizardo” (Idem:71). Em contraposição, Engels (Idem:73) ressalta as potencialidades criadas pela ciência, pela técnica e pela produção capitalista: “O capital cresce diariamente, a força de trabalho aumenta com a população e a ciência submete cada vez mais ao homem a força da natureza. Esta capacidade ilimitada de produção, manipulada com consciência para o interesse de todos, reduziria em breve ao mínimo o trabalho que incumbe à humanidade”.

O esboço de crítica à economia política de Engels impulsionou os estudos de Marx. É primeiramente nos *Manuscritos Econômico-filosóficos*, de 1844, que Marx estuda de forma mais sistemática alguns teóricos da Economia Política e trata de temas correntes na teoria econômica como propriedade privada, trabalho, capital e terra, salários, lucro e renda, divisão do trabalho, concorrência e valor de troca. Destaca, sobretudo, as contradições sociais da sociabilidade burguesa, os processos de alienação provenientes da base material desta sociabilidade e da exploração do trabalho pelo capital, o rebaixamento da vida humana à condição de produtora de mercadorias para enriquecimento de uns poucos capitalistas, enfim, denuncia que

O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadoria cria. Com a valorização do mundo das coisas (*Sachenwelt*) aumenta em proporção direta a *desvalorização* do mundo dos homens (*Menschwelt*). O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma *mercadoria*, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral (Marx, 2004:80).

Marx observa nos manuscritos que o dinheiro, ao penetrar as relações sociais, transforma as próprias relações, os valores e os sentimentos, antes longe do seu alcance, em mercadorias, tal como os produtos extraídos pela força de trabalho em sua relação metabólica com a natureza. O capital, portanto, mercantiliza as relações sociais na medida em que se expande por todo o tecido social, colocando-as a serviço de seus interesses:

O que é para mim pelo *dinheiro*, o que eu posso pagar, isto é, o que o dinheiro pode comprar, isso sou *eu*, o possuidor do próprio dinheiro. Tão grande quanto a força do dinheiro é a minha força. As qualidades do dinheiro são minhas – [de] seu possuidor – qualidades e forças essenciais. O que eu *sou* e *consigo* não é determinado de modo algum, portanto, pela minha individualidade. Sou *feio*, mas posso comprar para mim a *mais bela* mulher. Portanto, não sou *feio*, pois o efeito da *fealdade*, sua força repelente, é anulado pelo dinheiro. Eu sou – segundo minha individualidade – *coxo*, mas o dinheiro me proporciona vinte e quatro pés; não sou, portanto, *coxo*; sou um ser humano mau, sem honra, sem escrúpulos, sem espírito, mas o dinheiro é honrado e, portanto, também o seu possuidor. O dinheiro é o bem supremo, logo, é bom também o seu possuidor, o dinheiro me isenta do trabalho de ser desonesto, sou, portanto, presumido honesto; sou *tedioso*, mas o dinheiro é o *espírito real* de todas as coisas, como poderia seu possuidor ser tedioso? Além disso, ele pode comprar para si as pessoas ricas de espírito, e quem tem o poder sobre os ricos de espírito não é ele mais rico de espírito do que o rico de espírito? Eu, que por intermédio do dinheiro consigo *tudo* o que o coração humano deseja, não possuo, eu, todas as capacidades humanas? Meu dinheiro não transforma, portanto, todas as minhas incapacidades (*Unvermögen*) no seu contrário? (Idem:159).

Nas páginas dos manuscritos, o capital aparece para Marx como “o poder de governo (*Regierungsgewalt*) sobre o trabalho e os seus produtos. O capitalista possui esse poder, não por causa de suas qualidades humanas, mas na medida em que ele é *proprietário* do capital. O poder de *comprar* (*kaufende Gewalt*) do seu capital, a que nada pode se opor, é o seu poder” (Idem, *Ibidem*). O controle e a exploração do trabalho têm para Marx uma base social concreta, que é o domínio

pelos capitalistas dos meios de produção, na forma de capital, fundamento material do poder burguês.

Para a elaboração desse manuscrito, Marx leu autores da teoria econômica como Friedrich List (1789-1846), MacCulloch, James Mill (1773-1836), Jean-Baptiste Say (1767-1832), Adam Smith (1723-1790), David Ricardo (1772-1823), Pierre de Boisguillebert (1646-1714), Destutt de Tracy (1754-1836) e Lauderdale. Imbuído do método dialético e sob a influência marcante da interpretação da obra hegeliana feita por Feuerbach, Marx promoveu um encontro magistral da filosofia com a economia, numa síntese que ainda hoje constitui fonte de discussões e controvérsias.

Em 1845, Engels publicou *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Nesta obra Engels trata de conjunto da formação e desenvolvimento da sociedade capitalista, da industrialização, do surgimento e desenvolvimento do proletariado fabril, agrícola e mineiro, do processo de concorrência, da tendência ao monopólio da economia capitalista, dos processos de imigração, dos ramos da indústria, da urbanização crescente, dos movimentos do operariado, da formação de suas organizações e formas de luta, além de denunciar as condições de miséria e exploração, às quais os operários estavam submetidos.

Para Engels (2008:50), com o advento da grande indústria moderna ocorre

a vitória do trabalho mecânico sobre o trabalho manual e toda a sua história recente nos revela como os trabalhadores manuais foram sucessivamente deslocados de suas posições pelas máquinas. As consequências disso foram, por um lado, uma rápida redução dos preços de todas as mercadorias manufaturadas, o florescimento do comércio e da indústria, a conquista de quase todos os mercados estrangeiros não protegidos, o crescimento veloz dos capitais e da riqueza nacional; por outro lado, o crescimento ainda mais rápido do proletariado, a destruição de toda a propriedade e de toda a segurança de trabalho para a classe operária, a degradação moral, as agitações políticas.

A indústria foi responsável pela formação do proletariado. Como adverte Engels (Idem, Ibidem), os operários “surgiram com a indústria, foram seu produto imediato”, de modo que

os operários fabris, primogênitos da revolução industrial, estão, como sempre estiveram, no centro do movimento operário, ao passo que os outros se vincularam a esse movimento na medida em que seus ofícios foram arrastados pelo vórtice da indústria, e, com o exemplo da Inglaterra, compreendemos a importância histórica da indústria: o movimento operário evoluiu pari passu, com o movimento industrial.

As contradições da sociedade burguesa forçaram os trabalhadores a se organizarem por várias formas, inicialmente como uma resposta instintiva às condições de opressão e miséria, como ocorreu com o *luddismo* (quebra de máquina e instrumentos nas fábricas), depois de forma consciente e política com o movimento *cartista* (baseado na chamada Carta do Povo, um documento contendo as reivindicações dos trabalhadores). Para o jovem autor, os operários deveriam

sair dessa situação que os embrutece, criar para si uma existência melhor e mais humana e, para isso, devem lutar contra os interesses da burguesia enquanto tal, que consistem precisamente na exploração dos operários. Mas a burguesia defende seus interesses com todas as forças que pode mobilizar, por meio da propriedade e por meio do poder estatal que está à sua disposição. A partir do momento em que o operário procura escapar ao atual estado de coisas, o burguês torna-se seu inimigo declarado (Engels, 2008:247).

Nessa obra, Engels (2008:123-125) descreve a dinâmica das crises capitalistas:

Dada a anarquia reinante na moderna produção e distribuição dos meios de subsistência, empreendidas não para a satisfação imediata das necessidades, mas para a obtenção do lucro, e dado o sistema em que cada um trabalha e enriquece sem se preocupar com os outros, é inevitável que a cada instante surjam perturbações. A Inglaterra, por exemplo, fornece as mais variadas mercadorias a uma grande série de países. Ainda que o industrial saiba a quantidade anual do consumo de um artigo em cada país, ele nunca sabe a magnitude dos estoques lá acumulados nem a quantidade exportada por seus concorrentes. Apenas as contínuas oscilações dos preços podem sugerir-lhe uma ideia aproximada das necessidades e dos estoques e assim ele é constrangido a expedir suas mercadorias às cegas; tudo se faz ao acaso, de modo irracional, mais ou menos fortuitamente. Basta uma pequena notícia favorável para que cada qual despache tudo que pode – e em pouco tempo aquele mercado está saturado de mercadorias, as vendas entram, os capitais não retornam, os preços caem e a indústria inglesa não pode oferecer trabalho a seus operários. No início do desenvolvimento industrial, esses estrangulamentos se limitavam a alguns ramos industriais e a alguns mercados; mas o resultado centralizador da ação da concorrência – lançando os operários desempregados de um ramo industrial para outros em que é mais fácil encontrar trabalho, transferindo para outros as mercadorias que já não é possível escoar para determinado mercado – progressivamente fez convergir essas pequenas e limitadas crises numa única série de crises que se repetem periodicamente. Crises assim ocorrem comumente a cada cinco anos, depois de um breve período de prosperidade e de bem-estar geral; tanto o mercado interno quanto os externos se veem inundados de produtos ingleses que só lentamente podem se escoar; a atividade da indústria estagna em quase todos os ramos; os pequenos industriais e comerciantes, que não podem resistir ao atraso prolongado do retorno de seus capitais, entram em falência, enquanto os maiores suspendem seus negócios durante o pior momento, param suas máquinas ou as fazem operar apenas em “horário reduzido” (por exemplo, por meio dia); os salários caem, por causa da concorrência entre os desempregados, da redução do tempo de trabalho e da falta de vendas lucrativas; a miséria se generaliza entre os operários; as eventuais pequenas economias dos indivíduos são rapidamente devoradas; as instituições beneficentes se veem assoberbadas; o imposto para os pobres duplica, triplica e entretanto continua insuficiente; cresce o número de famintos; e de repente toda a massa da população ‘supérflua’ revela sua impressionante magnitude. Isso dura algum tempo; os ‘supérfluos’ safam-se como podem ou sucumbem; a beneficência e as leis sobre os pobres ajudam a prolongar vegetativamente a existência de muitos deles; outros encontram aqui e acolá, naqueles setores de trabalho mais afastados da indústria, menos suscetíveis à concorrência, alguma forma miserável de subsistência – e tão pouco basta ao homem para sobreviver por algum tempo! Pouco a pouco, a situação melhora; as mercadorias em estoque são escoadas e o desânimo geral reinante entre industriais e comerciantes impede que os mercados sejam rapidamente reabastecidos, mas enfim os preços se veem em alta e as notícias favoráveis que chegam de todas as partes estimulam a retomada das atividades.

Os mercados, em geral, ficam longe; antes que as novas importações cheguem a eles, a procura volta a crescer e, com ela, os preços; disputam-se as primeiras mercadorias a chegar, as primeiras vendas animam ainda mais o comércio; os carregamentos esperados prometem preços mais elevados e, na expectativa de novos aumentos, começa-se a proceder a compras especulativas, subtraindo assim ao consumo mercadorias que lhe estão destinadas precisamente no momento de maior necessidade – os especuladores fazem saltar ainda mais os preços, induzindo a novas importações. Todas essas notícias chegam à Inglaterra, os industriais retomam intensamente a produção, surgem novas fábricas, empregam-se todos os meios para aproveitar a conjuntura favorável. A especulação comparece, também aqui, com os mesmos efeitos que ocasiona nos mercados externos: faz saltar os preços e desvia as mercadorias do consumo, levando a produção industrial à extrema tensão; e então sobrevêm os especuladores ‘não solváveis’ – que trabalham com capital fictício, vivem do crédito e se arruinam se não conseguem revender rapidamente -, lançando-se nessa caça desordenada e geral ao lucro,

umentando com sua paixão desenfreada a confusão e elevando vertiginosamente os preços e a produção. Trata-se de uma atividade frenética, que arrasta mesmo os indivíduos mais equilibrados e experientes: forjam, fiam e tecem como se devessem equipar de novo a humanidade inteira, como se tivessem descoberto milhões de novos consumidores na superfície da Lua.

Repentinamente, os especuladores ‘não solváveis’ do ultramar, que necessitam de dinheiro muito depressa, começam a vender abaixo do preço do mercado; à sua primeira venda não se seguem outras, os preços flutuam, os especuladores atemorizados lançam suas mercadorias no mercado, o mercado se desequilibra, o crédito é afetado, uma firma depois outra suspende os pagamentos, as falências sucedem-se e descobre-se que, no mercado e a caminho dele, a quantidade de mercadorias é três vezes maior que aquela demandada pelo consumo. As notícias chegam à Inglaterra, onde, todavia, continuou-se a produzir a pleno vapor – então, o pânico apodera-se dos espíritos, as falências no ultramar acarretam falências na Inglaterra, a paragem das vendas precipita na quebra de outras empresas cujos estoques, por causa do medo, foram lançados no mercado e que, assim, potenciam o pânico. Eis o início de nova crise, que percorre as mesmas fases da anterior e, mais tarde, é seguida por outro período de prosperidade. O curso é sempre o mesmo: prosperidade, crise, prosperidade, crise – um ciclo eterno no qual se move, como dissemos, a indústria inglesa a cada cinco ou seis anos.

Tendo assimilado as teorias dos historiadores franceses, dos pensadores da teoria política, as críticas dos socialistas, a dialética e o materialismo mais desenvolvido, além da experiência junto às associações operárias na França, foi possível a Marx e Engels, na primavera de 1845 a 1846, em Bruxelas, dar um passo adiante, qual seja, a exposição sistemática, pela primeira vez, da concepção materialista da história, nos manuscritos de *A ideologia alemã* (1845-46), em meio a um acerto de contas com as suas convicções filosóficas anteriores. Para tanto, os manuscritos não chegaram a ser publicados em vida, sendo relegados, disse Marx (1982:26), “à crítica roedora dos ratos, tanto mais a gosto quanto já havíamos atingido o fim principal, a compreensão de si mesmo”.

Apesar disso, o manuscrito de *A ideologia alemã* acabou sendo publicado no século XX. Além de apresentar de forma mais profunda e ampla a concepção materialista da história, Marx e Engels esboçam, com base nos conhecimentos de história acumulados em sua época, uma análise das formações pré-capitalistas de produção, numa síntese que, décadas mais tarde, tornar-se-ia ainda mais complexa com a assimilação dos elementos fornecidos pelas pesquisas em áreas compreendidas hoje como História, Antropologia, Etnologia e Paleontologia. Do ponto de vista da dissolução das relações de produção feudais e o do advento do modo de produção capitalista, Marx e Engels destacam vários acontecimentos na transição entre os dois modos de produção na Europa como a formação de uma classe de comerciantes, a expansão do comércio, a política de cercamentos, que obrigou os servos a se refugiarem nas cidades e a se submeterem ao processo de assalariamento, o aumento da população, as grandes navegações e a exploração colonial, a política mercantilista, a formação dos Estados nacionais e o desenvolvimento das forças produtivas.

Esse processo de formação das condições para o desenvolvimento do capitalismo, isto é, a concentração dos meios de produção nas mãos dos burgueses e a transformação da força de trabalho em mercadoria, implicou na dissolução dos laços feudais, o rápido florescimento das manufaturas e

transformações na organização do trabalho. Com a manufatura, advertem os fundadores do marxismo,

passa ao mesmo tempo a haver uma relação diferente do trabalhador com quem lhe dá trabalho. Nas corporações continuava a existir a relação patriarcal entre os oficiais e o mestre; na manufatura, ocupa o lugar daquela a relação de dinheiro entre trabalhador e capitalista; uma relação que, no campo e em pequenas cidades, conservou uma cor patriarcal, mas que nas cidades maiores, nas cidades realmente manufatureiras, desde cedo perdeu quase toda a coloração patriarcal (Marx e Engels, 2009:83).

Essas transformações históricas levaram à formação de uma nova classe social, que concentrou os meios de produção em suas mãos e submeteu os trabalhadores à condição de assalariados, que, não tendo outra alternativa para a sua sobrevivência, passaram a vender a sua força de trabalho por um salário. Marx e Engels (Idem:83) observam que a

expansão do comércio e da manufatura acelerou a acumulação do capital móvel, enquanto nas corporações, que nenhum estímulo experimentaram para uma produção mais ampla, o capital natural permaneceu estável ou até diminuiu. O comércio e a manufatura criaram a grande burguesia, nas corporações concentrava-se a pequena burguesia, a qual agora já não dominava como antes nas cidades, e tinha de se dobrar ao domínio dos grandes comerciantes e proprietários de manufaturas.

O processo de formação da grande indústria, particularmente no final do século XVIII e primeiras décadas do século XIX criou a base para a consolidação do modo de produção capitalista e a destruição definitiva das relações de servidão feudais. Os dois revolucionários descrevem como se deu a constituição da grande industrial moderna:

Desenvolvendo-se irresistivelmente no século 17, a concentração do comércio e da manufatura num país, a Inglaterra, criou gradualmente para esse país um relativo mercado mundial e, com ele, uma demanda por produtos manufaturados ingleses que já não podia ser satisfeita pelas forças produtivas até aí existentes na indústria. Essa demanda, que crescera mais do que as forças produtivas, foi a força motora que deu origem ao terceiro período da propriedade privada desde a Idade Média com a criação da grande indústria – a aplicação de forças elementares para fins industriais, a maquinaria e a mais extensa divisão do trabalho. As condições restantes dessa nova fase – a liberdade de concorrência no interior da nação, o desenvolvimento da mecânica teórica (a mecânica aperfeiçoada por Newton foi a ciência mais popular na França e na Inglaterra principalmente no século 18) etc. – existiam já na Inglaterra (A livre concorrência dentro da própria nação teve em toda a parte de ser conquistada por meio de uma revolução – em 1640 e 1688 na Inglaterra, em 1789 na França) (Idem:87).

Com o desenvolvimento e consolidação do modo de produção capitalista, ocorreram profundas transformações na organização da sociedade burguesa nascente, nos meios de comunicação, na expansão cada vez maior do comércio e do mercado mundial, ampliação dos conhecimentos científicos e da técnica, superação dos limites locais, processo de urbanização crescente e a concentração da massa de proletários nas grandes cidades industrializadas. A formação do proletariado e sua concentração nos centros urbanos e grandes fábricas modernas produziram

também as condições para a erupção da luta de classes entre as duas classes fundamentais do capitalismo: burguesia e proletariado.

Dessa forma, destacam os autores de *A ideologia alemã*, o avanço das relações capitalistas de produção

Criou, em geral, por toda a parte, as mesmas relações entre as classes da sociedade, e aniquilou, por esse meio, a particularidade de cada uma das nacionalidades. E, finalmente, ao passo que a burguesia de cada nação ainda conserva interesses nacionais particulares, a grande indústria criou uma classe que, em todas as nações, tem o mesmo interesse, e na qual a nacionalidade está já anulada, uma classe que realmente já está livre de todo o velho mundo e, ao mesmo tempo, a ele se contrapõe. Torna insuportável para o operário só a relação com o capitalista mas o próprio trabalho. Como se compreende, a grande indústria não atinge em todas as localidades de um país o mesmo nível de desenvolvimento. Isso, contudo, não detém o movimento de classe do proletariado, visto que os proletários criados pela grande indústria tomam a vanguarda desse movimento e arrastam consigo toda a massa, e visto que os operários excluídos da grande indústria são atirados por essa grande indústria para uma condição de vida ainda pior do que a dos operários da própria grande indústria (Idem:88-89).

A grande indústria capitalista, ao introduzir a máquina moderna na produção social, ao concentrar uma massa de trabalhadores nas fábricas aumentou consideravelmente a produtividade do trabalho e a capacidade de produção de mercadorias e valores numa escala jamais vista em toda a história da humanidade. Na primeira metade do século XIX se torna patente que o capitalismo

criou uma massa de forças produtivas para as quais a propriedade privada se tornou um grilhão, do mesmo modo que a corporação para a manufatura e a pequena oficina rural para o artesanato em desenvolvimento. Sob a propriedade privada, essas forças produtivas recebem um desenvolvimento apenas unilateral, tornam-se forças destrutivas para a maioria, e uma grande quantidade dessas forças não podem sequer ser aplicadas na propriedade privada (Idem:88).

O capitalismo contraditoriamente cria as condições materiais, com o desenvolvimento alcançado pelas forças produtivas, particularmente com a Revolução Industrial, para a libertação dos homens. Até o capitalismo a superação da propriedade privada era simplesmente impossível: “Em todos os períodos até hoje, entretanto, a superação [*Aufhebung*] da economia separada, a qual não pode se separar da superação da propriedade privada, era simplesmente impossível, dado que ainda não existiam as condições materiais para ela” (Idem:91). Portanto, “só com a grande indústria é também possível a abolição da propriedade privada” (Idem:74).

Entre 1845-1846, Marx e Engels já tinham uma concepção de história formada, que precisava ser exposta e desenvolvida. Munido da concepção materialista da história, Marx avança com a publicação da obra *A miséria da filosofia* (1847) na análise da sociedade burguesa e demonstra o caráter transitório e historicamente determinado do modo de produção capitalista e das categorias da Economia Política burguesa. É nesta obra que Marx deixa patente a sua adesão à teoria do valor-trabalho, desenvolvida por Adam Smith e David Ricardo no âmbito da teoria econômica burguesa clássica. Ao mesmo tempo em que desenvolve as suas teses sobre a sociedade capitalista, Marx

realizou uma crítica contundente das ideias de Proudhon, um dos eminentes socialistas franceses, considerado um dos fundadores do anarquismo.

O pensamento de Proudhon, exposto em sua obra *O sistema das contradições econômicas ou Filosofia da Miséria*, de 1846, não só assimilava as categorias jurídico-políticas burguesas elaboradas ao longo da luta da burguesia contra o sistema feudal, como reproduzia as ideias abstratas de justiça, liberdade, igualdade e fraternidade, sem a crítica da base social e econômica na qual se ancoravam, como ainda defendia teses e posições que se conciliavam com a manutenção das relações de produção capitalistas, sem sequer arranhá-las, como as ideias utópicas de “Banco do povo” e de concessão de “crédito” aos trabalhadores como alternativa para a situação de opressão, exploração e miséria em que viviam, além de advogar posições políticas claramente contrárias aos métodos de luta da classe operária (como as greves) e às coligações dos trabalhadores (associações e sindicatos).

Marx, contrariamente aos economistas burgueses e a Proudhon, destacou em várias passagens o caráter radicalmente histórico do capital, opondo-se às teorias que eternizavam as relações históricas e as tornavam insuperáveis. Para Marx (2003a:107-108), o sistema capitalista é somente uma formação social e econômica específica na história da humanidade e não uma ordem imperecível e insuperável:

Os economistas têm um modo estranho de proceder. Para eles, existem apenas duas espécies de instituições, as da arte e as da natureza. As instituições do feudalismo são instituições artificiais, as da burguesia são instituições naturais. Nisso parecem-se com os teólogos, que também estabelecem duas espécies de religião. Qualquer religião que não a sua é uma invenção dos homens, ao passo que a sua própria religião é uma emanção de Deus. Dizendo que as relações atuais – as relações da produção burguesa – são naturais, os economistas dão a entender que se trata de relações nas quais se cria a riqueza e se desenvolvem as forças produtivas de acordo com as leis da natureza. Portanto, essas relações são elas próprias leis naturais independentes da influência do tempo. São leis eternas que devem reger sempre a sociedade. Assim, houve história, mas não haverá mais. Houve história, visto que existiram instituições feudais e que nessas instituições feudais se encontram relações de produção inteiramente diferentes das da sociedade burguesa, que os economistas querem fazer passar por naturais e, portanto, eternas.

Numa carta a J. B. Schweitzer, datada de 24 de janeiro de 1865, Marx (Idem:190) reafirmou as críticas realizadas em *A Miséria da Filosofia*, dizendo que Proudhon partilhava das mesmas ilusões da ideologia burguesa, pois

em vez de considerar as categorias econômicas como expressões teóricas de relações históricas de produção que correspondem a um grau determinado de desenvolvimento da produção material, a sua imaginação transforma-as em ideias eternas, preexistentes a toda a realidade e, deste modo, por desvio, ele regressa ao seu ponto de partida, o ponto de vista da economia burguesa.

A primeira aplicação do método materialista histórico-dialético a uma síntese da história do desenvolvimento da sociedade burguesa e na elaboração do programa do proletariado encontra-se

no livro *Manifesto comunista* (1848), produzido, como dissemos anteriormente, a partir de uma solicitação da Liga dos Comunistas. O documento foi finalizado no calor dos acontecimentos de 1848 na Europa, cujo auge se daria com levantes em vários países. Pela primeira vez, a classe operária aparecia como classe diferenciada e com um programa de reivindicações político-econômicas. O *Manifesto* nada mais faz do que expressar esse movimento histórico da sociedade burguesa e da luta do proletariado por suas reivindicações, em choque com as relações de produção e apropriação burguesas.

Nesse sentido, dizem Marx e Engels (2002b:41),

A grande indústria criou o mercado mundial, preparado pela descoberta da América. O mercado mundial acelerou enormemente o desenvolvimento do comércio, da navegação, dos meios de comunicação. Este desenvolvimento reagiu por sua vez sobre a expansão da indústria; e à medida que a indústria, o comércio, a navegação, as vias férreas se desenvolveram, crescia a burguesia, multiplicando seus capitais e colocando num segundo plano todas as classes legadas pela Idade Média.

Essas transformações econômicas, sociais e políticas no seio da sociabilidade burguesa em ascensão desestruturaram as relações feudais anteriores, os costumes, as tradições, as crenças religiosas, patriarcais e sentimentalistas do passado:

A burguesia, onde ascendeu ao poder, destruiu todas as relações feudais, patriarcais, idílicas. Rasgou os variegados laços feudais que prendiam o homem aos seus superiores naturais e não deixou outro laço entre homem e homem que não o interesse nu, o do insensível ‘pagamento em dinheiro’. Afogou a sagrada reverência da exaltação devota, do fervor cavalheiresco, da melancolia sentimental do burguês filistino, na água gelada do cálculo egoísta. Resolveu a dignidade pessoal no valor de troca, e no lugar de um sem-número de liberdades legítimas e estatuídas colocou a liberdade *única*, sem escrúpulos, do comércio (Marx e Engels, 1982:109).

Em “uma palavra, no lugar da exploração dissimulada por ilusões religiosas e políticas, a burguesia colocou uma exploração aberta, direta, despudorada e brutal” (Idem:42). Nesse sentido, em vez de abolir as contradições e a luta de classes, o sistema capitalista não “fez mais do que estabelecer novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta em lugar das que existiram no passado” (2002b:40).

Marx e Engels descrevem o processo de expansão do capitalismo da Europa para o restante dos países. A burguesia, impelida pela necessidade de mercados sempre novos, invade

todo o globo terrestre. Necessita estabelecer-se em toda parte, explorar em toda parte, criar vínculos em toda parte. Pela exploração do mercado mundial, a burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo de todos os países (...). No lugar do antigo isolamento de regiões e nações autossuficientes, desenvolvem-se um intercâmbio universal e uma universal interdependência das nações. E isto se refere tanto à produção material como à produção intelectual (Marx e Engels, 2002b:43).

Ao mesmo tempo em que desenvolveu as forças produtivas e as relações de produção capitalistas (obviamente de exploração sob a base da propriedade privada dos meios de produção e dos produtos do trabalho), a burguesia criou não só contradições cada vez mais profundas, mas a classe social responsável, dadas suas condições materiais, pela superação do modo de produção capitalista: o proletariado. Marx e Engels (Idem:51) dizem:

A condição essencial para a existência e supremacia da classe burguesa é a acumulação da riqueza nas mãos de particulares, a formação e o crescimento do capital; a condição de existência do capital é o trabalho assalariado. Este se baseia exclusivamente na concorrência dos operários entre si. O progresso da indústria, de que a burguesia é agente passivo e involuntário, substitui o isolamento dos operários, resultante da competição, por sua união revolucionária resultante da associação. Assim, o desenvolvimento da grande indústria retira dos pés da burguesia a própria base sobre a qual ela assentou o seu regime de produção e de apropriação dos produtos. A burguesia produz, sobretudo, seus próprios coveiros.

A sociedade burguesa se desenvolveu, portanto, por contradições, no sentido de que ao mesmo tempo em que promoveu o avanço das forças produtivas, internacionalizou a produção social, concentrou o proletariado e desenvolveu o conhecimento científico e técnico, promoveu, por outro lado, exploração, miséria, fome, guerra e crises econômicas. Mas não só isso: o capital, personificado na burguesia, revolucionou incessantemente os instrumentos de produção, e com eles as relações de produção e as relações sociais; imprimiu um caráter cosmopolita à produção capitalista, em busca de mercados, centralizou os meios de produção e concentrou a propriedade em poucas mãos, enfim, transformou em mercadoria, em escala crescente, relações sociais as mais diversas, com o desiderato de acumular capital.

Dessa forma, alertam os autores do *Manifesto*,

A sociedade burguesa, com suas relações de produção e de troca, o regime burguês de propriedade, a sociedade burguesa moderna, que conjurou gigantescos meios de produção e de troca, assemelha-se ao feiticeiro que já não pode controlar os poderes infernais que invocou. Há dezenas de anos, a história da indústria e do comércio não é senão a história da revolta das forças produtivas modernas contra as modernas relações de produção, contra as relações de propriedade que condicionam a existência da burguesia e seu domínio. Basta mencionar as crises comerciais que, repetindo-se periodicamente, ameaçam cada vez mais a existência da sociedade burguesa. Cada crise destrói regularmente não só uma grande massa de produtos fabricados, mas também uma grande parte das próprias forças produtivas já criadas. Uma epidemia, que em qualquer outra época teria parecido um paradoxo, desaba sobre a sociedade – a epidemia da superprodução (Marx e Engels, 2002b:45).

Não à toa, relatam Marx e Engels (Idem:45),

as forças produtivas de que dispõe não favorecem o desenvolvimento das relações burguesas de propriedade; pelo contrário, tornaram-se poderosas demais para estas condições, passam a ser tolhidas por elas; e assim que se libertam desses entraves, lançam na desordem a sociedade inteira e ameaçam a existência da propriedade privada. O sistema burguês tornou-se demasiado estreito para conter as riquezas criadas em seu seio. E de que maneira consegue a burguesia vencer essas crises? De um lado, pela destruição violenta de grande quantidade de forças produtivas; de outro, pela conquista de novos

mercados e pela exploração mais intensa dos antigos. A que leva isso? Ao preparo de crises mais extensas e mais destruidoras e à diminuição dos meios de evitá-las.

Funcionando de forma anárquica, não tendo o capitalista controle sobre os atos de seus concorrentes, por mais que planeje internamente (no espaço de sua empresa) as relações de produção e de trabalho, não consegue superar as suas contradições econômico-sociais, apesar dos instrumentos de política econômica, criados anos após anos pelo Estado burguês, sob a orientação de bem disciplinados economistas. Os capitalistas desconhecem a quantidade de produtos que seu concorrente lançará no mercado, ou quanto o mercado necessita e absorverá ou se cobrirá, com as vendas, os gastos advindos da produção social, nem se sua produção corresponde a uma demanda efetiva ou se venderá como supôs inicialmente, enfim não há uma prévia coordenação entre os vários produtores. Isso gera uma marcha cíclica da produção capitalista (retomada econômica, alta conjuntura, prosperidade, “boom”, ruína financeira, crise e depreciação)²² e crises de superprodução que descontrolam amiúde a economia de mercado.²³

As medidas de contenção das crises podem, em determinadas circunstâncias prolongar ou minimizar seu impacto, mas jamais suprimi-las. Se não conseguem contorná-las por medidas puramente econômicas, partem os governos burgueses e seus organismos nacionais e internacionais para a disputa política e, quando falham os instrumentos da discussão política e da diplomacia, passam à resolução bélica dos conflitos econômicos, impondo uma nova repartição dos mercados. Portanto, o fundamento das crises vivenciadas pelo capitalismo, desde o século XIX, é a contradição fundamental entre o desenvolvimento das forças produtivas (técnica, instrumentos e organização do trabalho), cujo avanço na ordem do capital foi formidável desde o processo de industrialização, e as relações de produção, baseadas na exploração dos trabalhadores e na propriedade privada dos meios de produção e dos produtos do trabalho. Esta tese é exposta claramente no *Manifesto Comunista*, de 1848.

Enquanto as relações de produção, nas quais se movimentam as forças produtivas no capitalismo, facilitavam e mesmo impulsionavam a sua ampliação e aplicação, as contradições permaneceram relativamente controladas. Significa que, apesar das crises cíclicas, o capitalismo do século XIX desenvolvia as forças produtivas. Hoje, quando o grande salto das forças produtivas representa a acumulação das contradições do capital, maior produtividade do trabalho e capacidade

²²Sobre a questão das crises cíclicas do capitalismo e o desenvolvimento das análises de Marx, consultar a importante contribuição de Mandel (1968:69-81), que procura fazer uma síntese dos trabalhos realizados por Marx e Engels desde o Manifesto Comunista de 1848, passando pelos artigos publicados na *Neue Rheinische Zeitung – Politisch – ökonomische*.

²³ Marx (1988:8-9) dirá mais adiante: a concepção de Say, “segundo a qual não pode existir superprodução ou, pelo menos, não pode haver uma saturação (glut) geral do mercado, obedece à idéia de que se trocam produtos por produtos, ou como diz James Mill, à idéia de que existe um ‘equilíbrio metafísico entre vendedores e compradores’, idéia esta que se desenvolveu e foi acabar na tese da demanda determinada exclusivamente pela própria produção, ou da identidade entre a oferta e a demanda”.

produtiva da indústria, as ciências e a técnica não podem ser aplicadas senão de forma limitada e em benefício da exploração mercantil.

Para os trabalhadores, cada nova técnica, cada novo conhecimento científico, cada nova máquina aperfeiçoados e aplicados ao sistema industrial representa simplesmente desemprego, miséria, fome e precarização, no quadro da sociedade burguesa decadente. Contraditoriamente, também representa o avanço das condições objetivas para a superação do capitalismo. Mas, nem mesmo aquelas aquisições básicas na área da medicina podem ser plenamente vivenciadas pelos trabalhadores, desempregados e demais explorados pelo capital. Isso porque tanto a ciência quanto a técnica estão condicionadas pelas relações econômicas, políticas e sociais, de modo que, somente com a superação do capitalismo e da propriedade privada será possível a sua aplicação plena ao atendimento das necessidades coletivas.

Marx e Engels demonstram a falácia da tese dominante de que a economia capitalista encontra um equilíbrio natural e permanente entre a oferta e a demanda, posição burguesa que tem como objetivo justificar teoricamente que o capitalismo não enfrenta crises de superprodução em sua dinâmica interna. No processo de produção capitalista reina no fundo a anarquia, tendo em vista que na sociedade baseada na produção de mercadorias, intercâmbio no qual se gera uma complexa multiplicidade de vínculos sociais, cada produtor estabelece a organização de sua unidade de produção. O *Manifesto* também mostra que a economia burguesa atual, em seu sentido mais profundo, representou todo o desdobramento das relações de produção capitalistas em nível internacional e as transformações materiais intensas, verificados no processo de desenvolvimento da sociedade burguesa, que, no século XIX, alcançou proporções inauditas, tornando o modo de produção capitalista um sistema de relações eminentemente internacional.

No ano de 1849, Marx publicou na *Nova Gazeta Renana* uma síntese de suas conferências realizadas dois anos antes na Associação dos Operários Alemães de Bruxelas. O texto se chama *Trabalho assalariado e capital*. O fundador do marxismo demonstra ter nesse momento um profundo conhecimento das categorias econômicas e da origem, estrutura, dinâmica e contradições da sociedade capitalista, base material das classes sociais e dos diferentes interesses entre elas. Era, portanto, no calor dos acontecimentos de 1848 o momento propício para expor o funcionamento da economia capitalista. Como diz Marx (2006:31-32),

De vários lados, somos censurados por não havermos exposto as relações econômicas que constituem a base material das lutas de classes e das lutas nacionais nos nossos dias. De acordo com o nosso plano, tratamos dessas relações apenas quando elas explodiam diretamente em enfrentamentos políticos (...). Agora, depois de os nossos leitores verem o desenvolvimento da luta de classes no ano de 1848 sob forma política colossais, é tempo de aprofundar essas mesmas relações econômicas em que se baseiam tanto a existência da burguesia e o seu domínio de classe quanto a escravidão dos operários.

Nesse texto, a sociedade capitalista aparece como ela efetivamente é: uma sociedade historicamente determinada, baseada em determinadas relações de produção e de troca, que correspondem a um determinado nível de desenvolvimento das forças produtivas materiais. Marx, aqui, faz uma crítica dos economistas burgueses que tentam naturalizar as relações sociais e econômicas capitalistas. Para Marx (Idem:47),

as relações sociais de produção alteram-se, portanto, transformam-se com a alteração e o desenvolvimento dos meios materiais de produção, as forças produtivas. As relações de produção, na sua totalidade, formam aquilo a que se dá o nome de relações sociais, a sociedade, e, na verdade, uma sociedade num estágio determinado de desenvolvimento histórico, uma sociedade com caráter próprio, diferenciado. A sociedade antiga, a sociedade feudal, a sociedade burguesa são conjuntos de relações de produção desse tipo, e cada uma delas caracteriza, ao mesmo tempo, um estágio particular de desenvolvimento na história da humanidade.

Marx compreende o capital como uma relação social, uma relação entre os indivíduos, parte de determinadas classes sociais, portanto, superável historicamente. Na visão de Marx (Idem:47-48),

capital não consiste apenas de meios de subsistência, instrumentos de trabalho e matérias-primas, não consiste apenas de produtos materiais; compõe-se igualmente de valores de troca. Todos os produtos de que se compõe são mercadorias. O capital não é, portanto, apenas uma soma de produtos materiais, é também uma soma de mercadorias, de valores de troca, de grandezas sociais (...) embora todo capital seja uma soma de mercadorias, isto é, de valores de troca, nem toda soma de mercadorias, de valores de troca, será, por isso, capital.

O capital não é apenas máquinas, equipamentos, insumos ou dinheiro, compreendidos isoladamente e de maneira abstrata. Para que uma soma de valores de troca, de mercadorias, se converta em capital, é preciso que se encontre na sociedade uma outra mercadoria que, uma vez comprada e utilizada no processo da produção social, gera mais valor do que aquele pago na sua aquisição. Essa mercadoria é a força de trabalho. Uma soma de valores de troca se transforma em capital

Conservando-se e multiplicando-se como força social independente, isto é, como força de uma parte da sociedade, por meio da sua troca pela força de trabalho viva, imediata. A existência de uma classe que possui apenas sua capacidade de trabalho é uma condição preliminar necessária ao capital. Somente quando o trabalho materializado, passado, acumulado, domina sobre o trabalho vivo, imediato, é que o trabalho acumulado se transforma em capital (...). Consiste no fato de o trabalho vivo servir ao trabalho acumulado como meio para manter e aumentar o seu valor de troca (Idem:48-49).

Dessa forma, sintetiza Marx (Idem:50), “capital pressupõe, portanto, o trabalho assalariado; o trabalho assalariado pressupõe o capital. Um é a condição do outro; eles se criam mutuamente”. E apesar de se condicionarem historicamente, não há nenhuma identidade de interesses de classe entre capital e trabalho. Ao capital interessa, sobretudo, explorar a força de trabalho para que possa produzir a maior quantidade de mais-valia possível, a partir da qual o capital extrai seu lucro e torna possível o processo de acumulação capitalista. Ao trabalhador importa impor pela luta limites ao

processo de exploração, conquistar condições melhores de trabalho e vida e avançar na superação das atuais condições de exploração da força de trabalho, isto é, do sistema de assalariamento.

O capitalista não consegue sobreviver nas atuais condições econômicas sem a introdução de inovações técnicas e métodos de organização do trabalho, tendo como finalidade o incremento da produtividade, a produção de uma quantidade maior de mercadorias a um custo menor e a apropriação de trabalho excedente. Conforme explica Marx (Idem:59), um

capitalista só pode pôr outro capitalista em debandada e conquistar-lhe o capital vendendo mais barato. Para poder vender mais barato sem se arruinar tem de produzir mais barato, isto é, aumentar tanto quanto possível a força de produção do trabalho (produtividade). Mas a força de produção do trabalho é sobretudo aumentada por meio de uma maior divisão do trabalho, por meio de uma introdução generalizada de maquinaria e de um aperfeiçoamento constante da mesma.

Porém, a introdução no processo de produção social das máquinas modernas, da técnica mais aperfeiçoada e de novos métodos de organização do trabalho não faz senão criar novas contradições econômicas e sociais, que afetam diretamente a vida dos trabalhadores. Para Marx (Idem:65), a maquinaria

produz os mesmos efeitos numa escala muito maior, ao impor a substituição de operários especializados por operários não especializados, de homens por mulheres, de adultos por crianças, pois a maquinaria, onde é introduzida pela primeira vez, lança os operários manuais em massa na rua; e onde é desenvolvida, aperfeiçoada, substituída por máquina de maior rendimento, despede operários em grupos menores. Retratamos atrás, rapidamente, a guerra industrial dos capitalistas entre si; essa guerra tem a particularidade de as batalhas serem ganhas menos pela contratação e mais pela dispensa do exército operário. Os generais, os capitalistas disputam entre si quem pode dispensar mais soldados da indústria.

Além do desemprego, hoje tornado crônico, o aumento da produtividade do trabalho e da capacidade produtiva em meio a mercados consumidores limitados, aumentam os fatores das crises econômicas. A produção de um excesso de valores e mercadorias rompe periodicamente os limites impostos pelas relações capitalistas de produção, expressas na propriedade privada. O desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo atingiu um nível extraordinário e não pode mais ser contido pelo invólucro das relações capitalistas de produção. Trata-se de uma contradição do capitalismo que não pode ser resolvida senão libertando as forças produtivas das relações burguesas de produção, reconhecendo definitivamente o seu caráter social.

Dessa forma, quanto mais os capitalistas acionam

meios de produção gigantescos já existentes e a pôr em movimento, para tal fim, todas as possibilidades do crédito, nessa mesma medida, aumentam os terremotos industriais, nos quais o mundo do comércio só se mantém sacrificando uma parte da riqueza, uma parte dos produtos e mesmo uma parte das forças de produção aos deuses das profundezas – aumentam, em uma palavra, as crises. Elas se tornam mais frequentes e mais violentas pelo próprio fato de, na medida em que cresce a massa de produtos, portanto, a necessidade de mercados mais extensos, o mercado mundial se contrair cada vez mais, restarem para exploração cada vez menos mercados, novos, porque todas as crises anteriores sujeitaram ao comércio mundial mercados até então não explorados, ou apenas superficialmente explorados pelo

comércio. O capital, porém, não vive só do trabalho. Senhor ao mesmo tempo elegante e bárbaro, arrasta consigo para a cova os cadáveres dos seus escravos, numa verdadeira hecatombe de operários que naufragam nas crises (Idem:68).

O avanço da crítica marxista da sociedade burguesa dar-se-á com o desenvolvimento dos estudos econômicos de Marx, quando este, perseguido pela contrarrevolução, após a derrota dos levantes revolucionários de 1848, transfere-se para Londres. Daí em diante, Marx aprofundará sua crítica à teoria econômica burguesa, demonstrando cientificamente o caráter histórico e social do modo de produção capitalista, em várias obras como *Grundrisse* (1857-58), *Contribuição à Crítica da Economia Política* (1859), *Salário, Preço e Lucro* (1865) e, com mais rigor, profundidade e sistematicidade, em *O Capital* (1867). A partir dos fundamentos filosófico-científicos conquistados, Marx procedeu à análise e crítica da sociedade burguesa, demonstrando suas contradições e fundamentando teoricamente a luta dos explorados pela sua superação e construção do socialismo.

Os *Grundrisse* ou Fundamentos da crítica da economia política (*Grundrisse der Kritische der politischer Oekonomie*), escritos entre 1857-58, foram análises socioeconômicas empreendidas por Marx como material preparatório à elaboração de *O Capital*. Além de antecipar um grande número de questões desenvolvidas posteriormente na obra mais importante, os *Grundrisse* contêm, também, observações, cuja fertilidade e capacidade de estimular pesquisas e estudos são impressionantes. Essa obra só foi conhecida no século XX e, ainda hoje, constitui um campo a ser descoberto.

Os *Grundrisse* revelam aquisições valiosas de Marx para a teoria do valor, da mais-valia, da moeda, do comércio internacional e da dialética entre o tempo de trabalho disponível e tempo livre, além de ressaltar a criação do mercado mundial, a generalização das necessidades e dos gostos, dos conhecimentos, dos gozos, o desenvolvimento das forças produtivas e a análise dos efeitos mais brutais e desumanos do capital. Não à toa, essa obra continua despertando novas e interessantes interpretações da teoria marxista da sociedade burguesa e das formações pré-capitalistas.

A *Contribuição à crítica da economia política*, escrita em 1859, é uma obra particularmente importante, pois em seu prefácio Marx fez uma síntese formidável de sua teoria materialista da história. Mas não só por isso essa obra fez história. De fato, ela teve pouca ressonância à época e o próprio Engels ressaltou seu caráter muito abstrato, de difícil compreensão. Não obstante, a *Contribuição* trouxe a lume uma série de subsídios para a crítica da economia política e da sociabilidade burguesa. Nela, Marx aperfeiçoa a teoria do valor-trabalho, que já vinha sendo gestada pelos clássicos da economia política e esclarece categorias como trabalho e força de trabalho, a distinção entre valor de uso e valor de troca, preços, trabalho abstrato, que cria valor, e trabalho concreto, que cria valor de uso, categorias estas que haviam sido esboçadas em suas obras anteriores como a *Miséria da Filosofia*, *Trabalho Assalariado e Capital* e *Manifesto Comunista*, sem o mesmo rigor de *Contribuição à crítica da economia política*.

Marx (1982:25) fez uma síntese da sua descoberta no *Prefácio à Para a crítica da economia política*:

O resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu-me de fio condutor aos meus estudos, pode ser formulado em poucas palavras: na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo geral de vida social, política e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que nada mais é do que a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais aquelas até então se tinham movido. De formas de desenvolvimento das forças produtivas essas relações se transformam em seus grilhões. Sobrevém então uma época de revolução social. Com a transformação da base econômica, toda a enorme superestrutura se transforma com maior ou menor rapidez.

Essas categorias e análises ganharam a sua formulação definitiva em *O Capital*. Antes do advento da sua obra magna, Marx escreveu um texto importante intitulado *Salário, preço e lucro*, produto de relatórios lidos por Marx na Associação Geral dos Trabalhadores, em 1865, em que defende a sua teoria da mais-valia e analisa as principais categorias da economia política, a partir de uma crítica contundente da sociedade burguesa. Neste texto, Marx demonstra os fundamentos da exploração do trabalho pelo capital, analisa categorias como produção, salário, lucro, circulação monetária, oferta e procura, valor, força de trabalho, produção de mais-valia e as diversas partes da mais-valia.

Referente à teoria do valor- trabalho, Marx (2006:99) observa:

Como os valores de troca das mercadorias não passam de funções sociais das mesmas, nada tendo a ver com suas propriedades naturais, devemos, antes de mais nada, perguntar: qual é a substância social comum a todas as mercadorias? É o trabalho. Para produzir uma mercadoria, deve-se investir nela ou a ela incorporar uma determinada quantidade de trabalho. E não simplesmente trabalho, mas trabalho social. Aquele que produz um objeto para seu uso pessoal e direto, para seu consumo, produz um produto, mas não uma mercadoria. Como produtor que se mantém a si mesmo, nada tem a ver com a sociedade. Mas para produzir uma mercadoria, não só é preciso produzir um artigo que satisfaça uma necessidade social qualquer, mas também o trabalho, nele incorporado, deverá representar uma parte integrante da soma global de trabalho investido pela sociedade. Tem de estar subordinado à divisão de trabalho dentro da sociedade. Ele nada é sem os demais setores do trabalho; por sua vez, ele é necessário para integrá-los.

A força de trabalho, como qualquer mercadoria, acrescenta Marx (2006:111-12), tem seu valor determinado pela quantidade de trabalho socialmente necessário para sua produção:

A força de trabalho de um homem consiste, pura e simplesmente, na sua individualidade viva. Para poder se desenvolver e se manter, um homem precisa consumir uma determinada quantidade de meios de subsistência. Mas o homem, como a máquina, desgasta-se e tem de ser substituído por outro homem. Além da quantidade de meios de subsistência necessários para o seu 'próprio' sustento, ele precisa de outra quantidade dos mesmos artigos para criar determinado número de filhos, que terão de substituí-lo

no mercado de trabalho e perpetuar a classe dos trabalhadores. Além disso, tem de gastar uma soma de valores no desenvolvimento de sua força de trabalho e na aquisição de certa habilidade. (...) Nas bases do sistema de trabalho assalariado, o valor da força de trabalho é fixado como o de outra mercadoria qualquer; e como os diferentes tipos de força de trabalho têm valores diferentes, ou seja, exigem para a sua produção distintas quantidades de trabalho, necessariamente têm de ter preços diferentes no mercado de trabalho.

Marx sintetiza a sua teoria da mais-valia, que expõe abertamente o processo de exploração da força de trabalho assalariada, base do lucro dos capitalistas e da acumulação de capital. As relações de produção capitalistas começam por colocar frente a frente capital e trabalho. Quando o capitalista realiza um contrato com o trabalhador parece, à primeira vista, que ele compra o trabalho realizado pelos trabalhadores durante uma certa jornada de trabalho. Entretanto, o que realmente o capitalista adquire ao realizar um contrato com um trabalhador qualquer não é o seu trabalho, mas a sua força de trabalho. Ao constituir o contrato de trabalho, o capitalista passa a ter o direito de empregar a força de trabalho de seus empregados durante uma certa jornada de trabalho.

Marx (2006:113-15) explica essa questão da seguinte maneira:

Ao comprar a força de trabalho do operário e ao pagar o seu valor, o capitalista adquire, como qualquer outro comprador, o direito de consumir ou usar a mercadoria que comprou. A força de trabalho de um homem é consumida, ou usada, fazendo-o trabalhar, assim como se consome ou se usa uma máquina fazendo-a funcionar. Portanto, ao comprar o valor diário, ou semanal, da força de trabalho do operário, o capitalista adquire o direito de servir-se dela ou de fazê-la funcionar durante todo o dia ou toda a semana. (...) Tomemos o exemplo do tecelão. Para recompor diariamente a sua força de trabalho, esse operário precisa reproduzir um valor diário de 3 xelins, o que faz com um trabalho diário de 6 horas. Isso, porém, não lhe retira a capacidade de trabalhar 10, 12 ou mais horas diariamente. Mas, ao pagar o valor diário ou semanal da força de trabalho do tecelão, o capitalista adquire o direito de usar essa força de trabalho durante todo o dia ou toda a semana. Portanto, digamos que irá fazê-lo trabalhar 12 horas diárias, ou seja, além das 6 horas necessárias para recompor o seu salário, ou o valor de sua força de trabalho, terá de trabalhar outras 6 horas, a que chamarei 'horas de sobretrabalho', e esse sobretrabalho se traduzirá em uma 'mais-valia' e em um 'sobreproduto'. Se, por exemplo, nosso tecelão, com o seu trabalho diário de 6 horas, acrescenta ao algodão um valor de 3 xelins, valor que constitui um equivalente exato de seu salário, em 12 horas acrescentará ao algodão um valor de 6 xelins e produzirá uma 'correspondente quantidade adicional de fio'. E, como vendeu sua força de trabalho ao capitalista, todo o valor ou todo o produto por ele criado pertence ao capitalista, que é dono, por um tempo determinado, de sua força de trabalho. Portanto, desembolsando 3 xelins, o capitalista realizará o valor de 6 xelins, pois pelo pagamento do valor de 6 horas de trabalho recebeu em troca um valor relativo a 12 horas de trabalho. Ao se repetir, diariamente, tal operação, o capitalista adiantará 3 xelins por dia e embolsará 6 xelins; desse montante, a metade tornará a investir no pagamento de novos salários, enquanto a outra metade formará a 'mais-valia', pela qual o capitalista não paga equivalente algum. Esse tipo de troca entre o capital e o trabalho é que serve de base à produção capitalista, ou ao sistema de trabalho assalariado e tem de conduzir, sem cessar, à constante reprodução do operário como operário e do capitalista como capitalista.

O objetivo de Marx, com esse texto, era alertar os trabalhadores quanto ao processo de exploração capitalista, sobre a necessidade de se organizarem e lutarem por suas reivindicações. Ao final do texto, Marx (2006:142) realça a necessidade de vincular a luta por reivindicações econômicas à estratégia do fim do assalariamento, isto é, do modo capitalista de produção e da sociedade burguesa que se ergue sob essa base econômico-social:

Os sindicatos trabalham bem como centros de resistência contra as usurpações do capital. Falham em alguns casos, por usar pouco inteligentemente a sua força. Mas são deficientes, de modo geral, por se limitarem a uma luta de guerrilhas contra os efeitos do sistema vigente, em lugar de, ao mesmo tempo, se esforçarem para transformá-lo, em lugar de empregarem suas forças organizadas como alavanca para a emancipação final da classe operária, isto é, para a abolição definitiva do sistema de trabalho assalariado.

Depois desse itinerário teórico-político, Marx estava pronto para publicar o seu estudo clássico sobre o modo de produção capitalista e a sociedade que se levanta sob esta base material. Importa, sobretudo, reter as lições fundamentais de *O Capital*, de 1867. Com o advento de *O Capital*, abre-se uma nova etapa no desenvolvimento da teoria marxista, que agora está munida de uma profunda, inovadora e provocante crítica do tecido social e econômico da sociedade capitalista moderna. Para elaborar sua obra maior, Marx teve de se amparar em dados estatísticos, relatórios, obras, textos, artigos, revistas, jornais etc. As categorias são profundamente analisadas e articuladas à dinâmica de organização e funcionamento da ordem do capital. Iniciando com a análise da mercadoria, Marx esmiúça no processo histórico o aparecimento e desenvolvimento da economia mercantil simples e as condições que tornaram possíveis igualmente a gênese e a universalização da economia mercantil capitalista.

Ao mesmo tempo em que a economia capitalista se impõe em nível mundial, mercantilizando as relações sociais e colocando-as ao alcance do capital para a geração de lucro e acumulação capitalista, faz emergir as contradições e as condições que possibilitam a sua superação e a transição a outra formação social e econômica. Trata-se do amplo processo de desenvolvimento das forças produtivas materiais o aparecimento e expansão da indústria moderna. O avanço da industrialização capitalista gera igualmente a classe social responsável pela sua superação: a classe operária.

Esse processo histórico se inicia mais claramente a partir do século XVI, quando o sistema feudal começou a passar por um processo de transformações, em que foram se forjando em suas entranhas as condições objetivas e subjetivas para a constituição do modo de produção capitalista. Esse longo processo, marcado por profundas contradições, foi designado por Marx, em *O Capital*, de *acumulação primitiva ou originária do capital*. O comércio evolui no sentido de superar a economia medieval baseada nas relações de servidão e na produção para o atendimento das necessidades dos proprietários de terras (nobreza e clero) e das famílias camponesas, a eles submetidas. As trocas secundárias e complementares, bem como a limitada e agônica produção feudal de subsistência dão lugar a pouco e pouco às feiras permanentes e ao comércio de longo alcance. As colônias europeias foram submetidas a relações de exploração e acordos comerciais favoráveis aos colonizadores e enormes somas de recursos materiais (fauna, flora, minerais, etc.) são direcionadas às metrópoles para serem acumuladas.

A pequena produção artesanal urbana e rural se torna restrita e incapaz de atender as novas necessidades e possibilidades abertas pelo reforço do comércio e ampliação do mercado entre países e continentes, abrindo caminho às oficinas organizadas, em que se aglomeravam inúmeros trabalhadores (ainda com ferramentas manuais) produzindo uma maior quantidade de produtos, para, posteriormente, serem substituídas pelas grandes manufaturas, com uma divisão de trabalho mais avançada e uma produção maior, acessível aos mercados em crescimento contínuo.

Os camponeses foram expulsos continuamente das terras pelo senhor, por meio da prática do *cercamento*, que passou a utilizá-las na criação de ovelhas para fornecimento de lã à indústria têxtil. Avançaram também as relações de propriedade burguesas, com a apropriação de terras comuns como florestas e bosques. Fora isso, a retribuição devida pelo camponês ao senhor feudal, antes na forma de trabalho nas terras do senhor ou entrega de produtos, assumiu a forma de dinheiro, que o camponês adquiria pela venda de parte dos produtos de seu trabalho. Finalmente, no século XVIII, as condições para a consolidação do capitalismo propriamente dito se completaram com a Revolução Industrial e a maquinaria moderna, desencadeada na Inglaterra, expandindo-se para outros países europeus.

Eis a base econômica, isto é, material do aparecimento das classes sociais fundamentais do capitalismo. A burguesia e o proletariado são as classes fundamentais (mas não as únicas, haja vista a permanência do campesinato e a presença da pequena burguesia urbana) do capitalismo. Numa nota à edição inglesa de 1888 do *Manifesto Comunista*, Engels sintetizou o significado de burguesia e proletariado, classes cuja origem esteve ligada às grandes transformações econômicas do capitalismo, colocando em primeiro plano a diferença fundamental entre seus interesses econômicos e sociais: “Por burguesia, entende-se a classe dos capitalistas modernos, proprietários dos meios de produção social que empregam o trabalho assalariado. Por proletariado, a classe dos assalariados modernos que, não tendo meios próprios de produção, são obrigados a vender sua força de trabalho para sobreviver” (Marx e Engels, 2002b:40). Em *O Capital*, Marx (2002a:25) observa que o proletariado constitui uma classe “cuja missão histórica é derrubar o modo de produção capitalista e abolir, finalmente, todas as classes”.

As classes modernas, burguesia e proletariado, tiveram sua origem e desdobramentos marcados com o selo das mudanças operadas nas relações de produção, que se deram da passagem do artesanato e das manufaturas para processos mais complexos de organização da produção e do trabalho como a grande indústria. As condições de intercâmbio, cada vez mais amplas, incrementando as trocas comerciais e exigindo o aumento da produção para o mercado, o desenvolvimento das forças produtivas e o aperfeiçoamento da divisão do trabalho tornaram-se incompatíveis com as relações de produção feudais, e, o aprofundamento da luta de classes, precipitou a tomada do poder pela burguesia. Por outro lado, o capitalismo industrial fez brotar uma

classe social, o proletariado, cujos interesses se confrontam continuamente com a lógica de acumulação e reprodução do capital.

A relação social, em que os burgueses utilizam a articulação dos meios de produção e do trabalho assalariado para obtenção de mais dinheiro, de lucro, caracteriza a relação de produção capitalista. Porém, a subordinação do trabalho assalariado ao capital era inicialmente formal (*subsunção formal*) na época da produção artesanal e da manufatura, pois os operários, apesar de submetidos à relação de assalariamento e obrigados a vender os produtos ao burguês, a produção ainda era manual e dependia inteiramente das capacidades e habilidades do produtor. Dessa forma, a burguesia não tinha o domínio completo sobre o processo de trabalho. Apenas quando se processa a transformação da manufatura na grande produção industrial moderna, movida pela máquina-ferramenta, é que a transição ao modo especificamente capitalista de produção está completada. É a *subsunção real* do trabalho ao capital. A burguesia, agora, tem o domínio do processo de trabalho como um todo. O trabalhador passa a ser um *apêndice da máquina*.

A sociedade capitalista moderna é, portanto, o reino da mercadoria. Os bens produzidos nas fábricas e indústrias se destinam à venda. Não se trata aqui de produzir um bem para consumo próprio e mesmo para a troca direta por outros produtos, embora na primeira época da economia mercantil simples as trocas se tenham operado dessa forma. A produção de mercadorias no capitalismo é mediada pelo dinheiro, razão pela qual este se impõe como o equivalente geral de todas as mercadorias. Para Marx (2002a:57), a mercadoria é antes de qualquer coisa

um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, provenha do estômago ou da fantasia. Não importa a maneira como a coisa satisfaz a necessidade humana, se diretamente, como meio de subsistência, objeto de consumo, ou indiretamente, como meio de produção.

A mercadoria é a forma elementar da riqueza²⁴, que tomam corpo os produtos do trabalho humano, orientados para as trocas no mercado. A mercadoria pode ser encarada sob dois aspectos: como valor de uso e como valor de troca. Marx (2002a:58) assinala que

A utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso. Mas essa utilidade não é algo aéreo. Determinada pelas propriedades materialmente inerentes à mercadoria, só existe através delas. A própria mercadoria, como ferro, trigo, diamante etc., é, por isso, um valor de uso, um bem...(já o valor de troca) revela-se, de início, na relação quantitativa entre valores de uso de espécies diferentes, na proporção em que se trocam.

Ao contrário da economia mercantil simples, em que cada produtor troca os produtos de seu trabalho pessoal por produtos de outro produtor, com o desiderato de satisfazer suas necessidades e de sua família (e, mesmo com a intermediação da moeda, o objetivo central é a satisfação das

²⁴Em *O Capital*, Marx afirma que “A célula da sociedade burguesa é a forma mercadoria” (2002, p.16) e que “A riqueza das sociedades onde rege a produção capitalista configura-se em imensa produção de mercadorias” (Idem:57).

necessidades imediatas dos sujeitos envolvidos), no capitalismo, como economia altamente complexa e desenvolvida, a troca de mercadorias, dos produtos dos vários trabalhos humanos, é mediada pelo dinheiro como forma de produzir e acumular mais dinheiro, de modo que a característica das mercadorias de serem produtos de milhares de atos de trabalho fica obscurecida pela multiplicidade de proprietários privados.

A fórmula da produção de mercadorias era na economia mercantil simples: M (mercadoria) – D (dinheiro) – M (mercadoria). Portanto, a certa altura do desenvolvimento da produção de mercadoria, o dinheiro se transforma em capital. O objetivo visado não é mais a venda de mercadorias com a intenção de obter outras mercadorias. O que se quer com o dinheiro, agora na forma capital, é comprar para conseguir lucros, para acumular riquezas, para gerar mais dinheiro. Assim, a fórmula do capital passa a ser: D (dinheiro) – M (mercadoria) – D' (dinheiro acrescido).

A produção na ordem do capital tem como intuito principal a acumulação de riquezas nas mãos do capitalista. A burguesia descobriu que o trabalho não é apenas a medida da riqueza em geral, que não somente é produtor dos bens socialmente necessários para a convivência em sociedade, mas que, uma vez empregado no processo de trabalho, é também produtor de mais valor, de uma quantidade de valor superior ao necessário à sua subsistência e de sua família. O trabalho está, pois, na base do valor das mercadorias, pois estas são em primeiro lugar produtos do trabalho humano, e o valor é o regulador do intercâmbio dos produtos na sociedade de mercado.

Trata-se de uma relação eminentemente social entre capital e trabalho e não de uma relação natural, permanente ou eterna, como alguns ideólogos do capitalismo procuram especulativamente passar. Mas, no âmbito do mercado, a relação social aparece como relação entre coisas que se compram e se vendem permanentemente e numa escala cada vez mais ampliada. É um fenômeno presente no processo das relações de produção capitalistas que Marx, em *O Capital*, denomina *fetichismo da mercadoria*.

O capital não obtém seu lucro no processo de circulação das mercadorias. O que ocorre na circulação é apenas a sua realização, isto é, a compra e venda dos produtos do trabalho, que voltam ao capitalista na forma de dinheiro. Na circulação ocorre ainda a consecução de uma das condições para a produção da mais-valia, qual seja a compra da força de trabalho. A mais-valia também não pode advir da venda de um produto por preço maior que os seus custos, pois aquilo que um burguês conseguisse a mais na venda perderia, como compensação, na compra de outros bens. A mais-valia é constituída no processo de produção. E a única mercadoria capaz de produzir mais valor, um valor maior do que os custos de sua produção é a mercadoria força de trabalho.

O que o capitalista compra no mercado não é o trabalho ou a quantidade de mercadorias produzidas durante a jornada de trabalho, mas a força de trabalho, a capacidade física e mental do trabalhador, suas energias, sua vitalidade, seus músculos. Comprando a mercadoria força de

trabalho, o capitalista a emprega no processo social de produção. Durante a jornada de trabalho, digamos de 08 (oito) horas diárias, o trabalhador produz, suponhamos, nas primeiras 04 (quatro) horas, a quantidade de mercadorias suficiente para cobrir os custos com o seu salário. Nas 04 (quatro) horas restantes, o trabalhador produz sem retribuição uma quantidade de mercadorias ou valores de troca para o capitalista, trabalho esse não pago:

Após certo número de horas de trabalho, o operário reproduziu o valor desse salário. No entanto, segundo o contrato de trabalho, o operário deve ainda trabalhar umas quantas horas mais, até completar a jornada. O valor criado pelo operário durante estas horas de trabalho suplementar constitui a mais-valia, que não custa um centavo sequer ao capitalista, mas é embolsada por ele. Tal é a base do sistema que vai dividindo, sempre mais, a sociedade civilizada em duas partes: de um lado, um punhado de Rothschilds e Vanderbilts, proprietários de todos os meios de produção e consumo, de outro lado, a massa enorme de operários assalariados, cuja única propriedade é sua força de trabalho (1975c:124).

José Paulo Betto e Marcelo Braz (2006:118) explica como se desenvolve a produção capitalista:

Com **D** (capital sob a forma de dinheiro), o capitalista adquire **M** (o conjunto de mercadorias com as quais produz a sua) e, uma vez produzida a sua mercadoria (**M'**), através da venda desta obtém **D'** (sob a forma de dinheiro, o capital acrescido de mais-valia ou, na linguagem do capitalista, capital e lucro). Essa fórmula revela, antes de tudo, o processo de circulação do capital, numa sequência que compreende a conversão do dinheiro (**D**) do capitalista em mercadorias (**M**), inclusive força de trabalho, para lograr, mediante o processo de produção (**P**), a sua mercadoria (**M'**), que trocará por **D'**, ou seja, **D** acrescido da mais-valia já contida em **M'**. Na produção (**P**) há como que uma interrupção temporária da circulação, mas que dela faz parte, uma vez que o retorno à circulação só tem sentido para o capitalista na medida em que houver um acréscimo de valor a **D** – e esse acréscimo só tem lugar na produção.

Marx denominou a parte da jornada em que o trabalhador produz apenas para a reposição dos custos com seu salário de trabalho necessário, e a parte da jornada não paga de trabalho excedente. Como diz Marx (2000:11), “Deduzindo-se o custo das matérias – primas, das máquinas e do salário, o restante do valor da mercadoria constitui a mais-valia, na qual estão contidos todos os lucros”.

A teoria do valor-trabalho teria se tornado sem importância para a realidade atual? Ao contrário das críticas de alguns ideólogos do capital, o trabalho continua sendo a base do valor das mercadorias. Em *O Capital*, Marx (2002a:60-61) sintetiza em diversas passagens o significado da teoria do valor-trabalho da seguinte maneira: “Um valor de uso ou um bem só possui, portanto, valor, porque nele está incorporado, materializado, trabalho humano abstrato”; “O trabalho que constitui a substância dos valores é o trabalho humano homogêneo, dispêndio de idêntica força de trabalho”. Não se trata de qualquer trabalho, mas do trabalho socialmente necessário para produzir as mercadorias, o que significa que se deve levar em consideração não o trabalho concreto de um determinado trabalhador, com suas habilidades e aptidões ou de um determinado ramo da produção, mas o trabalho médio da sociedade, correspondente a um determinado nível técnico e uma determinada produtividade.

Vejam o que Marx (2002a:59-61) diz:

Tomemos duas mercadorias, por exemplo, trigo e ferro. Qualquer que seja a proporção em que se troquem, é possível sempre expressá-la com uma igualdade em que dada quantidade de trigo se iguala a alguma quantidade de ferro, por exemplo, 1 quarta de trigo = n quintais de ferro. Que significa essa igualdade? Que algo comum, com a mesma grandeza, existe em duas coisas diferentes, em uma quarta de trigo e em n quintais de ferro. As duas coisas são, portanto, iguais a uma terceira, que, por sua vez, delas difere. Cada uma das duas, como valor de troca, é reduzível, necessariamente, a essa terceira. [...] Um valor de uso de um bem só possui, portanto, valor, porque nele está corporificado, materializado, trabalho humano abstrato. Como medir a grandeza de seu valor? Por meio da quantidade da “substância criadora de valor” nele contida, o trabalho. A quantidade de trabalho, por sua vez, mede-se pelo tempo de sua duração, e o tempo de trabalho, por frações do tempo, como hora, dia etc. [...] O que determina a grandeza do valor, portanto, é a quantidade de trabalho socialmente necessária ou o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de um valor de uso.

Os economistas burgueses confundem o preço das mercadorias com o seu valor. Entretanto, o valor das mercadorias é função do trabalho socialmente necessário para produzi-las, trabalho médio correspondente a um determinado nível de evolução das forças de produção e de produtividade média numa sociedade concreta. O preço, por outro lado, é a expressão monetária, isto é, em dinheiro, das mercadorias. O preço das mercadorias pode variar para cima ou para baixo do valor, dado pelo trabalho social médio, em virtude, por exemplo, da lei da oferta e da procura. Assim, se há em um determinado contexto histórico mais mercadorias que consumidores, há uma tendência de queda dos preços. O contrário pode se verificar, como tendência, quando há mais consumidores que mercadorias disponíveis. Neste caso, os preços tendem a aumentar acima do valor da mercadoria. Porém, o valor de troca é o centro para o qual gravitam, para cima ou para baixo, os preços das mercadorias. A oferta e a procura sinalizam a proporção entre a quantidade de mercadorias produzidas e a demanda existente na sociedade, sendo um importante indicador para os capitalistas quanto à necessidade de aumentar ou diminuir a produção.

Sendo a força de trabalho uma mercadoria, apesar de seu caráter especial, seu valor também é determinado pela quantidade de trabalho socialmente necessário para sua produção e reprodução social, incluindo a família e filhos do trabalhador, que representam, para o capital, futuros trabalhadores para a indústria. Os trabalhadores têm necessidade de comer, beber, de moradia, de vestimentas, etc. No valor da mercadoria força de trabalho está embutida uma determinada quantidade de produtos necessários à sua subsistência. Esses produtos, que garantem a subsistência do trabalhador, são, por outro lado, produto do trabalho de outros tantos trabalhadores.

Daí o valor da força de trabalho ser também fundado pelo trabalho socialmente necessário para produzi-la. Como dissemos mais acima, o trabalhador recebe pelo uso de sua força de trabalho pelo capitalista o seu preço, o salário. Este é a expressão monetária do preço da força de trabalho. O salário, como o preço das demais mercadorias negociadas no mercado, sofre a incidência da lei da oferta e da procura. Quando a oferta de postos é maior que a força de trabalho disponível, os

salários tendem a aumentar. Havendo mais força de trabalho disponível que postos criados pelo mercado, os salários tendem a baixar.

O capitalismo dispõe de uma reserva de trabalhadores chamada por Engels na obra *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* de *exército de reserva industrial*. Esse fenômeno social pressiona os salários dos trabalhadores empregados, que se veem frequentemente obrigados a aceitar condições impostas pelos capitalistas no contrato de trabalho, no chão da fábrica, pois fora desta há milhares de desempregados à espera de um posto de trabalho. Com o desemprego crônico e estrutural da sociedade contemporânea, esse fenômeno social se tornou ainda mais atual na análise das relações entre capital e trabalho. Na configuração do salário, além dos fatores acima, entra também a influência das condições culturais, históricas, dos costumes e da luta de classes.

São diversas as passagens de *O Capital*, em que Marx (2002a:18) defende a tese da historicidade da ordem do capital: “as classes dominantes já começam a pressentir que a sociedade atual não é um ser petrificado, mas um organismo capaz de mudar, constantemente submetido a processos de transformação”. Fala do “caráter histórico do capital” (Idem:16), diz ainda que “na análise das formas econômicas, não se pode utilizar nem microscópio nem reagentes químicos” (Ibidem:16). A posição de Marx contrasta com a visão positivista da ordem social vigente, que encara as relações econômico-sociais como fatos puramente naturais.

Para Marx, a economia política burguesa encara a produção de mercadorias como um fenômeno natural e insuperável pela história dos homens, como, aliás, ainda ocorre com os teóricos identificados com a dominação do capital sobre o trabalho; mas como a economia política clássica havia se desenvolvido num período em que a luta de classes dava ainda seus primeiros passos, portanto não se encontrava plenamente desenvolvida a ponto de colocar em xeque a dominação de classe, foi possível a teóricos como Adam Smith e David Ricardo fazerem emergir a teoria do valor-trabalho, que, posteriormente, foi aperfeiçoada por Marx.

Depois que a burguesia não só conquistou o poder como o manteve, a luta de classes entre os capitalistas e o proletariado se tornou mais clara e ameaçadora. Nesse contexto, Marx (2002a:23) diz em *O Capital*: “A economia política burguesa, isto é, a que vê na ordem capitalista a configuração definitiva e última da produção social, só pode assumir caráter científico enquanto a luta de classes permaneça latente ou se revele apenas em manifestações esporádicas”.

Hoje, não resta a menor dúvida quanto ao caráter historicamente determinado do capitalismo, por mais que seus ideológicos, e mesmo parte da esquerda adaptada, insistam e gastem montanhas de livros, artigos e coletâneas para defender a sua suposta perenidade e a necessidade de sua humanização. O amplo desenvolvimento das forças produtivas ao longo da história do capitalismo desencadeou um conflito, já analisado por Marx em diversas passagens de sua obra, entre as forças produtivas e as relações de produção social, conflito este insuperável no âmbito da sociedade

capitalista, a não ser que este modo de produção da vida social seja definitivamente sepultado pela revolução socialista.

Marx desenvolveu a sua análise do capitalismo, contida em *O Capital*, numa época em que a ordem do capital estava em franco avanço internacional, embora, contraditoriamente, acumulasse conflitos e tendências expostos pelos fundadores do marxismo, tal como as crises econômicas cíclicas e o processo de concentração e centralização do capital. Na fase atual do capitalismo, o Imperialismo, as contradições se acirram ainda mais. Lênin (2005:90), na obra *O Imperialismo: fase superior do capitalismo* definiu as principais características do capitalismo contemporâneo:

1. a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2. a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse capital financeiro da oligarquia financeira; 3. a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4. a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si, e 5. o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes. O imperialismo é o capitalismo na fase de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquiriu marcada importância a exportação de capitais, começou a partilha do mundo pelos *trustes* internacionais e terminou a partilha de toda a terra entre os países capitalistas mais importantes.

Lênin (Idem: 125-126) adverte ainda:

Como vimos, o imperialismo é, pela sua essência econômica, o capitalismo monopolista. Isto determina já o lugar histórico do imperialismo, pois o monopólio, que nasce única e precisamente da livre concorrência, é a transição do capitalismo para uma estrutura econômica e social mais elevada. Há que assinalar particularmente quatro variedades essenciais do monopólio, ou manifestações principais do capitalismo monopolista, características do período que nos ocupa.

Primeiro: o monopólio é um produto da concentração da produção num grau muito elevado do seu desenvolvimento. É formado pelas associações monopolistas dos capitalistas, os cartéis, os sindicatos e os *trustes*. Vimos o seu enorme papel na vida econômica contemporânea. No começo do século XX atingiram completo predomínio nos países avançados, e se os primeiros passos no sentido da cartelização foram dados anteriormente pelos países de tarifas alfandegárias protecionistas elevadas (a Alemanha, os Estados Unidos), a Inglaterra, com o seu sistema de livre-câmbio, mostrou, embora um pouco mais tarde, esse mesmo fato fundamental: o nascimento de monopólio como consequência da concentração da produção.

Segundo: os monopólios vieram intensificar a luta pela conquista das mais importantes fontes de matérias-primas, particularmente para a indústria fundamental e mais cartelizada da sociedade capitalista: a hulheira e a siderúrgica. A posse monopolista das fontes mais importantes de matérias-primas aumentou enormemente o poderio do grande capital e intensificou as contradições entre a indústria cartelizada e a não cartelizada.

Terceiro: o monopólio surgiu dos bancos, os quais, de modestas empresas intermediárias que eram antes, se transformaram em monopolistas do capital financeiro. Três ou cinco grandes bancos de cada uma das nações capitalistas mais avançadas realizaram a união pessoal do capital industrial e bancário, e concentraram nas suas mãos somas de bilhões, que constituem a maior parte dos capitais e dos rendimentos em dinheiro de todo o país. A oligarquia financeira, que tece uma densa rede de relações de dependência entre todas as instituições econômicas e políticas da sociedade burguesa contemporânea sem exceção: tal é a manifestação mais evidente deste monopólio.

Quarto: o monopólio nasceu da política colonial. Aos numerosos velhos motivos da política colonial, o capital financeiro acrescentou a luta pelas fontes de matérias-primas, pela exportação de capitais, pelas esferas de influência, isto é, as esferas de transações lucrativas, de concessões, de lucros monopolistas, etc., e, finalmente, pelo território econômico em geral. Quando as colônias das potências

européias na África, por exemplo, representavam a décima parte desse continente, como acontecia ainda em 1876, a política colonial podia desenvolver-se de uma forma não monopolista, pela livre conquista, poderia-se dizer, de territórios. Mas quando 9/10 da África já estavam ocupados (por volta de 1900), quando todo o mundo já estava repartido, começou inevitavelmente a era da posse monopolista das colônias e, por conseguinte, de luta particularmente aguda pela divisão e pela nova partilha do mundo.

É conhecido até que ponto o capitalismo monopolista intensificou todas as contradições do capitalismo. Basta indicar a carestia da vida e a opressão dos cartéis. Esta intensificação das contradições é a força motriz mais poderosa do período histórico de transição iniciado com a vitória definitiva do capital financeiro mundial.

Os monopólios, a oligarquia, a tendência para a dominação em vez da tendência para a liberdade, a exploração de um número cada vez maior de nações pequenas ou fracas por um punhado de nações riquíssimas ou muito fortes: tudo isto originou os traços distintivos do imperialismo, que obrigam a qualificá-lo de capitalismo parasitário, ou em estado de decomposição.

No século XIX, o capitalismo passou por várias crises periódicas, a primeira em 1825, seguida por crises com maior impacto e extensão em 1834, 1847, 1857, 1866 e 1873-96. Apesar dessas crises econômicas, o capitalismo desenvolvia as forças produtivas. No século XX, houve crises, instabilidades e turbulências econômicas em 1900-03, 1907, 1913, 1921, 1928-33, 1937-38, 1948-49, 1953-54, 1957-58, 1960-61, 1970-71, 1973-75, 1980-82, 1989-92, 1995, 1997 e 1999, 2001-2002, a mais recente em 2008, que se desenvolvia atualmente. Como disse Lênin, o capitalismo em sua fase imperialista se caracteriza por um processo de decadência, que se expressa no avanço da barbárie social e nas guerras. Vivenciamos ao longo do século XX a Primeira e Segunda Guerras Mundiais, o fenômeno do facismo, o desemprego crônico internacional, a destruição da natureza em níveis intoleráveis, a xenofobia, a fome, a miséria e a opressão nacional e social. Mas vivenciamos também as grandes revoluções de emancipação nacional e sociais, entre elas a mais importante, a Revolução Russa de 1917.

A crise mundial do capitalismo tem novamente despertado a atenção da juventude, dos movimentos sociais e da militância socialista para as análises empreendidas por Marx e Engels sobre a economia e a estrutura da sociedade burguesa. Não se trata apenas de uma crise financeira (gerada pelo caos do sistema imobiliário norte-americano e pelos títulos podres dados em garantia de empréstimos e dívidas). Esses fenômenos, que, pensam os economistas burgueses, estão na raiz da crise econômico-financeira nada mais são que a superfície da crise. Na verdade, a crise atual, que conjuga sua manifestação periódica com o aprofundamento dos elementos estruturais, é a expressão do esgotamento histórico do modo de produção capitalista.

A sociedade burguesa não consegue desenvolver a técnica e a ciência sem aprofundar ainda mais as suas contradições. Quanto mais a técnica se desenvolve e é aplicada ao processo de produção social, mais se gera desemprego e, com este, a miséria, a fome e as formas precarizadas de trabalho. Com a tendência histórica de queda da taxa de lucro, em virtude das mudanças na composição orgânica do capital (relação entre capital constante e capital variável), analisada profundamente por Marx em *O Capital*, parte da mais-valia acumulada pelo capital não tem como

ser aplicada ao processo produtivo da indústria, sendo direcionada para a especulação financeira. Uma enorme soma de capitais especulativos, que superam em muitas vezes o capital aplicado na produção social, fragiliza e torna cada vez mais instáveis as bases de sustentação do sistema capitalista mundial. Além disso, os laços entre os conglomerados econômicos e financeiros (bancos, indústria, etc.), o entrecruzamento das atividades desenvolvidas por estes grupos em vários países, a mútua dependência das economias nacionais ao movimento internacional de capitais e mercadorias, enfim, a subordinação recíproca de governos e Estados aos ditames e à lógica do capital fazem com que uma crise localizada se estenda rápida ou progressivamente a inúmeros países e continentes.

Frente à crise em curso, os Estados burgueses e seus governos agem como devem agir os representantes políticos do capital: colocam o aparato estatal e suas finanças ao socorro dos grandes grupos e corporações capitalistas. Os Bancos Centrais dos Estados Unidos, da Europa, do Japão, da América Latina e dos demais continentes intervêm na economia e nas finanças, subsidiando as atividades dos capitalistas, repassando bilhões, quem sabe trilhões de dólares, adquirindo ações e títulos de grandes companhias, bancos e financeiras, amparando as multinacionais, comprando seus produtos, incentivando o consumo e o endividamento da população, discutindo formas de regular os mercados e o fluxo de capital em favor dos interesses gerais da burguesia. Em último caso, quando se mostra iminente a quebra dos capitalistas, o Estado assume por sua conta e risco o empreendimento à beira da falência para reorganizá-lo e, mais adiante, devolvê-lo saneado aos burgueses. Quando falham as políticas keynesianas, a diplomacia e os canais de discussão nos organismos internacionais recorrem ao arsenal bélico e à ameaça de uma guerra mundial imperialista.

Engels (1975a:54-55), aliás, já previra a possibilidade, nos períodos de crise econômico-financeira capitalista, da propriedade de empresas e bancos passar ao domínio do Estado, em face do desenvolvimento do modo de produção capitalista e de suas contradições econômicas, que geram periodicamente as crises de superprodução, argumentando em *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*, da seguinte forma:

Mas as forças produtivas não perdem sua condição de capital ao converter-se em propriedade das sociedades anônimas e dos trustes ou em propriedade do Estado. No que se refere aos trustes e sociedade anônima, é palpavelmente claro. Por sua parte, o Estado moderno não é tampouco mais que uma organização criada pela sociedade burguesa para defender as condições exteriores gerais do modo capitalista de produção contra os atentados, tanto dos operários como dos capitalistas isolados. O Estado moderno, qualquer que seja a sua forma, é uma máquina essencialmente capitalista, é o Estado dos capitalistas, o capitalista coletivo ideal. E quanto mais forças produtivas passe à sua propriedade tanto mais se converterá em capitalista coletivo e tanto maior quantidade de cidadãos explorará. Os operários continuam sendo operários assalariados, proletários. A relação capitalista, longe de ser abolida com essas medidas, se aguça. Mas, ao chegar ao cume, esboroa-se. A propriedade do Estado sobre as forças produtivas não é solução do conflito, mas abriga já em seu seio o meio formal, o instrumento para chegar à solução. Essa solução só pode residir em ser reconhecido de um modo efetivo o caráter social das forças produtivas modernas e, portanto, em harmonizar o modo de produção, de apropriação e de troca com o caráter social dos meios de produção. Para isso, não há senão um caminho: que a sociedade,

abertamente e, sem rodeios, tome posse dessas forças produtivas, que já não admitem outra direção a não ser a sua.

Os governos burgueses são capazes de estatizar empresas em situação difícil numa situação de crise econômica mundial, para evitar um mal maior, qual seja, a quebra do sistema financeiro, bancário, industrial e comercial. Toda essa engrenagem mostra que a organização social burguesa (e sua expressão jurídica, as relações de propriedade) se tornou demasiadamente estreita para conter uma vasta rede de forças produtivas acumuladas ao longo do seu desenvolvimento, chocando-se irresistivelmente com ela. Esse conflito histórico se avoluma com a intervenção do capital financeiro e o complexo industrial-militar. O primeiro se agiganta com o evoluir do capitalismo, corrói e torna instáveis os fundamentos do sistema, detonando crises cujas contradições se encontram no sistema ou aprofunda as crises de superprodução, na medida em que acelera a expansão dos efeitos das crises desencadeadas na indústria e no comércio.

O complexo industrial-militar, por outro lado, tornou-se a válvula de escape para a economia dos países imperialistas, que detém arsenais bélicos, que colocam em risco a própria existência da humanidade. A tendência de aprofundamento das contradições entre forças produtivas (a força de trabalho em particular) e relações de produção (o pilar é a propriedade privada), cuja erupção periódica se expressa nas crises econômico-financeiras, aprofunda os elementos de uma crise estrutural mais explosiva e alavanca os elementos da barbárie social.

Marx (2002a:876-77) sintetizou as tendências do modo de produção capitalista, em *O Capital*, da seguinte maneira:

Desintegrada a velha sociedade, de alto a baixo, por esse processo de transformação, convertidos os trabalhadores em proletários e suas condições de trabalho em capital, posto o modo de produção a andar com seus próprios pés, passa a desdobrar-se outra etapa em que prosseguem, sob nova forma, a socialização do trabalho, a conversão do solo e de outros meios de produção em meios de produção coletivamente empregados, em comum, e, conseqüentemente, a expropriação dos proprietários particulares. O que tem de ser expropriado agora não é mais aquele trabalhador independente, e sim o capitalista que explora muitos trabalhadores.

Essa expropriação se opera pela ação das leis imanentes à própria produção capitalista, pela centralização dos capitais. Cada capitalista elimina muitos outros capitalistas. Ao lado dessa centralização ou da expropriação de muitos capitalistas por poucos, desenvolve-se, cada vez mais, a forma cooperativa do processo de trabalho, a aplicação consciente da ciência ao progresso tecnológico, a exploração planejada do solo, a transformação dos meios de trabalho em meios que só podem ser utilizados em comum, o emprego econômico de todos os meios de produção manejados pelo trabalho combinado, social, o envolvimento de todos os povos na rede do mercado mundial e, com isso, o caráter internacional do regime capitalista. À medida que diminui o número de magnatas capitalistas que usurpam e monopolizam todas as vantagens desse processo de transformação, aumentam a miséria, a opressão, a escravização, a degradação, a exploração, mas cresce também a revolta da classe trabalhadora, cada vez mais numerosa, disciplinada, unida e organizada pelo mecanismo do próprio processo capitalista de produção. O monopólio do capital passa a entrar o modo de produção que floresceu com ele e sob ele. A centralização dos meios de produção e a socialização do trabalho alcançam um ponto em que se tornam incompatíveis com o envoltório capitalista. O invólucro rompe-se. Soa a hora final da propriedade privada capitalista. Os expropriadores são expropriados.

As consequências sociais dessa crise estrutural são o desemprego crônico, a miséria e a fome entre os explorados, a xenofobia e as guerras. Marx (1990:129) relata que, a medida que a concentração de capitais em um número cada vez menor de capitalistas domina a riqueza e as vantagens desse processo de transformação, “não só se vê aumentar a miséria, a opressão, a servidão, a degenerescência e a exploração, como também a revolta da classe operária”. É a *lei fundamental do modo de produção capitalista* operando concretamente de um lado a concentração de enormes somas de riquezas nas mãos da classe dominante, de outro as consequências do processo de exploração econômica e social, quais sejam a miséria, a fome, o desemprego e a opressão nos ombros do proletariado e demais explorados.

Com sua crítica da economia política burguesa, Marx (2001a:121) não só elaborou uma profunda análise da sociabilidade capitalista, como apontou para a superação da dominação do homem pelo homem, a partir da *revolução socialista*, no sentido de que “a emancipação da sociedade quanto à propriedade privada, à servidão, adquire a forma política da emancipação dos trabalhadores”, diferenciando-se de pensadores anteriores e posteriores, que se comprazem com a atual forma de organização social e econômica. Marx sabia que a resolução das mazelas existentes no capitalismo, em particular, a base da existência da sociedade sob o domínio do capital, qual seja a exploração dos trabalhadores, não se daria com a simples crítica do real, pelo desvelamento do mistério da produção capitalista ou pela análise do desenvolvimento desta sociedade. Certamente, a descoberta da fonte de lucro do capital (mais-valia) e a análise das contradições do modo de produção são indispensáveis para uma ação revolucionária, afinal, já se disse corretamente, que sem teoria revolucionária não há uma práxis revolucionária. Daí a necessidade da fusão da teoria com a prática social, do conhecimento das contradições da ordem do capital com a luta pela emancipação dos trabalhadores, enfim, da produção do conhecimento com a organização de classe dos explorados.

Marx afirmou, frente às formas de alienação produzidas pela ideologia burguesa, a capacidade dos homens de construir a própria história, de se organizarem de maneira radicalmente diferente. Uma nova sociedade deve ser construída pelos homens concretos, mediante a transformação pela raiz da sociabilidade dominante, em direção à emancipação plena. Quando os explorados tomarem em suas mãos o processo de produção, que atualmente é dominado pela classe capitalista, convertendo a propriedade privada em propriedade coletiva, potencializando as forças produtivas surgirá pela primeira vez a

possibilidade de assegurar a todos os membros da sociedade, através de um sistema de produção social, uma existência que, além de satisfazer plenamente e cada dia mais abundantemente suas necessidades materiais, lhes assegura o livre e completo desenvolvimento e exercício de suas capacidades físicas e intelectuais (1975a:58).

Diante da crítica marxista da sociedade capitalista, nem a burguesia e seus acólitos, nem as correntes teóricas e políticas adversárias do marxismo no movimento social podiam ignorá-la completamente. Se não a atacaram diretamente, foram obrigados a desenvolver ideias capazes de dissimular as consequências perversas das relações burguesas. O marxismo teve de enfrentar ao longo de sua história diversos confrontos ideológicos e teóricos. Sobressaem as polêmicas com os italianos Vilfredo Pareto, autor de um livro chamado *Les systèmes socialistes*, e Benedetto Croce, que escreveu uma obra contra o marxismo, intitulada *Materialismo Histórico e Economia Marxista*.

Max Weber, autor de *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, também polemizou de forma direta ou indireta com a teoria social e econômica socialista, particularmente quanto à estrutura da sociedade capitalista e às condições que a originaram. John Maynard Keynes (1883-1946), autor de *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda*, teve de prestar contas direta ou indiretamente com Marx, nem que fosse por sua oposição ao marxismo e defesa aberta do capitalismo. Karl Popper (1902-1994), autor de *A sociedade aberta e seus inimigos*, atacou virulentamente os marxistas em suas incursões sobre a ciência e a filosofia. O mais recente dos confrontos se deu com os autores neoliberais, como Friedrich Von Hayek (*O caminho da servidão*) e Milton Friedman (*Capitalismo e Liberdade*), que defenderam a morte do pensamento marxista e a superioridade das relações capitalistas de produção e de operacionalização da economia de mercado, frente ao planejamento socialista. Enfim, os pós-modernos ligaram o marxismo ao projeto histórico da modernidade, inscrito no iluminismo oitocentista, considerando-o junto com este, ultrapassado. Entretanto, a própria dinâmica social e econômica tratou de demonstrar a falsidade dessas polêmicas e a justeza, profundidade e atualidade das teses de Marx.

Uma das únicas polêmicas interessantes resultou da contraposição do economista e político burguês Eugen von Böhm-Bawerk (1851-1914). Este economista foi um dos eminentes e engajados defensores do capital e da dominação burguesa. Procurou, com seus estudos, legitimar teoricamente a existência da exploração do trabalho pelo capital, tentando refutar os aspectos fundamentais da teoria marxista, especialmente a teoria do valor-trabalho e da mais-valia, elaboradas por Marx em *O Capital*. Para Böhm-Bawerk, os capitalistas não exploram os trabalhadores assalariados, como supunham Marx e Engels. Na verdade, os bons e admiráveis empresários apenas antecipam aos trabalhadores a renda necessária para a sua sobrevivência e, de forma justa, têm as suas despesas, antecipadas aos trabalhadores através dos salários, retomadas a partir da produção e da apropriação privada dos produtos do trabalho. Para o economista burguês, a teoria marxista da exploração do trabalho pelo capital estava incorreta e, portanto, não refletia as condições reais da sociedade atual. No máximo, correspondia a uma posição ideológica, mais política que científica, sobre as bases e a dinâmica social e econômica.

Não tendo sentido a existência da exploração na sociedade que vivemos, caía por terra, supunha Böhn-Bawerk, a teoria do valor-trabalho, fundamentada, defendida e utilizada pelos marxistas para a explicação da fonte de lucro do capital. Para o teórico austríaco, não é o trabalho que se encontra na base da vida social, mas os interesses dos indivíduos e a utilidade das coisas. O que determina o valor da riqueza e dos produtos não é o trabalho socialmente necessário para produzi-los, como havia teorizado Marx, mas a utilidade que possam ter para a vida social. Os produtos têm tanto mais valor quanto mais úteis sejam aos homens, quanto mais os indivíduos manifestem interesse por eles.

Dessa tese, chamada *teoria da utilidade marginal*, que ancorava o valor no interesse e na utilidade dos produtos, Böhn-Bawerk chega à conclusão de que os preços dos bens são formados a partir da subjetividade dos indivíduos, dos seus interesses. Não teria sentido, neste caso, se falar, como querem os marxistas, que os preços variam para cima ou para baixo do valor, determinado pelo trabalho socialmente necessário. Com esta contestação teórica, essencialmente especulativa e referenciada na lógica formal, o austríaco pensou ter derrubado definitivamente os fundamentos da teoria do valor-trabalho, a base de toda a análise marxista da sociabilidade burguesa.

As teses de Böhn-Bawerk, contestando a teoria do valor-trabalho, foram duramente combatidas pelos teóricos e economistas marxistas, que mostraram o caráter subjetivo e anticientífico da teoria marginalista.²⁵ Teóricos e militantes socialistas da estatura de Rosa Luxemburgo e V. I. Lênin, entre outros, observaram que a teoria marginalista constituía um retrocesso em relação às conquistas científicas anteriores no campo da teoria econômica, na medida em que deixava de fundar a teoria do valor nas relações sociais objetivas (o trabalho), relegando-a ao âmbito da subjetividade humana (a utilidade, o interesse). No mais, essa teoria subjetiva do valor resgatava e aprimorava os argumentos de economistas anteriores da utilidade, levando-os às últimas consequências lógicas.

A teoria marginalista de Böhn-Bawerk fez parte da virada histórica da burguesia, depois da derrota definitiva da aristocracia e da abertura do desenvolvimento capitalista depois de 1848, no sentido de abandonar pari e passo as ideias cunhadas no período de sua ascensão ao poder do Estado, na luta contra o clero e a nobreza, que se traduziu na Economia Política clássica, pelo menos aquelas das quais os socialistas tiraram conclusões sociais, políticas e econômicas contra a sociedade burguesa, para se apegar à defesa ideológica do sistema de exploração do trabalho. Böhn-Bawerk cumpriu esse papel no plano da teoria econômica: realizou a crítica, de um ponto de vista burguês, da teoria marxista, e colocou-se inteiramente do lado do capital contra os trabalhadores, legitimando o lucro capitalista. Esta polêmica refletia, em última instância, a expansão da influência do marxismo na Europa.

Da crítica da sociedade burguesa, chegamos às seguintes conclusões:

²⁵Uma coletânea interessante de textos que retrata esta discussão reúne artigos de Böhn-Bawerk, Hilferding e Bortkiewicz. *Economia burguesa y economia socialista* (1974).

a) a sociedade capitalista tem como base a exploração do trabalho assalariado pelo capital, como relação social fundamental, embora permaneçam, no seio da sociedade burguesa, relações de trabalho típicas de sistemas econômicos anteriores, como o trabalho escravo e o trabalho servil. À medida que o capitalismo se expande em escala mundial, transforma em mercadoria relações sociais e coisas até então fora do seu alcance, como, por exemplo, as pessoas, as ideias, os órgãos humanos. Marx, aliás, já havia previsto esse processo de mercantilização crescente das relações sociais desde os *Manuscritos Econômico-Filosóficos* (1844) e, mais claramente, desde a análise do desenvolvimento global do capitalismo no *Manifesto Comunista* (1848);

b) a *lei fundamental do capitalismo* é a concentração, de um lado, da riqueza nas mãos de um pequeno número de capitalistas; de outro, da miséria, vivenciada cotidianamente pela grande maioria da população mundial. Esta lei foi apresentada e desenvolvida por Marx em *O Capital*, em 1867. Trata-se de uma lei histórica da evolução do sistema capitalista, que continua inteiramente vigente, não tendo sentido, senão por artifícios ideológicos, cogitar sobre sua inoperância na atualidade, diante dos dados da economia mundial e do processo de favelização e miserabilidade imposta à esmagadora maioria dos indivíduos e da classe operária, em particular;

c) o capitalismo, em sua dinâmica interna, gera profundas contradições, que se expressam nas crises periódicas, que hoje articulam crises conjunturais de superprodução de valores sem qualquer aplicação produtiva e de mercadorias invendáveis, com o aprofundamento dos elementos de sua crise histórica, propriamente conjuntural. A crise do capitalismo é expressão em última instância do conflito entre as forças produtivas (força de trabalho, meios de produção e a técnica) altamente desenvolvidas, e as relações de produção (cuja expressão é a propriedade privada), que se tornaram limitadas, um verdadeiro obstáculo ao desenvolvimento das forças produtivas da sociedade. Essa contradição fundamental e insolúvel nos marcos da sociedade burguesa explode em crises conjunturais e aprofunda a crise estrutural em escala sem precedentes. Essa contradição gera igualmente barbárie, xenofobia, desemprego, violência, fome, miséria, guerras e destruição da natureza em todo o mundo;

d) a classe operária é a classe fundamental do sistema capitalista; é ela que produz a riqueza material apropriada pela classe burguesa na forma de *mais-valia*, é o produto mais autêntico do processo de industrialização iniciado na segunda metade do século XVIII e que se expandiu até a primeira parte do século XIX. A indústria concentra a força de trabalho na fábrica e força, por sua vez, a sua organização para resistir ao processo de exploração imposto pelos capitalistas, em defesa de condições mais suportáveis de vida e trabalho. Na condição de direção da luta de classes dos explorados (campesinato e classe média urbana arruinada), a classe operária, por suas condições socioeconômicas, isto é, por sua relação com os meios de produção, é a única classe do sistema atual que pode confrontar até as últimas consequências o capital, e, portanto, superá-lo;

e) as condições materiais, isto é, econômico-sociais para o socialismo (condições objetivas) se desenvolvem nos interstícios do próprio capitalismo, na medida em que este desenvolve a ciência, a técnica, a organização do trabalho e a produção social. A contradição entre as forças produtivas e as relações de produção, que está na base da crise estrutural atual, demonstra que o capitalismo ingressou numa fase de desagregação e que não pode continuar existindo, senão produzindo de um lado a concentração da riqueza num número cada vez menor de capitalistas e, de outro, a miséria, a fome, a opressão, o desemprego e a destruição da natureza. Mas o capitalismo não dará passagem espontaneamente ao socialismo, é preciso construir as condições subjetivas para o socialismo, isto é, a consciência e a organização da classe operária, juventude e demais explorados;

f) não têm sentido, portanto, as teses de que a sociedade capitalista é o fim último da humanidade ou que é um sistema insuperável. Também não têm validade teses que decretam o fim do trabalho como base do valor e da vida social, nem as propostas que procuram de alguma forma humanizar o capitalismo, que, pela sua essência, não pode ser humanizado, mas apenas superado por outra forma social. Assim como a sociedade capitalista é historicamente determinada, logo transitória e superável pela ação dos homens, as categorias que expressam as suas relações econômicas são igualmente transitórias. Relações sociais e categorias como *mercadoria*, *mais-valia*, *trabalho abstrato*, etc. serão superadas dialeticamente pelo desaparecimento do modo de produção capitalista e da sociedade burguesa.

Capítulo VI

Condições materiais, luta de classes e socialismo

Por seu conteúdo, o socialismo moderno é, antes de mais nada, o produto de uma dupla verificação: os antagonismos de classe entre possuidores e não-possuidores, burgueses e operários assalariados, que imperam na moderna sociedade, e a anarquia, que preside a produção (Engels, *Do socialismo utópico ao socialismo científico*).

Da análise crítica da sociedade capitalista constatamos no capítulo V que a essência do modo de produção burguês continua a mesma: de um lado, a acumulação de riqueza nas mãos de uma minoria; de outro, a disseminação da miséria para a esmagadora maioria da sociedade. Que articulação há, então, entre as condições materiais de vida na ordem do capital e a moderna luta de classes? Que formas de organização e de luta foram criadas, historicamente, pelos trabalhadores e demais explorados desde o século XIX? Qual a importância do *partido revolucionário* na luta pela superação do capitalismo? Teria sentido hoje a luta pelo socialismo?

Marx arguiu em diversas ocasiões que a luta de classes é o motor da história. Significa que o capitalismo, apesar de suas crises, não cairá de podre, sem que haja a construção organizativa e o desenvolvimento da consciência política da classe operária e demais explorados, enfim sem uma transformação radical. Como observou certa vez Trotsky (2011:55),

A compreensão marxista da necessidade histórica não possui qualquer ponto em comum com o fatalismo. O socialismo não se realiza ‘por si mesmo’, mas como resultado da luta das forças vivas: as classes sociais e seus partidos. Nesta luta, a vantagem decisiva do proletariado reside no fato de que ele representa o progresso histórico, enquanto a burguesia encarna a reação e a decadência. É exatamente nisto que se encontra a fonte de nossa convicção na vitória.

É precisamente o que estudaremos neste capítulo, em particular os conflitos de classes determinantes e as possibilidades abertas para a superação da ordem do capital e para a construção do socialismo. Neste ponto, coloca-se a questão da consciência de classe, que tem as condições materiais (econômico-sociais) como sua base fundamental e que se desenvolve a partir das experiências concretas, das lutas sociais, dos desafios colocados e das aspirações construídas ao longo da história. A consciência social de classe tem, portanto, caráter processual, comporta avanços e retrocessos.

Dessa forma, tem razão Mauro Luis Iasi (2007:12) quando aduz que o processo de consciência deve ser visto como “um desenvolvimento dialético, em que cada momento traz em si os elementos de sua superação, em que as formas já incluem contradições que, ao amadurecerem, remetem à consciência para novas formas e contradições, de maneira que o movimento se expressa num processo que contém saltos e recuos”.

Retomemos a análise das sociedades de classes, para podermos compreender como as diferenças de condições econômico-sociais, nas diversas sociedades baseadas na propriedade

privada dos meios de produção, geram a oposição de interesses sobre a apropriação dos produtos do trabalho e, com ela, a luta de classes e as possibilidades de mudanças. Veremos que as contradições geradas pelas sociedades classistas levam a conflitos entre as classes sociais fundamentais ao longo da história da humanidade.

As sociedades baseadas na propriedade privada dos meios de produção e dos produtos do trabalho, das quais podemos citar a sociedade escravista antiga, a sociedade feudal e a atual sociedade capitalista, são segmentadas em classes sociais, que se diferenciam pelo papel que cumprem no processo social de produção. Na antiguidade escravocrata, os produtores da riqueza social eram fundamentalmente os escravos que, do ponto de vista das relações que mantinham com a classe dominante, os proprietários de terras, apareciam como instrumentos de trabalho, iguais às ferramentas, ao gado e à matéria-prima. Deram-lhes a alcunha de instrumentos falantes.

Além da parte dos produtos que lhe cabia para atender as suas necessidades vitais (produto necessário) produziam também os bens que a classe dominante desejava, para manter as suas condições materiais e espirituais de existência (produto excedente). O trabalho escravo era, portanto, a base da sociedade escravista. Sob a base do trabalho escravo, Grécia, Roma e uma série de grandes civilizações da antiguidade puderam florescer culturalmente. Uma minoria da sociedade pôde, livre da atividade do trabalho e a expensas da esmagadora maioria dos produtores, dedicar-se às atividades consideradas nobres como a arte, a literatura, a filosofia, etc., além das ações propriamente políticas, como a atividade na *polis* e debates nas assembleias, enfim à tomada de decisões no Estado. Não poucas vezes, essas condições de exploração levaram a grandes levantes de escravos.

A desagregação do escravismo antigo com suas formas de organização econômica, social e política deu origem mais adiante, na Europa ocidental, ao sistema feudal. No feudalismo, a produção material ficava a cargo dos camponeses, submetidos a relações de servidão. Os feudos tinham uma economia de autossustentação, de modo que a maior parte dos produtos necessários à vida nas propriedades provinha do trabalho servil. Eventualmente, recorria-se à troca por outros produtos que não podiam produzir. As trocas, no entanto, não chegavam a constituir uma relação social dominante. Prevalciam as relações sociais de servidão, de modo que além dos produtos imprescindíveis a sua manutenção e da sua família, os camponeses obrigavam-se pelos costumes da época a trabalhar nas terras do senhor (corveia), a retribuir-lhe pelo pagamento em produtos, ou, numa etapa mais à frente, em dinheiro. O trabalho servil era, neste caso, a base da sociedade feudal. A situação social dos camponeses os empurrou a revoltas particularmente violentas. São conhecidas as chamadas guerras camponesas contra a opressão social e econômica no mundo feudal.

A partir do século XIV, e mais especificamente desde o século XVI, o feudalismo passou por transformações, sendo as mais importantes o revigoramento das cidades, o crescimento de uma

economia mercantil, baseada na produção artesanal e nas corporações de ofício, o desenvolvimento do conhecimento e da ciência, a formação dos Estados nacionais, o investimento na navegação, a procura de rotas comerciais, a colonização e exploração de colônias, enfim um amplo processo de acumulação de recursos materiais na Europa, que Marx denominou, n' *O Capital*, de *acumulação primitiva do capital*, que durou praticamente até o século XIX. Com a ampliação do comércio e o desenvolvimento da produção mercantil, ergueu-se uma classe social antagônica aos interesses materiais e políticos dos proprietários de terras: a burguesia. Esta, para fazer valer seus interesses, teve de travar uma luta mortal contra o clero e a nobreza, até se tornar definitivamente uma classe politicamente dominante. O desenlace da luta de classes resultou na realização de revoluções democrático-burguesas, das quais a Revolução Francesa de 1789 (e seus desdobramentos posteriores) é a mais clássica.

Na sociedade capitalista, além da burguesia, existem outras classes sociais, como o campesinato e a pequena burguesia urbana, e o proletariado. Com a Revolução Industrial, da segunda metade do século XVIII e primeira metade do século XIX, criou-se a base material para a consolidação das relações de produção capitalistas. A substituição progressiva das antigas ferramentas manuais por máquinas modernas submeteu definitivamente os trabalhadores ao domínio do capital: domínio sobre os conhecimentos, dos processos de produção e dos meios de produção, agora controlados em sua integralidade pelo capital. Marx denominou este processo de subsunção real do trabalho ao capital. De fato, o capital tinha agora total controle sobre a força de trabalho e esta nada mais se apresentava na sociedade burguesa, senão como apêndice da máquina.

Portanto, a classe operária é o produto mais genuíno da industrialização do século XVIII e XIX. Formou-se a partir do submetimento às relações de assalariamento das antigas classes populares do sistema feudal, em particular os camponeses e artesãos. Sem possibilidade de concorrer com o grande capital, expulsos de terras por causa dos cercamentos, com a utilização das terras para criação de ovelhas tendo em vista o fornecimento de lã para a indústria têxtil, os camponeses e artesãos tiveram de se assalariar, de vender a sua força de trabalho por um salário. O assalariamento foi imposto pela classe dominante pelas chamadas *leis sanguinárias*, que estabeleciam penas graves para quem não se submetesse às novas relações de trabalho.

As condições materiais de vida e trabalho do proletariado industrial, mineiro e agrícola em formação eram extremamente degradantes. Jornadas de trabalho extenuantes, exploração em condições desumanas do trabalho infantil e da mulher, emprego de métodos mesquinhos para expropriar uma maior quantidade de mais-valia, seja pelo prolongamento da jornada de trabalho, seja pelo aumento do ritmo de trabalho e da produtividade (mais-valia absoluta e relativa), habitações insalubres, doenças, salários aviltantes. Engels descreveu magnificamente as condições da classe trabalhadora na Inglaterra da primeira metade do século XIX na obra *A situação da classe*

trabalhadora na Inglaterra, editada em 1845. O autor traça a trajetória histórica de organização política e de criação de formas de resistência pelos operários contra o capital.

As condições materiais de existência social (relações de trabalho, de produção, sob a base da exploração da força de trabalho) dos operários levaram os mesmos a fomentar as primeiras formas de luta e de organização. Diante do aprofundamento da exploração nas indústrias, com a introdução de máquinas cada vez mais modernas, o proletariado reagiu destruindo os instrumentos de trabalho e meios de produção, fazendo motins, tendo em vista que seu nível de consciência levava a serem que o verdadeiro responsável pela sua situação de miséria, de exploração e da iminência de desemprego eram as máquinas aplicadas ao processo de produção e não os capitalistas que as empregavam. De fato, as máquinas reduziam sensivelmente a necessidade do número de empregados na produção, tendo em vista que a função do proletário passava a ser, com o emprego delas, de simples apêndice.

Essa primeira forma de expressão do inconformismo do operariado diante de sua situação social e das condições de trabalho passou para a história pelo nome de *luddismo*. Os operários não conseguiam ainda distinguir a máquina do seu emprego no processo de produção e das consequências na vida operária. O problema central não se encontrava na máquina em si, mas na forma como era aplicada ao processo de produção, a que interesses servia e a quem beneficiava concretamente a sua aplicação na produção industrial. É evidente que a inovação promovida pela industrialização tinha como objetivo central aumentar a produtividade do trabalho humano, diminuir o número de trabalhadores necessários ao processo de produção, incrementar a quantidade de mercadorias produzidas durante o tempo de trabalho e possibilitar a diminuição do preço dos produtos, fortalecendo os capitalistas que inovavam frente aos que permaneciam inertes quanto ao processo de inovação científica e técnica. Com o tempo, os trabalhadores começaram a formar outras organizações como associações e sindicatos e desenvolveram determinadas formas de luta. Dada a existência de leis proibitivas da organização operária, os trabalhadores acabaram formando associações secretas.

Com o reconhecimento do direito de associação, muitas organizações secretas sofreram mutações, passando a atuar de forma aberta. A partir de certo desenvolvimento do movimento operário, constituíram-se os sindicatos, que passaram a representar os interesses de determinados setores profissionais, na defesa dos salários e de jornadas de trabalhos menores. Em princípio, os sindicatos lutavam pelos interesses econômicos dos trabalhadores a eles associados. É certo, porém, que uma parte dos trabalhadores permanecia desorganizada e, portanto, distante da necessidade de se mobilizar para defender seus interesses frente aos capitalistas.

Engels (2007:250) relata da seguinte maneira essa experiência operária:

Quando, em 1824, os operários obtiveram o direito à livre associação, essas sociedades rapidamente se expandiram por toda a Inglaterra e tornaram-se fortes. Em todos os ramos de trabalho constituíram-se organizações semelhantes (*trade unions*), com o objetivo declarado de proteger o operário contra a tirania e o descaso da burguesia. Eram suas finalidades fixar o salário, negociar *em masse*, como *força*, com os patrões, regular os salários em relação aos lucros patronais, aumentá-lo no momento propício e mantê-los em todas as partes no mesmo nível para cada ramo de trabalho, por isso, trataram de negociar com os capitalistas uma escala salarial a ser cumprida por todos e recusar empregos oferecidos por aqueles que não a respeitassem. Ademais, outras finalidades eram: manter o nível de procura do trabalho, limitando o emprego de aprendizes e, assim, impedir também a redução dos salários, combater, no limite do possível, os estratagemas patronais utilizados para reduzir os salários mediante a utilização de novas máquinas e instrumentos de trabalho etc.; e, enfim, ajudar financeiramente os operários desempregados.

Afirma ainda que quando

foi possível e vantajoso, os operários de um mesmo ramo de trabalho de diferentes distritos uniram-se numa associação federada, organizando assembleias de delegados em datas fixas. Em alguns casos, tentou-se unir *numa só organização* de toda a Inglaterra os operários de um *mesmo* ramo e também houve tentativas – a primeira, em 1830 – de criar uma única associação geral de operários de todo o reino, com organizações específicas para cada categoria, mas esses experimentos foram raros e de curta duração, porque uma organização desse tipo só pode ter vida e eficácia à base de uma agitação geral de excepcional intensidade (Idem, *Ibidem*).

Passados os anos, com a experiência acumulada, o operariado percebeu que não se tratava apenas de restringir a sua luta aos aspectos econômicos, mas aprofundá-la no sentido de reivindicações políticas. Para tanto, a intervenção das ideias socialistas no interior do movimento operário nascente foi fundamental. O primeiro movimento operário de grande envergadura política foi o *Cartismo*, surgido a partir de 1835. Este movimento se apoiava na *Carta do Povo*, elaborada em 1837-1838, que continha reivindicações de caráter democrático. Entre as reivindicações defendidas pelo Cartismo se destacavam: a) sufrágio universal para todos os homens maiores, mentalmente sadios e não condenados por crime; b) renovação anual do Parlamento; c) remuneração para os parlamentares, para que indivíduos sem recursos pudessem exercer mandatos; d) eleições por voto secreto, para evitar a corrupção e a intimidação pela burguesia; e) colégios eleitorais iguais, para garantir representações equitativas; f) supressão da exigência da posse de propriedades fundiárias como condição para a elegibilidade, de modo que qualquer operário pudesse se tornar elegível.²⁶

A essas reivindicações democráticas quanto ao voto e ao sistema eleitoral existente na sociedade burguesa, buscando aprofundar as formas de participação política dos trabalhadores, ligaram-se as consignas eminentemente de classe, que tratavam das condições de vida e de trabalho da classe operária, como a redução da jornada de trabalho para dez horas, a obtenção de condições mais suportáveis de trabalho, a proteção legal dos trabalhadores diante do capital, aumento de

²⁶Engels cita esse conjunto de reivindicações da Carta do Povo na obra *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (2007:262). Também encontramos uma análise do movimento cartista e de suas reivindicações em Max Beer, *História do socialismo e das lutas sociais* (2006).

salário, segurança no trabalho e a supressão da lei contra os pobres. Era propriamente este programa que levava os operários a se chocarem com os capitalistas, tendo em vista que era produto das contradições de interesses materiais, das relações sociais de exploração a que os trabalhadores estavam subsumidos na sociedade. A Carta do Povo era apenas o meio para a conquista do bem-estar social e não o fim do movimento.

Numa passagem esclarecedora, Engels (2007:268-269) alerta que nas reivindicações relativas às condições sociais dos trabalhadores pelo Cartismo encontra

a diferença entre a democracia cartista e todas as formas de democracia política burguesa até hoje existentes. *O cartismo tem uma natureza essencialmente social*. Os seis pontos, que tudo representam para a burguesia radical e que, quando muito, implicarão reformas constitucionais, para o proletário não são mais que meios: “O poder político é o nosso meio; a nossa finalidade é o bem-estar social” – essa é a palavra de ordem eleitora claramente formulada pelos cartistas.

Enquanto o Cartismo permaneceu no nível das reivindicações democráticas, para ele migrou uma parcela da pequena-burguesia radical, que tinha interesse na defesa do sufrágio universal. Os embates no interior do movimento entre a pequena-burguesia, que tentava enquadrá-lo nos limites da institucionalidade, e o operariado, que associava as consignas democráticas às econômicas, se tornaram constantes até levar à divisão do movimento. A partir de 1837, desenvolveram-se no âmbito do movimento tendências insurrecionais. O estopim da divisão se deu na Convenção Nacional de 1843, quando os membros pequeno-burgueses exigiram a supressão nos estatutos da Associação de qualquer referência à *Carta*, por a mesma lembrar a violência revolucionária, manifestada nas lutas anteriores dos operários. A pequena-burguesia rompida formou então outro movimento que se chamou Associação pelo sufrágio completo (*Complete Suffrage Association*), com uma plataforma programática essencialmente democrático-burguesa.

O movimento cartista foi muito importante na história da organização política da classe operária, tendo em vista que, em seu seio, se conformaram tendências de comunismo eminentemente proletário. Constituiu-se também em espaço de concretização das formas de lutas dos trabalhadores, como greves, ocupações, sublevações, reivindicações, manifestações, etc. Sua experiência demonstrou claramente o conflito entre as posições proletárias e as pequeno-burguesas. A associação entre as reivindicações de classe e as demandas políticas demarcou os horizontes que separaram as tendências que lutavam simplesmente pela ampliação de direitos políticos no interior das relações sociais dominantes, sem questionarem as bases da dominação de classe, e as que ligavam a luta por direitos à necessidade de defender a vida e melhores condições de trabalho para o proletariado, que levavam frequentemente a choques com os capitalistas.

Por isso, o movimento teve de enfrentar processos, ataques, perseguições, pressão e uso da violência estatal e dos patrões. Associadas a essas retaliações governamentais, da justiça e dos

capitalistas, irromperam divergências internas entre grupos, personalidades e direção, manifestando-se tanto com relação à fragilidade quanto à ação unitária e às táticas utilizadas pelo movimento na preparação das ações. Mas, mesmo diante dessas adversidades, o período em que o movimento cartista esteve atuante foi frutífero de conquistas democráticas e sociais, podendo ser citadas as seguintes: a primeira lei de proteção ao trabalho de crianças (1833), a lei relativa ao trabalho de crianças e mulheres nas fábricas (1842), lei da jornada de trabalho de dez horas (1847), lei de imprensa (1836), lei de reforma do Código Penal (1837), lei de supressão dos direitos sobre os cereais (1846) e lei da associação política (1846), além de ter tecido uma articulação de fortes sindicatos, cooperativas e um espírito internacionalista (Beer, 2006:454). Os problemas que atingiram o Cartismo, interna e externamente, levaram à desagregação do movimento a partir de 1848.

Além do movimento cartista, destacou-se também na primeira metade do século XIX a *Liga dos Comunistas*. Os antecedentes desta organização remontam à *Liga dos Proscritos* que se originou da atividade de emigrados alemães, que lutavam pelas liberdades democráticas e pela unificação da Alemanha. Devido às perseguições e à repressão da aristocracia e do clero, os ativistas se dirigiram a Paris, onde receberam apoio de republicanos e socialistas. Os dois principais dirigentes da Liga dos Proscritos foram Theodoro Schuster e Jacob Venedey.

Através do órgão *O Proscrito*, divulgavam as suas opiniões sobre os problemas que os preocupavam. As posições dos dois dirigentes não eram homogêneas, tendo em vista que enquanto Venedey era um democrata, Schuster tinha uma posição mais claramente social, tendo participado de uma sublevação armada em julho de 1830. Venedey, ao contrário de Schuster, apostava no fomento de cooperativas, com o apoio do Estado. Essas divergências levaram à saída de Venedey, entretanto continuaram os conflitos internos na Liga dos Proscritos entre a ala revolucionária e internacionalista de Schuster e a parte limitadamente democrática. As lutas internas levaram à cisão da ala revolucionária que, sob a direção de Schuster, acabou por fundar a *Liga dos Justos*, em 1836. Posteriormente, Schuster foi substituído por outro emigrado alemão chamado Weitling, um artesão que conhecia as tendências e ideias comunistas, presentes no movimento operário da época. A obra principal deste dirigente da Liga dos Justos se intitulava *A humanidade como ela é e como deveria ser*, publicada em 1838. Juntamente com Weitling, destacaram-se Karl Schapper, Bauer, Joseph Moll, Hermann Everberck, Germann Maurer.

Os membros da Liga organizaram em 1845, em Londres, a Associação Cultural dos Operários Alemães através da qual realizavam o trabalho de articulação entre inúmeros operários de vários países, que se encontravam naquela cidade. Da mesma forma, acompanhavam os debates, as polêmicas e os avanços da teoria social comunista na Europa, inclusive as análises de Marx e Engels. Quando se encontrava em Bruxelas, na Bélgica, Marx organizou um *Comitê de*

Correspondência, que fazia um trabalho semelhante ao dos membros da Liga dos Justos, na aproximação e socialização das ideias socialistas. Nesta oportunidade, manteve contato estreito com os membros da organização, com a qual debatia as suas próprias ideias. O fato é que Moll foi designado pela direção da entidade, em 1847, para contatar pessoalmente com Marx e Engels, a fim de aproximá-los às atividades da organização.

Engels participou do congresso da Liga dos Justos em meados de 1847 e Marx fora representado por seu amigo William Wolf. A partir da influência das posições de Marx e Engels, a Liga dos Justos se transformou em Liga dos Comunistas, e, em lugar das antigas bandeiras, circunscritas à busca de uma justiça social abstrata e da realização dos direitos humanos, inscreveu-se a partir de então em seus documentos a palavra de ordem: “*Proletários de todos os países, unidos!*”. Marx compareceu ao segundo congresso, realizado no final do mesmo ano.

Conforme Beer (2006:520-21), o segundo congresso da Liga dos Comunistas adotou os seguintes estatutos:

1. O objetivo da Liga é derrubar a burguesia, elevar o proletariado à situação de classe dominante, suprimir a velha sociedade baseada na dominação de classe e instaurar uma sociedade nova, sem classes e sem propriedade privada. 2. Para fazer parte da Liga é necessário preencher as seguintes condições: a) viver e agir de acordo com as finalidades da Liga; b) ser enérgico e abnegado na propaganda; c) aderir aos princípios do comunismo; d) não fazer parte de qualquer associação anticomunista, política ou nacional; e) submeter-se às decisões da Liga; f) manter absoluta discricção acerca de todas as questões da Liga; g) ser aceito unanimemente por todas as seções da Liga. 3. Todos os membros da Liga devem se considerar irmãos e devem se ajudar mutuamente, em caso de necessidade.

A pedido da Liga, Marx foi encarregado de redigir um documento que sintetizasse as principais posições da nova organização proletária, além de fazer um balanço dos debates, em torno das concepções e correntes atuantes no movimento social. Trata-se de um dos mais importantes documentos do movimento operário internacional, *O Manifesto Comunista*, de 1848. Este documento histórico, que influenciou as ideias e a luta socialista em todo o mundo, veio a lume no momento em que estourou a revolução de 1848 na Europa.

No *Manifesto*, Marx e Engels (2002c:47-48) sintetizaram o desenvolvimento político da classe operária:

O proletariado passa por diversos estádios de desenvolvimento. A sua luta contra a burguesia começa com a sua existência.

No começo, empenham-se na luta operários isolados, mais tarde, operários de uma mesma fábrica, finalmente operários de um mesmo ramo de indústria, de uma mesma localidade, contra o burguês que os explora diretamente. Dirigem os seus ataques não só contra as relações burguesas de produção, mas também contra os instrumentos de produção; destroem as mercadorias estrangeiras que lhes fazem concorrência, quebram as máquinas, queimam as fábricas e esforçam-se para reconquistar a posição perdida do trabalhador da Idade Média.

Nessa fase, o proletariado constitui massa disseminada por todo o país e dispersa pela concorrência. A coesão maciça dos operários não é ainda o resultado de sua própria união, mas da união da burguesia que, para atingir seus próprios fins políticos, é levada a pôr em movimento todo o proletariado, o que

por enquanto ainda pode fazer. Durante essa fase, os proletários não combatem seus próprios inimigos, mas os inimigos de seus inimigos, os restos da monarquia absoluta, os proprietários de terras, os burgueses não-industriais, os pequenos-burgueses. Todo o movimento histórico está desse modo concentrado nas mãos da burguesia e qualquer vitória alcançada nessas condições é uma vitória burguesa.

Mas, com o desenvolvimento da indústria, o proletariado não apenas se multiplica; comprime-se em massas cada vez maiores, sua força cresce e ele adquire maior consciência dela. Os interesses, as condições de existência dos proletários se igualam cada vez mais à medida que a máquina extingue toda diferença de trabalho e quase por toda parte reduz o salário a um nível igualmente baixo. Em virtude da concorrência crescente dos burgueses entre si e devido às crises comerciais que disso resultam, os salários se tornam cada vez mais instáveis; o aperfeiçoamento constante e cada vez mais rápido das máquinas torna a condição de vida do operário cada vez mais precária; os choques individuais entre o operário singular e o burguês singular tomam cada vez mais o caráter de confrontos entre duas classes. Os operários começam a formar coalizões contra os burgueses e atuam em comum na defesa de seus salários; chegam a fundar associações permanentes a fim de se precaverem de insurreições eventuais. Aqui e ali a luta irrompe em motim.

De tempos em tempos os operários triunfam, mas é um triunfo efêmero. O verdadeiro resultado de suas lutas não é o êxito imediato, mas a união cada vez mais ampla dos trabalhadores. Esta união é facilitada pelo crescimento dos meios de comunicação criados pela grande indústria e que permitem o contato entre operários de diferentes localidades. Basta, porém, este contato para concentrar as numerosas lutas locais, que têm o mesmo caráter em toda parte, em uma luta nacional, uma luta de classes. Mas toda luta de classes é uma luta política. E a união que os burgueses da Idade Média, com seus caminhos vicinais, levaram séculos a realizar os proletários modernos realizam em poucos anos por meio das ferrovias.

A organização do proletariado em classe e, portanto, em partido político, é incessantemente destruída pela concorrência que fazem entre si os próprios operários. Mas renasce sempre, e cada vez mais forte, mais sólida, mais poderosa.

Portanto, Marx e Engels tinha clareza sobre a necessidade de organização política independente do proletariado em partido. Não era suficiente a mera organização sindical dos trabalhadores, quando se trata da luta política contra os governos e Estado, tendo em vista a conquista do poder e a construção do socialismo. É que, para os fundadores do marxismo, de “todas as classes que hoje em dia se opõem à burguesia, só o proletariado é uma classe verdadeiramente revolucionária” (Idem:49). Lutaram para que a Liga dos Comunistas se transformasse num autêntico partido comunista com um programa proletário de luta em defesa das reivindicações mais elementares da classe operária e pela superação da sociedade capitalista. Não à toa, dizem claramente que o “objetivo dos comunistas é o mesmo que o de todos os demais partidos proletários: constituição do proletariado em classe, derrubada da supremacia burguesa, conquista do poder político pelo proletariado” (Idem:51).

Marx e Engels (Idem:49-50) tinha clareza também de que todas

as classes que no passado conquistaram o poder trataram de consolidar a situação adquirida submetendo toda a sociedade às suas condições de apropriação. Os proletários não podem apoderar-se das forças produtivas sociais senão abolindo o modo de apropriação a elas correspondente e, por conseguinte, todo modo de apropriação existente até hoje. Os proletários nada têm de seu a salvaguardar; sua missão é destruir todas as garantias e seguranças da propriedade privada até aqui existente.

Todos os movimentos históricos têm sido, até hoje, movimentos de minorias ou em proveito de minorias. O movimento proletário é o movimento autônomo da imensa maioria em proveito da imensa

maioria. O proletariado, a camada mais baixa da sociedade atual, não pode erguer-se, pôr-se de pé, sem fazer saltar todos os estratos superpostos que constituem a sociedade oficial.

Para os autores de *O Manifesto Comunista*, a “revolução comunista é a ruptura mais radical com as relações tradicionais de propriedade”. Com a conquista do poder pelo proletariado, na direção da maioria nacional oprimida, utilizará “sua supremacia política para arrancar pouco a pouco todo o capital da burguesia, para centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado, isto é, do proletariado organizado como classe dominante, e para aumentar o mais rapidamente possível o total das forças produtivas”. Quando, no curso do desenvolvimento,

desaparecerem os antagonismos de classes e toda a produção for concentrada nas mãos dos indivíduos associados, o poder público perderá seu caráter político. O poder político é o poder organizado de uma classe para a opressão de outra. Se o proletariado, em sua luta contra a burguesia, se organiza forçosamente como classe, se por meio de uma revolução se converte em classe dominante e como classe dominante destrói violentamente as antigas relações de produção, destrói, juntamente com essas relações de produção, as condições de existência dos antagonismos entre as classes, destrói as classes em geral e, com isso, sua própria dominação de classe.

Em lugar da antiga sociedade burguesa, com suas classes e antagonismos de classes, surge uma associação na qual o livre desenvolvimento de cada um é a condição para o livre desenvolvimento de todos (Idem:58-59).

O Manifesto Comunista cumpriu o objetivo de instituir as bases teóricas, políticas e programáticas de uma organização revolucionária comunista. Por conta dos processos revolucionários, os membros da Liga dos Comunistas se empenharam em intervir na organização das ações políticas nos países em que se encontravam os seus membros. Depois das derrotas de várias insurreições, a burguesia, associada aos setores oligárquicos, e seu Estado responderam com a contrarrevolução: perseguições, processos, prisões, expulsão, etc. Inúmeros revolucionários se encaminham a Londres, onde tentaram reerguer a Liga.

Marx e Engels, que haviam tirado lições valiosas do processo revolucionário, entre as quais, de que uma nova revolução não seria fruto das boas intenções idealistas dos militantes, mas de uma verdadeira articulação de elementos objetivos (crise econômica) e subjetivos (desenvolvimento da consciência e da organização proletária) trataram de defender suas posições no interior da Liga. Essa posição de Marx e Engels entrou em choque com a orientação de outros dirigentes como Willich e Schapper, dando ensejo a uma cisão. A sede da organização foi transferida para Colônia, na Alemanha, onde continuou o trabalho de propaganda das ideias socialistas e organizativas. A burguesia reagiu com os famosos processos contra os comunistas de Colônia e prisão de revolucionários. Esta situação levou à dissolução da Liga dos Comunistas.

Passados os eventos revolucionários de 1848, o capitalismo ingressou numa fase de crescimento econômico, que, associada à repressão geral logo depois dos levantes revolucionários na Europa (que durou até praticamente o final da década de 1850), desorganizou o movimento

operário e impôs um período de calmaria na luta de classes. Os comunistas, inclusive Marx, tiveram de enfrentar processos na justiça burguesa, a pressão do Estado e da imprensa dominante. Contra eles foram sacadas as mais horrendas acusações, numa tentativa de desmoralizá-los publicamente, incitando o medo e a desconfiança entre os operários. De fato, o movimento operário só tomou novo fôlego nas décadas seguintes, após derrotas reiteradas.

Depois desse longo período de desorganização e derrotas, o movimento operário começou a se erguer novamente, desta feita em escala internacional. Para tanto, em 25 de setembro de 1864, formou-se a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), também conhecida como a *Primeira Internacional*. A sua fundação ocorreu em Londres e dela participaram delegações e representantes de países como Inglaterra, Alemanha, Itália e França. Na Internacional eram confrontadas ideias e posições concretas de grupos radicalmente diferentes, como os anarquistas (adeptos em particular de Proudhon e Bakunin) e os marxistas. Pelas suas profundas diferenças de análise política e econômica, bem como quanto à tática e a estratégica a serem postas em práticas pelas organizações vinculadas à Internacional, não tinham como se harmonizar, por mais que ambos se identificassem com o comunismo e o tivessem como objetivo final de suas lutas.

Até praticamente 1872, a organização se manteve firme procurando articular os programas, os movimentos, as ações, as atividades e as manifestações, internacionalmente. As principais bandeiras defendidas pela Internacional eram: *organização do proletariado em partido de classe, luta pela legislação social, luta contra a diplomacia secreta, união da classe operária em todos os países, extinção do domínio de classe, libertação econômica da classe operária, socialização do solo e dos meios de transporte*. As consignas representavam um enorme avanço para a luta proletária e tornaram-se o foco de disputas entre as tendências socialistas, que se aproximavam ou se distanciavam delas. Foram realizados cinco congressos da Internacional: Genebra (1866), Lausanne (1867), Bruxelas (1868), Basileia (1869) e Haia (1872). Os conflitos no interior da Internacional levaram à sua cisão no Congresso de Haia, a transferência de sua sede para Nova York e seu desaparecimento formal em 1876.

Durante a vigência da Internacional ocorreu um fato marcante na história do movimento operário: a *Comuna de Paris*, em 1871. A França encontrava-se mergulhada num conflito com a Alemanha, enquanto a classe operária sentia na pele as consequências sociais da guerra franco-prussiana. Marx retratou esse acontecimento na obra *A Guerra Civil na França*, que, na verdade, compõe-se de um conjunto de manifestos aprovados pelo Conselho Geral da AIT.

A sublevação comunal representou a primeira tentativa revolucionária do operariado de constituir uma sociedade diferente da dominação burguesa. Apesar do exíguo tempo em que os trabalhadores, liderados por grupos socialistas, se mantiveram no poder, da proclamação da Comuna em 18 de março de 1871, passando por sua eleição pelo sufrágio universal em 26 de março

e a sua derrota em maio do mesmo ano, tomaram medidas inéditas, que, em seu conjunto, jogaram luzes na compreensão do processo revolucionário, da transição do capitalismo ao socialismo e quanto ao papel da direção política do movimento.

Antes do advento da Comuna, Marx advertia que era necessário o proletariado, como direção física da maioria oprimida, organizar-se politicamente e constituir-se como classe dominante, isto é, conquistar o poder e reorganizar a sociedade a partir de novas bases econômicas, políticas e sociais. Esclareceu, numa carta a Weidemeyer, de 05 de março de 1852:

No que me concerne, eu não tenho o mérito de ter descoberto a existência das classes sociais na sociedade contemporânea, nem o de ter descoberto a luta de classes entre si. Os historiadores burgueses expuseram, muito antes de mim, o desenvolvimento histórico dessa luta de classes. O que eu fiz de novo consiste na demonstração seguinte: 1 – que a existência das classes só se prende a certas batalhas históricas relacionadas com o desenvolvimento da produção; 2 – que a luta das classes conduz necessariamente à ditadura do proletariado; 3- que essa própria ditadura é apenas a transição para a supressão de todas as classes e para a formação de uma sociedade sem classes.

Mas pelo que deveria ser substituída a máquina do Estado, depois de destruída? A experiência da Comuna de Paris deu a Marx a oportunidade para formular uma primeira resposta mais concreta a esta pergunta. Para Marx (1986a:76), “a Comuna era, essencialmente, um governo da classe operária, a forma política afinal descoberta para levar a cabo a emancipação econômica do trabalho”. Entre as medidas tomadas pela Comuna, destaca: “o primeiro decreto da Comuna foi no sentido de suprimir o exército permanente e substituí-lo pelo povo armado”. A comuna

era composta de conselheiros municipais eleitos por sufrágio universal nos diversos distritos da cidade. Eram responsáveis e substituíveis a qualquer momento. A Comuna devia ser, não um órgão parlamentar, mas uma corporação de trabalho, executiva e legislativa ao mesmo tempo. Em vez de continuar sendo um instrumento do governo central, a polícia foi imediatamente despojada de suas atribuições políticas e convertida num instrumento da Comuna, responsável perante ela e demissível a qualquer momento. O mesmo foi feito em relação aos funcionários dos demais ramos da administração. A partir dos membros da Comuna, todos que desempenhavam cargos públicos deviam receber *salários de operários*. Os interesses criados e as despesas de representação dos altos dignitários do Estado desapareceram com os próprios altos dignitários. Os cargos públicos deixaram de ser propriedade privada dos testas de ferro do governo central. Nas mãos da Comuna concentrou-se não só a administração municipal, mas toda iniciativa exercida até então pelo Estado (Idem:72-73).

A Comuna realizou efetivamente a “separação da Igreja do Estado”, todas as “instituições de ensino foram abertas gratuitamente ao povo e ao mesmo tempo emancipadas de toda intromissão da Igreja e do Estado. Assim, não somente se punha o ensino ao alcance de todos, mas a própria ciência se redimia dos entraves criados pelos preconceitos de classe e o poder do governo”. Tais como os demais funcionários do Estado, “os magistrados e juízes deviam ser funcionários eletivos, responsáveis e demissíveis”. Observa ainda:

A grande medida social da Comuna foi a sua própria existência, o seu trabalho. Suas medidas concretas não podiam expressar senão a linha da conduta de um governo do povo pelo povo. Entre elas figuram a

abolição do trabalho noturno para os padeiros e a proibição penal da prática corrente entre os patrões de reduzir os salários impondo multas a seus operários sob os mais diversos pretextos, processo esse no qual o patronato reúne as funções de legislador, juiz e agente executivo e, além disso, embolsa o dinheiro. Outra medida desse gênero foi a entrega às organizações operárias, sob reserva de domínio, de todas as oficinas e fábricas fechadas, tanto no caso dos patrões terem fugido, como no caso de terem preferido suspender o trabalho (Idem:73-81).

A Comuna foi desagregada pela burguesia por meio de um banho de sangue, tortura, prisões, processos e expulsão dos rebelados. Entretanto, de maneira geral a AIT havia cumprido sua função essencial, de servir como instrumento de reorganização nacional e internacional do proletariado. Sua intervenção nos acontecimentos mais importantes da época, em particular na *Comuna de Paris*, representou um avanço, face à apatia reinante no período anterior. A presença da Internacional foi a expressão do caráter mundial da luta socialista e da classe fundamental da sociedade burguesa, qual seja o proletariado, também uma classe internacional.

Nas décadas seguintes, formaram-se os diversos partidos da classe operária em numerosos países. Diferentemente das burguesias nacionais que, apesar dos interesses comuns em torno da exploração da força de trabalho e da manutenção de sua dominação, se enfrentam numa concorrência encarniçada por mercados e por lucros, o proletariado é uma classe social que se construiu concomitantemente com o capitalismo industrial, produz a riqueza social específica da sociedade burguesa, através da extração e apropriação privadas da mais-valia e não pode se libertar completamente desse estado de submissão e alienação a não ser destruindo as bases de sua exploração, qual seja a propriedade privada.

Engels dizia: “O primeiro grande passo a ser dado em todos os países que tenham recentemente entrado em movimento é a constituição dos operários em partido político independente, não importando como, mas bastando somente que ele seja um partido operário distinto” (*Carta a Sorge*). O partido operário de base marxista, com apoio na experiência da Internacional, foi fundado por Wilhelm Liebknecht (1826-1900) e August Bebel (1840-1913), discípulos de Marx, em 1869. Não obstante, antes mesmo do partido marxista aparecer, Ferdinand Lassalle (1825-1864) havia fundado, em 1863, a União Geral dos Trabalhadores Alemães, da qual foi o primeiro dirigente. A primeira prova dos dois partidos se deu na Guerra Franco-Prussiana, contexto em que os partidários de Lassalle votaram a favor da concessão de créditos de guerra ao governo prussiano. Os marxistas, também chamados *eisenachianos*, colocaram-se contra os créditos, denunciando o caráter do conflito (guerra de conquista). Por conta de sua postura, os revolucionários foram processados e condenados à prisão.

As duas organizações operárias acompanharam a evolução de sua influência política no movimento proletário e sua força eleitoral ao longo dos anos seguintes. Para se ter uma ideia desse fato, nas eleições para o parlamento alemão (o *Reichstag*), de 1871, as duas agremiações obtiveram

mais de 100 mil votos, incrementados para 352 mil votos nas eleições de 1874. Os êxitos eleitorais dos socialistas não paravam de crescer: em 1887, receberam 763.200 votos e, em 1889, 1.427.128 votos.

No Congresso de Gota, de 1875, as duas organizações se unificaram, dando origem ao Partido Social-Democrata (*Sozialdemokratische Partei Deutschlands*) unificado da Alemanha. Evidentemente, a fusão de duas correntes como essas se deu a partir de um programa rebaixado. Marx criticou intransigentemente o oportunismo de membros do partido operário de Bebel e Liebknecht, num documento intitulado *Crítica ao Programa de Gota*, mostrando os recuos teóricos e programáticos do partido revolucionário com o objetivo de facilitar a unificação com os lassalleanos, recuo que beneficiava os setores reformistas do movimento socialista. O novo programa sacrificava o internacionalismo proletário em favor de uma emancipação dentro dos marcos do Estado nacional; a abolição do trabalho assalariado e de toda distinção de classe é substituída pela reivindicação de uma ajuda estatal típica do reformismo lassalleano.

O documento de Marx ficou retido pela direção, até que Engels, em 1891, resolveu publicá-lo na revista *Neue Zeit*, contra a vontade do grupo dirigente. Depois da análise do novo programa, Marx, claramente irritado com o oportunismo manifestado pelos dirigentes da social-democracia alemã, escreveu uma carta a W. Bracke, em 05 de maio de 1875, tecendo os seguintes comentários:

Rogo-lhe que, depois de lê-las, transmita as anexas observações críticas à margem do programa de coalizão a Geib, Auer, Bebel e Liebknecht, para que as vejam. Estou ocupadíssimo e vejo-me obrigado a ultrapassar em muito o regime de trabalho que me havia prescrito pelos médicos. Não foi, pois, para mim nenhuma ‘delícia’ ter que escrever uma tirada tão longa. Mas, era necessário fazê-lo para que depois os amigos do Partido aos quais são dirigidas estas notas não interpretem mal os passos que terei de dar. Refiro-me a que, depois de realizado o Congresso de unificação, Engels e eu tornaremos pública uma breve declaração fazendo saber que não estamos de acordo com o mencionado programa de princípios e que nada temos a ver com ele (1975:225).

De qualquer forma, iniciava-se nesse contexto, com o estouro da *Comuna de Paris* de 1871 e a construção dos partidos operários, a era das revoluções proletárias e, portanto, da organização do proletariado como partido político. Marx e Engels acompanharam as experiências do movimento operário do seu tempo e fizeram a crítica das principais concepções socialistas presentes, que influenciavam, de alguma forma, intelectuais, jovens e ativistas. O certo é que nas décadas que antecederam a explosão da Comuna de Paris e a formação dos partidos operários, intervieram as ideias e correntes socialistas. No *Manifesto Comunista*, Marx e Engels já tinham realizado uma crítica às principais tendências do socialismo da época, suas ideias, sistemas, projetos e programas que defendiam, além das ações que inspiraram.

Marx e Engels analisaram primeiramente as concepções e propostas dos socialistas utópicos das primeiras décadas do século XIX, como Robert Owen, Henri Sant-Simon, Charles Fourier e Villegardelle, que expressaram em suas obras de forma ainda embrionária as contradições da

sociedade capitalista em ascensão e a exploração das classes populares, indiferenciadas politicamente, conclamando pela boa vontade, racionalidade e sensibilidade moral dos homens esclarecidos da sociedade burguesa, rogando pela sua sabedoria e honestidade, com o objetivo de implantar sistemas socialistas previamente elaborados por estes pensadores nos interstícios da sociedade capitalista.

Os socialistas utópicos procuravam tirar de suas cabeças soluções ideais para as mazelas da população explorada, manifestamente advindas do modo de produção capitalista em desenvolvimento. Mas o faziam de um ponto de vista utópico, idealista, expressando os inconformismos latentes e desorganizados da classe operária, ainda em estado de formação e que dava os primeiros passos organizativos em sua luta contra os efeitos nefastos do processo de industrialização e das relações de exploração burguesas, como o desemprego, a superexploração da força de trabalho (inclusive infantil e de mulheres), a proibição do direito de associação, as longas jornadas de trabalho e a ausência de normas, que regulamentassem as relações entre capital e trabalho.

O socialismo, para utópicos, não era manifestação do processo histórico, das contradições capitalistas ou da mobilização e luta do proletariado, mas enunciação de seus esquemas teóricos, elaborados minuciosamente, postos à disposição dos homens de boa vontade do sistema para que os mesmos os aplicassem, por fora, portanto, do movimento operário. A classe operária não comparecia nesses sistemas utópicos de sociedade como uma classe lutadora, com uma potencialidade revolucionária, capaz, em suas lutas econômicas cotidianas, de lançar-se politicamente contra a exploração a que estava submetida. A classe operária era simplesmente uma classe que sofria as mazelas da industrialização. Apesar dos teóricos socialistas utópicos terem razão quando alertavam para os efeitos danosos do processo econômico na vida da população explorada, tiravam daí conclusões manifestamente utópicas, sem base histórica e sem o amparo de uma concepção científica da fonte da exploração capitalista. Mesmo as experiências isoladas do movimento operário localizadas em regiões e fábricas, colocadas em prática por Owen, por mais avançadas que fossem em sua época, não tiveram como prosperar.

Os socialistas anteriores a Marx sabiam das contradições e consequências sociais do capitalismo. Observavam a exploração, a miséria, as condições desumanas do proletariado, o desemprego, os processos de alienação, etc., mas não sabiam fundamentar de conjunto a fonte dessas contradições (da miséria das massas e da opulência do capital), nem conseguiam compreender que a superação do atual estado de coisas devia ser obra da classe operária, em aliança com os demais explorados. As tendências socialistas mais avançadas e que se encontravam ligadas ao movimento operário, ora degeneravam em socialismo de Estado (propunham projetos dependentes de financiamento estatal), ora despencavam para o golpismo (ações de grupos isolados,

como os blanquistas), ora se perdiam em propostas claramente adaptáveis à lógica da economia capitalista (como o banco do povo, a concessão de crédito, como os proudhonistas). Nenhuma destas perspectivas rompia inteiramente com o utopismo.

Diferentemente dos socialistas utópicos, cuja influência era ainda marcante nos movimentos sociais europeus, Marx e Engels não produziram projetos de sociedades perfeitas para serem construídas artificialmente pelos trabalhadores, por fora do movimento operário. Para Marx e Engels, o socialismo não era um projeto utópico de sociedade, nem uma experiência localizada, isolada ou conformada às regras da economia de mercado. Não se tratava de criar na cabeça sistemas socialistas perfeitos, acabados, prontos para serem executados. O socialismo, como teoria social, era produto da assimilação dos conhecimentos mais avançados que a humanidade havia produzido. Como movimento real, estava ligado indissoluvelmente às contradições da sociedade capitalista, que engendravam a necessidade de organização e resistência à exploração pela classe explorada, atualmente pela classe operária. Portanto, o socialismo não era para Marx e Engels um ideal de sociedade a ser atingido na teoria, na especulação filosófica. Era (e ainda é) a superação das atuais relações de produção, calcadas na propriedade privada e na exploração social.

Marx e Engels tomaram sempre o cuidado de não se perderem em divagações sobre uma sociedade socialista do futuro. Em geral, quando trataram desse tema, partiram sempre da análise das contradições e das possibilidades abertas pelo desenvolvimento da sociedade capitalista, como a ocorrência de crises cíclicas, o conflito entre as forças produtivas e as relações de produção, o caráter social da produção e apropriação privada dos produtos do trabalho, a concentração dos meios de produção e a centralização do capital em escala nacional e internacional, o papel do Estado na salvaguarda dos interesses do capital nos momentos de normalidade (garantindo a ordem, a infraestrutura e as condições legais para o funcionamento do sistema) e de crise, inclusive assumindo setores da atividade econômica, não explorados pelo capital, enquanto este estava impossibilitado de fazê-lo por sua conta e risco.

Lênin (1979:42-43), na obra *As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo*, fez uma síntese do socialismo científico:

se Marx concluiu pela transformação inevitável da sociedade capitalista em sociedade socialista, é inteira e exclusivamente a partir das leis econômicas do movimento da sociedade moderna. A socialização do trabalho, que progride sempre mais rapidamente de mil maneiras diferentes, e que, durante o meio século passado sobre a morte de Marx, se manifestou, sobretudo, por extensão da grande indústria, dos cartéis, dos sindicatos e dos *trustes* capitalistas, e também pelo imenso crescimento das proporções e do poder do capital financeiro, eis a principal base material do inevitável advento do socialismo. O motor intelectual e moral, o agente físico desta transformação, é o proletariado educado pelo próprio capitalismo. A luta do proletariado contra a burguesia, revestindo formas diversas e cada vez mais ricas de conteúdo, torna-se inevitavelmente uma luta política tendente à conquista do poder (“ditadura do proletariado”). A socialização da produção não pode deixar de culminar com a transformação dos meios de produção em propriedade social, numa “expropriação dos expropriadores”. O enorme aumento da produtividade do trabalho, a redução da jornada de trabalho, a substituição dos

vestígios, das ruínas da pequena propriedade primitiva e disseminada pelo trabalho coletivo aperfeiçoado, tais são as consequências desta transformação.

Neste sentido, a concepção de socialismo marxista se apoia inteiramente numa teoria da história e na análise crítica da sociedade burguesa atual, de suas contradições e das possibilidades de sua superação. Toda a obra de Marx e Engels, desde que fundaram o marxismo, foi no sentido de forjar uma teoria capaz de produzir os instrumentos políticos e organizativos e de compreender a realidade que se deseja transformar. E mais: a elaboração, aprofundamento e retificação da teoria se deram em consonância com a luta social. Essa teoria teve a sua síntese magistral em *O Capital* (1867), uma análise das tendências de desenvolvimento do modo de produção capitalista e da sociedade ainda não superada. Para Marx e Engels, nenhuma classe dominante deixa o poder sem opor resistência. Por isso, não acreditando nas saídas institucionais para o socialismo, por mais democrática que seja a organização estatal, cuidaram de organizar politicamente a classe operária, de construir o partido revolucionário do proletariado nos países. Mas não só isso: procuraram construir uma organização internacional capaz de interligar e unificar os esforços e concentrar a luta de classes do proletariado em escala mundial.

A classe operária é para Marx e Engels uma classe com potencialidades revolucionárias, capaz de confrontar o capital na sua raiz, nas bases de sua existência, a propriedade privada, a exploração da força de trabalho, a produção da mais-valia e a apropriação privada da riqueza socialmente produzida. As classes sociais são caracterizadas segundo o papel que cumprem no processo de produção e na organização social. O proletariado é, assim, a classe que se criou a partir do avanço do capitalismo industrial, tem sua existência articulada à do capital. Para destruir a sua condição de classe explorada, precisa superar as bases de sua exploração, o capital. Mas a classe operária deve construir, pela sua experiência, por suas reivindicações, as condições para esta transformação, quais sejam: a organização política e a consciência de classe. Sem as condições objetivas, acima descritas, e as condições subjetivas (organização e consciência) as situações revolucionárias se perdem em levantes desorganizados e espontâneos, passíveis de retrocessos, diante das pressões burguesas. A intervenção das ideias revolucionárias, por meio do partido marxista, é decisiva nesse processo de transformação da classe operária de “classe em si” a “classe para si”, do instinto de classe em consciência de classe, da luta econômica por reivindicações elementares em luta política contra o Estado, os governos e a exploração capitalista, que tem como fundamento a propriedade privada dos meios de produção.

Portanto, ao contrário dos socialistas utópicos, que apostavam nas boas intenções de membros das classes dominantes, Marx e Engels apostavam unicamente na força da classe operária e nos explorados como força motriz do processo histórico de transformação social. Segundo Lênin (Idem:56),

Marx e Engels foram os primeiros a mostrar que a classe operária e as suas reivindicações são um produto necessário do regime econômico atual que cria e organiza inevitavelmente o proletariado ao mesmo tempo em que a burguesia; mostraram que não são as tentativas bem intencionadas dos homens de coração generoso que libertarão humanidade dos males que hoje a esmagam, mas a luta de classes do proletariado organizado. Marx e Engels foram os primeiros a explicar, nas suas obras científicas, que o socialismo não é uma quimera, mas o objetivo final e o resultado necessário do desenvolvimento das forças produtivas da atual sociedade. Toda a história escrita até aos nossos dias foi a história da luta de classes, do domínio e das vitórias de certas classes sociais sobre outras. E este estado de coisas continuará enquanto não tiverem desaparecido as bases da luta de classes e do domínio de classe: a propriedade privada e a anarquia da produção social. Os interesses do proletariado exigem a destruição destas bases, contra as quais deve, pois, ser orientada a luta de classes consciente dos operários organizados. Ora, toda a luta de classes é uma luta política.

A revolução socialista é, portanto, a parteira da nova sociedade. É a mediação necessária para que o proletariado e os explorados possam se constituir como classe dominante e iniciar o processo tortuoso de construção das condições do comunismo. Nenhuma classe dominante entrega o poder de forma espontânea e sem resistência à classe dominada. Engels (2007:95) não deixa qualquer margem de dúvida:

Revolução Proletária, solução das contradições: o proletariado toma o poder político e, por meio dele, converte em propriedade pública os meios sociais de produção, que escapam das mãos da burguesia. Com esse ato redime os meios de produção da condição de capital, que tinham até então, e dá a seu caráter social plena liberdade para impor-se. A partir de agora já é possível uma produção social segundo um plano previamente elaborado. O desenvolvimento da produção transforma num anacronismo a sobrevivência de classes sociais adversas. À medida que desaparece a anarquia da produção social, vai diluindo-se também a autoridade política do Estado. Os homens, donos por fim de sua própria existência social, tornam-se senhores da natureza, senhores de si mesmos, homens livres.

Marx chamou o período de transição do capitalismo à nova sociedade de *ditadura do proletariado*, que significa, na verdade, a ampla democracia para a esmagadora maioria da população. Nas palavras de Marx: “Entre a sociedade capitalista e a sociedade comunista situa-se o período de transformação revolucionária da primeira para a segunda. A esse período corresponde um outro, de transição política, em que o Estado não pode ser outra coisa senão a ditadura revolucionária do proletariado”. Como a própria experiência das revoluções proletárias demonstraram, desde a Comuna de Paris passando pela maior delas, a Revolução de 1917, a conquista do poder pelo proletariado, na direção dos setores oprimidos, desencadeia uma forte reação por parte da burguesia nacional e das potências imperialistas, que tentam sucumbir o novo governo revolucionário.

Certamente, a expressão ditadura do proletariado pode, à primeira vista, causar furor aos mais fervorosos defensores da democracia abstrata. É que os pensadores liberais e os representantes políticos da burguesia sempre tentaram transformar a atual democracia eleitoral, parlamentar e representativa da sociedade capitalista em exemplo da democracia universal. Para Marx, a democracia só pode ser compreendida de um ponto de vista de classe, e a atual é apenas a forma

mais compatível e suave da ditadura do capital sobre o trabalho. Para Marx e Engels, não existe democracia como um valor universal, isto é, abstraída das condições concretas da luta de classes e da organização societária.

A democracia na sociedade capitalista é a forma por excelência da dominação burguesa, porque passa a impressão de que os trabalhadores e demais explorados são livres para decidir as suas vidas. Na verdade, a vida e o trabalho são controlados pelas relações sociais de produção, seus limites são estabelecidos pelas condições materiais de existência social. O Estado, as instituições e o direito estabelecem os limites, e as possibilidades jurídico-políticas às ações de indivíduos, grupos e organizações. Não à toa, a liberdade de expressão, de manifestação e de participação popular na forma democrático-burguesa encontra limites bem concretos nas condições de classe. O Estado, os poderes, as instituições políticas e os padrões só admitem a organização, a manifestação e as ações dos explorados na medida em que não afetam a dinâmica da sociedade e da produção. Logo que a organização e a luta dos trabalhadores, estudantes, camponeses e demais explorados colocam em dúvida a forma de dominação de classe, por mais democrática que seja, são respondidas com a repressão, da mais sutil a mais aberta. Todas as regras da democracia atual são feitas para estabelecer e regular as condições de exercício do poder e da participação formal da população, tendo como foco a manutenção das regras do jogo da sociedade capitalista e a proteção da propriedade privada.

As eleições possibilitam a alternância das frações da classe dominante e seus partidos no poder do Estado, processo esse condicionado pela intervenção do poder econômico. A própria burguesa se encarregou, ao longo do tempo, de aperfeiçoar a sua legislação eleitoral e política para estabelecer critérios ao reconhecimento de partidos e para a sua atuação parlamentar e eleitoral. Estabeleceu também as instituições necessárias para a aplicação dessas regras. Evidentemente, a burguesia procura assegurar, por meio do direito, que os partidos se conformem ao objetivo político de respeito às regras do Estado democrático de direito. Toda a engrenagem do direito, das instituições, do parlamento, dos governos e do Estado burguês se dirige a manter e aprofundar as ilusões das massas trabalhadoras na democracia formal e representativa da sociedade capitalista.

Periodicamente, os explorados são chamados a depositar o seu voto nas urnas e escolher, entre as alternativas colocadas, aqueles que gerenciarão, por meios dos seus partidos, o poder político nas várias instâncias do governo e do Estado. Por isso, historicamente, a intervenção dos marxistas nas eleições e no parlamento burguês é no sentido da *tribuna revolucionária*, ressaltada por Lênin em *Esquerdismo, doença infantil do comunismo*, na denúncia da exploração dos trabalhadores e demais oprimidos pelos capitalistas, na defesa das reivindicações vitais do proletariado e demais explorados, na potencialização das lutas dos diversos setores da classe trabalhadora, da juventude e do campesinato, na defesa da revolução proletária como meio para sepultar o capitalismo

decadente, tendo em vista a superação das ilusões nos governos e no Estado burguês e avançar na consciência política e na luta de classes.

A base do poder operário, portanto do domínio do proletariado, deve ser suas organizações (soviets, conselhos, assembleias, etc.) e os explorados têm dado prova da sua criatividade quando se trata de criar e recriar seus órgãos de luta e de poder. A experiência da luta de classes do proletariado e das revoluções socialistas também demonstrou a capacidade das classes exploradas de constituírem os seus organismos de lutas e de governo. O domínio do proletariado é a forma mais profunda da democracia proletária, no período em que se tenta reconstruir a sociedade, após a tomada revolucionária do poder, sob as novas bases, colocando a economia, a ciência, os conhecimentos, a técnica e as condições materiais a serviço das necessidades humanas. Assim sendo, a ditadura do proletariado não é o oposto da democracia proletária, assim como a democracia formal, nas condições econômico-sociais da sociabilidade burguesa, não é a antípoda da ditadura do capital sobre os trabalhadores, mas uma forma específica de exercício do poder político da classe dominante capitalista, através das instituições e do Estado democrático de direito.

A democracia proletária, que perpassará todas as artérias da forma de transição ao socialismo, deve ser a mais ampla, profunda e expansiva, criando efetivamente as condições para a determinação, pela esmagadora maioria do povo, dos destinos da sociedade, das necessidades a serem atendidas, das condições, processos, objetivos e resultados da produção social, enfim da organização da economia e das condições de trabalho. Os resultados a que chegaram a ciência, os conhecimentos e a técnica permitem aos indivíduos, em novas condições sociais, planejarem as atividades econômicas, de modo a garantir o exercício de ações conscientes, abrandar a atividade de trabalho e criar tempo livre para a realização de atividades mais nobres, do ponto de vista da realização das capacidades e aptidões humanas, como a arte, a ciência, a cultura, o conhecimento, o lazer e a convivência coletiva.

No caso dos países capitalistas atrasados, onde a burguesia sequer realizou as tarefas democráticas pendentes (como se deu nos países capitalistas avançados, as potências imperialistas, como EUA e Europa, onde ocorreram as revoluções democrático-burguesas), a tomada do poder pelo proletariado, na direção dos demais explorados (campesinato e pequena burguesia urbana arruinada), abre perspectivas não só para a realização das tarefas democráticas (reforma agrária, fim do latifúndio, industrialização generalizada, superação dos desequilíbrios regionais e do analfabetismo), como à expropriação dos monopólios industrial, financeiro, bancário e da terra, colocando as forças produtivas libertadas dos entraves capitalistas e coletivizadas a serviço das necessidades sociais.

O socialismo tem um caráter internacional. Engels (1980:133), no texto *Princípios do Comunismo*, escrito um pouco antes do *Manifesto Comunista* de 1848, respondendo à pergunta se seria possível o comunismo num único país, escreveu o seguinte:

Não. Ao criar um mercado mundial, a grande indústria trouxe já todos os povos da Terra, e especialmente os povos civilizados a uma relação tão íntima uns com os outros que ninguém é independente do que acontece aos outros. Além disso, ela tem coordenado o desenvolvimento social dos países civilizados a tal ponto que em todos eles a burguesia e o proletariado se tornaram as classes decisivas e a luta entre elas a grande luta do dia-a-dia. Segue-se que a revolução comunista não será meramente um fenômeno nacional (...). É uma revolução universal e terá conseqüentemente um alcance universal.²⁷

Não significa que a revolução acontecerá em todos os países ou em alguns deles ao mesmo tempo. A revolução pela sua forma é nacional, mas pelo seu conteúdo é internacional. O processo revolucionário socialista iniciado em um país deve se desenvolver na esfera internacional, sob pena de ser sufocado pelas forças imperialistas e pela economia capitalista mundial. Marx (2006:09), em março de 1850, em documento intitulado *Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas*, observou que, enquanto os partidos e setores democrático-burgueses desejavam encerrar as transformações sociais, econômicas e políticas no estreito limite em que obtêm concessões e vantagens no interior do sistema capitalista, os interesses e tarefas dos trabalhadores consistiam

em tornar a revolução permanente até que seja eliminada a dominação das classes mais ou menos possuidoras, até que o proletariado conquiste o poder do Estado, até que a associação dos proletários se desenvolva, não só num país, mas em todos os países predominantes do mundo, em proporções tais que cesse a competição entre os proletários desses países, e até que pelo menos as forças produtivas decisivas estejam concentradas nas mãos do proletariado. Para nós, não se trata de reformar a propriedade privada, mas de aboli-la; não se trata de atenuar os antagonismos de classe, mas de abolir as classes; não se trata de melhorar a sociedade existente, mas de estabelecer uma nova.

Como escreve Trotsky (1977:38),

A conquista do poder pelo proletariado não põe termo à revolução, inicia-a apenas. A construção socialista não é concebível senão com base na luta de classes, à escala nacional e internacional. Esta luta, em face da dominação decisiva das relações capitalistas no plano mundial, conduzirá inevitavelmente a erupções violentas, isto é, a guerras civis no plano interno e a guerras revolucionárias no plano externo. É nisto que consiste o caráter permanente da própria revolução socialista, quer se trate dum país atrasado que tenha acabado de atingir a sua revolução democrática, quer se trate de um velho país capitalista que tenha atravessado um longo período de democracia e parlamentarismo.

A revolução socialista não pode completar-se dentro de limites nacionais. Uma das causas essenciais da crise da sociedade burguesa resulta do fato de as forças produtivas, que esta criou, tenderem a transcender os limites do Estado nacional. Donde, por um lado, as guerras imperialistas e, por outro, a utopia dos Estados Unidos burgueses da Europa. A revolução socialista começa no plano nacional, desenvolve-se mais à escala internacional e completa-se à escala mundial. Assim, a revolução socialista

²⁷Também em *A Ideologia Alemã*, Marx e Engels (2002a: 33) ressaltam que o “proletariado só pode existir, portanto, em termos de história universal, assim como o comunismo, que é a sua conseqüência, só pode se apresentar enquanto existência ‘histórica universal’. Existência histórica universal dos indivíduos, em outras palavras, existência dos indivíduos diretamente ligados à história universal”.

torna-se permanente num sentido novo e amplo do termo: a sua conclusão só se verifica com a vitória definitiva da nova sociedade em todo o planeta.

Marx afirmou, a partir de todos os resultados a que chegou a sociabilidade atual, que a sociedade comunista poderia se apoiar na forma do *trabalho associado*, em que os trabalhadores teriam, concretamente, possibilidade de organizar, planejar, debater, executar e controlar todos os processos das relações de trabalho e da produção social. Portanto, o trabalho associado se caracteriza pela coletiva determinação dos processos em que se realizará o trabalho, a produção e a repartição da riqueza social. Mas não apenas isso. O trabalho associado, sob a forma da cooperação entre os trabalhadores, terá condições de aprofundar a participação e controle efetivo pelo conjunto da sociedade, através de suas organizações sociais, de todo o evoluir da vida social e econômica.

Trata-se de uma transformação radical (pela raiz) da forma atual do trabalho, o trabalho assalariado, das relações de produção e apropriação dos produtos do trabalho e dos meios sociais de produção. Sob a forma do trabalho associado, os produtos do trabalho humano, na relação metabólica com a natureza, não só serão postos conscientemente, mas a sua finalidade será proporcionar aos indivíduos e à coletividade a satisfação das suas necessidades essenciais, a progressiva redução do tempo socialmente necessário para a produção total, bem como o direcionamento do tempo livre e das nossas energias para a realização dos humanos, como seres *omnilaterais*.

É preciso, no entanto, ter clareza que nenhuma crise do capitalismo, por mais profunda que seja, levará mecanicamente a sociedade ao socialismo. Sobre isto Trotsky (1994:62-65) observa:

A primeira e mais importante premissa de uma situação revolucionária é a exacerbação intolerável das contradições entre as forças produtivas e as formas de propriedade. A nação deixa de avançar. A freada do desenvolvimento da potência econômica e, mais que isso, sua regressão significativa que o sistema capitalista de produção desgastou-se por completo e deve dar lugar ao sistema socialista.

A crise atual, que abrange todos os países e atrasa a economia em dezenas de anos, empurrou definitivamente o sistema para o absurdo. Se no início do capitalismo operários famintos e ignorantes destruíram as máquinas, agora quem destrói as máquinas são os próprios capitalistas. De agora em diante, a manutenção da propriedade privada dos meios de produção ameaça a humanidade com a barbárie e a degeneração.

A base da sociedade é sua economia. Esta base está madura para o socialismo em um duplo sentido: a técnica moderna alcançou um nível tal que poderia assegurar um elevado bem-estar ao povo e a toda a humanidade; mas a propriedade capitalista, que sobrevive, condena os povos a uma pobreza e sofrimentos cada vez maiores.

A premissa fundamental, econômica, do socialismo existe desde muito tempo. Mas o capitalismo não desaparecerá de cena por si mesmo. Somente a classe operária pode arrancar as forças produtivas das mãos dos exploradores que as estrangulam. A história nos coloca esta tarefa de forma aguda. Se o proletariado se encontra, por esta ou aquela razão, incapaz de derrotar a burguesia e tomar o poder; se está, por exemplo, paralisado por seus próprios partidos e sindicatos, o declínio da economia e da civilização continuará, as calamidades serão acrescentadas, o desespero e a prostração se apoderarão das massas e o capitalismo – decrépito, corrompido, apodrecido – estrangulará os povos, cada vez com mais força, arrastando-os para o abismo de novas guerras. Não há salvação fora da revolução socialista.

Inicialmente, o presidium da Internacional Comunista tende explicar que a crise, iniciada em 1929, era a última crise do capitalismo. Dois anos depois, Stalin declarou que a crise atual, “provavelmente”, ainda não é a última. Do lado socialista encontramos a mesma intenção de profecia: é ou não a última crise? “É imprudente afirmar – escreve Blum em *Le Populaire* de 23 de fevereiro – que a crise atual é como um espasmo supremo do capitalismo, o último sobressalto antes da agonia e decomposição”. É o mesmo ponto de vista de Grumbach, que afirmou em Mulhose, no dia 26 de fevereiro: “Alguns afirmam que esta crise é passageira; outros veem nela a crise final do sistema capitalista. Ainda não nos atrevemos a nos pronunciar definitivamente”.

Nesta forma de colocar a questão há dois erros cardinais: em primeiro lugar, se mistura a *crise conjuntural* com a *crise histórica de todo o sistema capitalista*; em segundo lugar, admite-se que, *independentemente da atividade consciente das classes*, uma crise pode, *por si mesma*, ser a “última crise”.

Sob a dominação do capital industrial, na época da livre competição, os ascensos conjunturais ultrapassavam de longe as crises; os primeiros eram a “regra”, os segundos a “exceção”; o capitalismo, em seu conjunto, estava em ascensão. Desde a guerra, com a dominação do capitalismo financeiro monopolista, as crises conjunturais ultrapassam de longe os reanimamentos; pode-se dizer que as crises se converteram em regra e os ascensos em exceção; o desenvolvimento econômico, em seu conjunto, não cresce, decai.

No entanto, as oscilações conjunturais são inevitáveis e, mesmo com o capitalismo doente, vão perpetuar-se enquanto ele existir. E o capitalismo vai perpetuar-se enquanto não se realizar a revolução proletária. Esta é a única resposta correta.

O revolucionário proletário deve compreender, antes de tudo, que o marxismo, única teoria científica da revolução proletária, nada tem em comum com a espera fatalista da “última” crise. Por sua própria essência, o marxismo é um guia para a ação revolucionária. O marxismo não ignora a vontade e a coragem, ajuda-as a encontrar o caminho justo.

Não há nenhuma crise que, por si mesma, possa ser “mortal” para o capitalismo. As oscilações da conjuntura criam somente uma situação na qual será mais fácil ou mais difícil para o proletariado derrotar o capitalismo. A passagem da sociedade burguesa para a sociedade socialista pressupõe a atividade de pessoas vivas, que fazem sua própria história. Não a fazem por acaso nem segundo seu gosto, mas sob a influência de causas objetivas determinadas. Entretanto, suas próprias ações – sua iniciativa, sua audácia, sua devoção ou, pelo contrário, sua estupidez e sua covardia – entram como elos necessários na cadeia do desenvolvimento histórico.

Ninguém, contou as crises do capitalismo nem indicou de antemão qual será a “última”. Mas toda a nossa época, e sobretudo a crise atual, dita imperiosamente ao proletariado: *Tome o poder!* Se o partido operário, apesar das condições favoráveis, se mostra incapaz de levar o proletariado à conquista do poder, a vida da sociedade continuará, necessariamente, sobre bases capitalistas, até uma nova crise ou uma nova guerra, talvez até o desmoronamento completo da civilização europeia.

Hoje, mais do que no século XIX, quando Marx e Engels escreveram suas teses sobre o socialismo, as possibilidades colocadas para a superação da sociedade capitalista são incomparavelmente mais nítidas. Daí a atualidade do pensamento marxista, no que se refere à compreensão das tendências atuais como da materialização da superação da forma capitalista de se organizar a sociedade, pelos explorados, no seio dos quais deve atuar a militância socialista. Da discussão sobre as condições materiais, a luta de classes e o socialismo, podemos dizer então:

a) as desigualdades econômico-sociais geradas pelas contradições da sociedade capitalista levam os explorados, em particular, a classe operária, a se organizar e lutar por condições mais favoráveis de vida e trabalho, contra a exploração burguesa. Nessa luta, os explorados constroem suas organizações (associações, sindicatos, partidos, internacionais, etc.) e formas de luta (greve, manifestações, ocupações, piquetes, etc.), além dos seus canais de expressão ideológica (jornais,

revistas, etc.). Em princípio, a luta operária toma um caráter economicista e sindical, de reivindicação de direitos e conquistas no marco do capitalismo, tendo em vista apenas limitar as formas de exploração social à qual os trabalhadores estão submetidos, mas não questiona o sistema de assalariamento enquanto tal, as causas de sua exploração e miséria, portanto, não coloca em primeiro plano a própria superação do modo de produção capitalista;

b) a experiência da luta operária, a intervenção das ideias socialistas revolucionárias contra a propriedade privada e a exploração de classe, a difusão da revolução proletária como tarefa a ser cumprida para a superação completa da exploração, que o capital impõe aos explorados, a formação das organizações políticas, opera a fusão das ideias revolucionárias com o movimento operário e socialista, criando as condições para a transformação da luta puramente econômica em luta política aberta contra os capitalistas;

c) o socialismo, como diz Marx, é a expressão do movimento histórico que se traduziu na sociedade capitalista, com suas contradições internas, e no advento da classe operária, como classe com potencial revolucionário, capaz em conjunto com os demais explorados de confrontar o capital e superar definitivamente o capitalismo. Neste sentido, o socialismo não é nem um ideal utópico a se atingir, nem muito menos um projeto arquitetado nas cabeças de bem pensantes engenheiros sociais, como ocorria com os socialistas utópicos pré-marxistas, mas produto das contradições geradas pelo próprio modo de produção capitalista, cujo conflito histórico entre as forças produtivas e as relações de produção requer um desenlace através da revolução social. O desenvolvimento da ciência e da técnica, por outro lado, fortalece a necessidade da revolução e a viabilidade de outra formação social: o socialismo;

d) Marx e Engels batalharam a vida toda, desde que se tornaram socialistas, para organizar politicamente a classe operária em partido político de novo tipo, de caráter proletário e socialista, que tenha como objetivo estratégico a luta pela superação da propriedade privada dos meios de produção e a construção da sociedade socialista, sem classes sociais e sem exploração do homem pelo homem. Da mesma forma, lutaram permanentemente pela constituição de uma organização internacional dos trabalhadores, fundando, junto com outros militantes, a Primeira Internacional e, no caso de Engels, também a Segunda Internacional.

Capítulo VII

O desenvolvimento e a influência do marxismo

Esta concepção desde o seu aparecimento na Miséria da Filosofia de Marx e no Manifesto Comunista, tem atravessado um período de incubação de mais de vinte anos, até este momento em que, com a apresentação d'O Capital, ela alcançou regiões cada vez mais distantes, e, hoje, já fora das fronteiras da Europa, prende a atenção em todos os países em que há proletários e cientistas imparciais (Engels, *Prefácio à segunda edição do Anti-dühring*)

Depois de analisar os elementos essenciais da teoria social marxista no capítulo VI, é oportuno agora falar da influência e do desenvolvimento desta teoria em estrita unidade com a evolução do movimento operário e das lutas sociais travadas durante e depois da vida de Marx e Engels. Neste sentido, torna-se axial observar o seguinte: como se deu a influência do marxismo nas lutas sociais dos explorados? Que embates os marxistas tiveram de enfrentar no seio do operariado na defesa da teoria revolucionária? Que contribuições foram dadas posteriormente à morte de Marx e Engels à teoria marxista? Quais as perspectivas de avanço teórico-prático que se apresentam hoje?

Como dissemos anteriormente, Marx e Engels foram os fundadores da concepção de história e da crítica da sociedade burguesa, que conhecemos pela alcunha de *marxismo*. Durante quarenta anos de uma trajetória comum, os dois teóricos e revolucionários elaboraram os fundamentos de sua teoria, a partir da crítica e da superação dialética das posições filosóficas, políticas e econômicas anteriores. Assimilaram o melhor do conhecimento científico do seu tempo e produziram uma análise contundente da sociedade burguesa. Munidos do materialismo histórico e da dialética, não se limitaram à explicação das relações capitalistas de produção, procuraram compreender as possibilidades de ultrapassagem desta formação social e da construção do socialismo. Por isso, estudaram com veemência a experiência dos acontecimentos históricos e do movimento operário, tirando daí lições indeléveis.

Articulando uma rigorosa teoria científico-filosófica à prática revolucionária, no movimento operário, tentaram qualificar, dentro de suas limitações, as formas de organização e de lutas operárias. Compreenderam que só a prática revolucionária, guiada por uma concepção crítica e justa, poderia imprimir transformações profundas na sociedade, através da luta dos movimentos sociais, em particular do movimento do operariado, pela contradição fundamental entre capital e trabalho na atual forma de sociabilidade. Em meados dos anos 1840, Marx formou ainda muito jovem um *Comitê de Correspondência Comunista* para aproximar militantes socialistas e organizações políticas e socializar as experiências isoladas em diversos países da Europa e de outros continentes.

Marx e Engels intervieram na *Liga dos Justos*, esforçando-se para que a mesma se constituísse como uma genuína organização proletária, logrando a sua transformação na *Liga dos Comunistas*, em 1847-48, agora com um programa claramente socialista de destruição da propriedade privada

dos meios de produção, de conquista de uma sociedade baseada na propriedade coletiva e na associação de produtores livres. Esforçaram-se por erguer uma organização internacionalista do proletariado, criando, com muitos outros socialistas, a Associação Internacional dos Trabalhadores, a *Primeira Internacional*, em 1864.

Convictos do decisivo papel do partido para a organização da militância, elaboração teórica e intervenção entre os explorados, incentivaram a estruturação de partidos revolucionários em países da Europa, destacando-se, à época, o Partido Social-Democrata Alemão. Acompanharam a evolução, as dificuldades, conquistas e polêmicas no interior do movimento operário e procuraram retificar o programa, as consignas e a intervenção dos revolucionários. Portanto, ainda em vida, Marx e Engels presenciaram a sua concepção de história e de sociedade influenciar indivíduos, grupos e organizações. Observaram o silêncio da academia em relação as suas teorias científicas sobre a história e a sociedade burguesa e enfrentaram o ataque de intelectuais da direita e os desvios dos de esquerda, particularmente quando tinham algum rebatimento no movimento social e nas organizações políticas do proletariado.

De fato, o marxismo foi progressivamente ampliando a sua influência nas lutas sociais e na discussão científica e filosófica em diversos países. Esta influência se refletia no interesse de inúmeros militantes no estudo e no debate da nova concepção de sociedade, de homem e do conhecimento. As obras de Marx e Engels começaram a ser traduzidas para várias línguas. O *Manifesto Comunista* foi traduzido para o russo em 1869. *O Capital* foi traduzido para o russo, o francês e inglês. O livro *Do socialismo utópico ao socialismo científico*, composto de capítulos da obra *Anti-Dühring*, de Engels, tornou-se um manual popular de iniciação à teoria marxista e foi traduzido para o francês. Mas esta difusão do conjunto da obra de Marx e Engels não se deu de forma simultânea, nem igual.

Segundo Ernest Mandel (2001:88),

As obras de Marx e Engels tiveram uma difusão muito desigual e bastante dessincronizada. Alguns escritos tiveram um impacto relativamente rápido e amplo, principalmente o *Manifesto Comunista*, traduzido em numerosas línguas e difundido em dezenas, depois centenas de milhares de exemplares (foi, entretanto, preciso esperar pelas décadas de 1920 e 1930 para que essa difusão se universalizasse e as cifras se contassem aos milhões). O primeiro volume de *O Capital* também teve uma difusão relativamente rápida em numerosas línguas, se bem que em uma escala bem mais reduzida do que o *Manifesto Comunista*, contando-se geralmente em alguns milhares, e não em milhões, o número de exemplares em cada língua. A difusão de praticamente todas as outras obras, com a possível exceção do *Anti-Dühring*, de Engels, foi bastante desigual e bem mais restrita.

O mesmo autor salienta que

algumas das principais obras de Marx e Engels foram publicadas pela primeira vez, inclusive em sua língua original – o alemão -, com grande atraso. A *Crítica ao Programa de Gotha* e os volumes II e III de *O Capital* apareceram apenas vinte anos após sua redação. *A Ideologia Alemã* e os *Grundrisse*, mais de 80 anos após terem sido escritos. Assim, três gerações sucessivas de marxistas não puderam ter uma

adequada visão de conjunto da doutrina de Marx e Engels, no mínimo por falta de informações e dados. Notemos que em nossos dias ainda restam manuscritos inéditos de Marx. O último de seus grandes textos econômicos foi publicado apenas em 1983 (Idem:88-89).

E o mais interessante: nem todos os grandes revolucionários do final do século XIX e da primeira metade do século XX, como, por exemplo, V. I. Lênin, Leon Trotsky, Karl Kautsky, Rosa Luxemburgo, entre tantos, tiveram a possibilidade histórica de ter acesso à totalidade dos escritos de Marx e Engels. Lembremos que os manuscritos de obras como *A ideologia alemã*, *Manuscritos Econômico-filosóficos* e *Grundrisse* só vieram a lume no século XX, os dois primeiros em 1932, o terceiro em 1939-1941, publicados pelo *Instituto Marx-Engels* de Moscou. O advento desses textos no período histórico de aprofundamento da burocratização na União Soviética e de desencanto de inúmeros intelectuais e ativistas com o que se passava por lá haveria de causar muita polêmica e debate. E de fato se passou dessa forma.

Pois bem, os primeiros avanços evidentes do crescimento da influência marxista no movimento operário e socialista ocorreram com a fundação do Partido Social-Democrata (*Sozialdemokratische Partei Deutschlands*), em 1869, na Alemanha, sob a força política da Primeira Internacional. Também no âmbito desta organização, as ideias marxistas penetraram profundamente e alcançaram vitórias importantes na articulação dos movimentos nacionais em escala mais ampla. Os marxistas alemães expandiram sua influência política, sindical e eleitoral. Nomes importantes como August Bebel, Wilhelm Liebknecht, e, mais adiante, Karl Kautsky e Eduard Bernstein constituíram uma geração de teóricos formados na tradição marxista, embora tenha uma parte deles, mais tarde, se convertido ao reformismo e ao revisionismo. A revista teórica do partido, de nome *Die Neue Zeit* (O Novo Tempo), publicava as principais ideias e análises dos revolucionários alemães.

É também na Alemanha, como dissemos, que os primeiros passos do revisionismo e reformismo se tornaram mais nítidos. Quando Marx ainda era vivo, deu-se o processo de unificação da organização operária dirigida por Lassalle e o partido revolucionário de orientação marxista, no Congresso de Gota, de 1875. Para que a unificação se efetivasse, os revolucionários concordaram em reformular o programa da organização nascente, para adaptá-lo às novas condições criadas pela fusão. O programa de Gota tomou um destino cruel: em teoria era revolucionário, embora conciliasse com as posições reformistas dos discípulos de Lassalle; concretamente abria possibilidades para a atuação reformista da militância, em particular dos parlamentares e da atividade sindical.

Como se disse, Marx realizou uma crítica mordaz do novo programa, que fazia concessões teóricas e práticas ao reformismo, em texto chamado *Crítica ao Programa de Gota*, publicado somente em 1891, por iniciativa de Engels. No campo da atuação sindical, aprofundou-se o reformismo. Os reformistas eram adeptos de uma atividade economicista (restrita às reivindicações sindicais) à frente dos sindicatos e de uma intervenção parlamentar circunscrita à conquista de

reformas no interior do capitalismo, sem questionar, portanto, as bases da exploração burguesa e a propriedade privada. Nessa frente, destacaram-se militantes social-democratas como Legien, Schmidt e Umbreit. Apesar disso, nenhum dos teóricos do partido chegou, nesse primeiro momento, a desenvolver uma teoria crítica contra o marxismo revolucionário.

No final do século XIX e começos do século XX, reforçaram-se as tendências reformistas e revisionistas na esfera do Partido operário alemão, a partir de socialistas como Vollmar e, mais adiante, Eduard Bernstein (1850-1932). Logo depois da morte de Engels começou uma polêmica no interior do partido alemão sobre a necessidade de adaptar a teoria social marxista às novas necessidades e transformações, que, supunha, teriam mudado completamente a realidade e a essência societária anteriores, da época dos fundadores do marxismo. Bernstein escreveu um opúsculo intitulado *Socialismo Evolucionário: os pressupostos do socialismo e as tarefas da social-democracia (Die Voraussetzungen des Sozialismus und die Aufgaben der Sozialdemokratie)*, em que formulava claramente a posição revisionista e reformista, adaptada à democracia burguesa, ao Estado e ao parlamento, abandonando a estratégia da revolução socialista.

Para ele, as teses marxistas da exploração e pauperização das massas proletárias, da revolução social e da ditadura do proletariado tinham sido superadas por mudanças econômicas, sociais e políticas do final do século XIX. Alegava como prova os êxitos eleitorais dos socialistas, a eleição de vários parlamentares, a reforma na legislação do trabalho, o reconhecimento pelo Estado do direito às associações, bem como a elevação do nível de vida da classe média. Em síntese, Bernstein defendia que a constituição de uma robusta classe média nos países mais avançados da Europa e o fortalecimento eleitoral dos socialistas, em particular na Alemanha com a ação do Partido Social-Democrata Alemão, teriam aberto uma nova perspectiva para o movimento dos trabalhadores, no sentido de abandonar as anteriores formas de lutas e centrar-se na atividade meramente parlamentar, eleitoral e institucional para alcançar a realização de reformas pelo Estado.

Os marxistas deveriam, para se adaptar às necessidades do capitalismo em intensas transformações, deixar de lado o horizonte revolucionário e fixar-se na busca da humanização do capital em favor das classes sem posses. O aprofundamento da democracia, com a conquista de reformas parciais e a ação parlamentar, seria a via para se chegar gradualmente ao socialismo, sem rupturas violentas no sistema. Não à toa, o livro de Eduard Bernstein, *Socialismo Evolucionário* continua sendo uma fonte valiosa para a social-democracia adaptada ao regime burguês. Tornou-se um instrumento de combate ao marxismo revolucionário e à luta social nas mãos dos ideólogos da burguesia, durante o século XX em todos os continentes.

Como mostramos antes, no mesmo ano, em 1899, Thomas Masaryk já falava de uma suposta “Crise do Marxismo” (Hofmann, 1984:183). As posições de Bernstein se casavam claramente com o reformismo de cátedra (apelo à ética), de Gustav Schmoller (1838-1917), Albert Scäffle (1831-

1903) e Heinrich Herkner (1863-1932), o socialismo de estado (apelo ao poder público para que realizasse reformas) de Carl Rodbertus (1805-1875) e Wagner (1835-1917), a escola jurídico-social de Rudolf Stammler (1856-1938) e Karl Diehl (1864-1943), o liberalismo social de Lujo Brentano (1844-1931) e o socialismo nacional de Friedrich Nauman (1860-1919). Fora esses autores e correntes, as posições reformistas e revisionistas de Bernstein dão vazão ao reformismo de Jean Jaurès (1859-1914) e o fabianismo de Sidney (1859-1947) e Beatrice Webb (1858-1943).

Nesta época, Karl Kautsky, Rosa Luxemburgo (1871-1919), Franz Mehring (1846-1919) e Lênin (1854-1924) assumiram a defesa da teoria revolucionária contra o revisionismo e o oportunismo de Eduard Bernstein. Coube, portanto, aos marxistas estudar com profundidade a nova conformação do capitalismo e as transformações ocorridas do final do século XIX ao início do século XX, análises que resultaram em obras fundamentais para a atualidade, quais sejam: V. I. Lênin, *Imperialismo: fase superior do capitalismo* e *A Acumulação do Capital e Reforma ou Revolução?* de Rosa Luxemburgo.

Só então foi possível desfazer os equívocos cometidos pelo empirismo de Bernstein e expressar do ponto de vista teórico-prático as reais determinações do capitalismo monopolista, época de guerras, revoluções e contrarrevoluções. Evidentemente, o rastro de confusão e o tempo enorme gasto no debate das ideias de Bernstein no partido operário alemão, com reflexos no movimento internacional, despertaram a consciência de que o método de elaboração das ideias marxistas, em consonância com o processo real, é indispensável em qualquer discussão séria, comprometida com a luta socialista.

Os processos sociais, políticos e econômicos do capitalismo se encarregaram de pôr à prova as análises de Bernstein. O capitalismo, de fato, passava por transformações profundas, mas não no sentido indicado pelo social-democrata. O que ocorria, na verdade, era a centralização e concentração dos capitais e meios de produção em poucas mãos; a livre concorrência gerava, contraditoriamente, a formação de grandes monopólios que, por outro lado, acirravam a concorrência, a emergência do capital financeiro (como fusão do capital bancário e do capital industrial), a dominante exportação de mercadorias se combinava com a exportação crescente de capitais, a corrida armamentista das potências mundiais e o conflito em torno de uma nova repartição dos mercados de consumo em todo o globo causavam ebulição e expressavam o advento de uma guerra mundial de grandes proporções.

Com suas posições, Bernstein expunha não só sua negação do método do materialismo histórico, mas, particularmente, professava aquilo que estava por trás de sua iniciativa: a adesão ao capitalismo como limite insuperável para os trabalhadores, refletindo, no interior do movimento operário, as pressões dos interesses da pequena-burguesia de realizar suas aspirações no interior da ordem do capital, consolidando posições mais vantajosas em detrimento das condições reais de vida

e trabalho da classe operária, cada vez mais oprimida e distante das condições de vida da classe capitalista, que a explora e a mantém sob seu controle ideológico-político. Não só aumentava o fosso entre o conjunto dos assalariados e a classe dominante, como o capitalismo expressava cada vez mais o conflito entre o desenvolvimento das forças produtivas e o seu encarceramento nas relações capitalistas de produção, cuja expressão jurídica é o direito de propriedade privada. Esta se tornara, de fato, um obstáculo ao avanço pleno das forças produtivas mundiais.

O advento de duas guerras mundiais na primeira metade do século XX, a morte de milhões de indivíduos, a destruição de vários países, a reorganização dos campos de influência das potências político-econômicas, passando os Estados Unidos à linha de frente da economia mundial, a crise econômica e financeira, que arrasou as finanças internacionais e a erupção de revoluções de transcendência mundial, como a Revolução Russa de 1917 e a Revolução Alemã de 1919, acompanhadas de uma série de lutas internacionais mostraram não só a atualidade das análises marxistas sobre as contradições da sociedade burguesa e a revolução proletária, como levaram à crítica (embora temporária, pois as concepções pequeno-burguesas se fortaleceriam com a crise posterior do stalinismo) no seio do movimento operário de teorias pequeno-burguesas, como as de Bernstein, que em nada favoreciam a compreensão da história e das tarefas revolucionárias da época.

Portanto, o reformismo e revisionismo se manifestaram no quadro da Segunda Internacional. Ela foi fundada em 1889, em Paris, sob a inspiração marxista. Esta organização foi extremamente importante na mobilização da classe operária e na difusão da teoria marxista. A maior autoridade do marxismo, no âmbito da Internacional, era inconfundivelmente Karl Kautsky. São dele as tentativas de popularizar a teoria marxista entre a juventude e o operariado. Suas obras, entre as quais se destacaram *A Doutrina Econômica de Marx* e *O Programa de Erfurt* se constituíram em instrumento, através do qual se sumariavam as principais ideias da concepção marxista de sociedade. Logicamente, a popularização da teoria social foi acompanhada de uma simplificação teórica da concepção materialista da história, às vezes mescladas com o evolucionismo natural, em desfavor do caráter dialético do marxismo. Era o preço que tinham de pagar, pensava-se, para que as ideias marxistas deixassem o reduto de grupos isolados, como ocorriam com as organizações e concepções anteriores às de Marx, para se tornar um instrumento potente nas mãos das massas de operários.

Os aspectos negativos desta questão foram a acomodação dos revolucionários às sínteses apressadas das teses marxistas, que muitas vezes tinham um viés determinista e catastrófico do capitalismo, secundarizando a ação política e a iniciativa revolucionária do partido operário, na organização, mobilização e desenvolvimento das condições subjetivas, necessárias ao processo revolucionário, que tiveram de ser compensadas com o esforço teórico da militância mais dedicada

à causa socialista de aprimorar, elevar e atualizar a teoria, colocando-a a altura dos acontecimentos econômicos, sociais e políticas do final do século XIX e começo do século XX, mantendo-se intacto o método marxista de investigação da realidade e o seu caráter revolucionário.

A Segunda Internacional realizou ao longo de sua existência oito congressos, quais sejam: Bruxelas (1891), Zurique (1893), Londres (1896), Paris (1900), Amsterdã (1904), Stuttgart (1907), Copenhague (1910) e Basileia (1912). O período de maturação da Segunda Internacional é marcado pelo fortalecimento de tendências reformistas e revisionistas no interior do movimento socialista, nos sindicatos e na ação política parlamentar. Além de Bernstein, eram os casos Victor Adler na Áustria, Branting na Suécia, Stauning na Dinamarca, Anseele e Vandervelde na Bélgica, Troelstra nos Países Baixos, entre outros.²⁸ Prova disso foi a integração de militantes socialistas em ministérios e governos burgueses, como ocorreu em 1898, com a participação de Millerand no governo Waldeck-Rousseau, e, em 1906, com Viviani e Briand, além de Bissolati, na Itália.

Por outro lado, o esgotamento do capitalismo de livre concorrência e o avanço do capitalismo monopolista e do capital financeiro concorreram para as iniciativas das potências de redimensionar a divisão de mercados e o armamentismo. A questão da possibilidade de uma guerra de dimensões jamais vista, assim como a posição dos socialistas em face do conflito nunca foram unânimes, na Segunda Internacional. No seu interior se expressaram posições a favor do internacionalismo proletário, mas também refletiam as pressões do patriotismo e do nacionalismo burguês, mascarando-se os interesses contraditórios entre os explorados e os exploradores (capitalistas) em função de uma pretensa unidade nacional e da defesa dos interesses patrióticos.

Desde o Congresso de Stuttgart, em 1907, o problema bélico retornava frequentemente à discussão, confrontando-se posições contrárias à guerra e a favor do espírito internacionalista e as posições dúbias, que ora enalteciam a luta de classes, ora exaltavam o fervor patriótico. Diante das posições divergentes, o Congresso de Stuttgart aprovou uma resolução, proposta por August Bebel e emendada por Rosa Luxemburgo, V. I. Lênin e Martov, que estabelecia uma postura firme contrária ao militarismo e à guerra imperialista. Caracterizava a guerra que se aproximava como produto das contradições capitalistas e das divergências e interesses dos grupos imperialistas, apoiados por seus governos nacionais, em torno dos mercados, das matérias-primas e da exploração de colônias e semicolônias.

A Segunda Internacional colocava como dever dos socialistas, no movimento operário ou no parlamento, posicionar-se contra a guerra, desmascarando o seu caráter de classe. A tarefa consistia, pois, em preparar a consciência política e a organização da classe operária contra a guerra. Era

²⁸Mandel (2001:94) diz que, nesta primeira onda de reformismo e revisionismo, apenas “Bebel na Alemanha, Guesde na França e Sem Katayama no Japão mantiveram durante esse período a coerência mais intransigente diante da teoria e da prática revisionistas. Mas essa intransigência desaparece para Bebel e Guesde logo após a Revolução Russa de 1905, mais ou menos em 1910 (Guesde torna-se ministro no governo de coalizão burguesa chamado de “união sagrada” em 1914). Apenas Katayama continua sendo um marxista intransigente”.

preciso também utilizar todos os meios necessários para evitar que a guerra iniciasse. Se a mesma ocorresse, caberia à militância revolucionária atuar para que cessasse o mais rapidamente possível e aproveitar as consequências da crise econômica e política para preparar, organizar e sublevar as massas, precipitando a tomada do poder e a queda do regime capitalista.

Resoluções parecidas foram adotadas nos congressos que antecederam a guerra. Porém, nas vésperas da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), precisamente em 1914, os sentimentos nacionalistas e patrióticos se fortaleceram no interior da Segunda Internacional, fazendo com que socialistas de vários países apoiassem a aprovação, nos parlamentos, de créditos de guerra aos governos burgueses, a fim de financiar a participação dos países na guerra imperialista. Kautsky, o maior teórico da social-democracia internacional à época, assumiu diante da ameaça da guerra mundial imperialista uma postura claramente a serviço das burguesias nacionais belicistas e, daí em diante, desenvolveu cada vez mais uma linha revisionista e reformista. Colocou-se contra o Estado soviético nascente e combateu os revolucionários russos. A postura contrária ao internacionalismo proletário e à luta de classes de inumeráveis socialistas ocasionou a desmoralização e a posterior desagregação da organização internacional proletária. Era o fim da Segunda Internacional, como um instrumento de conscientização e organização revolucionária dos trabalhadores.

Fora da Alemanha, o marxismo floresceu em outros países como França, Itália, Rússia, Áustria, Grã-Bretanha e Estados Unidos. Também se difundiu na América Latina. Foi precisamente em Paris que ocorreu a fundação da Segunda Internacional, em 1889. Após o banho de sangue que se seguiu à derrota dos *comunards*, em 1871, as prisões, processos, expulsões e perseguições que foram efetivados pelo Estado burguês reconstituído pela classe dominante francesa, com a destruição da Comuna de Paris, até praticamente 1876, o movimento operário francês se manteve inerte, sendo que neste ano o proletariado despertou da longa noite de sono, realizando o Primeiro Congresso Sindical. Mesmo após a retomada dos movimentos, só depois de 1884 é que os trabalhadores franceses puderam organizar os sindicatos de forma legal. O Partido Operário francês foi criado em 1880-1881 sob a direção de Jules Guesde e Paul Lafargue (1841-1911). Marx teve uma participação importante na constituição desse partido, auxiliando diretamente os seus expoentes na elaboração do programa revolucionário.

Na França havia uma tradição quanto à influência das ideias anarquistas de Proudhon e Bakunin, além de setores socialistas ligados a Augusto Blanqui. Este último revolucionário havia jogado um papel considerável nos acontecimentos da Comuna de Paris e amargado uma prisão até 1879, quando foi libertado. Além disso, a ala reformista do movimento operário se incrementava, disseminando ilusões entre os trabalhadores franceses sobre a possibilidade de realizarem as transformações que necessitavam no interior mesmo do modo de produção capitalista, sem rupturas com as relações sociais dominantes. O esfacelamento e a fragilidade do movimento social

permaneceram mesmo durante os primeiros congressos da Segunda Internacional, momento em que se envidaram esforços no sentido de aproximar as tendências e garantir uma maior unificação das ações do movimento operário e socialista francês.

A unificação dos grupos e a criação de um Partido Socialista na França unificado só ocorreriam a partir de 1904, por iniciativa da Internacional, de modo que a influência socialista passou a crescer a passos largos. Entretanto, os acontecimentos que levaram à Primeira Guerra Mundial tiveram reflexos marcantes nas fileiras do Partido Operário Francês como ocorreu com a Internacional e outros partidos socialistas europeus, causando cisões, levando militantes a disseminarem o nacionalismo e o patriotismo em suas fileiras, com a consequente adesão aos interesses bélicos dos governos burgueses. Caminho semelhante percorreu o sindicalismo francês. O processo de unificação do movimento sindicalista iniciou-se em 1896, com a criação da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), efetivando-se em 1902. No seio da CGT atuavam prudhonianos, bakhuninistas, marxistas, etc. Com a pressão dos governos pelo armamentismo e pela guerra, setores da CGT aderiram aos interesses de frações do imperialismo francês, defendendo abertamente o apoio à guerra.

Na Itália do século XIX, o marxismo penetrou por meio da Primeira Internacional, que organizou seções em Milão, Florença, Gênova, Nápoles e Catânia. Os choques entre marxistas e bakhuninistas no âmbito da Internacional se refletiram diretamente na militância italiana, que também chegou a dividir-se em função dos debates e polêmicas. O Partido Socialista italiano unificado veio a lume em 1892, sobressaindo nomes como Enrico Ferri e Felipe Turati. Além destes, também se destacavam Artur Labriola, filho de Antonio Labriola, Orano, Leone, Canepa, Banoni, Bissolati e Treves.

No plano eleitoral e parlamentar, as ações do partido italiano se avolumaram, sendo que nas eleições de 1892, o número de votos chegou a 26 mil, elegendo-se 06 parlamentares; cinco anos depois, o partido elegeria 16 parlamentares, com 135 mil votos; nas vésperas da primeira guerra mundial, o partido já detinha 52 mandatos e havia obtido 883 mil votos. Assim como ocorrera na Alemanha e na França, os debates sobre o belicismo imperialista se refletiram no partido operário italiano, levando à divisão da militância. Uma parte aderiu à posição de neutralidade diante do conflito. Outra se colocou a favor da guerra. Em 1921, com o impacto da Revolução Russa entre os revolucionários italianos, fundou-se o Partido Comunista Italiano (PCI), no qual se destacou a figura de Antonio Gramsci (1891-1937).

Na Rússia, a influência do marxismo começou na segunda metade do século XIX. A obra magna de Marx, *O Capital*, foi traduzida para o russo em 1873 por Lopatine. A atmosfera econômica, social e política russa se tornou importante no contexto da luta socialista. O caminho que a militância socialista percorreu das primeiras formas de organização política e de resistência ao

czarismo até a eclosão da Revolução Russa de 1917 foi longo e tortuoso. O movimento de resistência conheceu uma fase caracterizada pelo populismo (como a Narodnaia Volia, A Vontade do Povo, também chamados *Narodiniks*, dos quais faziam parte Cheliabov, Sofia Perovskaia e Mikhailov), em geral composto de estudantes e intelectuais, que recorriam à ação individual e ao terrorismo contra as autoridades russas. Esse movimento foi responsável pela morte de inúmeros integrantes do governo czarista e do próprio czar Alexandre II, em 1881. As tentativas contra a vida de czares resultaram em condenações e morte de revolucionários, como, por exemplo, de Alexandre Ulianov, irmão do futuro líder da Revolução Russa, V. I. Lênin.

As transformações na economia e na estrutura social da Rússia se desenvolviam com a liberação dos camponeses da servidão feudal em 1861 e o início da industrialização, a partir de investimentos do capital financeiro de países europeus, com o consequente aparecimento dos primeiros estratos da classe operária. Daí em diante, o foco se deslocou dos camponeses, até então inspiradores da formação de organizações que acreditavam que o socialismo pudesse resultar, na Rússia, da universalização da propriedade comunal camponesa (*Mir*), para o proletariado industrial, forjando-se as primeiras organizações de socialistas, convictos que o curso das transformações levaria ao desenvolvimento das relações de produção capitalistas, ao fortalecimento da classe operária, ao aparecimento de suas organizações (sindicatos, partidos, etc.) e ao processo da luta de classes entre burguesia e operariado.

Os principais expoentes do nascente movimento socialista russo moderno foram Plekhanov (considerado o pai do marxismo russo), Axelrod e Vera Zassulitch. O primeiro grupo marxista russo chamou-se, aliás, *Emancipação do Trabalho*, dirigido por Plekhanov, fundado em 1883. No Congresso de fundação da Segunda Internacional, realizado em Paris, em 1889, do qual participaram Martov e Plekhanov, tornou-se patente, a partir dos informes, o novo curso do movimento socialista na Rússia, com a formação do tecido capitalista, o declínio do antigo regime e a erupção do proletariado. Não tardou, vierem à tona as primeiras manifestações e greves operárias contra as condições de vida e trabalho. O Partido Social-Democrata Russo (POS DR), cujo portavoz era o jornal *Iskra (A Centelha)*, foi resultado da unificação de várias tendências, entre as quais, as dirigidas por V. I. Lênin e Martov, formando-se no final do século XIX, exatamente em 1898. Já em 1903, no II Congresso do POS DR, ocorreu a primeira cisão no Partido, organizando-se duas alas, com orientações diferenciadas quanto à questão do partido e o desenrolar da luta política. De um lado, os Bolcheviques, sob a direção de Lênin, do outro, os Mencheviques, organizados por Martov.

Como se disse, a disputa foi travada tanto na concepção da luta pelo socialismo quanto na da organização partidária. Em geral, os Mencheviques eram partidários de uma forma flexível e frouxa de partido e, na questão do socialismo, entendiam que primeiro deveria haver um surto de

desenvolvimento do capitalismo, da burguesia nacional e do proletariado industrial, além da resolução de tarefas democráticas pendentes, para só então se pensar, como resultado deste processo, em socialismo propriamente dito. Para eles, primeiro deveria haver um completo florescimento do capital, da indústria, da democracia e da liberdade antes de qualquer luta socialista mais profunda. Primeiramente, uma revolução democrático-burguesa; depois, o socialismo. Aplicavam mecanicamente as fases clássicas da revolução, seguindo o exemplo dos países capitalistas avançados, onde ocorreram revoluções burguesas no século XVII e XVIII. Por isso, como consequência dessa maneira de pensar o socialismo, apoiavam a fração liberal e democrática da burguesia, tentando forçá-la a tomar as rédeas do processo de mudanças no interior do qual o proletariado não tinha senão um papel secundário e acessório.

Os Bolcheviques, por sua vez defendiam, a partir das reflexões de Lênin, presentes na obra *Que fazer?* uma concepção de partido apropriada à luta revolucionária contra o Estado, o governo e a classe dominante no país, ou seja, que pudesse resistir nos momentos de contrarrevolução à repressão e às perseguições; e nos momentos de democracia e liberdade burguesa, dedicar-se com afinco e profissionalismo à atividade de penetração e conquista da classe operária para a luta política, em que houvesse o debate mais amplo e a aplicação plena da democracia proletária, mas também a unidade na ação (princípio do *centralismo democrático*). Esta concepção de partido insurgia-se contra o trabalho artesanal da militância socialista, a falta de compromisso, engajamento e disciplina, presentes entre a pequena-burguesia e os intelectuais, e entre as tendências economicistas, reformistas e revisionistas no interior do movimento operário e socialista.

Além disso, a realidade social, política e econômica da Rússia expressava que, nas condições de um país caracterizado pelo desenvolvimento desigual e combinado, isto é, que articulava o atraso com o desenvolvimento da indústria capitalista, ainda marcado pelas contradições do passado, com uma economia fortemente agrária e maioria camponesa, o programa e a ação do partido leninista teriam que expressar essas particularidades, de modo a conjugar tanto as tarefas democráticas pendentes, como o problema agrário, o avanço industrial, a superação do analfabetismo, o acesso à cultura, etc., com as tarefas propriamente socialistas, como a expropriação do grande capital e a coletivização dos meios de produção. Não havia como olvidar a tarefa democrática fundamental, a questão agrária, que possibilitaria a unidade dos camponeses com o proletariado na luta travada contra o capital, a aristocracia e o Estado. Por isso, desde cedo foi necessário avançar no programa proletário para a questão agrária, para forjar uma unidade entre o operariado e o campesinato.

O problema fundamental era: que força social seria capaz, nas condições da Rússia, de levar a cabo a derrubada do czarismo, resolver as tarefas democráticas pendentes e avançar nas tarefas socialistas? Lênin e Trotsky tinham clareza quanto à fraqueza da burguesia e seus vínculos com o capital financeiro internacional e com os interesses da oligarquia agrária. Por outro lado, o

campesinato, por suas condições materiais de existência, pela fragmentação e isolamento, não poderia cumprir um papel dirigente e independente da luta do proletariado. A classe operária, mesmo minoritária, estava bastante concentrada na indústria nascente e reagia diante do processo de exploração através dos seus meios de luta, como greves, ocupações, manifestações e levantes. A certeza: a vitória da revolução dependeria da aliança operário-camponesa.

Entretanto, a fórmula política adequada à relação entre proletários e camponeses e o papel que caberia a essas classes sociais no processo de transformação foram objeto de polêmicas entre os marxistas russos. Não poderia ser de outra forma, pois o debate entre os marxistas é sempre fervoroso, tendo em vista ser decisivo para os rumos do movimento operário. Não foi diferente na Rússia. A própria experiência revolucionária de 1905 apontava para essa questão fundamental. Dois homens se destacaram na discussão sobre os rumos da revolução russa: Trotsky e Lênin. O primeiro se considerava independente em relação às duas alas da social-democracia em conflito, mas conflitava-se com a concepção de partido leninista. Não havia qualquer divergência quanto à necessidade da aliança do operariado e do campesinato, afinal a questão agrária era axial no processo da revolução russa. O problema estava na análise da fórmula ou do mecanismo político da colaboração entre o proletariado e o campesinato no quadro revolucionário, bem como nas tarefas a serem implementadas pelo proletariado, uma vez no poder. Para Lênin, tratava de instaurar uma *ditadura democrática do proletariado e dos camponeses*. Para Trotsky, porém, tratava-se da instauração de uma *ditadura do proletariado amparada no campesinato*. Nesta última fórmula, o proletariado é a direção da nação oprimida no processo revolucionário de superação do capitalismo e construção socialista, como parte da revolução socialista internacional.

Para tanto, o próprio Trotsky explica, especialmente em seus textos dedicados à teoria da revolução permanente e sua aplicação à revolução russa, o sentido histórico e o conteúdo social da sua fórmula da relação entre o proletariado e os camponeses no processo revolucionário russo. No texto intitulado *As três concepções da Revolução Russa*, Trotsky (1980:36-37) sintetiza as concepções mais importantes sobre o caráter da revolução na Rússia, quais sejam, dos mencheviques, bolcheviques e a sua própria concepção da revolução permanente:

O ponto de vista dos mencheviques sobre a revolução, depurado de suas estratificações episódicas e de seus desvios individuais, equivalia ao seguinte: a vitória da Revolução burguesa russa era possível sob a direção da burguesia liberal e a poria no poder. Mais tarde, o regime democrático levaria o proletariado com êxito incomparavelmente maior do que até então, a ligar-se aos seus irmãos velhos do Ocidente no caminho da luta pelo socialismo. A perspectiva de Lênin pode ser resumida nas seguintes palavras: a burguesia russa atrasada é incapaz de realizar a sua própria Revolução! A vitória completa desta, por intermédio da ‘ditadura democrática do proletariado e dos camponeses’, eliminará o feudalismo da terra, dará ritmo americano ao desenvolvimento capitalista russo, fortalecerá os operários na cidade e na aldeia e fará possível a luta pelo socialismo. Por outro lado, a vitória da revolução Russa imprimirá ímpeto formidável à Revolução socialista no Ocidente, de modo que esta não apenas protegerá a Rússia dos perigos de restauração, mas habilitará o proletariado do país a marchar para a conquista do poder em período histórico relativamente curto. A perspectiva da Revolução Permanente pode ser resumida do

seguinte modo: a vitória completa da Revolução democrática na Rússia só é concebível sob a forma da ditadura do proletariado, aliada aos camponeses. A ditadura do proletariado, que colocará inevitavelmente na ordem do dia, não apenas tarefas democráticas, mas igualmente tarefas socialistas, imprimirá ao mesmo tempo um impulso formidável à Revolução socialista internacional. Unicamente a vitória do proletariado no Ocidente poderá proteger a Rússia da restauração burguesa e dar-lhe a possibilidade de empreender a construção do socialismo.

A experiência da Revolução de 1905, na Rússia, permitiu a Trotsky tirar lições valiosas. Observou que o proletariado, ainda minoritário se comparado ao campesinato, teve um papel decisivo no processo revolucionário, dirigiu as ações, manifestou uma disciplina sem reservas e resistiu até as últimas consequências contra a repressão estatal. Foram também os operários que deram uma lição fundamental para o socialismo contemporâneo ao criarem novas organizações de luta, os *soviets*, genuínos órgãos de poder proletário. Trotsky, que liderava o Soviete de São Petersburgo, chegou à conclusão, a partir da análise marxista do processo em curso e de toda a experiência histórica anterior, que o proletariado era a classe fundamental da revolução social e dirigente do processo revolucionário. Entretanto, a unidade do proletariado e dos camponeses seria indispensável para a vitória e consolidação da revolução. O programa proletário deveria, pois, contemplar as reivindicações democráticas camponesas de acesso a terra. De maneira nenhuma poderiam os comunistas se privar de apresentar o programa agrário do proletariado para os camponeses, sob a pena de perderem espaço para correntes oportunistas como o Partido dos Socialistas-Revolucionários, que defendiam uma espécie de socialismo agrário, bem próximo dos antigos populistas.

A revolução socialista, para Trotsky, não comportava etapas estanques, ao estilo das revoluções burguesas dos séculos passados. Essa forma de revolução, cindida em duas etapas separadas (democrático-burguesa e socialista), fora suplantada pelos acontecimentos anteriores e posteriores a 1848, quando se deu o golpe final da burguesia contra a aristocracia e o clero, até então dominantes na Europa, e abriu uma etapa de desenvolvimento liberal-burguês. A experiência havia demonstrado a Marx e a Engels, em 1848-1849, que a burguesia não só abandonara as peripécias teóricas e práticas do período em que constituía ainda uma classe revolucionária, em luta contra o antigo regime, como havia se associado à aristocracia para bloquear as iniciativas independentes do proletariado. A burguesia, uma vez tendo chegado ao poder do Estado e consolidado a sua dominação, não tinha qualquer interesse em aprofundar as mudanças democráticas, de ir até as últimas consequências no discurso de liberdade, igualdade e fraternidade.

Na Rússia, atrasada economicamente, mas que combinava as relações capitalistas avançadas nascentes com o pré-capitalismo, com a rápida e concentrada industrialização, a burguesia, ligada indissolúvelmente ao capital financeiro imperialista e à aristocracia, não tinha qualquer interesse em realizar e aprofundar a revolução democrático-burguesa e sepultar as reminiscências do feudalismo.

Nas condições do capitalismo atrasado, de desenvolvimento desigual e combinado, a revolução social combinaria as tarefas democráticas pendentes e as tarefas propriamente socialistas (coletivização, planejamento, controle operário, socialização dos meios de produção e dos produtos do trabalho). A tarefa agrária passava a compor o programa proletário, de modo que o processo revolucionário garantiria o acesso à terra aos camponeses e a socialização das explorações capitalistas agrícolas, pelo proletariado rural. O operariado demonstraria, não pela força, mas pelo exemplo, na prática, aos camponeses a superioridade da produção coletivizada.

O processo revolucionário, portanto, não se deteria nas tarefas democráticas, como desejavam os setores, correntes e partidos pequeno-burgueses, mas passaria ininterruptamente para as questões socialistas, adquirindo um caráter intrinsecamente permanente. A classe operária é, neste caso, a classe dirigente do processo revolucionário, não porque os socialistas queiram teoricamente, mas porque a história e as suas condições materiais de vida o demonstravam. Enquanto o campesinato se detém no interesse de ter acesso à pequena propriedade agrícola, o proletariado só pode libertar-se das peias que o oprimem pela superação de toda e qualquer forma de exploração, inscrita na propriedade privada e no trabalho assalariado, explorado pelo capital nas fábricas.

Os acontecimentos de 1917 concorreram para aproximar os dois líderes do movimento socialista russo. Em fevereiro (março no calendário Ocidental) desse ano, os explorados se rebelaram contra o governo do czar Nicolau II, com greves, manifestações, ocupações e, finalmente, um forte movimento revolucionário, derrubando-o. Em seu lugar assumiu um governo provisório, de caráter liberal, mas muito fraco e instável. Este tinha prometido, entre outras coisas, atender às reivindicações da massa de explorados, camponeses e proletários miseráveis e famintos, retirar a Rússia da guerra e constituir uma Assembleia Constituinte para reorganizar o Estado. Não cumpriu as suas promessas. Manteve a Rússia na guerra, aprofundou a situação de miséria, fome e exploração, como ainda combateu os revolucionários.

Em abril de 1917, ocorreu uma virada histórica no Partido Bolchevique. Lênin, que havia chegado do exílio, escreveu um documento, que passou a ser conhecido como *Teses de Abril*, defendendo claramente uma concepção de alianças e do processo revolucionário semelhante à concepção da revolução permanente. Trotsky, por sua vez, reconheceu pela experiência política, que a concepção de partido de Lênin era inteiramente justa e apta a garantir que os Bolcheviques se colocassem como uma organização capaz de dirigir as massas à tomada do poder. Consolidou-se uma união de concepções e propósitos, que aproximou os dois grandes líderes da Revolução Russa de 1917. Não sem resistência, a concepção das *Teses de Abril* se impôs no interior do partido. Nem todos os Bolcheviques estavam convictos de que o proletariado devia tomar o poder e construir um governo operário e camponês, a ditadura do proletariado. Não obstante, a realidade empurrou os revolucionários para a perspectiva da revolução socialista e se articularam claramente as condições

objetivas (a crise, a guerra) e as condições subjetivas (a organização política e a consciência de classe revolucionária).

Os soviets, em particular o de Petrogrado (antiga São Petersburgo), ergueram-se como baluartes dos explorados em luta. Era a união, a um só tempo, de operários, camponeses e soldados. As forças de repressão entraram em colapso. O governo burguês mostrava-se completamente impotente diante dos acontecimentos. Em outubro de 1917, os explorados tomaram o poder, destituindo o governo provisório e iniciando a transformação socialista. Lênin e Trotsky, na esteira de Marx e Engels, não nutriam qualquer ilusão de que o processo de construção do socialismo seria rápido e fácil. Também não se iludiam com teorias que defendiam a possibilidade de um socialismo nacional e autossuficiente, limitado às fronteiras de um país isolado do mundo. Não havia dúvida quanto ao seu caráter internacional. Sabia-se da fragilidade da economia russa e da ligação intrínseca entre a vitória revolucionária do proletariado em outros países, em especial na Alemanha, e o futuro da revolução na Rússia. Todos os esforços do governo revolucionário, saído da Revolução de Outubro, convergiam para o sucesso da revolução alemã e europeia, além da reorganização da economia e da vida social na Rússia.

Entretanto, a Revolução Alemã de 1918 sofreu uma derrota fragorosa, com a traição da social-democracia e a morte de inúmeros revolucionários (Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht foram fuzilados pelos traidores social-democratas). A economia da Rússia sofrera um colapso com a guerra e as ações da burguesia nacional, que iniciara a contrarrevolução. Os países capitalistas avançados levaram adiante uma investida para derrubar o novo governo. A situação colocada para os revolucionários exigiu a tomada de medidas no sentido de reorganizar a economia e colocá-la a serviço das novas necessidades. Por outro lado, a industrialização era indispensável para a elevação do nível de vida das massas. Era preciso correr contra o tempo. A guerra civil estourou no país com a resistência da classe burguesa e dos grandes proprietários de terras, expropriados pelo governo revolucionário. De outro, as forças imperialistas combateram pela derrubada do governo bolchevique e a retomada do Estado pela burguesia.

Os anos de guerra civil significaram mortes, destruição, fome e miséria, mas o proletariado resistiu combativamente, organizado no Exército Vermelho, dirigido por Trotsky, até que as forças contrarrevolucionárias fossem dissipadas. Em 1919, foi criada a Terceira Internacional Comunista, em substituição à Segunda Internacional, degenerada pelo apoio de parte de seus dirigentes aos governos burgueses na Primeira Guerra Mundial. Muitos deles se opuseram à Revolução Russa e aos Bolcheviques, defendendo a democracia formal burguesa e combatendo a ideia de ditadura do proletariado. Foi o caso de Karl Kautsky, contra o qual Lênin e Trotsky tiveram de travar uma luta teórica sem igual. O combate dos revolucionários russos contra o revisionismo e o reformismo de Kautsky se deu em obras como *O Estado e a Revolução* e *A revolução proletária e o renegado*

Kautsky (ambas de Lênin) e em *O anti-Kautsky* (de Trotsky). Pois bem, só depois de muita instabilidade, conheceu-se um período de calmaria, em que se pode reorganizar a economia do país.

Não obstante, a doença, o afastamento da vida política e a morte de Lênin, em 1924, a derrota da Revolução Alemã e a traição da social-democracia europeia, a ausência no horizonte de perspectivas de vitória do proletariado em outros países (mesmo diante das revoluções que se sucederam, como na Finlândia, Hungria, Bulgária, Estônia, Áustria, a greve geral na Inglaterra e a crise revolucionária na Itália), em particular no capitalismo avançado, o esgotamento moral e físico do proletariado pela guerra civil, etc. criaram as condições para o fortalecimento, no partido e na esfera estatal, de um corpo de indivíduos interessados em manter os privilégios econômico-sociais conquistados e restringir os esforços de mudanças aos limites da União Soviética. A burocracia, da qual Josef Stalin (1879-1953) era apenas a personificação mais completa, tornou-se um corpo privilegiado no partido, no Estado e na Terceira Internacional. As deformações no curso da revolução não tardaram a ocorrer e se aprofundar.

A vida interna do Partido Bolchevique, as instâncias do Estado e o funcionamento da Terceira Internacional, com todas as dificuldades e debilidades, havia conhecido um período de oxigenação, debate e conquistas teórico-práticas. Até o Quarto Congresso da Terceira Internacional Comunista, a vida social, política, econômica e cultural da URSS e os rumos da revolução socialista internacional foram amplamente debatidos, os avanços teóricos se consolidaram na análise dos processos revolucionários nos países de capitalismo atrasado (chamados de colônias e semicolônias), nas problemáticas da educação, da economia mundial, da política internacional, da cultura e do movimento operário. As resoluções apresentadas, discutidas e aprovadas nos quatro primeiros congressos são até hoje uma fonte valiosa da capacidade teórica potenciada pela Revolução de Outubro de 1917 e pelas grandes tarefas colocadas pelo movimento revolucionário. Não se podem compreender os dilemas da esquerda mundial e a experiência acumulada pelo movimento operário sem assimilar as conquistas dos quatro primeiros congressos da Terceira Internacional Comunista.

O fato é que Stalin assumiu o poder na Rússia e deu andamento, apoiando-se teoricamente nas teses do “socialismo em um só país” (junto com Bukharin) e da “revolução por etapas”, à política de condicionamento das ações internacionais aos interesses do governo russo e da burocracia soviética, além do apoio às chamadas burguesias nacionais “progressistas”, particularmente nos países coloniais e semicoloniais. Segundo Pierre Broué (2007:450),

É no dia seguinte à revolução, abortada de 1923, na Alemanha, que Stalin avança uma justificação teórica que se tornava necessária à sua política. Foi a teoria sobre a possibilidade e, finalmente, a necessidade de ‘construir o socialismo num só país’. Ele aborda a questão por meio do prefácio de seus escritos de 1917, intitulado ‘A Revolução de Outubro e a tática dos comunistas russos’. Ele explica aqui a derrota da alemã pelo fato de que o proletariado não tinha o apoio do campesinato, diferentemente do

que ocorreu na Rússia, em 1917. Ele quer demonstrar que as perspectivas da revolução mundial de Trotsky deixam somente ao povo russo a perspectiva de ‘vegetar em suas próprias contradições e de apodrecer ainda no pé esperando a revolução mundial’. Apoiando-se numa citação de Lênin, que ele teve que manipular para utilizar, ele garante: ‘A vitória do socialismo num só país é evidentemente possível e provável, mesmo se este país é menos desenvolvido do ponto de vista capitalista e mesmo se o capitalismo subsiste em países mais desenvolvidos do ponto de vista do capitalismo’.

A partir dessas posições do PCUS e da URSS, a Terceira Internacional Comunista e os partidos comunistas a ela ligados levaram o movimento operário em diversos países e em escala mundial a retrocessos impressionantes. Basta citar a derrota da Revolução Chinesa, de 1927, cuja orientação da Internacional Comunista era, desde 1923, no sentido do ingresso do Partido Comunista Chinês no Kuomintang (Guomindang), dirigido por Chiang Kai-Shek (na grafia atual Jiang Jieshi), ligado à burguesia, dita progressista e nacionalista. Este partido burguês respondeu em Cantão com a repressão aos comitês de greve, com prisões de comunistas, em 1926. Em Xangai, o partido nacionalista burguês cruzou os braços diante do massacre do levante operário e o desarmamento dos comunistas pelos grupos burgueses. Somente em 1927, quando o processo revolucionário na China já estava derrotado, Stalin orientou os comunistas a realizar uma insurreição em Cantão, sendo derrotados, reprimidos, presos e mortos pelas tropas burguesas de Chiang Kai-Shek.

A partir de 1923, organizou-se em torno de Trotsky a chamada Oposição de Esquerda, que denunciou sistematicamente o perigo burocrático e lutou desesperadamente pela retomada do curso da revolução e contra a burocratização desenfreada do Partido Comunista Soviético, do Estado e da Terceira Internacional; a falta de condições para o debate e crítica internos ao partido, a política de favorecimento do camponês rico, a prática da teoria do socialismo em um só país e a morte anunciada do processo revolucionário. Lênin, aliás, antes de sua morte em 1924, havia detectado o crescimento da burocracia no partido e no Estado, alertado seus aliados e proposto a Trotsky a formação de um bloco contra Stalin. Não se acovardou, pediu o afastamento de Stalin do cargo de Secretário Geral do partido. A morte de Lênin abriu uma nova etapa na luta entre as duas alas do partido.

As críticas de Trotsky, presentes na Carta ao Politburo do Partido Bolchevique, expressas também na Declaração dos 46, assinada por membros eminentes do Partido Bolchevique como Preobrazenski, Piatakov, Muralov, Antonov-Ovseienko, Smirnov, Bogoslavsky, Saprnov, Osinsky, Sosnovsky, entre outros (muitos deles capitularam depois frente ao stalinismo). Já em 1926, Trotsky constituiu junto com Zinoviev e Kamenev a chamada Oposição Unificada, que se desfez logo adiante. Não obstante, Trotsky e os membros da oposição foram afastados dos órgãos de direção do partido ou simplesmente forçados a abandonar a luta, por perseguições, prisões, banimentos e expulsão do país. Trotsky foi excluído do partido em 1928, deportado para Alma-Ata, na Ásia Central e expulso da União Soviética.

Fora da URSS, Trotsky iniciou um debate internacional, tentando aglutinar a militância revolucionária em torno de suas posições, na Oposição Internacional de Esquerda, fundada oficialmente em 1930, da qual participaram comunistas dos EUA, França, Alemanha, Bélgica, Itália, Checoslováquia e Hungria, no sentido de retificar pela militância e pela crítica a linha programática e política do Partido Bolchevique e da Terceira Internacional, enquanto entendia ser possível essa tarefa. Nomes como Pierre Frank, Kurt Landau, Rosmer, Schatmann, Andrés Nin, Ta Thu Thau, James Cannon, James Burnham, Rudolf Klement etc. fizeram parte da nova organização.

Para tanto, procurou não só organizar os membros da Oposição de Esquerda na defesa das conquistas da Revolução de Outubro, como ampliar o debate interno e externo sobre o processo de burocratização e da aplicação sistemática das posições adotadas pela burocracia stalinista nas lutas sociais travadas pelos trabalhadores e demais explorados em todos os países. Ao lado da luta política, Trotsky teve de enfrentar as falsificações da história da revolução e do papel dos revolucionários nos acontecimentos, particularmente quanto à sua participação nos eventos antes e depois da insurreição, o que fez, particularmente, nas obras *História da Revolução Russa*, *Os crimes de Stalin*, *A Revolução Traída*, *A Revolução Desfigurada*, *A Internacional Comunista depois de Lênin* e *Revolução e contrarrevolução na Alemanha*.

O golpe definitivo na história da Revolução Russa, do Partido Comunista Soviético (e seus satélites, em particular o Partido Comunista Alemão) e da Terceira Internacional se expressou na política stalinista do chamado *Terceiro Período* (classe contra classe)²⁹, aprovada em seu VI Congresso, em 1928, que caracterizava a conjuntura da época como de ascenso das massas e de luta aberta pelo poder, e, portanto, radicalizava a posição em relação à social-democracia e socialistas, que, passaram a ser considerados a ala esquerda do fascismo (social-fascismo). Trotsky, ao contrário, alertou constantemente a Internacional Comunista sobre os perigos do fortalecimento e ascensão do fascismo na Alemanha e em outros países, e as consequências da crise econômica e da inflação galopante, que colocavam a necessidade de defesa da vida das massas exploradas e das organizações socialistas e sindicais diante dos ataques dos grupos fascistas.

A política stalinista do terceiro período impossibilitou a organização de uma frente única de socialistas e comunistas na França e na Alemanha, abrindo caminho para a subida do fascismo ao poder, em particular Hitler, a partir de 1933 (com a imposição do *Terceiro Reich*). Daí em diante, tornou-se patente a falência da Terceira Internacional como organismo de unidade e de luta do proletariado mundial. Fortaleceu-se a tese de que a continuidade da política stalinista criaria as condições para a restauração das relações capitalistas e a derrota da revolução de 1917. Somem-se a isso os *Processos de Moscou*, em que a trajetória política, teórica e moral dos revolucionários de

²⁹ Conforme Alicia Sagra (2010:84), “O primeiro período, de 1917 a 1923, foi considerado como um momento de aguda crise revolucionária; o segundo, de 1924 a 1928, de estabilização do capitalismo; e o terceiro, que supostamente estava se abrindo, como o período da crise geral do capitalismo, o que conduziria à revolução”.

Outubro foram devassadas, em particular nos anos 1930 no tribunal stalinista. Exterminou-se a vanguarda, que havia lutado heroicamente nas décadas anteriores.

A história foi claramente deformada por meio da falsificação de documentos, fotos, acontecimentos e funções sociais de vários desses revolucionários. O extermínio de diversos membros da Oposição de Esquerda trotskista nas prisões e campos de concentração na Sibéria, além dos fuzilamentos, transcorreu durante toda a década de 1930. A obra stalinista *História do Partido Bolchevique*, divulgada em todos os rincões pelos partidos comunistas era a condensação da farsa histórica montada por Stalin e seus discípulos. Muitos revolucionários foram forçados a abjurar ou a assumir crimes ignóbeis. Homens da estatura teórica e política de Nicolai Bukharin (1888-1938), Grigori Zinoviev (1883-1936), L. B. Kamenev (1883-1936), Christian Rakovsky (1873-1938) foram mortos ou desapareceram tragicamente. Muitos intelectuais, artistas e ativistas foram relegados à condição de meros coadjuvantes de uma era que se abria. A literatura, a arte e a pintura foram condicionadas pela ideologia stalinista, sufocando a iniciativa e a criatividade, a força e a coragem, a sensibilidade e a manifestação do pensamento, das aptidões e capacidades. A burocracia, personificada por Stalin e seus seguidores, degenerou o marxismo, a URSS, o PCUS e a Terceira Internacional, colocando-os a serviço dos interesses de uma casta privilegiada, em contradição radical com a teoria revolucionária de Marx, Engels e Lênin e com o internacionalismo proletário.

Nos anos 1930, particularmente a partir do VII e último Congresso da Terceira Internacional, realizado em 1935, Stalin fez aprovar a linha política de constituição de *Frentes Populares*, que já vinham sendo postas em prática desde 1934, que, sob o argumento dos comunistas realizarem uma frente ampla antifascista nos diversos países (como ocorreu na França e Brasil), promovia-se na prática com partidos e setores da burguesia nacional, ditas “progressistas”, e esta passa a ser considerada como a força motriz revolucionária, tendo em vista que o stalinismo analisava o processo revolucionário pela lente da teoria do “socialismo em um só país” e da “revolução por etapas”. Essa política levou o proletariado em variados países a derrotas, como foi o caso da Revolução Espanhola na década de 1930.

Trotsky (2011:166-167) esclareceu em texto de 1940 da seguinte forma o significado de Estado operário degenerado:

- 1) Aqueles traços que em 1920 constituíam uma ‘deformação burocrática’ do sistema soviético se transformaram agora num regime burocrático independente, que devorou os soviéticos; 2) A ditadura da burocracia, incompatível com as tarefas internas e internacionais do socialismo, introduziu e continua introduzindo deformações profundas na vida econômica do país; 3) No fundamental, entretanto, o sistema de economia planificada, sobre a base da propriedade estatal dos meios de produção, conservou-se e continua sendo uma conquista colossal da humanidade. A derrota da URSS numa guerra contra o imperialismo significaria não só a liquidação da ditadura burocrática, mas também da economia estatal planificada e o desmembramento do país em zonas de influência, uma nova estabilização do imperialismo e um novo debilitamento do proletariado mundial.

De qualquer, não tendo como corrigir os rumos do Partido Comunista russo e da Internacional, pois esta organização em abril de 1933 ratificou os erros cometidos na Alemanha (nenhuma seção faria autocrítica pelos erros do Partido Comunista Alemão e da Internacional que abriram caminho ao fascismo), Trotsky organizou a *Liga Comunista Internacional* a partir de 1933, e, posteriormente, fundou a Quarta Internacional, precisamente em 03 de setembro de 1938, em Paris, fundação da qual participaram representantes da Alemanha, URSS, França, EUA, Holanda, Bélgica, Grécia, Polônia, Itália, Inglaterra e o brasileiro Mário Pedrosa, representando a América Latina.

No documento de fundação da nova internacional, Trotsky (2008:84-85) diz:

Os cétricos perguntam: mas chegou o momento de criar uma nova internacional? É impossível, dizem, criar uma Internacional ‘artificialmente’; apenas os grandes acontecimentos podem fazê-la surgir etc. Todas essas objeções demonstram apenas que os cétricos não servem para criar uma nova Internacional. Em geral não servem para nada. A IV Internacional já surgiu de grandes acontecimentos: as maiores derrotas do proletariado na História. A causa dessas derrotas é a degenerescência e a traição de velha direção. A luta de classes não tolera interrupção. A [III Internacional](#), após a II, está morta para a revolução. Viva a IV Internacional!

Mas os cétricos não se calam: Já é momento de proclamá-la?’ ‘A IV Internacional, responderemos, não tem necessidade de ser proclamada. Ela existe e luta. É fraca? Sim, suas fileiras são, até agora, pouco numerosas, pois ainda é jovem. Elas compõem-se, sobretudo, de quadros dirigentes. Mas esses quadros são a única garantia do futuro. Fora desses quadros não existe, neste planeta, uma só corrente revolucionária que realmente mereça este nome. Se nossa Internacional é ainda fraca em número, ela é forte pela doutrina, pela tradição, pelo programa, pela têmpera incomparável de seus quadros. Aquele que não vê isto hoje que continue afastado. Amanhã isto será mais visível.

A IV Internacional goza desde já do ódio merecido dos stalinistas, dos social-democratas, dos liberais burgueses e dos fascistas. Ela não tem nem pode ter lugar em nenhuma das frentes populares. Opõe-se irredutivelmente a todos os agrupamentos políticos ligados à burguesia. Sua tarefa é acabar com a dominação capitalista. Sua finalidade é o socialismo. Seu método é a revolução proletária. Sem democracia interna não existe educação revolucionária. Sem disciplina não há ação revolucionária. O regime interno da IV Internacional está fundamentado sobre os princípios do centralismo democrático: completa liberdade na discussão, total unidade na ação.

A crise atual da civilização humana é a crise da direção do proletariado. Os operários avançados, reunidos no seio da IV Internacional, mostram à sua classe o caminho para sair da crise. Propõem-lhe um programa baseado sobre a experiência internacional da luta emancipadora do proletariado e de todos os oprimidos do mundo. Propõem-lhe uma bandeira sem mácula alguma.

Operários e operárias de todos os países, organizem-se sob a bandeira da IV Internacional!

Do ponto de vista internacional, os trotskistas se agruparam em torno das análises e do programa contido no texto *A agonia mortal do capitalismo e as tarefas da IV Internacional*, também conhecido como *Programa de Transição*, escrito por Leon Trotsky, antes da conferência de fundação da IV Internacional. Neste documento, o revolucionário russo traça um panorama da conjuntura política, econômica e social do mundo, que caminhava para um conflito de dimensões jamais vistas, causando a morte e mutilação de milhões de indivíduos e uma imensa destruição de energias, recursos e forças produtivas, que poderiam estar a serviço das necessidades humanas mais elementares. Faz uma crítica do stalinismo e das correntes reformistas e centristas (que vacilam entre o marxismo e o reformismo) presentes no movimento operário e socialista internacional e

elabora um programa de reivindicações transitórias para a nossa época, de decadência do modo de produção capitalista e da sociedade burguesa.

Para Trotsky, a economia mundial imprimia ao socialismo um caráter internacional. As revoluções sociais em cada país eram apenas um elo da destruição da base da dominação do capital sobre trabalho em todo o mundo. O processo revolucionário, por sua forma, é nacional, mas, por seu conteúdo, internacional. As conquistas da revolução socialista deveriam se projetar em escala mundial, e expressar-se nos vários países pela organização e elevação da consciência dos explorados.

Como esclareceu Trotsky, na obra *A Revolução Permanente*, em lugar de pôr fim à revolução, a conquista do poder pelo proletariado em determinado país, na direção do processo revolucionário, apenas a inaugura. Dessa forma, a

construção socialista só é concebível quando baseada na luta de classes em escala nacional e internacional. Dada a dominação decisiva das relações capitalistas na arena mundial, essa luta não pode deixar de acarretar erupções violentas: no interior, sob a forma de guerra civil; no exterior, sob a forma de guerra revolucionária. É nisto que consiste o caráter permanente da própria revolução socialista, quer se trate de um país atrasado que apenas acabou de realizar sua revolução democrática, quer se trate de um velho país capitalista que já passou por um longo período de democracia e de parlamentarismo (2007:208).

Por consequência, completa o revolucionário russo, a

revolução socialista não pode se realizar nos quadros nacionais. Uma das principais causas da crise da sociedade burguesa reside no fato de as forças produtivas por ela engendradas tenderem a ultrapassar os limites do Estado Nacional (...). A revolução socialista começa no terreno nacional, desenvolve-se na arena internacional e termina na arena mundial. Por isso mesmo, a revolução socialista se converte em revolução permanente, no sentido novo e mais amplo do termo: só termina com o triunfo definitivo da nova sociedade em todo o nosso planeta (Idem: *Ibidem*).

Não havia sentido, pois, se dissociar, como coisas estanques ou apenas formalmente relacionadas, os programas mínimo (reformas) e máximo (estratégia da revolução socialista), como costumavam (e ainda costumam!) fazer os reformistas e revisionistas. A tarefa dos marxistas é unir, de forma dialética e no calor da luta de classes, as reivindicações mais sentidas das massas ao propósito da revolução socialista. Para tanto, Trotsky esboçou um conjunto de reivindicações transitórias, como o salário mínimo vital (suficiente para atender às necessidades do trabalhador e de sua família), a escala móvel de salários (que deveriam ser reajustados conforme a subida dos preços e a variação da inflação) e a escala móvel de horas de trabalho (repartição do total de horas de trabalho de um país entre os trabalhadores), entre outras.

Realçava Trotsky como tarefa essencial da atual etapa a construção das condições subjetivas da revolução socialista (organização e consciência de classe), expressas no partido marxista, e a superação da crise de direção revolucionária, aberta com a degeneração stalinista do Partido

Bolchevique, do Estado Operário soviético e da Terceira Internacional. Enquanto o capitalismo acumula tendências de crise estrutural, que se manifestam cada vez mais fortes e profundas periodicamente, não consegue desenvolver as forças produtivas mundiais de conjunto, muito menos em favor dos trabalhadores e demais explorados; limita aos interesses de lucro a aplicação do potencial técnico e científico já conquistado; incrementa o desemprego crônico e as formas precarizadas de trabalho, mantém o processo de pauperização das massas, relativamente à fatia dos produtos do trabalho apropriada pelo capital, e, enfim, destrói a natureza, o proletariado e demais explorados encontram-se atrasados do ponto de vista da consciência e organização coletivas para responder às alternativas colocadas pelo desenvolvimento geral do capital: socialismo ou barbárie.

Depois da análise da realidade política, econômica, social e cultural da URSS, Trotsky concluiu no *Programa de Transição*, documento base da fundação da Quarta Internacional, o seguinte: “ou a burocracia, tornando-se cada vez mais o órgão da burguesia mundial no Estado operário, derrubará as novas formas de propriedade e lançará o país (União Soviética) de volta ao capitalismo ou a classe operária destruirá a burocracia e abrirá uma saída em direção ao socialismo” (2008:65).

Pois bem, com a crise do stalinismo e a denúncia dos crimes de Stalin por Nikita Khrushchev no XX Congresso do Partido Comunista Soviético (PCUS), em 1956, abriu-se uma fase de mudanças teóricas e práticas nos partidos comunistas de diversos países. As derrotas de variados movimentos, rebeliões e revoluções, as alianças stalinistas com as burguesias nacionais, ditas “progressistas”, a burocratização desenfreada dos partidos comunistas em todo o mundo, sob o controle de Moscou, o acordo com Hitler na Segunda Guerra Mundial, a caça aos opositores de esquerda, a denúncia dos crimes e abusos, a ocupação militar de países controlados pela URSS, onde houve explosões sociais, como Berlim Oriental, em 1953, Hungria e Polônia, em 1956, Tchecoslováquia, em 1968, etc., findaram por desgastar profundamente o regime soviético. O descontentamento no seio da esquerda e da intelectualidade quanto aos rumos do regime soviético se expressou nos eventos de Maio de 1968, entre estudantes e trabalhadores. O PC francês adotou sobre os eventos de 1968 uma posição claramente conservadora. Abriu-se um profundo desencantamento por parte de um expressivo número de ativistas, apoiadores e intelectuais, identificados com a teoria socialista.

A avaliação de que existia nos PCs, em particular da Rússia, na extinta Terceira Internacional e no Estado soviético o culto da personalidade, em lugar de levar à retomada da teoria marxista revolucionária, conduziu contraditoriamente ao oposto: à aceleração do curso político esboçado anteriormente pelo stalinismo de adaptação dos PCs ao regime capitalista e à democracia burguesa. Além da crise das relações entre China e União Soviética, e das intervenções militares soviéticas em países do Leste Europeu para bloquear a resistência aos regimes burocráticos, desenvolveu-se o chamado *Eurocomunismo*³⁰, particularmente pela virada histórica dos Partidos Comunistas da

³⁰Sobre o Eurocomunismo, sua origem, fundamentos e relação com o contexto histórico de crise do stalinismo, ler a obra de Ernest Mandel, *Critica del Eurocomunismo* (1978).

França (PCF), da Itália (PCI) e da Espanha (PCE) para o reformismo, eleitoralismo e parlamentarismo mais aberto, que teve entre seus ideólogos Carrillo, Berlinguer e Ingrao.

Uma gama de partidos, correntes políticas e intelectuais aderiram nas décadas seguintes à democracia como valor universal, procurando compatibilizar algumas críticas de Marx à sociedade capitalista a uma prática parlamentar e eleitoral restrita e empobrecida, do ponto de vista revolucionário. Abandonaram a estratégia revolucionária da Revolução Proletária e abraçaram a causa da humanização do capital, pela via democrática, gradual e pacífica. Tiveram evidentemente de mesclar as ideias marxistas com a concepção liberal. Mais cedo ou mais tarde, por caminhos diferentes, os Partidos Comunistas de numerosos países abraçaram definitivamente o horizonte da humanização do capitalismo e da democratização da democracia formal. No Brasil, como veremos adiante não foi diferente.

Mas os reflexos das deformações stalinistas na teoria e na prática socialista não abateram somente partidos políticos, correntes e organizações sob sua influência. Sentindo-se impotentes diante da força e da perspicácia stalinista, à frente dos aparelhos do Estado, do que sobrou dos escombros da Internacional Comunista, dissolvida por decreto de Stalin em 1943, e dos partidos comunistas em todo o mundo e acossados pela repressão fascista em alguns países, muitos indivíduos (em particular a intelectualidade simpática ao marxismo e às lutas sociais) se fecharam no espaço acadêmico ou se conformaram com uma posição secundária e subalterna para permanecer nos partidos comunistas stalinizados e em seus aparelhos. A experiência russa parecia, para muitos deles, completamente distante das análises de Marx e Engels. A publicação de manuscritos inéditos da juventude de Marx, como os *Manuscritos Econômico-filosóficos*, representou um alívio e uma tormenta para muito desses intelectuais, que passaram a nutrir uma desconfiança cada vez maior contra o Estado soviético e os partidos comunistas stalinizados.

A pesquisa da realidade, da economia, das relações de classe, da política, dos rumos do Estado e da sociedade soviética, dos partidos comunistas e da Terceira Internacional, do movimento operário e socialista mundial, enfim, do que se passava na União Soviética e no mundo deram lugar, muitas vezes, a preocupações estéticas e filosóficas, de nenhuma forma secundária, mas distantes das tarefas de crítica da realidade e da reorganização da classe operária. Perdeu-se, pouco a pouco, o elo da teoria marxista com o movimento social do proletariado e este passou a constituir apenas uma problemática filosófica interessante. Por outro lado, passou-se a reforçar a hipótese de uma via pacífica e gradual, especificamente ocidental, da construção do socialismo na Europa, distante das lições da experiência soviética.

O chamado “marxismo ocidental”, em oposição ao marxismo russo, teve uma certa influência na academia em diversos países. Nesta denominação, há autores, como Perry Anderson (1976), que incluem desde pensadores como Karl Korsch (1886-1961) e Georg Lukács (1885-1971), até

Antonio Gramsci (1891-1937), como os inspiradores da abordagem ocidental do marxismo, além de grupos posteriores como os componentes da chamada Escola de Frankfurt (Theodor Adorno, Max Horkheimer, Walter Benjamin e Herbert Marcuse), além de uma série de outros autores, como Lefébvre, Garaudy, Ernst Bloch, Leo Kofler, Louis Althusser, Della Volpe, Colletti, Sartre e Hans Mayer. Mesmo autores como Jürgen Habermas, muito distante de qualquer perspectiva marxista e da luta de classes, encontraram guarida na ampla nomenclatura de marxismo ocidental. O fato é que não se chegou a um consenso sobre o que de fato significa o marxismo ocidental; sabe-se que as preocupações da maioria desses pensadores se direcionavam para questões filosóficas e estéticas e que o ambiente em que pensam e escrevem é marcado pelas contradições da sociedade soviética, da teoria e da prática stalinistas, quase sempre confundidas com o “marxismo ortodoxo”.

Quanto a isso, levaram-se a cabo na academia e em setores dos movimentos sociais críticas ao “marxismo ortodoxo” e à “via soviética para o socialismo”. Do conjunto dessas críticas, expressa nas várias propostas de realizar uma síntese eclética entre ideias do marxismo com as teses de uma série de outras correntes de pensamento (inclusive o anarquismo), entrava na cena universitária aquilo que se passou a denominar de “marxismo heterodoxo” (que se apoia em autores dos mais diversos, como Herman Gorter, Jan Wacław Makhayski, Amadeu Bordiga, Anton Panekoek, Paul Matick, etc.), apresentando-se como uma antípoda do “marxismo ortodoxo”. Na verdade, esses autores e, particularmente seus seguidores, renegavam, em última instância, tanto as deformações stalinistas (*marxismo-leninismo-stalinismo*) quanto às críticas e propostas do movimento trotskista (*marxismo-leninismo-trotskismo*). Questionavam teses de Marx como “ditadura do proletariado” e a “concepção marxista de partido político leninista”. No fundo, ao falarem sobre o “marxismo ortodoxo”, em oposição ao “marxismo heterodoxo”, estavam na verdade lidando com o dogmatismo stalinismo, ou melhor, com a vulgarização do marxismo, com o marxismo mecanicista, a desfiguração e traição dos princípios da Revolução de Outubro de 1917, em síntese, a deformação do marxismo internacionalista e revolucionário de Marx e Engels, embora não tivessem inteiramente clareza sobre esse aspecto.

Apesar da crise aberta no seio do stalinismo, em escala mundial, os conflitos políticos e sociais em numerosos países e continentes não cessaram de explodir. Ocorreram várias insurreições e levantes dos explorados pela libertação nacional da opressão e exploração do imperialismo. Além da luta das massas empobrecidas das colônias europeias pela emancipação nacional, como na Coreia, Vietnã, etc. na Ásia, além de Angola, Moçambique, Argélia, Quênia, Gana, etc., na África, ocorreram na América Latina, na década de 1950, importantes acontecimentos políticos como a Revolução Boliviana de 1952 e a Revolução Cubana de 1959. Os levantes dos explorados continuaram nas décadas de 1960 a começos de 1980, como na Nicarágua, El Salvador e Guatemala. Fora isso, as lutas pela redemocratização em países como Argentina, Chile (cujo golpe

militar depusera o Presidente Salvador Allende em 1973) e Brasil, sob as ditaduras militares e civis impostas pela burguesia e pelo imperialismo, prosseguiram. O movimento sindical, organizações políticas e movimentos sociais também começavam a se reorganizar, saindo da letargia que os acometeram durante anos a fio.

No final dos anos 1980 e início da década de 1990, o processo de desagregação da União Soviética e do Leste Europeu chegou a seu ápice. Em 1989, caía o Muro de Berlim, acontecimento saudado pela direita e pela esquerda adaptada ao capitalismo, profundamente divulgado por jornais, revistas e demais meios de comunicação em todo o mundo. Em 1991, a URSS declina irreversivelmente. O fim do Leste Europeu e da URSS significou para muitos ideólogos e para milhares de militantes em todo o mundo a crise anunciada do próprio marxismo. Para eles, não era a degrading final da estratégia do socialismo num só país, da tese da convivência pacífica com o imperialismo e da revolução por etapas, defendidas e aplicadas sistematicamente pelo stalinismo no movimento socialista internacional; não era o fim das aventuras da burocracia soviética na área econômica e política, que finalizariam, definitivamente, com a restauração das relações de produção capitalistas com a *Glasnost* e a *Perestroika*, de Mikhail Gorbachev, mas o próprio esvaziamento das teses de Marx e Engels, as quais teriam supostamente, na prática, sido negadas.

Com posições abertamente reacionárias, o stalinismo obstaculizou, e continua a fazê-lo, o avanço dos movimentos sociais, que estão sob sua égide e construiu progressivamente as condições para a inviabilidade do projeto socialista na Rússia. Intelectuais, organizações e movimentos sob sua tutela foram profundamente abalados pelos acontecimentos históricos que levaram ao fim da URSS. As consequências desse acontecimento histórico têm um peso descomunal no esclarecimento da atual configuração dos movimentos e tendências do campo marxista, inclusive o profundo retrocesso teórico, ideológico, político e organizativo da classe operária nacional e internacional, dando um novo fôlego, ainda que curto, à burguesia mundial, com a restauração das relações capitalistas de produção na URSS e no Leste Europeu.

Como se não bastassem os retrocessos teórico-práticos à luta socialista mundial, há na atualidade uma tentativa sorrateira de reabilitar, aproveitando-se da pouca experiência teórica e prática da jovem militância socialista, teses que procuram identificar ou confundir personalidades tão dispares como Lênin e Stalin, Trotsky e Stalin, colocando-os no mesmo plano, atribuindo-lhes conjuntamente a responsabilidade pela tragédia stalinista. Procura-se irmanar à burocracia soviética e à obra de Stalin, a vida, a prática política e as contribuições teóricas de Lênin e Trotsky. O desiderato é demonstrar que o embrião da burocratização e da tirania do stalinista fora, na verdade, criado antes, durante, e logo depois da Revolução de Outubro. Com essas posições, tenta-se enterrar junto com stalinismo, os avanços fundamentais que Lênin e Trotsky deram para a teoria marxista, particularmente sobre a teoria marxista do partido político e a teoria da revolução permanente. Não

faltam ainda aqueles que chegam a vincular ao próprio Marx a responsabilidade pela tragédia stalinista.

O vazio de referenciais teóricos e históricos entre a juventude e a militância abre as portas a outras concepções de sociedade, principalmente para os adeptos do anarquismo, do “marxismo heterodoxo” e, fundamentalmente, para as concepções burguesas e reformistas no interior dos movimentos sociais, nas quais ex-stalinistas encontram guarida para a sua agonizante trajetória. Não à toa, autores que antes se situavam no campo do stalinismo, inclusive integravam partidos comunistas stalinizados e seguiam fielmente as ordens de Moscou, hodiernamente cumprem o triste papel, na academia e entre grupos de estudantes e de jovens militantes, de cumpridores testamentários do stalinismo, na medida em que resgatam as mesmas falsificações efetuadas por Stalin e consortes depois de 1923, ou simplesmente se adaptaram aos limites da democracia e do Estado burguês.

O problema é que grande parte da militância desconhece o debate internacional e nacional travado entre stalinismo e trotskismo. O desconhecimento dos fatos históricos e da disputa teórica em torno da teoria e da luta pela revolução socialista internacional concorrem para que autores “ex-stalinistas”, hoje adaptados à lógica da política estatal e da democracia burguesa ou que abandonaram completamente a perspectiva marxista e que cumprem o lamentável papel de virulentos críticos de Marx, Engels, Lênin e Trotsky, adquiram espaço na academia e expressão entre setores da juventude.

Não podemos, como marxistas, concordar com isso! Pesadas as coisas, é no mínimo irresponsabilidade intelectual, política e histórica igualar a estatura moral, política e intelectual de Lênin e Trotsky ao stalinismo. Enquanto o stalinismo encontrava-se no auge e influenciava os partidos comunistas no mundo todo, o trotskismo, em particular a figura de Trotsky, era apresentada como a antípoda do marxismo-leninismo (na verdade assim denominava o stalinismo, que se considerava a continuidade de Marx e Lênin), adversário do “socialismo soviético” e traidores da “pátria comunista”. Quando a história desfez a farsa montada pela burocracia soviética e confirmou dramaticamente a tese da restauração capitalista na URSS, intelectuais e militantes ligados diretamente ou indiretamente à herança burocrática trataram de demonstrar, especulativamente, a aproximação e o empreendimento comum entre Stalin, Lênin e Trotsky, jogando-os na mesma vala da falsidade histórica. Antes antípodas e inimigos mortais; hoje, sujeitos de uma mesma trama política: autoritarismo, burocratismo e mecanicismo teórico.

Como olvidar as preocupações de Lênin, em sua *Carta ao Comitê Central*, antes de sua morte, sobre o processo de burocratização do Estado e do partido bolchevique? Como desconsiderar toda a análise empreendida por Trotsky sobre o caráter do Estado e da burocracia soviéticos e o caminho trilhado pelo stalinismo rumo à restauração das relações de produção capitalistas, além de sua luta

intransigente pela organização da oposição de esquerda internacional e a denúncia dos *Processos de Moscou* e dos *crimes de Stalin*, que levaram ao desaparecimento, execução, abjuração e prisão de inúmeros revolucionários de Outubro? Não podemos jamais esconder ou justificar erros de análise e práticas equivocadas de nenhum revolucionário, mas é igualmente temerário reduzir a importância histórica de Lênin e Trotsky para o movimento socialista internacional à farsa stalinista.

Para os marxistas internacionalistas (se é que possam existir marxistas nacionalistas, no sentido burguês do termo, uma contradição), a Revolução Russa deveria se constituir em um elo da revolução socialista internacional, tendo em vista que, manter as conquistas revolucionárias nos estreitos limites das fronteiras nacionais representaria um grande passo para a futura debilitação e estrangulamento da primeira revolução socialista vitoriosa. O produto mais autêntico do fracasso do stalinismo foi a confusão teórica no seio do marxismo, a desilusão quanto à possibilidade histórica da revolução socialista e, por consequência, a adaptação progressiva de inúmeros militantes e organizações políticas aos limites da democracia formal e do Estado burguês.

Essa é uma das faces mais trágicas da derrota, desmoralização e desagregação do stalinismo na Rússia e em todos os países. Certamente, como avaliamos, o stalinismo sofreu uma derrota ideológica e política, mas não desapareceu completamente, com o fim da URSS e do Leste Europeu. De fato, continua presente nas ideias reformistas de várias organizações e partidos, supostamente de esquerda e na prática de diversos militantes, em particular alinhados à burocracia sindical e aos projetos de mudança da sociedade através de alianças com setores da suposta “burguesia nacional progressista” e na política de reformas graduais e progressivas através do poder do Estado democrático-burguês. Mas o pior dos papéis que certos autores e militantes poderiam cumprir, neste momento, seria de testamentários do stalinismo. E, no entanto, fazem-no reproduzindo na atualidade a mesma farsa teórica e política montada por Stalin e seus adeptos ao longo de décadas, que custou a falsificação e a manipulação de acontecimentos, a derrota de inúmeras revoluções, bem como a perseguição, abjuração, o expurgo e a morte de toda uma geração de revolucionários marxistas.

No campo do movimento trotskista, com a morte de Trotsky, a 20 de agosto de 1940, no México, executado a mando de Stalin, por Jacques Monard (conhecido por Ramon Mercader), a IV Internacional sofreu um abalo e não conseguiu tirar todo o proveito das consequências da Segunda Guerra Mundial para a organização dos explorados e o reforço da luta socialista internacional. A confusão se instalou em seu seio, levando às primeiras baixas. A Quarta Internacional realizou uma nova Conferência em 1946, com a participação de algumas seções, tomando-se como orientação a necessidade da ligação dos grupos trotskistas à luta das massas, tornando-se sua direção física. Realizou seu Segundo Congresso em 1948, tendo a participação de 22 organizações de 19 países,

constatando-se então que havia mais condições de desenvolvimento do trotskismo em países do Extremo-orient e América Latina e que havia avanços nesse sentido.³¹

Entretanto esse entusiasmo do Segundo Congresso se mostrou efêmero. A vitória da URSS sobre a Alemanha nazista de Hitler, o surgimento de novos estados operários no pós-guerra (da Europa Oriental e China), indicando um aumento da influência da URSS na Europa e Ásia, deu novo fôlego ao stalinismo em todo o mundo. O fato dos trotskistas não ter fortalecido a sua inserção no movimento operário internacional, de não transformarem em influência efetiva os ganhos programáticos e os prognósticos políticos corretos, além da confusão e da instabilidade em suas fronteiras levou à desintegração da Quarta Internacional como organização centralizada, transformando-se numa federação de correntes políticas.

No seio da Quarta Internacional, fragilizada e desorientada, fortaleceram-se tendências oportunistas que, entre outras coisas, defendiam a política de que os trotskistas deveriam voltar aos partidos comunistas stalinizados (Michel Pablo), ou se submeter aos partidos nacionalistas burgueses, sob o argumento de que se abriria com o fim da guerra uma etapa de polarização entre os EUA e a URSS; que se encaminharia para uma terceira guerra mundial, e que o papel dos trotskistas era acelerar as inclinações revolucionárias dos partidos comunistas stalinizados. Esta tese, contida no documento *Aonde Vamos?* de Pablo, foi aprovada no Terceiro Congresso da Quarta Internacional em 1951. Essa posição foi responsável por orientações e resoluções equivocadas da direção da IV Internacional. Por exemplo, os pablistas orientaram ao Partido Operário Revolucionário (POR) boliviano a adotar a política de submissão ao Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) nos acontecimentos da revolução de 1952. A direção pablista, através do Bureau Latino Americano da Quarta Internacional, desencadeou uma luta fracional no POR, levando-o quase à destruição. O partido se recompôs em 1956, sob a direção de Guillermo Lora, que lutou intransigentemente contra a fração alinhada ao pablismo.

Da mesma forma, em 1952, a maioria do Partido Comunista Internacionalista (PCI) é excluída da Quarta Internacional, por causa das polêmicas com a direção pablista. Em 1953, o partido trotskista americano (SWP) lança uma carta aberta de crítica aos métodos burocráticos do pablismo, à frente do Secretariado Internacional da Quarta. Em 1953, a Quarta Internacional se dividiu. Em 23 de novembro de 1953, formou-se o Comitê Internacional da Quarta Internacional com a participação da maioria francesa do PCI, do partido norte-americano, da seção inglesa e da suíça, sendo reforçado em seguida pelas frações da China, do Canadá e pela fração da Argentina, ligada a Nahuel Moreno. Após a desagregação da Quarta Internacional no pós-guerra, as tentativas de reunificação, como a criação do Secretariado Unificado da Quarta Internacional (1963), encabeçado por Mandel e SWP, não conseguiram reerguer o Partido Mundial da Revolução Socialista.

³¹Sobre a história da Quarta Internacional, ver a obra de Guillermo Lora, *História de Las Cuatro Internacionales* (1989).

Hodiernamente, lambertistas (relativo a Pierre Lambert) e morenistas (seguidores de Nahuel Moreno), depois de um tempo de unificação, seguiram caminhos diferentes. Os lambertistas seguem como autorrepresentantes da Quarta Internacional refundada. Os morenistas constituíram a Liga Internacional dos Trabalhadores (LIT). O Partido Operário Revolucionário (POR) da Bolívia, juntamente com o POR Argentino e o POR brasileiro formam na atualidade o Comitê de Enlace pela Reconstrução da Quarta Internacional (CERQUI).

De qualquer forma, apesar da fragmentação e confusão das últimas décadas no seio do movimento trotskista internacional (o que reflete o estado de organização da esquerda como todo), observamos que as teses fundamentais de Leon Trotsky sobre o caráter da revolução na atualidade, a caracterização da ex-União Soviética e da natureza social da burocracia stalinista, além do rumo da restauração capitalista nos Estados originados das revoluções socialistas mostraram-se acertadas em sua essência. Por outro lado, quando o stalinismo se mostrou completamente adaptado à ordem burguesa, o pensamento trotskista não expressa senão o marxismo de nossa época, tais como o processo de restauração capitalista na Rússia, Leste Europeu, China e Cuba, a crise de direção revolucionária mundial, a crise estrutural do capitalismo e a necessidade de reconstrução da IV Internacional. Isto porque mantém o caráter revolucionário do marxismo e, ao mesmo tempo, abre amplas perspectivas de atualização da teoria revolucionária frente aos grandes problemas de nossa época. Hoje se coloca como tarefa fundamental o processo de reconstrução da Quarta Internacional, tarefa esta defendida por várias correntes, que se inspiram na obra teórico-política de Trotsky.

É preciso, por último, destacar a penetração do marxismo na América Latina. As ideias socialistas chegaram à região latino-americana por meio dos imigrantes europeus, em especial, os italianos, espanhóis, portugueses e alemães. Penetraram também por meio dos que viajavam à Europa e lá tinha de alguma maneira contato com as ideias socialistas. Além disso, as teorias socialistas chegavam por intermédio da importação de livros, revistas e jornais europeus. Entretanto, o momento histórico e a forma como se deu a introdução das ideias socialistas e a formação dos primeiros militantes marxistas variaram de país para país.

A afluência das ideias socialistas refletia o desenvolvimento das relações de produção capitalistas em curso e a formação do proletariado, ainda muito diminuto em relação ao conjunto dos trabalhadores (camponeses e artesãos). Konder (2009:80) registra que a Argentina, país de maior desenvolvimento no final do século XIX, detinha, segundo censo de 1895, cerca de “23 mil estabelecimentos com um total de 170 mil operários; o que indica uma média de sete trabalhadores por empresa”. As ideias socialistas chegaram com a repercussão da Comuna de Paris de 1871, momento em que a Associação Internacional dos Trabalhadores, que Marx ajudara a fundar em 1864, começa a ter “eco no México, em Cuba, Porto Rico, Martinica e Chile (...). De fato, porém, só no México e na Argentina – e em certo sentido também no Uruguai – é que se criaram núcleos que

passaram a ter alguma continuidade em suas atividades” (Idem:82). Portanto, em 28 de janeiro de 1872 apareceu uma seção argentina da Primeira Internacional. Em 1873, já havia três seções da Internacional no país, refletindo as divergências no seio do movimento operário entre bakhuninistas, proudhonistas, blanquistas e marxistas.

Entre os integrantes consta o nome do belga, radicado em Buenos Aires, Raymund Wilmart, que era amigo de Paul Lafargue e mantinha correspondência direta com Marx. Wilmart criou uma quarta seção da Primeira Internacional em Córdoba. Através de sua correspondência relatava a Marx as condições políticas do movimento socialista na Argentina e as debilidades organizativas e teóricas dos militantes, o que dificultava a assimilação das ideias do socialismo científico. Em 1896 (outros indicam 1892) formou-se o Partido Socialista Argentino, estimulando a criação de outros partidos no Chile, em 1897, e no Uruguai, mantendo-se em contato com a Segunda Internacional, fundada em 1889.

No seio do Partido Socialista Argentino se destacou a figura de Juan Bautista Justo. Apesar de suas atividades políticas e da tradução que fez de *O Capital*, Justo era avesso à teoria, chegando mesmo a considerar a teoria da mais-valia, de Marx, uma alegoria. De maneira geral, prevalecia na Argentina entre os integrantes do Partido Socialista uma visão superficial do legado de Marx e Engels. Predominavam tendências ao ecletismo de ideias (mescla de ideias marxistas com o positivismo) e o reformismo. O eco das ideias revisionistas de Bernstein foi combatido no seio do Partido Socialista Argentino pelo grupo organizado pelo operário gráfico e jornalista José Fernando Penelón, que atuava sob o nome *Centro de Estudios Sociales Carlos Marx*, difundindo suas teses através da revista *Palabra socialista*.

Ao longo do século XX, o marxismo expandiu a sua influência nos países latino-americanos. Evidentemente, o desenvolvimento do marxismo na América Latina esteve diretamente ligado aos acontecimentos nacionais e internacionais, não só no campo da luta de classes como no domínio das ideias revolucionárias. A Revolução Russa de 1917 teve um impacto marcante na evolução da militância em direção ao marxismo, na superação da herança anarquista e na formação dos partidos comunistas. Como avalia Löwy (2006:14),

Os partidos comunistas apareceram na década de 1920 a partir de fontes distintas: os partidos socialistas que cerraram fileiras em torno da Revolução de Outubro, em sua corrente majoritária (Uruguai, 1920, e Chile, 1922) ou em sua ala esquerda (Argentina, 1918); e a evolução rumo ao bolchevismo de certos grupos anarquistas ou anarcossindicalistas (México, 1919, e Brasil, 1922). A força desses partidos permaneceu bastante limitada por algum tempo: o PC chileno, desde começo o mais forte, não tinha mais de 5.000 membros em 1929.

Posteriormente, disseminaram-se partidos comunistas nos variados países da América Latina. Porém, as transformações ocorridas na URSS, no PCUS e na Terceira Internacional, marcadas por diversas derrotas de levantes revolucionários e o avanço do processo de burocratização e

stalinização determinaram os rumos dos partidos comunistas latino-americanos, que se tornaram, ao longo de décadas, verdadeiros satélites do PCUS. É preciso dizer, que no caso da América Latina, as ideias de Trotsky e a luta da Oposição Internacional de Esquerda Internacional tiveram influência marcante a partir da década de 1930, entre grupos de militantes em diversos países como Brasil, Argentina, Cuba, Chile, Porto Rico, México, Uruguai, Bolívia e Panamá. Em países como Chile e Cuba, a luta entre a Oposição de Esquerda e o stalinismo dividiram os Partidos Comunistas (PCs) dando maioria aos trotskistas.

Para Campos (1981:63-64),

Em Cuba, a Oposição de Esquerda rompeu com o PC, levando atrás de si dirigentes da Central Nacional dos Trabalhadores, como Sandálio Junco, e formando, a 14 de setembro de 1933, o Partido Bolchevique Leninista. Desenvolvimento semelhante tiveram as lutas do interior do Partido Comunista Chileno onde uma ala, agrupada em torno do líder operário Hidalgo Plaza, conseguiu que a maioria dos membros da organização e alguns dirigentes sindicais condenassem a posição de Stalin. Foi na Bolívia, entretanto, que o trotskismo teve maior implantação no seio do proletariado e maior importância no cenário político.

Em 1935, formou-se o Partido Operário Revolucionário (POR) da Bolívia, fundado em Córdoba (Argentina) por José Aguirre Gainsborg, que se tornou seção boliviana da Quarta Internacional. Em 1946, um Congresso da Federação Sindical dos Trabalhadores Mineiros da Bolívia (FSTMB),

que se reuniu na cidade de Pulacayo, aprovou um conjunto de teses de inspiração nitidamente trotskista – redigidas por Guillermo Lora, um dos dirigentes do POR -, cujo eixo central era a estratégia de transformação da revolução democrático-burguesa em uma revolução socialista num processo ininterrupto, sob liderança proletária (Löwy, 2006:35-36).

Trata-se de uma experiência axial no campo do trotskismo internacional, com avanços teóricos e políticos indelévels.

Nessa trajetória, destacam-se acontecimentos fundamentais como a Revolução Boliviana de 1952, a Revolução Cubana de 1959, A revolução Nicaraguense em 1979, com desdobramentos ao longo dos anos 1980, que tiveram influência em toda a América Latina. Impactados pelos acontecimentos da Revolução Cubana, diversos grupos travaram a luta armada nos anos 1960-1970 na América Latina contra as ditaduras implantadas com o auxílio dos Estados Unidos. Como já afirmamos, o caso mais exemplar da intervenção imperialista na América Latina se deu com o golpe preparado pela burguesia chilena sob a influência dos EUA contra o presidente eleito Salvador Allende em 1973, desencadeando um período sangrento de perseguições, prisões, desaparecimentos e mortes de inúmeros militantes.

Com a abertura democrática nos países latino-americanos e a crise dos governos neoliberais, chegaram ao poder do Estado nos anos 1990 governos com apoio de um amplo contingente das massas exploradas na Bolívia, Venezuela, Argentina, Brasil, Equador, entre outros, que se

colocaram de início como oposição aos anteriores governos neoliberais e que se propuseram realizar reformas econômicas, sociais e políticas em favor da população explorada. No caso de Hugo Chávez, passou a ser identificado com a construção do “socialismo do século XXI”. Os acontecimentos da última década têm, no entanto, demonstrado as limitações desses governos, na medida em que mantêm intactos os fundamentos da propriedade privada dos meios de produção, os negócios das multinacionais e das burguesias nacionais, a grande propriedade da terra e o regime de assalariamento, isto é, a exploração do trabalho pelo capital. O curso da crise mundial e da luta de classes determinará os rumos do movimento socialista na América Latina e o futuro desses governos.

Portanto, na assimilação da história do marxismo na América Latina, são fundamentais questões como a introdução das ideias marxistas, as diversas correntes que se formaram a partir do debate nos países e na esfera internacional, a diferenciação em relação às demais vertentes socialistas (como o anarquismo e o anarcossindicalismo), o impacto da Revolução Russa de 1917 e das diversas insurreições europeias, as consequências do processo de deformação burocrática do Partido Bolchevique, do Estado operário soviético e da Terceira Internacional, a influência do stalinismo nas décadas posteriores, a crise burocrática e as dissidências no interior do stalinismo, bem como a formação das primeiras correntes trotskistas a partir dessas rupturas, isso para fixarmos os momentos essenciais dessa trajetória. No caso do Brasil, em particular, faremos esse debate no capítulo seguinte.³²

Da história do marxismo, pode-se inferir o seguinte:

a) como dissemos anteriormente, o marxismo como uma concepção de história, da sociedade e dos indivíduos não foi produto meramente acadêmico. O marxismo é resultado do processo histórico inaugurado pelo desenvolvimento do capitalismo em escala mundial. O processo de industrialização fez brotar a classe operária e o movimento social operário, com suas organizações, em oposição à burguesia e à exploração do trabalho assalariado. O aparecimento das ideias socialistas utópicas apenas expressou essas contradições presentes na sociedade burguesa moderna nas primeiras décadas do século XIX. O marxismo, por sua vez, representa para as ideias e para a prática socialista uma nova etapa, marcada pela elaboração de uma teoria da história, pelo estudo das formações econômico-sociais pré-capitalistas, por uma análise contundente da sociedade capitalista atual. Expressa a fusão entre o movimento operário e a política revolucionária. Representa igualmente o fortalecimento das formas de organização, de luta e de expressão da classe operária e demais explorados;

³²Sobre a história do marxismo na América Latina, consultar a coletânea de autores e textos organizada por Michael Löwy, *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais* (2006), que retratam os momentos essenciais dessa trajetória, desde a chegada das ideias marxistas, a formação dos partidos comunistas até os debates em torno das tendências fundamentais do movimento socialista internacional.

b) Marx e Engels lograram durante suas vidas, com suas intervenções teórico-práticas, no movimento operário e socialista, influenciar pessoas, organizações e partidos. Destacam-se nesse itinerário a transformação da *Liga dos Justos* em *Liga dos Comunistas*, a primeira organização política que colocava claramente em seu programa a necessidade de destruir a propriedade privada e construir o socialismo. Realçam-se ainda a formação da *Associação Internacional dos Trabalhadores* (AIT), a *Primeira Internacional*, e a intervenção frente aos acontecimentos da *Comuna de Paris*, de 1871, na França. Fora esses grandes feitos, que, por si sós, justificariam a presença de Marx e Engels na história contemporânea, os dois revolucionários atuaram firmemente na formação e consolidação dos *Partidos Operários* em vários países, em particular do *Partido Social-Democrata Alemão*;

c) após a morte dos fundadores do marxismo, suas ideias passaram a influenciar um número considerável de indivíduos, organizações e partidos políticos, que atuaram no movimento operário e socialista internacional nas últimas décadas do século XIX e durante todo o século XX, tornando-se uma das correntes de pensamento mais importantes da história da humanidade, com repercussões indeléveis na prática social e na luta de classes. Nomes como Bebel, Lafargue, Kautsky, Plekhanov, Lênin, Trotsky, Rosa Luxemburgo, entre tantos militantes, ativistas e intelectuais se destacaram na história posterior do marxismo. Outras internacionais socialistas foram criadas: a Segunda Internacional, a Terceira Internacional e a Quarta Internacional. Muitos outros partidos e organizações foram constituídos, como os Partidos Comunistas (PCs) em todo o mundo. Muitas revoluções se inspiraram em suas ideias, como a Revolução Russa de 1917;

d) a Revolução Russa de 1917 expressou um momento singular na história do marxismo e das lutas sociais em toda a história da humanidade. Foi a primeira revolução proletária vitoriosa, que conseguiu fundar um Estado operário e iniciar um processo de transição para o socialismo. Nesse processo revolucionário, destacaram-se os *soviets* (conselhos), como organizações dos explorados em luta contra o poder do Estado burguês e como base da revolução e do Estado operário nascente. Os quatro primeiros congressos da Terceira Internacional deram à teoria marxista e ao movimento operário internacional avanços consideráveis. Depois do Quarto Congresso da Internacional, especificamente com a doença, a morte de Lênin e o isolamento internacional da Rússia diante das derrotas revolucionárias, a burocracia começa a ganhar espaço no Partido Bolchevique, no Estado Soviético e na Internacional Comunista, com a subida de Stalin ao cargo de secretário-geral e dirigente do país;

e) o stalinismo representou a deformação do marxismo e a ruína da primeira revolução socialista vitoriosa do proletariado russo e internacional. Transformou o marxismo em instrumento de legitimação moral das teses stalinistas e das práticas contrárias à luta internacional do proletariado e à construção do socialismo. Ao contrário do que se possa pensar, toda a experiência soviética

confirma plenamente as análises empreendidas por Marx e Engels, desde o século XIX e aprofundadas por Lênin e Trotsky, de que o socialismo só pode ser construído internacionalmente. A Revolução Russa de 1917 foi um elo da luta revolucionária e socialista mundial. As teses do “socialismo em um só país”, da “revolução por etapas” e da “coexistência pacífica com o imperialismo” constituíram um obstáculo à luta concreta dos explorados em todo o mundo. Muitas revoluções e movimentos foram arruinados, em nome de alianças com a burguesa “progressista”. Neste sentido, o fim da URSS e do Leste Europeu é um profundo golpe contra o movimento operário e socialista internacional, mas, contraditoriamente, é um notório indício da justeza das teses revolucionárias de Marx e Engels sobre o caráter internacional e permanente da revolução socialista;

f) a vanguarda socialista internacional deve compreender o desenvolvimento do marxismo em escala nacional e internacional e a experiência da Revolução Russa de 1917, bem como as diversas revoluções ao longo do século XX, para avançar na luta e na organização da classe operária e demais explorados em direção à revolução socialista.

Capítulo VIII

Marxismo e lutas sociais no Brasil

O primeiro grande passo a ser dado em todos os países que tenham recentemente entrado em movimento é a constituição dos operários em partido político independente, não importando como, mas bastando somente que ele seja um partido operário distinto (Engels, *Carta a Sorge*)

No capítulo VII sintetizamos o desenvolvimento da teoria marxista e sua difusão no (e a partir do) movimento operário. Neste capítulo, pretendemos esboçar alguns elementos sobre a história do marxismo e das lutas sociais no Brasil, seus avanços, retrocessos e perspectivas atuais. Essa história não é a história de um único partido (do Partido Comunista Brasileiro–PCB, por exemplo) ou de uma única tendência de filiação à teoria de Marx e Engels, como muitas vezes tentou-se passar, encarando-se, por exemplo, as correntes trotskistas como algo menor, sem relevância histórica. Trata-se, na verdade, da rica e complexa história da luta de classes e das tendências, correntes, organizações e partidos que nela atuaram, no seio dos quais se confrontaram ideias e práticas diferenciadas.

Uma segunda questão fundamental é que o Brasil, apesar das suas particularidades nacionais, é parte da economia mundial capitalista, e, como tal, constitui um dos elos da dinâmica contraditória e complexa do movimento internacional do capital. Dessa forma, a compreensão dos acontecimentos sociais, políticos e econômicos da história do país deve se articular à história mundial, ainda mais se tratando da história do marxismo e das lutas sociais. As perspectivas e possibilidades da revolução brasileira estão igualmente entrelaçadas à crise mundial do capitalismo e à luta de classes internacional.

Nesse sentido, procura-se avaliar: como as ideias marxistas foram recepcionadas em nosso país? Como se deu a formação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), sua trajetória e suas posições diante dos grandes problemas da luta de classes? Qual a relação desse partido com a Rússia e a Terceira Internacional? Como se deu a formação da Oposição de Esquerda trotskista, sua trajetória e posições políticas? Quais os reflexos da crise do stalinismo no Brasil a partir dos anos 1950? Quais as lições da história da luta armada nos anos 1960-1970? Em que contexto se deram a reorganização do movimento operário e a formação do Partido dos Trabalhadores (PT) no final dos 1970 e começos dos anos 1980? Quais os acontecimentos da luta de classes na recente história do país? Quais as perspectivas e desafios da luta revolucionária na atualidade? São muitos os problemas e questionamentos; começemos pela difusão das ideias marxistas entre nós.

Pacheco (2008:23) destaca que a primeira tentativa de organização de uma comunidade socialista no Brasil deve-se ao médico francês

Benoit-Jules Mure. Seguidor das ideias de Charles Fourier, Mure tentou fundar uma comunidade igualitária em Saí, próxima a São Francisco do Sul, Estado de Santa Catarina. Esta tentativa prolongou-

se de janeiro de 1842 a setembro de 1843, quando Mure retorna ao Rio de Janeiro. Outro francês, o engenheiro Louis Leger Vauthier, contratado pelo governo de Pernambuco, estabeleceu-se no Recife, onde desenvolveria intenso proselitismo político. A ambos deve-se a formação de grupos intelectuais e o surgimento de publicações socialistas no país. Entre estas a mais proeminente foi *O Socialista da Província do Rio de Janeiro*, lançado a 1º de agosto de 1845, no qual escreviam Mure, João Vicente Martins, seu diretor Manuel Gaspar de Siqueira Rego e outros. A circulação se estenderia até agosto de 1847.

Ambos eram influenciados pelas ideias dos socialistas utópicos, típicas das primeiras décadas do século XIX.

Ecos da Revolução de 1848 na Europa teriam chegado aqui pelas páginas do jornal *O Progresso*, em 31 de agosto daquele ano. Não obstante, é com a repercussão da Comuna de Paris de 1871 na América Latina, que a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT, também conhecida como *Primeira Internacional*) passou a influenciar intelectuais, ativistas e grupos políticos recém-criados em vários países. Na Argentina, como vimos, criaram-se as primeiras seções da AIT ainda na década de 1870, e, na década de 1890, nascia o primeiro Partido Socialista argentino. Juan Bautista Justo, do Partido Socialista foi responsável pela tradução da obra magna de Karl Marx, *O Capital*, na década de 1890 na Argentina.

No Brasil do final do século XIX, tinha-se uma visão muito superficial e pitoresca das correntes em disputa no socialismo internacional. Sabia-se muito pouco sobre as ideias defendidas pelas tendências socialistas na Europa e sentia-se apenas o eco, por vezes distante, do comunismo. Somente a partir das repercussões da Comuna de Paris de 1871, o nome de Marx começa a ser citado por escritores, jornalistas e políticos, de forma preconceituosa ou simpática, mas sempre demonstrando antes de tudo um desconhecimento completo ou uma profunda superficialidade quanto às ideias fundamentais dos mentores do socialismo científico e as diferenças em relação às demais correntes do movimento socialista em curso na Europa, particularmente entre os socialistas utópicos e as posições de Marx e Engels.

Entretanto, apesar do nome de Marx ser citado ocasionalmente por alguns autores, na maioria das vezes se fazia por segundas ou terceiras fontes, em muitos casos de forma distorcida e mesclada com outras correntes de pensamento como o positivismo, o cientificismo e o darwinismo. A influência do pensamento de Augusto Comte e Herbert Spencer no país, na segunda metade do século XIX, entre a intelectualidade, aumentava as deformações na compreensão do que se passava no movimento socialista internacional, e, além disso, ofuscavam-se as diferenças essenciais entre as ideias de pensadores anarquistas (como Proudhon e Bakunin) e dos fundadores do marxismo.

Algumas passagens sobre a repercussão das ideias e das experiências do movimento operário internacional em nosso país, nas últimas décadas do século XIX, são muito interessantes. A pré-história das ideias socialistas e sua ressonância em nossas terras foram registradas por Konder (2009:95-149). Logo após os eventos da Comuna, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Manuel

Francisco Correa, procurava tranquilizar a classe dominante e os parlamentares com a promessa de que todo e qualquer *communard* que aportasse no Brasil, fugindo da repressão na França, por conta dos eventos revolucionários da Comuna de 1871, seria extraditado para responder pelos crimes cometidos. O deputado Machado Freire Pereira da Silva podia dizer, então, que o comunismo era o “*cancro do mundo moderno*”.

Mas há também expressões de simpatia com referência à Comuna de Paris, como as manifestações do político republicano mineiro Lúcio de Mendonça, que chegou a incluir Marx entre os maiores políticos daqueles tempos. No jornal do Partido Liberal, *A reforma*, afirmou-se em 1871 a seguinte notícia:

O Sr. Karl Marx, chefe da Internacional, cuja sede é em Londres, acaba de escrever ao *Times*, declarando que a asserção apresentada no *Daily News* de que a associação (refere-se à AIT) recomendou aos rústicos franceses que incendiassem os palácios é de todo o ponto falsa, afirmando, outrossim, que todas as proclamações contendo infames sugestões, publicadas em Paris em nome da Internacional, depois de 18 de março, são apócrifas (Idem:97).

O jornal republicano *Os seis de março* reproduzia em 17 e 29 de março de 1872 uma matéria publicada originalmente na revista *Ilustração espanhola*, descrevendo Marx da seguinte forma:

Sua larga fronte revela um pensador. Seu rosto, emoldurado por grandes e abundantes cabelos, denota nas rugas profundas e numerosas as suas meditações e graves preocupações; sob a testa se veem umas sobrancelhas espessas, que sombreiam uns olhos pardos, afundados em suas órbitas e cintilando através dos cílios roxeados pelo estudo e pelas vigílias. O nariz, largo em sua base como o de Balzac – indício de grandes faculdades intelectuais, segundo os fisionomistas – desenha-se sobre duas faces cheias; dos extremos do nariz descem dois fundos sulcos, que vão perder-se nos lábios grossos e sensuais, e meio cobertos por um abundante bigode a confundir-se com uma barba grisalha, bastante espessa e quase patriarcal (Idem:99).

A revista *Echo americano*, editada no estrangeiro (em Londres), em língua portuguesa, por Luiz Bívar e Melo Morais Filho, datada de 20 de fevereiro de 1872, traça a seguinte síntese das ideias de Marx:

A doutrina de Karl Marx se distingue dos sistemas dos outros socialistas. Rejeita todas as concepções e deduções doutrinárias e procura demonstrar que a sociedade atual possui os germes de uma sociedade nova; que esta sociedade elabora-se por meio da luta de classes que, depois de ter passado pela ditadura do proletariado, se fundirão finalmente na Associação dos Produtores Livres, baseada sobre a propriedade coletiva do terreno e dos instrumentos de trabalho (Idem:100).

Tobias Barreto citou o nome de Marx em 1874, 1882 e 1883, este último em discurso proferido por ocasião de uma formatura de advogados na Faculdade do Recife. Numa passagem do seu discurso, Tobias Barreto cita Marx, avaliando que o filósofo alemão “diz uma bela verdade quando afirma que cada período histórico tem as suas próprias leis. Logo que a vida atravessa um dado período evolutivo, logo que passa de um estágio a outro, ela começa também a ser dirigida por leis

diferentes”. Em seguida, Tobias, que rejeitava o socialismo, completa com uma ideia evolucionista, bem a gosto de Herbert Spencer: “O organismo social brasileiro não é o organismo social inglês. Esta proposição, que parece uma tolice por excesso de verdade, não é todavia insignificante para firmar a ideia de que o nosso regime político não pode se modelar pelo regime britânico” (Konder, 2009:102).

Rui Barbosa chega a citar o nome de Marx de passagem e manifesta uma posição de antipatia frente aos socialistas. O jurista Clóvis Bevilacqua cita o fundador do marxismo em 1886, numa obra intitulada *Estudos de Direito e Economia Política*, comparando Marx a Lassalle, como um reformista que se propõe arrancar do Estado migalhas para distribuir aos pobres. Clóvis Bevilacqua era influenciado por Spencer e chega a dizer o seguinte: “O pecado original do socialismo é querer nivelar as classes sociais, quando é certo que é de sua desigualdade, da diversidade de suas funções que resulta a harmonia e o progresso humano” (Idem:104). Já em *Criminologia e Direito*, de 1896, Clóvis aproxima Marx a Schaeffle, como autores de uma mesma tendência que sacrificaria o indivíduo à sociedade. Silvio Romero cita Marx em 1894 e 1896, na primeira, associando-o a Segunda Internacional, e, na segunda, como adepto de uma concepção despótica do Estado “anterior e superior à nação”.

O filósofo Farias Brito também cita Marx por fontes indiretas (através de Enrico Ferri e Benoit Malon), no segundo volume de sua obra *A finalidade do mundo*, de 1899. Apesar de mostrar respeito à teoria marxista, o filósofo brasileiro rejeita a concepção materialista e a forma da resolução da questão social proposta pelo marxismo: “O ponto de vista dos socialistas é: a questão social deve ser resolvida politicamente, em nome do interesse. O meu ponto de vista é: a questão social deve ser resolvida religiosamente, em nome de uma ideia” (Idem:106). Machado de Assis, por outro lado, cético tanto às propostas revolucionárias quanto às tentativas de organização política do proletariado, numa crônica publicada na *Gazeta de notícia*, em 13 de janeiro de 1885, coloca Marx ao lado de Bebel, Cabet e Proudhon, quando descreve, a seu modo literário, a chegada das ideias socialistas ao Brasil (Idem:107).

Nesse clima intelectual e de pouco desenvolvimento do proletariado e do movimento operário, o marxismo não poderia se desenvolver plenamente em nosso país em articulação com a militância socialista. Mesmo no movimento operário nascente no final do século XIX, o nome de Marx era associado ao coletivismo reformista, como se observa do quinzenário *A questão social*, de 1895, do Centro Socialista de Santos (SP), que tinha entre seus quadros Sóter de Araújo, Carlos de Escobar e Silvério Fortes, este último considerado por Astrojildo Pereira como o “primeiro socialista brasileiro de tendência marxista” e “pioneiro do marxismo no Brasil” (Idem:111).

A influência embrionária das ideias marxistas também se faria presente nas posições de Antonio Piccarollo, colaborador do jornal *Avanti*, lançado em 1890, e autor da obra *Socialismo no Brasil*,

que tinha um viés claramente reformista. Em João Ezequiel de Oliveira Luz, as ideias socialistas se mesclam com teorias científicas e cristãs. O social-democrata Mariano Garcia expressava as ideias reformistas de transformação gradual nas páginas do *Jornal dos Operários*, em 1891, da *Gazeta operária*, em 1902 e da *Tribuna do povo*, em 1909. Estevam Estrela, nas páginas de *A reforma* e *Gazeta Operária* externava suas ideias excêntricas sobre o pensamento de Marx e a teoria da mais-valia, de forma muito superficial (Idem: 119 e ss.). Portanto, o anarquismo e a social-democracia apareceram e se desenvolveram mais rapidamente que a teoria revolucionária marxista em nosso país.

No final do século XIX e princípio do século XX, o país passava por transformações econômicas, sociais e políticas, que expressavam o avanço das relações de produção capitalistas, o advento da classe operária à cena histórica nacional e o apodrecimento da estrutura política, econômica e social do período colonial e imperial, baseada, fundamentalmente, na exploração do trabalho escravo e na produção de matérias-primas e produtos agrícolas para exportação. Na divisão internacional do trabalho do capitalismo, o Brasil comparecia até então como fornecedor desses produtos, em geral, centrado em ciclos de monocultura, e recebia em troca produtos manufaturados, fabricados pela potente e desenvolvida indústria europeia, em especial, a inglesa.

As transformações em curso se expressavam na criação da incipiente e débil indústria e na proletarização de contingentes enormes de trabalhadores, oriundos da população negra, formalmente libertada da escravidão, mestiça e de levas de imigrantes europeus, compostos por italianos, alemães, espanhóis, portugueses e asiáticos, que assumiam as tarefas ligadas à agricultura, ao artesanato e ao trabalho nas manufaturas. As atividades econômicas se concentraram em grande medida no eixo Centro-sul. Segundo Pacheco (2008:11 e ss.) o censo de 1890 revelou uma população de 14.333.915 habitantes no Brasil. Dados mostram que, em 1901, existiam em São Paulo aproximadamente 50 mil operários, sendo que do total apenas 10% eram brasileiros. No Rio de Janeiro, em 1906, havia 118.770 operários numa população total de 811.223 indivíduos. Entre os anos de 1890 e 1914, realça ainda Pacheco (Idem:28), teriam se instalado no Brasil perto de 7 mil indústrias.

O movimento operário foi até as duas primeiras décadas do século XX dirigido pelos anarcossindicalistas. As consequências do aparecimento da classe operária e das primeiras indústrias se faziam sentir na necessidade de articulação dos explorados por meio de suas organizações (sindicatos, associações e partidos) e formas de luta (manifestações, greves, ocupações, etc.). Instigados pelas polêmicas no movimento socialista internacional entre marxistas e anarquistas, os adeptos do anarquismo e o anarcossindicalismo no Brasil tratavam com desdém as teorias de Marx e Engels e buscavam difundir os ideais de Bakunin, Proudhon, Kropotkin e Malatesta. Evaristo de Moraes Filho (2007:37) relata que em 1903 foi criada uma Federação das

Associações de Classe, no Rio de Janeiro, que, em 1906, passou a chamar-se Federação Operária Regional Brasileira. Em 1906, realizou-se o I Congresso Operário Brasileiro e, em 1913, organizou-se o II Congresso. Em 1908, surgiu a Confederação Operária Brasileira, a COB, articulando 50 entidades de estados como Rio de Janeiro, Alagoas, Rio Grande do Sul, Bahia e São Paulo, que seria extinta em 1912.

O anarquismo, em suas origens, desprezava as lutas operárias por melhores condições de vida e trabalho, como ocorrera com as posições expressas por Proudhon em *A Filosofia da Miséria* e reduzia-se ao culto (e à prática) abstrato do individualismo, presente, por exemplo, em Max Stirner. Ambos os autores foram firmemente criticados por Marx nas obras *A Miséria da Filosofia* (1847) e *A Ideologia Alemã* (1845/46). Os anarquistas eram igualmente contra as organizações coletivas dos trabalhadores, por supostamente sufocar o indivíduo, e se opunham à participação na política. Entretanto, ao longo do seu desenvolvimento, o movimento anarquista foi obrigado, pelo avanço e pressão do movimento operário, a conviver com os sindicatos e as greves. Assim, surgem nos primeiros anos do século XX no Brasil, sindicatos como a União dos Foguistas (1903), a Associação de Resistência dos Cocheiros, Carroceiros e Classes Anexas (1906), a União dos Operários das Fábricas de Tecidos (1917).

Da mesma forma, os anarquistas em todo o mundo desprezavam a necessidade de organização do proletariado em partido político, contrapondo-se à posição defendida por Marx n' *O Manifesto Comunista* de 1848, de que a classe operária deveria se constituir em partido político de novo tipo para travar a luta revolucionária contra a burguesia. Eram igualmente contrários a qualquer tipo de Estado, inclusive o Estado operário, produto da revolução socialista, e à ideia de ditadura do proletariado, como um período de transição. Assim é que no I Congresso Operário Brasileiro, de 1906, é rejeitada a proposta de constituição de um forte partido operário. Pacheco (2008:29) registra, entretanto, que em 1892 foi criado um Centro Operário Radical e fundado durante a realização do I Congresso Socialista no Rio de Janeiro um Partido Socialista do Brasil, dirigido por França e Silva.

Sobre esse acontecimento, Pacheco (2008:31) observa ainda, que Karl Kautsky, líder da Segunda Internacional, informou o fato a Engels da seguinte forma:

Envio-te adjunto um periódico que me remeteram do Rio de Janeiro. Contém um artigo sobre o Partido Operário Brasileiro e seus programas. Lamentavelmente não sei português e por isso, só posso adivinhar aqui e ali algo do seu conteúdo. Quiçá o artigo te interesse...Eu já mencionei uma vez o movimento brasileiro, numa informação baseada em um periódico alemão de São Paulo.

Por sua vez, Engels parece demonstrar dúvidas quanto ao destino dessas organizações, respondendo o seguinte: “Dei a Ede (Eduard Bernstein) o periódico brasileiro, porém lhe disse que

a importância desses partidos sul-americanos está sempre em relação inversa às demonstrações de seus programas” (Idem: *Ibidem*).

No começo da década de 1920, percebia-se o avanço das relações capitalistas e o fortalecimento do movimento operário de massa. O capitalismo se desenvolvia em nosso país preservando a herança pré-capitalista da grande propriedade privada da terra e as profundas desigualdades econômicas, sociais e políticas entre as regiões. O processo de concentração industrial no Sul-Sudeste do país contrastava com um rastro de miséria e atraso econômico na região Norte-Nordeste. Ainda mais, as relações capitalistas se impunham no período em que o capitalismo, como sistema econômico internacional, ingressara na etapa imperialista, caracterizada pelos marxistas como etapa de decomposição e decadência, marcada pelo domínio do capital financeiro, pelos grandes conglomerados econômicos monopolistas internacionais, pela repartição do mundo em esferas de influência político-econômica pelas grandes potências, enfim por guerras e revoluções.

Observa-se que o censo de 1920 registrou a existência de 13.569 indústrias no país e um total de 293.673 operários, numa população de 30 milhões de indivíduos. Mais de 50% das indústrias haviam surgido entre 1905 e 1919, período que registra também um maior volume de capital empregado, se comparado às décadas anteriores. De 1915 a 1916 foram instaladas 5.950 do total de 13.336 indústrias existentes em 1920. Existiam de 300 a 320 mil operários industriais e entre 1.000.000 e 1.200.000 assalariados no país. Entre 1917 e 1921 ocorreram no Brasil grandes manifestações e greves operárias de massa, destacando-se a Greve Geral de 1917, as comemorações do 1º de maio de 1918, greves de categorias como tecelões, sapateiros e ferroviários em São Paulo, além de greves de tecelões, do pessoal da Companhia Cantareira e Viação Fluminense, de marítimos e ferroviários, no Rio de Janeiro. Em 1918, formou-se a União Geral dos Trabalhadores (UGT).

Nesse mesmo ano, precisamente em 18 de dezembro de 1918, ocorreu um levante operário, quando os trabalhadores paralisaram as fábricas têxteis do Rio de Janeiro, Niterói, Petrópolis e Magé, que foi reforçado com o apoio dos trabalhadores da construção civil, metalúrgicos e tecelões. Informados antecipadamente do evento por um traidor do movimento, a polícia e o exército reprimiram violentamente a rebelião. Vários dos dirigentes operários da época foram presos, entre eles, João da Costa Pimenta, Astrogildo Pereira, Álvaro Palmeira, José Oiticica, Agripino Nazaré, Manuel de Campos e Ricardo Correia Perpétua, que, junto com numerosos militantes, foram indiciados pela polícia.

O marxismo penetrou efetivamente em nosso país a partir da influência da Revolução Russa de 1917 na América Latina. A vitória do proletariado russo teve uma repercussão política internacional marcante e instigou a formação da Terceira Internacional Comunista (*Comintern*) em 1919, como Partido Mundial da Revolução Socialista, além de partidos comunistas em numerosos países. Com

esse grande acontecimento da história, as ideias de Marx, Engels e dos marxistas russos começam a chegar com toda força finalmente em terras brasileiras. Como dissemos, o movimento operário brasileiro havia passado pela experiência das ideias e das organizações anarquistas e anarcossindicalistas, período esgotado historicamente pelo desenvolvimento do capitalismo no Brasil e pelo impacto do processo revolucionário na Rússia.

Isso ocorreu porque o avanço da indústria capitalista moderna e o crescimento do proletariado fabril ligado à produção social tornou indispensável à organização coletiva operária para a luta por suas reivindicações e direitos diante da exploração burguesa. Apesar das conquistas obtidas no período anterior, a experiência anarquista se tornou excessivamente limitada diante do avanço da exploração capitalista, da organização de movimentos de massa e da necessidade de constituição de um partido político operário. Os anarquistas, em processo de debate das suas ideias, chegaram a ensaiar a organização de um Partido Comunista em 1919, que tinha como principais dirigentes e ideólogos Edgard Leuenroth, Antônio Duarte Candeias, Astrogildo Pereira, Otávio Brandão, Fábio Luz, Santos Barbosa, José Madeira, M. de L. Nogueira e José Oiticica (Pacheco, 2008:56).

A repercussão da Revolução Russa de 1917 foi tão grande, que os anarquistas nutriram inicialmente simpatias pela vitória do proletariado russo, devido, sobretudo às confusas informações que chegavam a nosso país. Confundiram mesmo a vitória dos bolcheviques com a vitória dos anarquistas. Mas quando começaram a se confirmar as notícias das divergências entre anarquistas e comunistas russos, que resultaram nos combates entre os anarquistas, liderados por Nestor Makhno e as tropas do Exército Vermelho na Ucrânia, no momento em que a Rússia se encontrava sitiada pelas tropas da burguesia local e incitado pelo imperialismo, começaram as críticas entre anarquistas sobre a Revolução Russa e o Partido Bolchevique.

Nas comemorações do primeiro de maio de 1918, ainda era possível se verificar a saudação da revolução pelos anarquistas:

Algumas organizações operárias transgrediram a determinação do chefe de polícia de só comemorar o 1º de maio entre quatro paredes. Os operários em pedreiras saíram com bandeiras vermelhas, da Praça Tiradentes à Estação Central, cantando a Internacional e dando vivas à Rússia, à ‘emancipação do proletariado’ e repudiando a ‘escravidão moderna’. Conduziam faixas com ‘Paz e Liberdade’ e ‘Avante pelas 8 horas de trabalho’. Fizeram audaciosamente um comício em Madureira. Em Niterói, ao Largo das Neves, houve manifestações, a polícia interveio e, segundo o noticiário, o soldado Inocêncio Luiz Rodrigues feriu um comissário de polícia” (Pacheco, 2008:46).

Os primeiros adeptos do comunismo marxista provinham evidentemente de rupturas com o anarquismo, como é o caso de Astrogildo Pereira. Com a repercussão dos acontecimentos na Rússia e as primeiras dissidências entre anarquistas, estruturaram-se vários grupos, que procuraram se organizar a partir das ideias marxistas, entre eles: a União Operária 1º de Maio, na cidade de Cruzeiro (SP), dirigida por Hermogêneo Silva, a Liga Comunista, fundada por Santos Soares, em

Livramento (RS), o Centro Comunista e a União Maximalista (RS), dirigidos por Abílio de Nequette, o Círculo de Estudos Marxistas e a Universidade Popular, dirigidos por Cristiano Cordeiro e Rodolfo Coutinho, no Recife.

De grande importância na formação do partido comunista foi o Grupo Comunista do Rio de Janeiro, composto por Antonio de Carvalho, Antonio Branco, Antonio Cruz Júnior, Astrogildo Pereira, Aurélio Durães, Francisco Ferreira, João Argolo, José Alves Dinis, Luis Peres, Manuel Abril, Olgier Lacerda e Sebastião Figueiredo, aos quais se juntaram Cristiano Cordeiro, Hermogênio Silva, Manuel Cendon e João da Costa Pimenta, em torno da publicação da revista *Movimento Comunista*. Destacou-se também a formação do grupo *Clarté*, inspirado no francês Henri Barbusse, em 1921, que tinha uma posição de apoio ao Estado Russo, integrado por Evaristo de Moraes, Agripino Nazareth, Alcides Rosa, Vicente Perrota, Everardo Dias, Antônio Fagundes dos Santos Figueiredo, Leônidas Rezende, Luiz Palmeira, Nicanor Nascimento, entre outros.

A partir da Revolução Russa e da organização de grupos comunistas orientados pelo marxismo, também ocorre a publicação de textos de V. I. Lênin, o grande dirigente do processo revolucionário soviético de 1917. Assim, destaca Konder (2009:163-164),

em março de 1919, o semanário *Alba rossa*, editado em italiano, em São Paulo, havia publicado um artigo de Lênin sobre a paz de Brest-Litovski; em agosto de 1919, o *Spartacus* também tinha publicado a 'Mensagem aos Trabalhadores Americanos', de Lênin. Em novembro de 1919, *A hora social*, em Recife, publicou o texto da primeira Constituição da União Soviética. Em março de 1921, *A Vanguarda*, de São Paulo, publicou o discurso pronunciado por Clara Zetkin no congresso de fundação do Partido Comunista da França, em Tours.

O Partido Comunista Brasileiro (chamada à época de Partido Comunista – Seção Brasileira da Internacional Comunista/PCB) foi fundado em 1922, em Congresso realizado entre os dias 25 e 27 de março, tendo como seus fundadores, além de Astrogildo Pereira (jornalista), os históricos militantes José Elias da Silva (funcionário), Cristiano Cordeiro (professor), Luis Peres (artesão-vassoureiro), Manuel Cendon (alfaiate), Joaquim Barbosa (alfaiate), João da Costa Pimenta (gráfico) e Hermogênio Silva (eletricista), representando 73 militantes, que aderiam ao novo partido. Abílio de Nequette representou o *Bureau* da Internacional Comunista para a América Latina e o Partido Comunista do Uruguai. A direção era constituída por Abílio de Nequette, Astrogildo Pereira, Luis Peres, Antonio Cruz Júnior e Antonio Canellas. Ficaram como suplentes: Cristiano Cordeiro, Rodolfo Coutinho, Joaquim Barbosa, Manuel Cendon e Antonio de Carvalho. A eles aderem depois Octávio Brandão e Leôncio Basbaum. Iniciava-se a primeira grande experiência da classe operária brasileira com um partido comunista, uma organização de muita importância na história do Brasil.

Com exceção de Manuel Cendon, que tinha certa formação marxista, os integrantes do novo partido faziam parte das fileiras anarquistas e anarcossindicalistas e haviam evoluído para o

marxismo há pouco tempo. Apesar da militância no movimento operário, praticamente não tiveram experiência político-partidária, fora dos estreitos limites do anarquismo. Essa situação foi determinante nos primeiros anos da nova agremiação. Com a revolta tenentista de Copacabana nos anos 1920, a decretação do estado de sítio pelo presidente Arthur Bernardes e a repressão policial, o partido ingressou na ilegalidade. Seu primeiro secretário-geral, Abílio de Nequette, foi preso junto com outros 12 comunistas. A pressão dos acontecimentos e a incompreensão da teoria revolucionária marxista levaram-no a renunciar ao cargo de direção partidária. As incompreensões de Abílio se manifestaram logo após, já em 1925, com a publicação do seu folheto intitulado *Tecnocracia ou o 5º Estado*. Defendia entre outras coisas a incapacidade revolucionária do proletariado e a centralidade política dos tecnocratas na transformação social. Daí em diante, Abílio de Nequette resvalou para o misticismo mais completo.

O reconhecimento do partido não se deu de forma imediata. O PCB enviou o dirigente Antonio Bernardo Canellas para representá-lo no Quarto Congresso da Terceira Internacional Comunista, realizado em 1922 na União Soviética. Como destaca Konder (2009:172-173), Canellas não foi eleito delegado, mas participou dos debates políticos. As intervenções do representante brasileiro suscitaram polêmicas e críticas por parte de delegados da Argentina e Uruguai sobre as informações. Canellas manifestou certa insatisfação com a posição da Argentina de apresentar-se perante o Congresso como referência para o movimento socialista sul-americano. Some-se a isso o fato de Canellas não ter conseguido realizar o objetivo de sua participação do congresso: o reconhecimento do PCB como seção da Internacional Comunista. Esta claramente duvidava da clareza teórico-programática do novo partido e da firmeza marxista da militância, destacando os resquícios dos preconceitos anarquistas. Não aceitando as críticas da Internacional, Canellas elaborou um relatório em defesa de suas posições pessoais.

De fato, levando em consideração a formação teórico-política da militância, o conhecimento das ideias de Marx e Engels e da tradição marxista posterior no seio do PCB era ainda extremamente precário. O partido precisava superar as debilidades teóricas e organizativas, além dos resquícios do passado anarquista dos seus militantes. Além disso, era necessário acabar com todo tipo de ecletismo no campo do marxismo, como ocorria frequentemente com a junção de ideias marxistas ao positivismo. O partido teria de tirar todo o proveito possível da experiência acumulada teórica e praticamente pela Internacional Comunista. A indisposição de Canellas de tirar todas as lições possíveis da experiência do PCB e da Internacional levou-o ao isolamento e expulsão. O partido só seria reconhecido como seção brasileira da Terceira Internacional, em 1924, no seu V Congresso Internacional, quando Rodolfo Coutinho e Astrogildo Pereira estiveram pessoalmente em Moscou, para solicitar o reconhecimento da nova organização política. Este congresso da Internacional

Comunista marca, ao mesmo tempo, o início do processo de stalinização dos Partidos Comunistas de todo o mundo e da própria Internacional.

Por outro lado, era preciso também uma divulgação ampla das obras marxistas no Brasil, não só dos clássicos do marxismo, mas também dos autores soviéticos. Ainda nos anos de 1920, precisamente em 1923, Octávio Brandão realizou uma tradução do *Manifesto Comunista de 1848* para a nossa língua, diretamente do francês, que foi publicada no jornal carioca *Voz Cosmopolita*. Em 1924, anota Konder (2009:178 e ss.), a tradução foi publicada em forma de livro por Samuel Speiski, em Porto Alegre. Foram também publicados folhetos em 1925 em comemoração ao aniversário da Revolução Russa e em homenagem a Lênin. Em 1926, foi publicada uma tradução do livro *ABC do Comunismo*, em Porto Alegre, de autoria de Bukharin e Preobrajenski.

Nas fileiras do PCB, apesar da liderança política do secretário-geral Astrogildo Pereira, o papel de elaboração teórica acabou se concentrando em Octávio Brandão. Este militante é, de fato, o primeiro a tentar uma aplicação arrojada da teoria marxista, no limite de sua aprendizagem teórico-política, à análise da realidade brasileira. Dele brotaram obras como *Rússia Proletária* (1924) e *Agrarismo e Industrialismo* (1926). Como diz Marcos Del Roio (2007:30-31),

O primeiro esforço teórico de compreensão da formação social brasileira pelas lentes do marxismo foi a obra de Octávio Brandão, *Agrarismo e industrialismo*, produzida em agosto de 1924 e depois retocada para publicação em 1926. Nesse texto, Octávio Brandão identifica nas oligarquias agrárias, particularmente na de São Paulo, as forças sociais e políticas a serem batidas a fim de que o país pudesse transpor as condições feudais e enveredar de uma forma mais decisiva pelo caminho do desenvolvimento das forças de produção do capital.

Diante de uma complexa e conflituosa situação social, na qual as classes e camadas sociais têm um perfil fosco, as possibilidades de alianças sociais seriam a um tempo variadas e passageiras, ainda agravadas pelos conflitos interimperialistas dos quais o Brasil seria um dos palcos. A rebelião militar eclodida em São Paulo em 1924, segundo essa visão, marcaria um recuo significativo da burguesia na sua oposição ao ‘absolutismo presidencial’ (no dizer de Astrogildo Pereira) do Estado agrário e a projeção da pequena-burguesia urbana como principal força política antioligárquica.

Ainda que, na verdade, a burguesia industrial paulista, em nome da defesa da ‘pureza’ do Estado liberal, resistisse às leis sociais promulgadas por Artur Bernardes, ao proletariado – que vinha de uma derrota importante e cujo partido aparece ainda como muito débil teórica e organicamente, neste momento histórico de acúmulo de forças políticas e culturais – não tocara outra alternativa senão apoiar a rebelião pequeno-burguesa contra o domínio dos grandes proprietários agrários, preservando, porém, sua autonomia de classe.

Portanto, a tese de Brandão, que teve influência nas resoluções do II e III Congressos do PCB, realizados em 1925 e 1926, era no sentido de que o Brasil era um país feudal, dominado pelo agrarismo econômico e político, representado pelos grandes proprietários de terra (fazendeiro de café no Sul, senhor de engenho no Norte). Os servos eram os trabalhadores de enxada dos engenhos nortistas e o colono sulista das fazendas de café. Essas relações conformavam em nosso país uma verdadeira organização social feudal. Do ponto de vista estratégico e tático, Brandão defendia a constituição de uma frente única momentânea do proletariado, das grandes massas camponesas,

com a pequena-burguesia e a grande burguesia industrial. Assim, tratava-se de consumir por essa aliança a primeira etapa da revolução brasileira, intitulada de revolução burguesa, para abrir futuramente a porta à revolução proletária, comunista, propriamente dita. Embora se constituísse no primeiro esforço de interpretação da realidade e da história do país a partir de uma visão marxista-leninista (como dizia o próprio autor), a obra expressava em linhas gerais uma concepção claramente etapista do processo revolucionário.

Os livros de Brandão apresentam uma assimilação muito embrionária da dialética marxista e da teoria materialista da história. A exposição da história e do desenvolvimento da sociedade brasileira aparece de forma esquemática e movida mais pelo enquadramento lógico do movimento do real aos esquemas teóricos previamente elaborados pelo autor, a partir da sua compreensão da dialética como tese-antítese-síntese. Não obstante, segundo Konder (2009:182), Octávio Brandão teria observado em suas memórias que já tinha lido em francês as obras

O Estado e a Revolução, A doença infantil do esquerdismo no comunismo, Que fazer?, A revolução proletária e o renegado Kautsky, todos de Lênin, além de obras de Marx e Engels, como *A miséria da filosofia, O anti-Duhring, Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã, A origem da família, A guerra dos camponeses na Alemanha, As lutas de classe na França de 1848-1850*. Conhecia, igualmente, um resumo d'O *Capital*. Ao que tudo indica, nenhum outro marxista brasileiro, naquele momento, dispunha de uma bagagem de conhecimentos comparável à de Brandão.

Quando o PCB foi reconhecido no V Congresso da Terceira Internacional, em 1924, o processo de burocratização na URSS, no PCUS e na própria Internacional encontrava-se no começo. Havia indícios de que não eram homogêneas as posições no interior do partido comunista na Rússia, quanto aos rumos da Revolução de Outubro de 1917. A falta de clareza teórico-programática da militância brasileira sobre as divergências entre a Oposição de Esquerda russa, liderada por Trotsky, e as posições conservadoras de Stalin e seus apoiadores, se traduziu, por exemplo, na posição de Astrogildo Pereira, publicada em *O paiz*, em 1924, com suas impressões sobre o que estava ocorrendo na URSS. Segundo ele, “As histórias telegráficas de brigas entre Trotsky e Zinoviev, entre Bukharin e Rikov, e não sei mais quem, são motivo de risadas. Que patranhas!” (1980:121).

O fato é que a constituição de uma burocracia cada vez mais forte no interior do Estado russo e do PCUS se projetava na Terceira Internacional, que tinha na URSS a sua referência política e moral, por causa da Revolução de Outubro. Além dos anos de guerra civil, quando a URSS esteve sitiada pelos exércitos das potências imperialistas e pela contrarrevolução interna da burguesia, que significaram a destruição da economia e da indústria do país, dos forçados recuos do governo revolucionário em face da economia de mercado, com a Nova Política Econômica (NEP) com o fim da guerra civil e a reconstrução da economia e da indústria, a Rússia se encontrava isolada internacionalmente, tendo em vista as derrotas da classe operária em alguns países como Alemanha (1918; 1923), Bulgária e Estônia (1924), Inglaterra e Polônia (1926) e China (1925-1927).

Entre o V e VI Congressos mundiais da Terceira Internacional, quando os interesses da burocracia se fortalecem e se impõem na URSS, é gestada a teoria do “socialismo em um só país”. Stalin a expõe pela primeira vez em setembro 1924, naturalmente em confronto com a teoria da revolução permanente de Leon Trotsky. Para Karepovs e Marques Neto (2007:115), “Essa política foi a resposta ao isolamento no qual a URSS se vira jogada. Devido à perspectiva de que o prazo para a revolução mundial se dilatara enormemente, Stalin apresentou, como alternativa a ‘ficar vegetando à espera da revolução mundial’, a perspectiva da construção do socialismo dentro das fronteiras da URSS. Esta teoria ficará subjacente às elaborações da IC, no que se refere à defesa da URSS diante da ameaça de invasão externa. Na verdade, uma análise mais acurada desta problemática, transformada em resoluções do VI Congresso, revela o verdadeiro alcance desta questão e marcará definitivamente as ações da IC ao longo de toda a sua existência”.

Como observa Sagra (2010:68), a teoria do “socialismo em um só país” de Stalin

dizia que era possível construir o socialismo na URSS sem levar em conta o curso da revolução europeia. E para explicar essa aberração, dizia que existiam países maduros para o socialismo e outros que não estavam – e a URSS era a única que estava madura. Essa teoria servia para justificar sua política de subordinar os interesses da revolução mundial aos interesses imediatos da burocracia soviética. A discussão central, no entanto, não era teórica: tinha a ver com as posições cada vez mais nacionalistas que a burocracia impulsionava.

A teoria do “socialismo em um só país” foi definitivamente aprovada pelo VI Congresso da Terceira Internacional Comunista, em 1928. Neste Congresso, afirmam Karepovs e Marques Neto (2007:114),

os países foram divididos em três grupos: os de capitalismo altamente desenvolvidos, nos quais estava colocada a questão da ditadura do proletariado; os de nível médio, que visavam conquistas democrático-burguesas antes que a revolução se tornasse socialista; e, por fim, os países coloniais, semicoloniais e dependentes. Para estes, a ‘transição à ditadura do proletariado é possível, como regra geral, somente através de uma série de etapas preparatórias, como resultado de todo um período de transformações da revolução democrático-burguesa em revolução socialista’, como definiam suas resoluções. Tais países teriam a ajuda daqueles que viviam sob a ditadura do proletariado (isto é, a URSS), já que seriam incapazes de, por si próprios, chegar ao socialismo. Entre esses países, estava o Brasil.

Dessa forma, a partir do VI Congresso da Internacional Comunista, a direção stalinista, plenamente dominante com a derrota e expulsão de Trotsky e dos membros da Oposição de Esquerda do PCUS (Trotsky foi banido para Alma-Ata, na Ásia Central), proclamou a tendência à iminente crise capitalista e, por consequência, a erupção de uma crise revolucionária em todos os países. O stalinismo assumia uma posição de rejeitar qualquer acordo com os socialistas, encarando a social-democracia como a ala esquerda do fascismo, recusando-se a fazer uma frente única com os partidos de influência operária (como a social-democracia) para barrar a ascensão de Hitler ao poder

na Alemanha. A aplicação das teses do chamado *terceiro período*³³, caracterizado pelo ultraesquerdismo stalinista, significou na Alemanha a criação das condições políticas para a ascensão do nazi-fascismo, com consequências desastrosas para o movimento operário e para a militância socialista no país.

A aplicação das teses do *terceiro período* na América Latina se dá a partir da realização da I Conferência dos Partidos Comunistas da América Latina, em 1929, na qual são repassadas as novas orientações esquerdistas da Terceira Internacional stalinizada. Segundo Karepovs e Marques Neto (Idem:122),

Juntamente com as novas diretrizes, trocaram-se também os assessores do Bureau Sul-Americano da IC, substituindo-os por militantes mais identificados com a corrente de Stalin, como o casal Guralski, que aplicará a linha de proletarização dos PCs ordenada pela Internacional. Seguindo essa linha, os delegados da IC substituíram quase todo o núcleo dirigente do partido brasileiro, reduzindo a pouca autonomia existente a quase nada, no que se refere a pensar a realidade nacional. Pautado por um pensamento esquemático e ditado por regras pré-moldadas nas teorias revolucionárias da IC, o novo núcleo dirigente do PCB, ‘proletarizado’, empobreceu enormemente suas análises sobre o Brasil. Assim, por exemplo, o movimento de 1930 é explicado como um simples confronto entre dois imperialismos, o americano e o inglês. Ou, então, como no caso do Bloco Operário e Camponês (BOC), que foi pensado como uma frente proletária, mas cuja dinâmica acabou levando-o para um patamar mais amplo, não esperado pelo partido, que o dissolveu por imposição da Internacional Comunista.

Todo este período é marcado, notadamente na direção partidária, pelo processo de proletarização, que, no Brasil, ficou conhecido pelo nome de ‘obreirismo’ e significou a promoção de militantes de extração operária a cargos de direção, em detrimento daqueles tidos como de origem burguesa, embora mais bem formados no marxismo. Ao mesmo tempo, também por conta de diretivas da IC, que já haviam extinguido o BOC, o PCB passa a ter uma atuação voltada para a constituição de ‘sindicatos vermelhos’, isto é, sindicatos dirigidos por comunistas e pela formação de soviets.

Quando estouraram internacionalmente as divergências entre a Oposição de Esquerda e o stalinismo, não houve como evitar os reflexos sobre o partido no Brasil. A Oposição de Esquerda, inspirada nas ideias de Trotsky, encontrava-se em plena batalha no interior do Partido Comunista Russo e da Terceira Internacional contra a degeneração stalinista das conquistas teórico-práticas da Revolução de Outubro de 1917, que levava a uma escala insuportável a burocratização do Estado Soviético, do PC russo e da Terceira Internacional. Contra as teses stalinistas da “*revolução por etapas*” e do “*socialismo em só país*”, contra a deformação das ideias de Marx, Engels e Lênin por Stalin e consortes, os trotskistas defenderam as teses da *revolução permanente*, do internacionalismo proletário e do caráter revolucionário do marxismo, numa tentativa inicial de reconduzir a IC, o PC russo e a URSS ao caminho da revolução mundial.

Como destacam Karepovs, Marques Neto e Löwy (2007:229-30),

³³Como dissemos anteriormente, segundo Alicia Sagra (2010:84), “O primeiro período, de 1917 a 1923, foi considerado como um momento de aguda crise revolucionária; o segundo, de 1924 a 1928, de estabilização do capitalismo; e o terceiro, que supostamente estava se abrindo, como o período da crise geral do capitalismo, o que conduziria à revolução”.

A significação da teoria da revolução permanente para os partidários de Trotsky no Brasil é evidente, na medida em que esta propunha uma estratégia para o conjunto dos países ditos ‘coloniais e semicoloniais’. Como se sabe, esta teoria tem sua origem no famoso livro de Trotsky: *Balanço e perspectivas* de 1906, escrito ao calor da primeira revolução russa. Utilizando um método eminentemente dialético, em ruptura com o economicismo e o materialismo vulgar dominantes no marxismo de sua época, partindo da categoria dialética da totalidade (o capitalismo como sistema mundial), Trotsky chega a conclusões bastante originais. A primeira é que a burguesia russa já não poderá desempenhar um papel revolucionário equivalente ao da burguesia francesa de 1789: tanto o exemplo europeu de 1848, como o russo de 1905, mostram que a classe burguesa, agora ameaçada pelo movimento operário e pelo socialismo, se tornou essencialmente conservadora. Por conseguinte, as tarefas democrático-revolucionárias – abolição do tzarismo, democratização do Estado, expropriação dos grandes proprietários e distribuição da terra aos camponeses – só poderão ser realizadas em um processo revolucionário sob a hegemonia do proletariado. Até aqui as observações de Trotsky eram compartilhadas por outros revolucionários: Parvus (Israel Helphand), Rosa Luxemburgo e mesmo, com algumas restrições, por Lênin. A grande inovação heterodoxa de Trotsky em 1906 – unanimemente rejeitada até 1917 pelos outros dirigentes do marxismo russo – era a afirmação de que um governo operário revolucionário (apoiado pelos camponeses) acabaria, cedo ou tarde, por tomar medidas anticapitalistas: o poder político do proletariado não é compatível com sua escravidão econômica. Desta forma, num processo *permanente*, ininterrupto, a revolução democrática e antitzarista se transformaria em revolução socialista. Segundo Trotsky, um poder proletário deste tipo na Rússia – país atrasado e pouco desenvolvido – não poderia se manter sem uma extensão europeia e internacional da revolução (segundo aspecto ‘permanente’ do processo).

As diferenças profundas de análises da conjuntura nacional e internacional, bem como da compreensão das relações de classes e do processo revolucionário no Brasil e no mundo, além das divergências quanto à política sindical e de alianças do partido com setores da pequena-burguesia, da burguesia liberal e do nacionalismo tenentista levaram à primeira cisão de grande importância no seio do PCB. As críticas contundentes de Joaquim Barbosa à linha oficial do partido receberam apoio de militantes como Rodolfo Coutinho, Lívio Xavier, Aristides Lobo e Hilcar Leite. É preciso relatar ainda que Rodolfo Coutinho, que engrossaria as fileiras dos comunistas que criticavam a linha oficial do PCB, havia estado na Rússia em 1924, como membro da delegação brasileira para garantir o reconhecimento do PCB junto à Internacional. Permanecendo algum tempo em Moscou, conheceu pessoalmente Trotsky e suas concepções. Voltando ao Brasil e assumindo suas funções no partido, se opôs abertamente à decisão de que Astrogildo Pereira fosse à procura de Luís Carlos Prestes na Bolívia.

O fato marcante da formação da Oposição de Esquerda no Brasil diz respeito à aproximação de Mário Pedrosa, que havia ingressado em 1926 no PCB, às teses de Trotsky. O contato de Pedrosa com as críticas do trotskismo ao stalinismo e aos rumos da URSS ocorreu de maneira muito interessante. Mário Pedrosa foi mandado na segunda metade da década de 1920 à Moscou para participar de uma formação na Escola Leninista, mas permaneceu em Berlim em razão de doença e do inverno rigoroso que o impossibilitava seguir para a Rússia. Mediante contatos com os comunistas naquele país, Mário Pedrosa teve acesso às teses da Oposição de Esquerda elaboradas por Trotsky para o VI Congresso da Internacional Comunista, realizado em 1928. Pedrosa leu os

documentos e concordou com as críticas ao stalinismo, aproximando-se da plataforma da Oposição de Esquerda.

Os documentos foram enviados por Mário ao amigo e companheiro de partido Lívio Xavier, que tratou de discuti-los com outros militantes. Quando regressou da Alemanha, Pedrosa encontrou um grupo de militantes do PCB descontente com os rumos do partido e iniciou o debate sobre as ideias de Trotsky na organização. Aos poucos, as teses defendidas por Pedrosa ganharam ao longo dos anos adeptos como Aristides Lobo, Lídia Besouchet, Hilcar Leite, Edmundo Muniz, Rodolfo Coutinho, Lívio Xavier, Barreto Leite Filho, Raul Karacik e Fúlvio Abramo, que participaram das várias organizações trotskistas.

Os primeiros trotskistas formaram o Grupo Comunista Lênin (GCL) em 1930, constituindo a primeira geração de militantes trotskistas, em confronto com as teses stalinistas no interior do PCB. Campos observa (1998:65) que, juntamente com outros setores do movimento comunista, como estudantes e operários, Mário Pedrosa e demais dissidentes como Lívio Xavier, Aristides lobo, Benjamim Peret e Salvador Pintaube criaram a Liga Comunista do Brasil (LC) em 21 de janeiro de 1931, em São Paulo, inicialmente como fração do PCB, mas filiada à Oposição Internacional de Esquerda. Em 1933, os trotskistas criaram a Liga Comunista Internacionalista (LCI), agora como corrente independente. Publicaram o jornal *Luta de Classes*. No Rio de Janeiro, a Liga Comunista Internacionalista se organizou através de militantes como Rodolfo Coutinho, José Neves, Octaviano Du Pin Galvão, dentre outros. Os trotskistas, através da atuação de Mário Pedrosa na direção da União dos Trabalhadores Gráficos, procuraram disseminar as novas ideias no movimento operário. A combatividade militante de Pedrosa e de outros militantes, criticando as teses stalinistas da “revolução por etapas” e do “socialismo em um só país”, não se deixando dobrar pela burocratização imposta ao partido pelo stalinismo, determinou a sua expulsão do PCB junto com um setor importante dos operários gráficos.

De qualquer maneira, a partir da vitória da burocracia stalinista à frente do partido russo e da Internacional Comunista, a agremiação brasileira passou por transformações internas, que a adequaram às pretensões de Moscou. O PCB não teve tempo para se desenvolver no sentido revolucionário, tornando-se um satélite da política internacional da URSS, aplicando as teses stalinistas nas diversas conjunturas políticas nacionais. Em geral, a política do PCB esteve voltada às alianças com a pequena-burguesia e com a chamada burguesia nacional “progressista”, acreditando que a mesma poderia realizar a tarefa de desenvolver as forças produtivas internas no sentido do capitalismo avançado, no estilo europeu, em contraposição ao domínio imperialista das grandes potências, para só então se pensar em socialismo. A contradição fundamental não era entre capital e trabalho, apesar do avanço da indústria e da forte concentração do proletariado nos grandes centros econômicos. A tarefa colocada para o PCB, sob influência das posições stalinistas, era a

realização da revolução democrático-burguesa, como primeira etapa da revolução brasileira, no seio da qual, a burguesia nacional “progressista”, com o apoio do proletariado e demais oprimidos, realizaria as tarefas democráticas pendentes e desenvolveria as forças produtivas capitalistas, em contraposição ao domínio imperialista mundial.

Ao longo da década de 1930, destaca Konder (2009:218) houve uma intensa difusão das ideias stalinistas em nosso país, presentes tanto nas obras de Josef Stalin, quanto nos catecismos soviéticos. Assim, em 1929 era publicada na Argentina e divulgada no Brasil, uma edição de *Os fundamentos do Leninismo*; em 1931, publicar-se-ia o discurso de Stalin ao 16º Congresso do PC russo, intitulado *Em marcha para o socialismo*; em 1932, era difundido o texto *Sobre algumas questões da história do bolchevismo*; em 1933, aparecia *Novos rumos da URSS*; em 1934, surgia o texto *A luta contra Trotsky*; em 1934, sairia uma segunda reedição de *Os fundamentos do Leninismo* e o informativo de Stalin ao 17º Congresso do PC russo, com o título *O mundo socialista e o mundo capitalista – de 1932 a 1934* (todos de Stalin). Entre os catecismos soviéticos publicaram-se *O abecedário da nova Rússia* (Illine), *O plano quinquenal soviético* (G. Grinko), *A educação na Rússia soviética* (S. Fridman), *A política dos soviets em matéria criminal* (Krilenko) e *A URSS, A Liga das Nações e a Paz Mundial* (Voroichilov e Litvinov).

Em 1935, realizou-se o VII Congresso da Terceira Internacional, o último antes da sua dissolução unilateral por Stalin em 1943. Neste último congresso da IC foi aprovada a política de “frente popular”, que já vinha sendo posta em prática no ano anterior na França. Como alerta Sagra (2010:118-119), dando uma nova guinada em sua política, que antes era de rejeitar qualquer frente única das organizações operárias (incluindo a social-democracia alemã) para barrar o avanço do nazismo e de Hitler ao poder,

Stalin passa a buscar uma aliança com os imperialismos francês e inglês. Assim surge a política da Frente Popular. Quer dizer, a de fazer blocos antifascistas com aliados burgueses ‘democráticos’. Porém, essas frentes não tinham a ver com a unidade de ação conjuntural, senão que se tratava de uma política estratégica. Os que haviam se negado a implementar a Frente Única operária para enfrentar o fascismo na Alemanha, agora defendiam frentes com a burguesia para assumir o governo. Essa política surgiu na França como resposta ao ascenso iniciado em 1934, que teve seu ponto culminante nas grandes greves de 1936 e que foi derrotado pela política de Frente Popular.

Essa política levou à derrota da Revolução Espanhola na década de 1930.

No Brasil, a política de “frente popular” se expressou na formação da Aliança Nacional Libertadora (ANL). Luís Carlos Prestes, capitão do exército e nacionalista, que havia liderado a Coluna Prestes nos anos 1920, iniciou ainda no exílio na Bolívia uma discussão com o PCB, que terminou com a sua viagem a Moscou em 1931 e sua incorporação às fileiras do partido comunista posteriormente. Diversos militares haviam ingressado nas fileiras do partido, tais como Agildo Barata, Gregório Bezerra, Álvaro de Souza, Antonio Carlos Bento Tourinho, Carlos da Costa Leite,

Apolônio de Carvalho, Moésias Rolim, Agliberto Vieira de Azevedo, Ivo Meireles, Roberto Besouchet, Dinarco Reis, Henrique Oest, Ivan Ramos Ribeiro, Sócrates Gonçalves da Silva, Francisco Antonio Leivas Otero, Lamartine Correia de Oliveira, Davino dos Santos e José Maria Crispim.

Com o reingresso de Prestes em 1935 e a adesão ao partido de vários militares, foi criada então a Aliança Nacional Libertadora, uma associação dirigida pelo PCB que congregava militantes e simpatizantes de mudanças nacionais mais “autênticas”. Segundo Marcos Del Roio (2007:59-60),

A ata de fundação da ANL foi lavrada em 23 de março e, uma semana depois, foi realizada a primeira manifestação pública da frente política, quando então Luís Carlos Prestes foi proclamado presidente de honra. A ANL, cujo presidente efetivo era o capitão da marinha Hercolino Cascardo, agrupava organizações e indivíduos de várias concepções político-filosóficas, unidos por um programa que implicava a realização de uma revolução democrática no Brasil, apregoando a nacionalização das empresas imperialistas, a suspensão das dívidas externas, o fim do latifúndio e a instauração de um ‘governo popular’.

Em julho de 1935, Prestes publicou um manifesto que

falava na união das grandes massas trabalhadoras à burguesia nacional não ligada ao imperialismo para defender a democracia. E apelava a que viessem para a ANL todas as pessoas, grupos, correntes, organizações e partidos políticos, quaisquer que fossem seus programas, sob a única condição de que quisessem lutar contra a implantação do fascismo no Brasil, contra o imperialismo e o feudalismo, pelos direitos democráticos (Campos, 1998:67).

O governo Getúlio Vargas colocou a ANL na ilegalidade, fechando suas sedes e proibindo a realização de manifestações. No âmbito do PCB, afirma Marcos Del Roio (2007:64-65),

foi amadurecendo a ideia de que se estava perto de conquistar a maioria do exército para a causa da ANL e que uma ação militar poderia ser o sinal para o desencadeamento da insurreição popular. Uma sucessão de equívocos na análise do processo e da correlação de forças estava levando a ANL a uma situação sem saída, pois, enquanto a repressão estatal se acentuava contra o movimento operário autônomo, a burguesia industrial finalmente acedia ao projeto corporativo, fortalecendo o programa de reorganização das Forças Armadas.

O levante (*putsch*), conhecido na literatura nacional pelo nome de *Intentona Comunista*, foi desencadeado no final de 1935 em Natal, Recife e Rio de Janeiro, em nome da ANL e de Prestes. Sem apoio de massas e reduzida à ação de vanguarda, a Intentona Comunista foi brutalmente esmagada pelo governo Vargas, com prisões, expurgos e repressão não só aos declaradamente comunistas, mas também aos escritores e intelectuais associados à esquerda. Luís Carlos Prestes e sua companheira, Olga Benário, foram capturados pelas forças do governo e encaminhados ao cárcere. Olga foi entregue à morte por Getúlio a Hitler. O controle sobre as organizações dos trabalhadores se ampliou e a repressão aos movimentos sociais e aos comunistas se intensificou. A mesma burguesia, que os comunistas do PCB, à época, chamavam a combinar-se com o

proletariado, respondia com uma brutal repressão e com o cerco sobre os sindicatos, que perderam qualquer rastro de independência política frente ao aparelho de estado.

O PCB conheceria a ilegalidade e as restrições durante a ditadura do Estado Novo de Getúlio Vargas, levando ao seu quase desaparecimento entre 1939 e 1940. Mesmo assim, os militantes do partido decidiram em 1943, em sua Conferência Nacional, secundarizar a luta de classe e a independência política do proletariado, apoiando o governo federal supostamente contra a ameaça nazifascista, sabendo-se das simpatias de Getúlio pelos governos autoritários e da profunda repressão que se abatia sobre a militância socialista e o movimento operário durante o seu regime. Portanto, o PCB adotou uma linha semelhante àquela aconselhada pela burocracia stalinista de apoio às burguesias nacionais, com a política de “Unidade Nacional”, refletindo numa postura conciliadora diante do governo e posicionamentos conservadores frente às lutas sociais, em particular, as greves. Neste período, o PCB continuava a aplicar no país as teses stalinistas de constituição de frentes populares. Neste caso, reforçaram-se as tendências de aliança dos comunistas com setores da “burguesia nacional”, dita “progressista”, que implicava em colocar de lado a independência de classe do proletariado e demais explorados e limitar as lutas e movimentações dos trabalhadores.

Parte importante da intelectualidade do período compunha as fileiras do PCB, entre os quais podemos citar: Aparício Torelly, Jorge Amado, Patrícia Galvão, Oswaldo de Andrade, Vilanova Artigas, Oscar Niemeyer, Graciliano Ramos, Cândido Portinari, Mário Schenberg, Caio Prado Jr. Muitos intelectuais eram próximos ou colaboravam com o partido, tais como José Lins do Rego, Otto Maria Carpeaux, Sergio Millet, Ivan Pedro de Martins, Marques Rebelo, Álvaro Lins, Aníbal Machado, Eneida Costa de Moraes, Lúcia Miguel Pereira, Orígenes Lessa, Carlos Drummond de Andrade, Arthur Ramos, Manuel Bandeira, Guilherme Figueiredo, Francisco de Assis Barbosa. Dentre eles, destacava-se, sobretudo, Caio Prado Jr., um dos mais importantes pensadores da economia e da história do Brasil, então autor de *Evolução Política do Brasil* (1933), *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942) e *História Econômica do Brasil* (1945).

Tal como os militantes do PCB, os militantes trotskistas também sofreram com a dura repressão do governo Vargas nesse período. Vários dos seus militantes foram encarcerados; para Mário Pedrosa restou o exílio. Os trotskistas, organizados na Liga Comunista Internacionalista (LCI), criticaram fortemente a política equivocada da direção da Terceira Internacional e sua aplicação pelo PCB. Fundados numa análise marxista da realidade brasileira e da economia mundial, os trotskistas criticaram exaustivamente as tendências stalinistas no movimento operário através da denúncia dos ziguezagues do PCB, a partir das mudanças efetuadas na linha política oficial do PCUS, que ia do ultraesquerdismo a posições direitistas. No movimento sindical, a LCI defendeu a autonomia e independência política dos organismos do proletariado frente aos governos e ao Estado

burguês, diante das ações de controle dos sindicatos envidadas pelo Governo Vargas, através do Ministério do Trabalho e da política de cooptação dos setores reformistas do movimento. Uma vez atrelados os sindicatos ao Estado burguês, os trotskistas defenderam permanentemente a independência dos sindicatos frente ao aparelho estatal, estimulando a formação de uma Confederação Geral do Trabalho do Brasil, que pudesse dar unidade e fortalecer a luta operária contra a exploração capitalista.

Enquanto os comunistas do PCB incentivavam uma aliança policlassista (explorados, pequena-burguesia e burguesia nacional), com o argumento da defesa da democracia contra a ameaça fascista, os trotskistas envidaram esforços por constituir uma frente única com as outras tendências do movimento operário (socialistas e anarquistas), lutando abertamente contra os fascistas, que compunham o Integralismo de Plínio Salgado, chegando a confrontos históricos de rua, como o que ocorreu na Praça da Sé, em São Paulo, a 07 de outubro de 1934, quando bandos de direita “quiseram fazer uma provocação diante do edifício Santa Helena, prédio onde se concentravam vários sindicatos e a Federação Sindical Regional de São Paulo” (Campos, 1998:89). Os trotskistas combateram o fascismo mantendo a independência política de classe do proletariado.

Nas eleições de 1934, a Liga Comunista Internacionalista trotskista se esforçou por constituir uma frente única das esquerdas para lançamento de candidaturas operárias, com um programa de reivindicações democráticas, econômicas e políticas de interesse dos explorados. Campos (Idem:70) afirma que o programa da LCI

exigia a vigência da totalidade dos direitos democráticos – voto aos analfabetos, soldados e marinheiros, supressão da polícia política, separação da Igreja do Estado, ensino público e laico, instituição do divórcio, etc. Dentre as reivindicações econômicas colocava a escala móvel de salários, creches nas empresas, jornada de 8 horas para todos e de 4 a 6 horas nas indústrias perigosas e insalubres, interdição do trabalho noturno – salvo em casos necessários por motivos técnicos e por um período não superior a 4 horas por pessoa -, tratamento médico gratuito. Pedia ainda a nacionalização das companhias de transporte e dos bancos, a organização de grandes fazendas-modelo geridas pelos sindicatos dos trabalhadores rurais e a extinção do serviço da dívida externa.

Não obstante, a primeira tentativa de constituir um partido revolucionário de base marxista-leninista-trotskista fracassou em 1935, tendo a LCI sofrido a sua primeira grande cisão, por um grupo liderado por Aristides Lobo e Victor Azevedo, que divergiam quanto à decisão tomada pelos trotskistas franceses de fazer entrismo no Partido Socialista Francês. Os remanescentes da LCI no Rio de Janeiro passaram a denominar-se Grupo Bolchevique-Leninista em fins de 1936 e, juntando-se à oposição classista do PCB, que congregava um setor do movimento sindical, entre os quais Augusto Besouche, Februs Gikovate e Barreto Leite Filho, rompidos com o stalinismo pouco antes do *putsch* de 1935, formaram uma nova corrente política denominada Partido Operário Leninista (POL), em janeiro de 1937. A nova organização caracterizar-se-ia por divergências internas, pela fragilidade teórica e diminuto número de militantes, levando-a praticamente ao desaparecimento

logo em seguida. Com a decretação do Estado Novo varguista em 1937, Mário Pedrosa teve de sair do país, tendo participado da Conferência de fundação da IV Internacional, em 1938, em Paris, acontecimento de grande importância para o movimento socialista nacional e internacional.

Essa primeira geração de trotskistas foi responsável pela divulgação de inúmeras obras de Trotsky, Marx, Engels, Lênin e Rosa Luxemburgo. Como destacam Karepovs, Marques Neto e Löwy (2007:235-37), foram

publicadas as coletâneas de Trotsky: *A revolução espanhola, O plano quinquenal, Os problemas de desenvolvimento da URSS*, de 1931, e *Revolução e contrarrevolução na Alemanha*, de 1933. Além disso, há textos em obras de dois outros autores: uma biografia de Lênin, feita para a Enciclopédia Britânica, em *A revolução proletária e o renegado Kautski*, de Lênin, em 1934; e uma entrevista a uma revista argentina em *Tempestade sobre a Ásia – A luta pela Manchúria*, de L. Mantso (pseudônimo de Lívio Xavier), em 1932. Afora estes, há outro texto, editado pelas Edições Luta de Classe, mas distribuído pela Unitas: *O que é a Revolução de Outubro*, de 1933 (...). Afora essas obras, foi por intermédio de *A luta de classe, Boletim da Oposição, O Comunista, O Proletário, Sob Nova Bandeira, Boletim de Informações Internacionais, Pela IV Internacional*, órgãos da imprensa trotskista ao longo dos anos de 1930, que os textos de Trotsky tiveram sua difusão.

Discordando da linha política do PCB, que considerava a burguesia como a força motriz da revolução brasileira, tese esta que estava em conformidade com a linha oficial do PCUS desde o VII Congresso da Terceira Internacional, Hermínio Sacchetta, redator do jornal comunista *A Classe Operária*, rompeu com o stalinismo e se aproximou progressivamente do trotskismo, em 1939. Acabou por fundar o Partido Socialista Revolucionário (PSR). Pouco depois, Mário Pedrosa rompeu com a IV Internacional, divergindo da caracterização trotskista de que a ex-União Soviética era um Estado operário degenerado e da necessidade de sua defesa diante de qualquer intervenção imperialista. O PSR enfrentou dificuldades de funcionamento durante o regime do Estado Novo getulista, reorganizando-se a partir de 1943, como seção brasileira da IV Internacional. Segundo Campos (1998:71), o PSR de Sacchetta

participou das eleições da Constituinte de 1946 com um programa de reivindicações operárias e independência de classe em relação ao Estado. E lutou no Congresso Sindical Brasileiro, realizado no Rio em setembro de 1946, pelo desatrelamento dos sindicatos do Ministério do Trabalho e pela completa liberdade das organizações operárias, opondo-se ao Movimento Unificador dos Trabalhadores, dirigido pelo PCB e que defendia, com alguns retoques, a estrutura sindical imposta por Getúlio. A crise da IV Internacional nos anos de 1950-1952 levou à dissolução do PSR.

No pós-Segunda Guerra Mundial, o PCB aumentou sua influência eleitoral, conseguindo eleger Prestes para senador da República, além de uma bancada de deputados e vereadores no Rio de Janeiro. O clima do pós-guerra era de rivalidade entre os Estados Unidos e a União Soviética. Nos EUA, reforçaram-se as campanhas contra a ameaça comunista e as perseguições à militância socialista. No Brasil, essa conjuntura internacional se expressou na decisão do Presidente Dutra de colocar o PCB na ilegalidade e na cassação dos mandatos parlamentares conseguidos antes. O PCB,

que tinha uma posição de apoio aos getulistas, de repente, muda para uma posição de repúdio tanto aos getulistas quanto aos seus opositores, coligados na União Democrática Nacional (UDN). O PCB, em novo ziguezague, adota uma posição diametralmente oposta à sua postura política conciliatória anterior, dirigindo-se ao ultraesquerdismo. O PCB começava a viver um surto de sectarismo, que lembrava o chamado *terceiro período*.

O conhecido *Manifesto de Agosto de 1950* do PCB, destacam Costa, Pinheiro e Ferreira, “sectário na prática, orientava na direção da luta revolucionária aberta, como pregava o programa da Frente Democrática de Libertação Nacional (FDLN)”. Foi escrito

pela direção nacional do PCB no momento em que os Estados Unidos desencadearam a intervenção militar na Coreia, episódio que despertava a convicção da iminência de uma nova guerra mundial, reforçada pela ameaça real do uso de armas nucleares num provável confronto em que se via como praticamente inevitável o envolvimento das duas maiores potências militares do planeta. A conjuntura internacional ameaçadora empurrava os comunistas a adotar, internamente, postura que negligenciava a importância, apesar de seus limites, da participação no jogo eleitoral burguês, ao apostar na ruptura institucional, quando todo o peso da ação política passava a recair na luta para libertar o país do jugo imperialista, excluindo-se quaisquer possibilidades de avanços e conquistas parciais no campo político e social. O Manifesto pregava ainda a imediata aplicação de um programa anti-imperialista, num discurso marcado pela perspectiva do ‘tudo ou nada’, em que o dever dos comunistas seria transformar a iminente guerra imperialista em guerra revolucionária de libertação nacional (2012:12).³⁴

No campo do movimento trotskista em nosso país, foi criado em 1953 um grupo de militantes que passou a se chamar Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT), influenciado pelo então dirigente da IV Internacional, Michel Pablo. Era, ainda, ligado ao representante da IV Internacional para a América Latina, J. Posadas. A IV Internacional arrastava uma profunda crise interna desde 1950 e pouco depois já não se constituía um autêntico Partido Mundial da Revolução Socialista, como defendera Leon Trotsky, quando da sua fundação, mas uma simples aglutinação de partidos, organizações e correntes de vários países e continentes.

Como dissemos no capítulo anterior, o grupo de Michel Pablo realizou uma virada teórico-política em direção ao oportunismo mais aberto. Sob o argumento de que uma terceira guerra mundial era iminente devido ao avanço da Guerra Fria entre Estados Unidos e a ex-União Soviética, passou a defender no 3º Congresso Mundial da IV Internacional, realizado em 1951, a tese de que os agrupamentos trotskistas deveriam se dissolver nos partidos comunistas (PCs) stalinizados e/ou nas organizações nacionalistas (o que chamava de “entrismo *sui generis*”). Esta posição potencializou a fragmentação da organização e, em parte, contribuiu para derrotas fragorosas dos trotskistas em acontecimentos de transcendência internacional, como a Revolução Boliviana de 1952.

³⁴ Trata-se de uma análise do próprio PCB reconstruído. Pode ser encontrada em Ricardo Costa, Milton Pinheiro e Muniz Ferreira, *Breve balanço das polémicas e dissidências comunistas no Brasil* (2012).

No contexto das traições, impasses e vacilações do stalinismo no movimento operário e socialista internacional, com a aplicação das fórmulas vazias do Partido Comunista Soviético (PCUS) no país, em geral marcadas pelas alianças com a suposta burguesia “progressista”, com lapsos passageiros de ultraesquerdismo, além do nacionalismo burguês do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) Getulista, o PORT de Posadas e Pablo organizado por meio do jornal *Frente Operária* tornou-se um atrativo para os setores militantes marxistas descontentes. Os posadistas se organizaram mais nitidamente São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná, nos anos 1950, e em Pernambuco, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte, nos anos 1960. Em “Pernambuco, onde dirigiram alguns sindicatos rurais, pregaram a tomada das terras pelos camponeses; a criação de uma Central dos Camponeses de Pernambuco, vinculada a uma Confederação Nacional dos Trabalhadores. Chocaram-se com a Igreja, que procurava controlar as organizações camponesas e com o governador Miguel Arraes, que mandou prender alguns militantes do POR (diga-se PORT)” (Campos, 1998:72).

Os militantes do PORT, de 1955 a 1963, puseram em prática a orientação da direção da IV Internacional, dirigida por Michel Pablo, do “entrismo *sui generis*” no PCB. Só em 1963, o PORT chegou à conclusão de que o PCB se tornara uma organização contrarrevolucionária, finalizando a experiência do entrismo. De qualquer forma, essa tentativa de organização de uma corrente trotskista naufragou, levando seu dirigente maior, J. Posadas, ao rompimento com a IV Internacional, à formação de uma internacional posadista, e, enfim, a posições antimarxistas e extravagantes. Portanto, já nascendo sob a orientação pablista, o PORT nada tinha de comum com o pensamento de Trotsky, embora tenha sido considerado muitas vezes como uma verdadeira organização trotskista. Finalizou sua trajetória política aprofundando as teses de Michel Pablo para as correntes e a luta de classes no Brasil, passando a defender que as condições objetivas levariam setores “progressistas” da Igreja, militares nacionalistas, brizolistas e stalinistas ao campo da transformação revolucionária.

A crise interna do stalinismo teve repercussões marcantes no Brasil, em meados dos anos 1950 e início dos anos 1960. A morte de Stalin, em 1953, e as denúncias de parte de seus crimes no XX Congresso do PCUS desencadearam uma discussão interna ao PCB. O partido elegeu como seus adversários efetivos o imperialismo e o latifúndio. A burguesia nacional e “progressista” continuava no campo das relações políticas e se reforçavam as ilusões na possibilidade dela realizar as tarefas democráticas pendentes em nosso país, como, por exemplo, a reforma agrária, a extinção do analfabetismo, o desenvolvimento nacional, etc. O XXI Congresso do PCUS, ocorrido em 1959, adota definitivamente a posição de “coexistência pacífica com o imperialismo”, reforçando o processo de adaptação dos PCs à institucionalidade burguesa.

Frente ao intitulado “processo de desestalinização”, reforçam Costa, Pinheiro e Ferreira (2012:12-13), a militância do PCB se agrupou em três correntes principais:

uma, que pretendia aprofundar as mudanças iniciadas com o processo, inclusive com a negação de princípios leninistas; outra, que rejeitava qualquer crítica ao período em que Stalin foi o dirigente máximo da URSS e do movimento comunista internacional; a última, formada pelo núcleo hegemônico no interior do PCB, que tentava obter um equilíbrio entre as posições anteriores.

O primeiro grupo, composto principalmente por intelectuais ligados à imprensa mantida pelo PCB, maior responsável pela deflagração dos debates, centrava as suas críticas no autoritarismo partidário e no dogmatismo, apresentando propostas políticas alternativas ao programa do IV Congresso, que foram sintetizadas em artigo de Agildo Barata publicado em *Novos Tempos*, em setembro de 1957. Dentre elas, destacava-se a ideia de uma etapa marcadamente anti-imperialista da revolução brasileira naquele momento histórico, a exigir uma fase inicial de acumulação de forças que abriria mão da hegemonia do proletariado em troca da formação de uma ampla ‘frente única, nacional e democrática’, capaz de unir operários e camponeses a representantes até da grande burguesia e dos latifundiários em torno de um projeto nacional-reformista. No decorrer da discussão política, o grupo ficaria isolado na luta interna, Agildo Barata seria expulso do PCB, e muitos dos seus companheiros ‘renovadores’ abandonariam as fileiras do partido.

O segundo grupo, minoritário no centro dirigente comunista, era formado por João Amazonas, Maurício Grabois, Pedro Pomar e Diógenes de Arruda Câmara, que, juntamente com Prestes e Marighella, haviam composto o grupo responsável pela reorganização do Partido nos anos 1940, através da Comissão Nacional de Organização Provisória (CNOP).

Este segundo grupo estava preocupado, acima de tudo, em manter os princípios doutrinários e a organização partidária centralizada, repelia veementemente qualquer crítica ao período de Stalin. Em julho de 1957, na primeira reunião do Comitê Central de que Prestes tomava parte após a retirada para a clandestinidade em 1948, foi a vez de o partido acertar suas contas com este grupo, então identificado como ‘conservador’ e ‘dogmático’ por recusar as novas orientações vindas de Moscou. Como resultado da intensa luta interna travada no interior do Partido e pelo fato de o grupo ter ficado em minoria no debate, Arruda Câmara, Grabois e Amazonas perderam seus postos na Comissão Executiva e foram deslocados para outros Estados por decisão do colegiado do CC.

O núcleo dirigente central consolidou-se em torno das lideranças de Giocondo Dias, Mário Alves, Jacob Gorender e Armênio Guedes, entre outros, aos quais se juntaram Prestes e Marighella, grupo que, tendo se constituído ao longo da polêmica interna, tornou-se majoritário no PCB, ao adotar uma política equilibrada, recusando a crítica aberta dos ‘renovadores’ à estrutura partidária, ao mesmo tempo em que aceitava, com cautelas, críticas ao período em que teria predominado o culto à personalidade de Stalin. Este grupo foi responsável pela redação da Declaração de Março de 1958.

A crise se instaura no interior do PCB, de modo que este partido aprofunda a sua adaptação ao Estado burguês e à via pacífica para a transformação do país. Ao mesmo tempo, incrementa a sua política de apoio aos governos nacionalistas burgueses, disseminando entre as massas a ilusão de que suas reivindicações poderiam ser atendidas pelo governo burguês através da ação estatal. A Declaração de Março de 1958, elaborada pelo núcleo dirigente, considerava

a possibilidade real de se conduzir a revolução brasileira por meios pacíficos, com a obtenção de reformas profundas e consequentes na estrutura econômica e nas instituições políticas, chegando-se até a realização completa das transformações radicais colocadas na ordem do dia pelo próprio desenvolvimento econômico e social da nação (Idem, *Ibidem*).

O PCB em seu V Congresso, em 1960, ratificou a tese da coexistência pacífica com o imperialismo e repudiou a revolução violenta. O partido adotou um novo nome: Partido Comunista

Brasileiro, mantendo a sigla anterior (PCB). Com isto, tentava passar a ideia de que estaria disposto a voltar os olhos para os problemas do país, sem a tutela de Moscou. As polêmicas internas sobre os rumos do partido e a relação com a URSS levaram às divisões da organização. Uma delas se deu com a fração influenciada por Agildo Barata, que atacou a fundo as tendências burocráticas no interior da organização stalinista. Entretanto, os acertos das críticas de Barata foram ofuscados pelos seus erros, quando passou a defender posições partidárias antileninista em termos de organização e adotou uma posição acentuadamente nacionalista. Logo depois, o PCB sofre uma nova cisão política; o partido foi dividido em duas correntes: o PCB, sob a orientação de Prestes e o PCdoB, de João Amazonas, Pedro Pomar e Maurício Grabois. O PCdoB constituiu uma fração stalinista ortodoxa, colocando-se na defesa da herança de Stalin contra o “revisionismo” do PCUS e do PCB. Caracterizava as mudanças na burocracia de Moscou, de denunciar os crimes do stalinismo, como um reforço do reformismo e um desvio do programa revolucionário, supostamente colocado em prática na era Stalin.

Os anos 1960 conheceram uma ampliação dos movimentos sociais no campo e nos centros urbanos. Desenvolve-se a luta no campo, particularmente das Ligas Camponesas, no Nordeste, incrementando a luta de classes entre o campesinato e trabalhadores rurais, de um lado, e os proprietários de terras, de outro. Destaca-se, neste contexto, a figura de Francisco Julião, um dos dirigentes das ligas. Do ponto de vista político, a instabilidade no Estado se torna patente, com a eleição e renúncia de Jânio Quadros, em pouco mais de seis meses. Os setores militares e a classe dominante se movimentavam no sentido de garantir uma determinada ordem nas coisas, dificultando a posse do vice-presidente João Goulart, com a renúncia de Jânio Quadros. A pressão de setores da política nacional garante a posse do vice-presidente, mas as frações mais conservadoras reagem com a imposição de um parlamentarismo artificial. Um plebiscito derruba o parlamentarismo e se reinstala o presidencialismo. O governo Jango é marcado pela instabilidade e pela pressão dos movimentos sociais, anunciando as conhecidas reformas de base.

A posição dos comunistas do PCB, apoiados na caracterização da existência de uma burguesia nacional progressista foi no sentido de pressionar o governo Jango, para que o mesmo realizasse reformas sociais, promovesse o desenvolvimento econômico e modernizasse a estrutura do Estado, de um lado, segurando momentaneamente os ímpetus das mobilizações populares, de outro, para evitar o aprofundamento da luta de classes, de modo que fugisse ao controle do partido. Os comunistas subestimavam a capacidade de reação da burguesia através de sua força de repressão. Uma vez mais, o desdobramento dos fatos pegou os comunistas despreparados para o combate contra o golpe militar.

A efervescência não se deu só na política e na luta de classes. Também se expressou claramente na arte, no cinema, na poesia, na arquitetura, particularmente no seio do movimento estudantil,

centrada na União Nacional dos Estudantes (UNE). No Centro Popular de Cultura da UNE reuniam-se intelectuais, ativistas e a juventude, promovendo peças de teatro, produzindo poesias e filmes com uma forte conotação de crítica sobre a realidade social brasileira. Destacaram-se nessa época figuras como Glauber Rocha, Nelson Pereira dos Santos e Cacá Diegues, Gianfrancesco Guarnieri, Augusto Boal, Armando Costa e João das Neves, José Carlos Capinam, Moacir Félix e Ferreira Gullar. Na educação, realçam-se as experiências de Educação Popular, com Paulo Freire; na arquitetura, destacam-se as obras de Oscar Niemeyer e Vilanova Artigas.

A ditadura militar foi implantada em 31 de março de 1964. O primeiro governo, após a constituição de uma Junta Militar provisória, foi o do General Castelo Branco. O golpe foi programado com o incentivo e a ajuda militar, logística e financeira dos Estados Unidos (EUA), receosos de que o processo revolucionário ocorrido recentemente em Cuba pudesse servir como inspiração à esquerda de outros países da América Latina. Junte-se a isso, a vinda de Che Guevara ao Brasil, durante o meteórico governo de Jânio Quadros. O golpe tinha como objetivo arrefecer a luta de classes no campo e nos centros urbanos de estudantes, trabalhadores e intelectuais. Tinha ainda como finalidade disciplinar as frações burguesas em conflito, impondo uma direção política e econômica mais condizente com a conjuntura internacional, marcada pela coexistência de duas grandes potências econômicas e políticas, quais sejam: EUA e URSS. Desfazia-se perante os militantes do PCB a tese da existência de uma burguesia nacional “progressita”, capaz de realizar as transformações democráticas e anti-imperialistas no Brasil.

O golpe decisivo sobre a esquerda e os movimentos sociais se deu a partir da edição do Ato Institucional nº 5, em dezembro de 1968, no governo Costa e Silva, sistematicamente aplicado para legitimar legalmente a tortura, prisões, mortes e desaparecimentos nos governos militares posteriores, em particular, o de Emílio Garrastazu Médici. Estabeleceu-se um bipartidarismo consentido entre o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e a Aliança Renovadora Nacional (Arena). A conjuntura internacional era de manifestações estudantis em vários países, que se refletiu no Maio de 1968, em Paris. No Brasil, destacaram-se os protestos dos estudantes, que se fortaleceram com a repercussão da morte do estudante Edson Luís, no Rio de Janeiro, em 1968, as prisões de militantes e a greve dos operários de Contagem-MG e Osasco-SP.

Com os primeiros focos de resistência à ditadura, os protestos e atos estudantis, os movimentos de setores da intelectualidade, formaram-se várias organizações de esquerda a partir da crise e dissolução do stalinismo e da penetração de outras ideias e práticas políticas, tais como: a Ação Popular (AP), a Organização Revolucionária Marxista (ORM), intitulada Política Operária (Polop), o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT), o Partido Comunista Revolucionário (PCR), a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), a fusão da organização Colina e a VPR, em VAR-Palmares, a Aliança Libertadora Nacional (ALN),

de Carlos Marighella, o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), de Jacob Gorender, Apolônio de Carvalho e Mário Alves, o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8).

Influenciaram essas organizações, além da tradição stalinista, o maoísmo e o castro-guevarismo. Na essência, as cisões fundamentais do PCB, quais sejam, a Aliança Libertadora Nacional (ALN) e o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), além das principais cisões do PCdoB, ou seja, o Partido Comunista Revolucionário (PCR) e o Partido Comunista do Brasil-Ala Vermelha (PCdoB – AV) mantiveram em linhas gerais a concepção da revolução por etapas do stalinismo, bipartindo o processo revolucionário em duas etapas bem distintas: a da revolução democrática e a da revolução socialista. Apesar das diferenças fundamentais em suas análises e programas, no fundo quando falavam de revolução e de governo popular revolucionário, estavam na verdade falando de um governo de aliança entre os explorados e os setores “progressistas” da pequena-burguesia e da burguesia industrial nacional. As tarefas colocadas eram, em essência, as da revolução democrático-burguesa, não se tratava de uma revolução socialista ou de destruição da propriedade privada dos meios de produção.

Muitos desses grupos, influenciados pelos acontecimentos da Revolução Cubana de 1959 e pela conjuntura de crise do stalinismo, passaram a desenvolver a estratégia da luta armada, caracterizada por ações de grupos ou de indivíduos, como resistência à repressão e ao autoritarismo do Estado. A esquerda oriunda das cisões do PCB e do PCdoB associava claramente a forma de luta da guerrilha, posta em prática pelas massas em luta em diversos países, com a ação dos grupos armados contra um exército e uma polícia bem equipada e fortemente armada. Um dos fatos marcantes do período foi a captura do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick, que foi trocado pela liberdade de alguns presos políticos do regime. Rompido com o PCB, o PCdoB havia se aproximado do PC Chinês. Mais adiante se aproximaria do PC Albanês. Inspirados inicialmente pelo maoísmo, os militantes do PCdoB organizaram a *Guerrilha do Araguaia*. O maoísmo se caracterizava por centrar as suas forças na guerrilha rural camponesa. É evidente que a luta isolada da classe operária, que continuava em grande parte alheia e desorganizada em todo o país, foi respondida pela ditadura com repressão, prisões, execuções e desaparecimentos. Apesar do reconhecido heroísmo e combatividade da militância das diversas correntes à época, parte importante dela foi dizimada pelas forças de repressão.

Nos anos 1960/1970, quando o PCB já advogava a via pacífica ou democrática para o socialismo, verifica-se o ingresso das ideias de pensadores europeus, considerados parte do campo marxista, particularmente na política cultural do PCB. Georg Lukács, autor da *Ontologia do Ser Social* e de uma ampla produção no campo da filosofia e da estética passou a ser discutido em setores da esquerda e da universidade. Assim é que se publicaram obras de Lukács como *Ensaio sobre literatura* (1965), *Marxismo e teoria da literatura* (1968), *Introdução a uma estética*

marxista (1968), *Conversando com Lukács* (1969), *Existencialismo ou marxismo?* (1967), *Realismo crítico hoje* (1969), *A verdadeira e a falsa ontologia de Hegel* e *Os princípios ontológicos fundamentais de Marx* (1979).

Antônio Gramsci (logicamente, tendo em vista os debates e as interpretações dadas ao pensamento deste autor por seus discípulos europeus, integrantes do *Eurocomunismo*) também teve suas obras traduzidas para o Brasil: *Concepção dialética da história* e *Cartas do Cárcere* (1966), *Os intelectuais e a organização da cultura*, *Literatura e vida nacional* e *Maquiavel, a política e o Estado Moderno* (1968). As ideias políticas de Gramsci iriam ter influxo sobre a intelectualidade de esquerda do Partido dos Trabalhadores (PT). Nos anos 1970, Louis Althusser, representante do “marxismo estruturalista” e autor de *Os aparelhos ideológicos de Estado*, também teve influência na academia.

No campo do trotskismo, o final dos anos 1960 e a década de 1970 assistiram à formação de algumas organizações políticas. O que sobrou dos escombros da IV Internacional depois da crise dos anos 1950 estava sob a direção do marxista belga Ernest Mandel que, sob a influência e a pressão da Revolução Cubana de 1959, passou a defender a guerrilha (diga-se na verdade o foquismo, luta armada de grupos de militantes e intelectuais, desvinculados do movimento de massas e das suas organizações) como método de luta nos países atrasados. Já no final dos anos 1960 surge o Partido Operário Comunista (POC), sob a influência mandelista. Depois de um zigzague, o POC revisou suas teses sobre a luta armada foquista e passou a defender a atuação no seio do movimento operário, a organização independente do operariado e a defesa de reivindicações como o aumento de salários e contra o desemprego.

As cisões do posadismo deram origem aos grupos Organização Comunista 1º de Maio e à Fração Bolchevique-Trotskyista, que se fundiram em 1976, originando a Organização Socialista Internacionalista (OSI), que teve maior visibilidade na ditadura militar através do seu braço estudantil a *Liberdade e Luta*. A OSI publicou logo adiante a revista *Luta de Classes*. De todo modo, os grupos que faziam parte dessa organização partiam da crítica da luta armada foquista isolada da organização das massas, e se voltaram à intervenção nas fábricas e sindicatos, tendo em vista a necessidade de reorganização dos trabalhadores a partir das suas lutas por reivindicações econômicas e democráticas, além da sua conversão em luta política.

Como relata Campos (1998:74-75), a OSI considerava que

os sindicatos atuais, herdados da legislação de Vargas, não são organismos independentes e têm servido como uma verdadeira camisa de força contra os trabalhadores. Eles são obstáculos à mobilização operária e instrumento fundamental do controle que a classe dominante exerceu sobre os trabalhadores durante 40 anos. Apesar disso, a OSI atua neles, pois reconhece que, por não dispor de qualquer tipo de organização independente, os operários procuraram se defender utilizando os únicos meios que possuíam às mãos e afluíram aos sindicatos regidos pela CLT para lutar por seus direitos. Este objetivo é incompatível com a própria natureza desses sindicatos e o movimento dos trabalhadores, se dirigido

por uma política independente, pode provocar o rompimento dos vínculos que os unem ao Estado e a criação de novas entidades livres. A OSI prega também a criação de uma Central Sindical Independente, cujo ponto de partida deve ser a união de todas as correntes políticas que defendem a independência de classe.

Quando da formação do Partido dos Trabalhadores (PT), a OSI colocou-se contra ele, caracterizando-o inicialmente como mais um partido da ordem burguesa, mas posteriormente reformulou as suas posições e ingressou no novo partido, passando a vê-lo como uma alternativa de organização da classe trabalhadora.

A partir de meados da década de 1970, o movimento operário começa novamente a se organizar, culminando com as greves e manifestações em defesa de suas reivindicações econômicas e melhorias das condições de trabalho, deterioradas pela crise que abatia a ditadura e que se potencializava a partir da crise mundial do capitalismo, culminando com greves operárias, em particular na região do ABC Paulista, que se expandiram por vários outros espaços. A retomada do movimento operário foi fundamental para a reorganização e reforço da luta da esquerda contra a ditadura em definhamento e contra o processo de exploração a que eram submetidos os trabalhadores no país. No final dos anos 1970, despontam também as lutas e a organização das massas camponesas, forjando ocupações, entre as mais conhecidas, a da Fazenda Macali, em Ronda Alta, no Rio Grande do Sul, em 1979, a partir da qual se plantaram as sementes do atual *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra* (MST). A reorganização dos movimentos nos centros urbanos deu origem ao PT e à Central Única dos Trabalhadores (CUT), no início dos anos 1980.

O PT foi constituído por intelectuais, militantes, operários, juventude e setores da Igreja. No seio do novo partido, abrigaram-se ao longo da primeira década diversas correntes, como Causa Operária (CO), Convergência Socialista (CS), O Trabalho (OT), Tendência pelo Partido Operário Revolucionário (TPOR), Força Socialista, Articulação e Articulação de Esquerda, dentre outras. Portanto, comportava correntes que iam da esquerda revolucionária marxista-leninista-trotskista, remanescentes da luta armada dos anos 1960/70, a tendências reformistas e democratizantes. Porém, o núcleo dirigente esteve sob controle da Articulação, que, posteriormente, deu origem com a adesão de outras correntes ao Campo Majoritário (Articulação e Democracia Radical) e à atual corrente Construindo um Novo Brasil (CNB). Mesmo nos raros momentos em que o grupo liderado por José Dirceu e Lula esteve em minoria, atuava politicamente de maneira autônoma, imprimindo nos fatos a sua linha política ao partido.

No começo dos anos 1980, o PT se organizava a partir dos núcleos de base. Como observa Lincoln Secco (2011:80),

Em 1980, no norte havia núcleos no Acre (12); Amazonas (22) e Pará (18). No Nordeste, Maranhão (39) e Ceará (38) eram seguidos pela Bahia (18), Paraíba (17), Piauí (10), Rio Grande do Norte (12) e Sergipe (5). Mas um Estado importante como Pernambuco só possuía oito, o que refletia certa

hegemonia do PCB e do PMDB na esquerda. No Piauí a penetração do PT também seria lenta e a primeira prefeitura conquistada seria numa tradicional região coronelística (Picos, 1996). No Centro Oeste a presença das lutas dos trabalhadores rurais era mais importante no Mato Grosso do Sul onde o PT tinha dezoito núcleos do que no Mato Grosso onde só havia um. Já Goiás, Estado com maior diferenciação produtiva e histórico de atuação de esquerda havia oitenta, além de outros quatro no Distrito Federal. Era no sudeste, evidentemente, que a estrutura do PT se consolidou melhor. O Espírito Santo com dezoito ainda iniciava sua organização, mas São Paulo com 120 núcleos, Minas Gerais (77) e Rio de Janeiro (37) demonstravam isso. No sul, havia 28 núcleos no Rio Grande, 27 em Santa Catarina e 22 no Paraná. Alguns documentos aludiam a 626 núcleos em todo o país outros a um número um pouco menor. De toda maneira, eles englobavam 28 mil filiados. Em 1982 havia cerca de mil núcleos.

O processo de redemocratização negociada com os militares levou ao restabelecimento de governos civis, com a eleição pelo Colégio Eleitoral em 1985 de Tancredo Neves. Com sua morte, assumiu o poder José Sarney. O governo Sarney foi marcado pela instabilidade econômica e pela inflação descontrolada, conjuntura na qual foram aplicados sistematicamente planos econômicos, que rebaixavam os salários e as condições mais elementares de vida em escala ampliada dos trabalhadores assalariados e as condições de vida do operariado. O crescimento das lutas operárias na segunda metade da década de 1980, com greves, manifestações e passeatas foi direcionado para a institucionalidade no âmbito da Assembleia Nacional Constituinte, que promulgou a Constituição Federal de 1988, levando-se à contenção da luta de classes, no momento em que se poderia potencializá-la na perspectiva do desenvolvimento da luta revolucionária. Em 1989, o PT concorreu à sucessão presidencial com a candidatura de Luís Inácio Lula da Silva, sendo derrotado por Fernando Collor de Melo.

Inicia-se nitidamente uma época de implantação de fortes medidas neoliberais de impacto na vida do funcionalismo público, dos trabalhadores assalariados e da juventude, com a liberalização do capital, destruição de direitos e conquistas sociais, corrosão salarial, contenção de investimentos na produção e na geração de empregos, altas taxas de juros, aumento de impostos, superávits fiscais, corte de verbas para políticas sociais como educação, saúde e habitação, cumprindo-se rigorosamente as determinações de organismos internacionais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Durante o governo Collor foram privatizadas empresas estatais importantes como a Usiminas. Essas políticas são ampliadas e aprofundadas nos governos seguintes de Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, com a implantação do Plano Real, das políticas de superávit fiscal, de privatizações das estatais (Companhia Siderúrgica Nacional, Embraer, Companhia Vale do Rio Doce, Telebrás e Eletropaulo), das reformas constitucionais e legais de interesse da burguesia nacional e do grande capital internacional, em desfavor dos trabalhadores, dos aposentados e dos servidores públicos.

Ao longo dos anos 1990, marcados pela *débâcle* da URSS e do Leste Europeu, resultado, aliás, do longo e complexo processo de dominação da burocracia stalinista, da crise capitalista internacional e da restauração do capitalismo em curso nas décadas anteriores pela integração cada

vez mais ampla e profunda dos Partidos Comunistas (PCs) ao gerenciamento dos negócios comuns da burguesia e à perspectiva da humanização do capitalismo, através das eleições, do parlamento e do poder do Estado burguês, o Partido dos Trabalhadores (PT) passa por uma depuração interna, com mudanças de estatutos, abandono de posições mais radicais, que poderiam despertar a desconfiança do eleitorado no partido e da burguesia, à pressão sobre a militância revolucionária, regulamentando o direito de tendência, abolindo a imprensa, sede própria e finanças separadas dessas correntes, e, finalmente, provocando a expulsão ou saída de correntes políticas. O objetivo da direção petista era atrelar todas as correntes e forças ao fortalecimento eleitoral do partido e à conquista de cargos no parlamento e executivos, bem como tornar-se alternativa de gerenciamento do Estado capitalista, supostamente em benefício dos trabalhadores. Para tanto, era preciso reforçar o arco de alianças com partidos da burguesia.

Inúmeras correntes foram expulsas ou saíram do PT, entre elas, podemos destacar: Tendência pelo Partido Operário Revolucionário (TPOR), atualmente Partido Operário Revolucionário (POR); a Convergência Socialista (CS), que hodiernamente forma o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU); a Causa Operária, hoje, Partido da Causa Operária (PCO), todas de orientação trotskista. Recentemente, um conjunto de militantes, agrupamentos e parlamentares petistas constituiu outro partido, de nome Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). No interior do PSOL convivem diversas outras tendências, tais como: Movimento Esquerda Socialista (MES), Ação Popular Socialista (APS), Movimento Terra Trabalho e Liberdade (MTL), entre outras.

Algumas correntes permanecem no interior do PT, mesmo diante da profunda adaptação do partido à política e ao Estado burguês, das relações com os partidos orgânicos da burguesia, bem como da política reformista majoritária, supondo poder retroagir o PT ao que chamam “PT das origens” ou “de luta”, enquanto outras correntes simplesmente reproduzem, com pequenas nuances a estratégia e as táticas eleitorais petistas, de administrar o estado burguês e humanizar o capital. Realçamos: mesmo diante do profundo comprometimento teórico-político do PT com a classe dominante e o Estado capitalista, algumas organizações que inclusive se reivindicam do trotskismo permaneceram em seu interior, como: O Trabalho (OT), de orientação lambertista (Pierre Lambert) e a Democracia Socialista (DS), vinculada ao mandelismo (Ernest Mandel).

Paulatinamente à imposição definitiva das posições do grupo liderado por José Dirceu e Lula ao conjunto do partido, qual seja a perspectiva de fortalecimento eleitoral, conquista de cargos nos parlamentos e executivos, democratização do Estado burguês e realização de reformas limitadas no capitalismo, o PT vai se comprometendo com o Estado (dependência do fundo partidário e das cotizações de parlamentares) e o empresariado. Como destaca Secco (2011:105),

Um dos primeiros capitalistas a se aproximar e apoiar o PT foi Lawrence Pih, o que causava estranhamento. Presidente do grupo Moinho Pacífico, ele ajudou a articular o apoio de empresários às

campanhas de Lula. Pih era formado em Filosofia na University of Massachusetts e pertencia à mesma geração de Lula (três anos mais velho do que o líder petista). Manteve-se fiel ao PT. A partir de 1994 (com a permissão da nova lei eleitoral) o PT passou a receber vultosos recursos das empresas privadas para campanhas eleitorais e criou laços com inúmeros capitalistas. Antes disso, era um tabu para o 'partido sem patrões' receber auxílio da burguesia.

A crise internacional do final dos anos 1990, e seus impactos no Brasil, a falência das políticas neoliberais e de suas pretensões de conter a crise e modernizar o país, além dos retrocessos nos direitos e conquistas sociais levaram ao desgaste do governo de FHC e a ascensão de Luis Inácio Lula da Silva, do PT. O clima de desconfiança das frações burguesas quanto ao destino de um governo petista levou a pressões da mídia, das entidades de classe da burguesia e dos organismos internacionais, no sentido de que o PT e Lula se comprometessem de manter os acordos, contratos e obrigações assumidos anteriormente pelo governo FHC. A pressão teve seus resultados: o PT e o candidato Lula da Silva assinaram a *Carta ao Povo Brasileiro*, em junho de 2002, na qual assumiram claramente a responsabilidade quanto à manutenção da ordem e da disciplina econômica, o respeito aos compromissos assumidos pelo governo passado (FHC) com o capital. Não havia, portanto, com que o capital nacional e internacional se preocupar; afinal, o virtual vencedor da pugna eleitoral tinha assumido, inteiramente, perante os capitalistas o horizonte das regras do jogo democrático burguês e a proteção da propriedade privada, bem como de suas consequências jurídico-políticas.

Como destaca Secco (Idem:202-3), o

PT já se comprometia oficialmente com o mercado e os contratos há algum tempo. Num Encontro Estadual do PT paulista na cidade de Serra Negra (SP) nos anos noventa Aloísio Mercadante foi à tribuna para atacar a proposta de suspensão do pagamento da dívida externa. E foi vitorioso. E os investidores nacionais e estrangeiros foram brindados com uma declaração mais contundente quando o partido lançou a Carta ao Povo Brasileiro em junho de 2002.

A Carta de Lula reconhecia que 'a margem de manobra da política econômica no curto prazo é pequena', falava em 'valorizar o agronegócio', reduzir a taxa de juros de forma sustentada, manter o equilíbrio fiscal e o superávit primário (o saldo que o governo economiza para pagar os juros de sua dívida). Isto implicava controle dos gastos públicos.

Mas se a carta teve o seu papel, ela foi menos um início do que um coroamento de um processo. Quando o PT lançou a 'Carta', ela foi considerada pelo professor da USP e ex-ministro Delfim Neto, a causa da vitória de Lula. Entretanto, este reducionismo ignora que a trajetória do PT foi constantemente de aumento de influência eleitoral e moderação ideológica desde os anos de 1990, como vimos aqui. Aquela carta foi apenas a espuma do mar.

De fato, Lula foi eleito em 2002 com um programa que contemplava a democratização das estruturas do Estado e da administração, de abrandamento das tendências oligárquicas dominantes historicamente, de contenção das políticas neoliberais e das privatizações, de atendimento das políticas públicas e dos anseios da população pobre, enfim, de abertura de uma etapa de desenvolvimento nacional harmonioso. A tese fundamental do PT defende que é possível, no seio do sistema capitalista e do Estado burguês, o desenvolvimento econômico com o desenvolvimento

social. Para tanto, está descartado para o PT a necessidade de uma revolução para sepultar o capitalismo e iniciar a constituição do socialismo. Na verdade, a era das revoluções fora, para esse partido, suplantada pelo fim do “socialismo real” e pela desagregação da URSS e do Leste Europeu. O problema está unicamente na concentração da riqueza e na exclusão social. Contrapõe um modelo incluyente dos trabalhadores e da juventude a um modelo excluyente de capitalismo, posto em prática pelos governos anteriores. A tarefa consiste em afastar o modelo excluyente do neoliberalismo por meio da eleição de um governo democrático-popular, admitindo alianças com setores da burguesia e seus partidos. Supõe que é possível, por essa via, avançar na democratização do Estado burguês e na conquista de reformas, sem rupturas, com uma política econômica que promova a desconcentração da riqueza, que avance na reforma agrária negociada, amplie o mercado interno, a produção de bens populares e as exportações.

O novo governo recebeu incontinenti o apoio de organizações sociais importantes do movimento operário, como centrais sindicais (em especial a CUT) e sindicatos que congregam importantes setores do proletariado e do conjunto dos trabalhadores assalariados, do movimento camponês, em particular da sua maior organização (MST), do movimento estudantil, por sua mais influente entidade (UNE), bem como de entidades e organizações dos movimentos populares. Além do mais, uma gama de intelectuais passou a ver no governo Lula da Silva um governo em disputa, que podia ser direcionado para o atendimento dos interesses do conjunto dos trabalhadores. E, não obstante, o governo Lula da Silva teve na sua base de apoio um amálgama de partidos burgueses.

Na prática, o governo Lula articulou a continuidade da política econômica anterior (plano real, superávit primário, cumprimento de metas com FMI e Banco Mundial, altas taxas de juros, algumas privatizações e concessões permanentes ao capital nacional e internacional, particularmente aos Bancos e ao Agronegócio) com programas assistenciais, em grande parte montados no governo FHC, como o programa Bolsa Família, além de intervenções das chamadas políticas afirmativas, em especial na educação, como o Prouni, o Reuni, o Projovem e a política de quotas. Longe de superar os graves problemas sociais e históricos do país, o governo Lula, pela influência do Partido dos Trabalhadores nos movimentos sociais e nas mais importantes organizações da classe operária (CUT e sindicatos estratégicos do proletariado) os postergou e, com isso, conteve temporariamente, na medida do possível, o aprofundamento da luta de classes no país, mantendo os explorados sob sua tutela.

Para tanto, o PT teve de enrijecer a burocratização dos organismos de luta do proletariado, dos demais trabalhadores assalariados, de servidores públicos e estudantes, levando-os a um processo de subordinação ao aparelho do Estado burguês a um nível impressionante. O governo petista conseguiu realizar aquilo que o governo de FHC (PSDB) não teve êxito completo: as reformas de interesse do capital. Assim é que as reformas da previdência, de leis sociais e da organização

sindical foram aprovadas no Congresso Nacional. Essas reformas têm como desiderato limitar ou extinguir direitos e conquistas dos explorados, ao longo das últimas décadas, reforçar as possibilidades de negociação de direitos, evidentemente em favor da parte mais forte: o capital. Além disso, a reforma sindical reforça as tendências de burocratização das entidades e organizações, potenciando o processo de fragmentação organizativa da classe operária, em razão da luta aparelhista por uma fatia dos recursos disponíveis. Essa política de contenção da luta de classes teve nos primeiros anos do governo Lula um êxito considerável, tendo em vista que o PT e o governo foram extremamente beneficiados pela conjuntura econômica mundial (2002-2007), que se instalou depois de sua primeira eleição, com o crescimento da demanda mundial por matérias-primas (*commodities*). O crescimento da China elevou as exportações brasileiras e fez subir os índices favoráveis da balança comercial.

A estabilidade econômica e as altas taxas de juros no país abriram espaço para a entrada e circulação do capital financeiro internacional, mantendo as reservas nacionais em dólares altas. A participação direta do governo e do presidente Lula nas negociações comerciais, como representante do empresariado, ampliou as negociações entre o Brasil e outros países. Entretanto, o crescimento e a estabilidade anteriores foram enormemente comprometidos pela crise econômico-financeira de 2008, em andamento. O impacto da crise na vida dos trabalhadores, incrementando o desemprego, a miséria e a instabilidade impeliram os explorados a manifestações e greves.

As aspirações e ilusões democráticas semeadas pelo novo governo, de possibilidade de transformação social e realização de tarefas históricas (como a reforma agrária) através das instituições estatais, pouco a pouco, chocam-se com uma realidade social, econômica e política marcada pela profunda exploração de classe e pela submissão dos governos federal, estaduais e municipais aos ditames e à lógica do capital nacional e internacional, e aos organismos ideológico-políticos do imperialismo (Fundo Monetário Internacional - FMI, Banco Mundial e Organização Mundial do Comércio - OMC). Os governos do PT têm sido subservientes ao grande capital; não à toa, o partido é atualmente financiado, nas eleições, por frações capitalistas poderosas. O PT tem retribuído na última década com uma política econômica e com ações que favorecem os Bancos, o agronegócio, as multinacionais e demais setores do capital. A proteção do direito de propriedade, o respeito aos negócios da burguesia nacional e internacional, o controle e contenção das lutas sociais e das insatisfações dos explorados e o tratamento intransigente com as greves no setor público e nas obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) são o capital social do PT perante a classe dominante.

A experiência política com o governo Lula (agora com o governo de Dilma Rousseff) mostra às organizações revolucionárias e aos militantes de esquerda as limitações dos projetos de democratização do Estado burguês e o esgotamento histórico do reformismo, como saída para a luta

dos explorados pela suposta humanização da atual sociedade. Dizemos esgotamento histórico e não político, porque, embora a história tenha demonstrado a impossibilidade de humanizar o capitalismo ou colocá-lo a serviço dos trabalhadores, nada obsta que parte da esquerda, dita reformista, continue a defender esta possibilidade. O PT finalizou sua trajetória integrando-se completamente à política burguesa e ao gerenciamento do Estado e da crise capitalista. As denúncias de corrupção de uma parcela de sua direção política, entre os quais figuram militantes como José Dirceu, José Genoíno e Delúbio Soares, da existência de um esquema de compra de votos de parlamentares e desvio de dinheiro demonstram que o PT se enraizou no campo das relações políticas fisiológicas e oligárquicas burguesas no seio do Estado e do parlamento. As reformas da Previdência e Sindical aprovadas na administração petista, a repressão de manifestações e greves pela força nacional (como as greves operárias nas obras do PAC) e a profunda intransigência do governo Dilma Rousseff com as recentes greves do funcionalismo público e dos professores das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) são a outra face da profunda adaptação do PT ao Estado, ao parlamento e à democracia capitalista.

Não se pode mais esperar, do ponto de vista da luta anticapitalista, qualquer passo do PT, a não ser no sentido de aprofundar cada vez mais a sua atual situação de integração ao Estado burguês, constituindo-se, dessa forma, num obstáculo à constituição de um verdadeiro instrumento de luta dos trabalhadores e dos demais explorados, o partido revolucionário. Não há como superar as contradições da sociedade capitalista, que gera de um lado riqueza para a classe dominante e miséria para o conjunto dos explorados, e construir uma sociedade socialista sem a luta social através da ação direta (mobilizações, manifestações, ocupações, greves, protestos), portanto, construindo um autêntico partido marxista no seio do proletariado e demais oprimidos e que tenha como estratégia a revolução proletária.

Afirmamos a necessidade de uma organização política, enraizada na luta de classes do proletariado e demais explorados, para travar o combate pela revolução socialista, porque a história brasileira e internacional demonstrou que nenhuma transformação da estrutura econômica, social e política pela raiz é possível por meio do gerenciamento dos negócios da classe dominante no seio do Estado burguês. Uma análise histórica do país e do seu desenvolvimento econômico mostra que, no Brasil, as tarefas democrático-burguesas, isto é, *a liquidação do latifúndio, a reforma agrária, a industrialização generalizada, os desequilíbrios regionais e a ruptura com os obstáculos impostos pelo imperialismo* não foram resolvidas pelos diversos governos burgueses (nem pela suposta burguesia nacional “progressista”), nem serão solucionadas nos limites do capitalismo. Só podem ser resolvidas no âmbito da revolução social, protagonizada pela maioria nacional explorada, sob a direção do proletariado. Estas tarefas se combinarão com as tarefas propriamente socialistas, que

libertem as forças produtivas das travas dos monopólios industriais, financeiros, bancários e da terra, e as coloquem a serviço das necessidades verdadeiramente coletivas.

No momento atual, a classe operária, o campesinato, desempregados e sem-tetos, trabalhadores precarizados, a juventude, enfim, o conjunto dos explorados começam a se movimentar, embora estejam em condições muito desfavoráveis, a começar pela fragmentação do movimento operário, a existência de várias centrais sindicais e organizações (além da Central Única dos Trabalhadores - CUT, a Força Sindical - FS, Central dos Trabalhadores do Brasil – CTB, entre outras), a burocratização das entidades de operários e estudantes, a redução das lutas aos aspectos econômicos e a direitos na órbita da cidadania burguesa e à pressão institucional. Também a União Nacional dos Estudantes (UNE) encontra-se há décadas burocratizada e sob o domínio de forças políticas, que emperram a luta e a organização revolucionária da juventude. Na atualidade, seguindo o caminho das demais organizações sindicais, aprofundou-se o processo de burocratização e estatização da entidade que tantas lutas protagonizou ao longo da história. O encaminhamento da reforma sindical pelo governo Lula disseminou um movimento de autoproteção da burocracia, acelerando o processo de fragmentação organizativa dos explorados.

Em meio a este processo de imposição de uma reforma sindical centralizadora, o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) formou junto com outras correntes políticas e setores dos movimentos sociais a Coordenação Nacional de Lutas – CONLUTAS, que congrega um importante setor da vanguarda socialista. O PSOL criou a Intersindical. Logo após, o PCdoB, que criticava a atitude tomada pelo PSTU de cindir a CUT, resolveu criar a sua própria central, a CTB. A CONLUTAS, dirigida pelo PSTU, buscou uma fusão com a Intersindical, sob controle do PSOL, para fundar uma *nova central*, mas não obteve êxito. Desta experiência, formou-se a atual Central Sindical Popular-CONLUTAS, constituída pelo PSTU, outras organizações e independentes. Tal como ocorre na esfera sindical, a UNE foi cindida, dando ensejo à formação de uma nova entidade, a Assembleia Nacional dos Estudantes Livre (ANEL, antes Coordenação Nacional de Lutas dos Estudantes-CONLUTE).

O que se tem em vista é que o processo de burocratização das organizações sindicais, das centrais e a fragmentação organizativa da classe operária e dos explorados deverá se aprofundar em razão da luta encarniçada das correntes, organizações e partidos, em descompasso com as reais necessidades e unidade na luta da classe operária, assalariados em geral, funcionalismo público, campesinato, juventude e demais oprimidos. Portanto, esta situação se mostra profundamente desfavorável à organização, mobilização e luta dos explorados pelas suas reivindicações mais elementares e pela superação das causas de sua opressão social e política. Diante de tamanha fragmentação e fraqueza dos movimentos sociais, apesar da profunda crise econômico-financeira em processo e das tendências instintivas de resistência das massas, a burguesia se movimenta no

sentido de impor suas posições, manipular, criminalizar e reprimir os movimentos sociais, em particular, o movimento operário, que ainda não consegue responder de forma unificada às ações truculentas dos capitalistas, dos seus governos e Estado burguês.

Entretanto, os trabalhadores na luta social terão de superar a presente fragmentação organizativa e política, visto que a sua força diante do capital é a sua unidade, organização e a ação direta. A fragmentação apenas favorece a dominação da burguesia, que encontra as condições adequadas para impor seus interesses econômicos, políticos e sociais frente à crise. Neste sentido, a ação das burocracias na direção das entidades de trabalhadores e estudantes, mantendo privilégios, destruindo a independência política em relação ao Estado burguês, apoiando as ações dos governos, defendendo uma política sindical rebaixada e adaptada à lógica de dominação do capital favorece permanentemente a fragmentação da luta operária e estudantil. Por isso, a luta pela unidade dos explorados passa também pela superação de toda e qualquer forma de burocratização nos sindicatos, centrais e entidades dos trabalhadores, estudantes e demais explorados, aplicando ao seu funcionamento a democracia proletária.

Os desafios são, portanto, imensos. A crise de 2008, em processo de desenvolvimento internacionalmente, teve um aspecto positivo em relação ao marxismo e à luta de classes no mundo e em nosso país. Ela detonou uma série de greves, manifestações, ocupações e levantes em vários países, que demonstraram claramente o inconformismo de trabalhadores, desempregados e da juventude com as consequências sociais nefastas da crise estrutural do capitalismo. O problema central é que as massas estiveram (e estão!) sob domínio ideológico-político de organizações social-democratas, reformistas e da burocracia sindical, além da influência de setores da burguesia. A ausência de organizações marxistas revolucionárias na direção das lutas e a inexistência de uma internacional socialista, como o Partido Mundial da Revolução Socialista (Quarta Internacional) têm conduzido os movimentos e as lutas a derrotas reiteradas.

Não há mais razões teóricas e práticas para continuar acreditando nas teses neoliberais, reformistas e pós-modernas da crise ou da morte do marxismo. A dinâmica econômica, social e política das últimas décadas demonstra cada vez mais a justeza, profundidade e atualidade das análises de Marx e Engels sobre as contradições da sociedade burguesa e as possibilidades de superação do capitalismo e construção do socialismo. Começamos a perceber o potencial fortalecimento do interesse no estudo do marxismo no Brasil, em várias instâncias de debate e da luta política, nos movimentos sociais, nas universidades, nos agrupamentos político-partidários.

O importante é que assim como o capitalismo é um sistema econômico-social mundial, a teoria que lhe opõe uma crítica fêrrea, que explica as causas do lucro e da riqueza da classe dominante, que expõe as suas contradições e suas crises periódicas, que propõe colocar-se como força material organizativa dos explorados, esta teoria, nascida na Europa, por uma conjunção de forças sociais,

políticas, econômicas e teóricas, expandiu-se para todos os rincões do mundo capitalista internacional. Da Alemanha à Rússia, de Portugal ao Brasil, da Bolívia aos Estados Unidos da América, da França ao Japão, da China aos demais países asiáticos, não há um só deles que não tenha ouvido falar das teses de Marx e Engels. Não há um só país, que não tenha sido sacudido por acontecimentos sociais, que não tenha, de alguma maneira, ligação com o marxismo e a luta do proletariado. A luta socialista no Brasil se articula necessariamente com os combates internacionais. Eis um indício de que a luta se renova e se amplia em nosso país.

Em síntese, podemos concluir:

a) que o marxismo começa, de fato, a ter repercussões no Brasil a partir da Revolução Russa de 1917, quando militantes anarcossindicalistas romperam com a antiga orientação e se aproximaram das ideias marxistas, sob influência dos acontecimentos da revolução de *Outubro de 1917*. O Partido Comunista Brasileiro (PCB) só seria fundado em 1922 e reconhecido como seção da Terceira Internacional em 1924, depois de críticas aos resquícios anarquistas da militância dos primeiros comunistas brasileiros. De fato, o passado anarquista da militância, a escassa assimilação das ideias revolucionárias marxistas e a incipiente inserção no movimento operário foram responsáveis por inúmeros problemas políticos e organizativos nos primeiros anos do novo partido. As primeiras tentativas de aplicação do marxismo à análise da realidade brasileira também não lograram êxito;

b) quando estouraram as divergências entre a Oposição de Esquerda, liderada por Leon Trotsky, e Stalin na Rússia, as repercussões não puderam ser contidas. Já no final da década de 1920, um grupo de militantes se aproximou das ideias de Trotsky sobre o movimento socialista na Rússia e Internacional, sendo expulso do PCB. Papel pioneiro coube a Mário Pedrosa que tomou contato com as teses da Oposição Internacional de Esquerda e se aliou ao trotskismo. Difundiu as ideias trotskistas quando da sua volta ao Brasil e junto com um grupo de militantes fundou a Liga Comunista Internacionalista (LCI);

c) tomando definitivamente a direção do PC russo, do Estado Soviético e da Internacional Comunista, as ideias stalinistas passaram a ser disseminadas pelos PCs em todo o mundo através da tradução dos textos e discursos de Stalin e dos catecismos soviéticos. No Brasil, esse processo se torna mais forte, a partir dos primeiros anos da década de 1930. Os PCs passam a aplicar sistematicamente as orientações do PC russo, manejando as ideias marxistas (interpretadas pela dogmática stalinista) de acordo com os ziguezagues soviéticos e da Internacional, que levava o PCB de posições direitistas (contra as greves e a favor da unidade nacional, por exemplo) a posições ultraesquerdistas. Em geral, o PCB buscou uma aliança dos explorados com uma suposta “burguesia nacional progressista”, que seria capaz de superar o atraso e modernizar as relações

sociais, políticas e econômicas do país. Portanto, o PCB aplicou sistematicamente a tese da “revolução por etapas” e do “socialismo em um só país”;

d) a crise do stalinismo e a denúncia dos crimes de Stalin e do culto à personalidade existente nos PCs abriram uma crise também no PCB, que se dividiu, a partir do começo dos anos 1960 em Partido Comunista Brasileiro (PCB) e Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Este último considerava as mudanças internas do PCB como revisionismo e traição ao processo de construção do socialismo supostamente implementado na era Stalin. Portanto, o PCdoB colocava-se claramente contra as denúncias dos crimes stalinistas, justificando-os politicamente. Pois bem, na década de 1960, diversas correntes surgiram a partir da crise do PCB, influenciadas pela Revolução Chinesa, de 1949, e pela Revolução Cubana, de 1959. Partiram para a luta armada contra a ditadura. Inúmeros militantes e jovens ativistas combativos foram mortos e as organizações exterminadas. Curiosamente, o PCdoB, que surgiu de uma cisão com o PCB e travou a luta armada no começo dos anos 1970, tem cumprido, como o PCB de outrora, uma trajetória de adaptação à democracia, ao parlamento e ao Estado burguês, em todos os seus níveis;

e) com a crise da ditadura militar na década de 1970 e o processo lento, gradual e negociado de abertura, provocado pelo esgotamento político e econômico do regime, em face da crise mundial do capitalismo naqueles anos, a classe operária pressionada pelo arrocho salarial e pelas péssimas condições de vida e trabalho começa a se reorganizar, despontando as greves do final da década, levando à formação da CUT e do PT. Outros movimentos como de estudantes e camponeses se organizaram também nessa época. Assim formou-se o MST. Outras correntes políticas, como as trotskistas se agregaram às lutas estudantis e operárias. O PT abrigava em seu seio inúmeras tendências (de reformistas a revolucionárias), intelectuais, parlamentares e setores “progressistas” da Igreja. Ao longo das décadas de 1980 e começos de 1990, contexto marcado internacionalmente pela quebra da URSS e restauração das relações de produção capitalistas, pelo fim das “democracias populares” do Leste Europeu, pelo longo aprofundamento da integração dos PCs no Estado e na democracia burguesa, o PT passa por mudanças internas no sentido de desfazer-se das correntes revolucionárias, que tinham de se subordinar à estratégia dirigente de adaptação à política e ao estado burguês. Esse processo, que finaliza com a subscrição da *Carta ao Povo Brasileiro*, e a eleição de Lula da Silva, em 2002, para a Presidência da República, fechou um ciclo histórico do PT no Brasil. O PT esgotou-se historicamente e passou, de fato, de partido orgânico do movimento operário a pilar fundamental para a continuidade do capitalismo, controle das organizações e movimentos sociais e gerenciamento dos negócios comuns da burguesia, por meio do Estado capitalista. Dizemos esgotamento histórico e não político, vez que o PT ainda tem muita influência entre trabalhadores assalariados, operários e a juventude. Neste percurso, o PT arrastou correntes, organizações e partidos, antes adeptos da revolução socialista como estratégia, forçando-os a

continuar no interior do partido, a reformular seus objetivos estratégicos, substituindo (ou tornando inócua) a estratégia da revolução por um governo dos trabalhadores, como produto das eleições burguesas e não da insurreição dos explorados;

f) o momento atual do marxismo no Brasil passa pela necessidade de assimilação da teoria marxista e da experiência nacional e internacional dos movimentos sociais, em particular, do movimento operário, entre a jovem militância. A experiência da classe operária brasileira com o PCB e o PT, as duas maiores organizações de esquerda da história do Brasil, definhou e fracassou. No caso do PT, realçamos, a organização evoluiu de um partido orgânico da classe operária, surgido das lutas do final dos anos 1970 e início dos anos 1980, para um partido da ordem burguesa, afiançador da propriedade privada, dos negócios gerais da burguesia e do Estado capitalista. Esse processo de assimilação das ideias e das experiências históricas passa necessariamente pela luta de classes, pela intervenção nos movimentos sociais. No calor da luta de classes, as ideias socialistas são cotejadas com a realidade, tornando-se um guia valioso na compreensão da história do país, da formação e desenvolvimento do capitalismo no Brasil, da dinâmica das classes sociais e suas relações, do caráter da revolução social e das tarefas a serem desenvolvidas. A tarefa histórica de superação da crise de direção revolucionária em nosso país não pode ser objeto de improvisos, mas fruto de uma séria assimilação da teoria revolucionária, o marxismo, e da experiência dos movimentos sociais nacional e internacionalmente, o que implica o estudo crítico e autocrítico da história do marxismo no Brasil. Somente assim, poderemos avançar na tarefa de elaboração do programa da revolução social em nosso país, como elo da luta socialista internacional na constituição de um poderoso partido operário revolucionário, que tenha como estratégia a revolução proletária, a superação da propriedade privada e a constituição da propriedade coletiva dos meios de produção sob a base do trabalho associado, em síntese, a construção do socialismo.

Capítulo IX

O marxismo no século XXI

Tomo a liberdade de pedir-lhe que estude esta teoria nas fontes originais e não em obras de segunda mão – fica, na verdade, muito mais fácil. Marx dificilmente escreveu um único trabalho em que esta teoria não desempenhasse seu papel. *O 18 Brumário de Luiz Bonaparte* constitui, em particular, um exemplo magnífico de sua aplicação. Há também muitas referências, nesse sentido, em *O Capital*. Além disso, permito-me sugerir-lhe ainda minhas obras *A Subversão da Ciência pelo sr. Dühring* e *Ludwig Feuerbach e o Fim da Filosofia Clássica Alemã*, em que está contida a exposição mais minuciosa que conheço sobre o materialismo histórico (Engels, *Carta a Bloch*)

No capítulo VIII, observamos como o marxismo foi introduzido e se desenvolveu no Brasil. Com isso concluímos a primeira parte de nossa análise da trajetória do marxismo e abrimos outra, qual seja, a importância do marxismo no século XXI. Poder-se-ia questionar: qual o sentido de estudarmos o marxismo no século XXI? É possível superarmos o ceticismo reinante, inclusive em parte expressiva da esquerda, e avançar na organização política e na luta pelo socialismo? Quais as lições da história do movimento socialista nacional e internacional para o desenvolvimento da teoria marxista contemporânea e para a intervenção na luta de classes? Como essa teoria social poderia se constituir em força material capaz de mover trabalhadores, camponeses, estudantes e demais explorados em sua luta pela destruição da ordem do capital? São estas questões que devem nortear o debate sobre a relevância do marxismo, como teoria articulada a uma prática revolucionária na atualidade.

Pela análise que se realizou até o presente momento, não resta dúvida de que o marxismo continua tão fundamental e atual quanto antes para a compreensão da história humana e para a crítica da sociedade burguesa, em que vivemos. E mais: a teoria social de Marx e Engels, enriquecida pelos aportes de Lênin, Trotsky, Rosa Luxemburgo, entre outros marxistas, e pelas experiências das revoluções do século XX, particularmente a Revolução Russa de 1917 constitui um guia valioso na superação da atual *crise de direção política*, com a construção de partidos marxistas nos países e a reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a Quarta Internacional. O marxismo é, também, uma ferramenta valiosa na análise da conjuntura político-econômica, na definição da tática e da estratégia adequadas ao movimento socialista, à investigação das realidades particulares dos vários países, enfim para a libertação dos explorados da dominação do capital e para a construção do socialismo.

Em seu último combate em defesa do marxismo contra as vacilações no seio da Quarta Internacional e da sua seção americana o Socialist Workers Party (SWP), Trotsky (2011:32) advertiu: “Não são os nossos desejos subjetivos, mas a realidade objetiva que indica que o único caminho para a humanidade é a revolução socialista mundial. A outra alternativa é a volta à barbárie”. De fato, o aprofundamento da crise mundial coloca para a humanidade a alternativa de

superar o capitalismo agonizante e abrir uma nova página na história da sociedade humana, ou, ao contrário, avançar cada vez mais no processo de barbarização social.

Os últimos acontecimentos da crise mundial da economia capitalista trouxeram novamente à tona manifestações, posições, publicações em revistas, periódicos, jornais e na internet sobre a atualidade das ideias de Marx. Muitos intelectuais, militantes, ativistas e organizações políticas têm se manifestado sobre a importância do marxismo na atualidade, tendo em vista o aprofundamento da crise estrutural do capitalismo, marcada pela histórica contradição entre o amplo avanço das forças produtivas e seu encarceramento nas relações sociais de produção e apropriação privadas monopolistas.

Nesse campo, as posições são as mais variadas possíveis. Há desde os que defendem apenas a vigência parcial e mutilada da teoria marxista, em geral dos aspectos filosóficos e da crítica às relações sociais burguesas, mas ostilizam as consequências políticas, programáticas e revolucionárias da teoria e da prática socialista, isto é, a necessidade de organização política da classe operária e do conjunto dos explorados, por meio do partido marxista, no seio da luta de classes. Também desconsideram a tarefa igualmente necessária e inadiável de superação da crise de direção internacional, aberta com a burocratização do PCUS e da URSS e o fim da Terceira Internacional Comunista, dissolvida pelo stalinismo. O que significa, em outras palavras, trabalhar pela reconstrução da Quarta Internacional, como Partido Mundial da Revolução Socialista.

Há os que defendem a vigência do marxismo, mas nenhum esforço fazem no plano dos fatos para engajar-se na militância revolucionária e, portanto, transformam o estudo de Marx em atividade puramente acadêmica nas universidades e centros de estudo. Não queremos, com isso, dizer que o estudo das ideias marxistas e o combate ideológico realizado no meio universitário não seja importante. A militância socialista deve necessariamente desenvolvê-los. O que não tem sentido é encarar o marxismo como apenas uma teoria sobre a história e a sociedade burguesa, que deve ser estudada de forma especulativa e desconectada da luta social. Essa postura foi a causa, décadas a fio, de uma série de polêmicas geradas no interior da academia ou no âmbito dos movimentos sociais, que, ao final, mostrou-se completamente infundada ou distante das reais necessidades do movimento socialista.

Os intelectuais, por sua posição social, ainda mais quando se restringem à leitura distanciada da prática militante, tendem a se abstrair dos problemas centrais da luta socialista e a deter-se em polêmicas puramente estereis. Ao mesmo tempo, a intelectualidade não militante realiza um corte entre a teoria e a prática, entre a necessidade de compreender o real e transformá-lo pela raiz. Não conseguem assimilar completamente o sentido específico da tese marxista da unidade entre teoria e prática revolucionária. Neste sentido, a academia está exposta às pressões sociais da sociedade burguesa e a valores, princípios e ideias associados à dominação dos capitalistas. Toda a

experiência da luta socialista nos diz que não basta aceitar a dialética materialista (a base filosófica do marxismo) para se constituir como verdadeiros lutadores.

A ausência de uma prática socialista por meio do partido marxista no seio da luta de classes torna o estudo da obra marxista abstrato e sem uma base fundamental que é a experiência política junto aos movimentos sociais. Além disso, a ruptura entre a teoria e a prática promove o distanciamento da maioria dos intelectuais do verdadeiro objetivo da teoria socialista, qual seja, de servir de guia para a ação revolucionária. *Sem teoria revolucionária não há prática revolucionária*, já dizia Lênin, o grande líder da Revolução de Outubro de 1917. O complemento dialético da assertiva leninista é que sem ação revolucionária, a teoria se torna especulativa. Portanto, conhecimento e realidade, pensamento e ação, teoria e prática devem andar articuladas.

Existem alguns que reconhecem a atualidade do marxismo, mas na prática, em sua militância diária nos organismos da luta social, negam-no permanentemente. Outros fazem tábua rasa da experiência internacional da luta proletária no século XX, dos avanços alcançados pelos marxistas comprometidos com a teoria e prática revolucionária, e se restringem apenas às obras de Marx, procurando colocar uma barreira entre Marx e os marxistas posteriores. Tenta-se romper a linha de continuidade entre a obra de Marx e Engels e as contribuições teórico-práticas dos grandes líderes da Revolução Russa de 1917, em particular Lênin e Trotsky. Com isso despreza-se a experiência da maior revolução proletária de toda a história da humanidade.

Enfim, há ainda os que negam preempitoriamente a vigência do marxismo. Neste campo se encontram irmanados tanto intelectuais e políticos organicamente ligados à classe dominante como parte da esquerda adaptada ao Estado, à política, ao parlamento e à democracia burguesa. De fato, a teoria de Marx colide com as pretensões destes setores, que, na verdade, desejam manter a atual estrutura de sociedade, transformando o capitalismo em sistema econômico, social e político insuperável. A própria esquerda adaptada defende a ideia de uma mudança gradual, pacífica e sem rupturas em direção a um capitalismo humanizado, como se isso fosse possível em plena época de desagregação mundial do capitalismo, em sua fase imperialista.

É compreensível que haja tantas posições sobre esta questão, afinal, a esquerda e o movimento operário encontram-se esfacelados em inúmeras correntes, organizações, entidades, partidos e centrais sindicais. As derrotas impostas aos movimentos sociais durante o século anterior, a partir da consolidação das políticas e das teses stalinistas em nível mundial, em particular, no interior da Terceira Internacional Comunista significaram a aplicação sistemática de uma política equivocada em numerosos países, que intercalava posições de apoio às burguesias nacionais ditas “progressitas” até ao esquerdismo mais aberto e inconsequente, abrindo as portas para a contrarrevolução, como ocorreu com a facilitação pelo stalinismo da subida do nazi-fascismo, com Hitler, ao poder na Alemanha em 1933. O stalinismo foi também responsável pela derrota de várias revoluções e

revoltas sociais, como ocorreu na Alemanha, China, Hungria, França e Espanha, além de sufocar a resistência antiburocrática na Hungria e Tchecoslováquia, no século XX. O processo de burocratização da URSS, do PCUS e da Terceira Internacional abriu caminho à restauração capitalista. Ao final, o stalinismo deixou um rastro de desencanto no interior da militância e da intelectualidade socialista no mundo todo, arrastando-os para as posições e teorias burguesas, para o reformismo ou para o academicismo.

Para lutar pelo socialismo é preciso ter a convicção clara sobre a necessidade de organização, mobilização e luta da classe operária e demais explorados, sem a qual torna-se impossível superar o capitalismo e reorganizar a sociedade sobre outras bases. O descrédito nas potencialidades revolucionárias da classe operária e o ceticismo teórico mutilam, deformam e matam a atividade revolucionária. Só com a apropriação teórica, convicção e ação revolucionária é possível superar a histórica crise de direção revolucionária, construindo as ferramentas políticas necessárias à organização do proletariado e demais explorados, quais sejam, o partido marxista e a Internacional.

Como observou Trotsky (2011:35),

A crise da sociedade capitalista, que tomou um caráter mais aberto em julho de 1914, produziu uma crise aguda na direção proletária a partir do primeiro momento da guerra. Durante os 25 anos que transcorreram desde então, o proletariado dos países capitalistas avançados ainda não criou uma direção que possa estar à altura das tarefas de nossa época. No entanto, a experiência da Rússia demonstra que tal direção pode ser criada (o que não significa, logicamente, que ela estaria imune à degeneração). Conseqüentemente, a questão está colocada da seguinte maneira: a necessidade histórica objetiva, em seu longo caminho, abrirá seu próprio espaço na consciência da vanguarda da classe operária? Ou seja, no processo dessa guerra e dessas profundas comoções que ela deverá engendrar, formar-se-á uma verdadeira direção revolucionária que seja capaz de dirigir o proletariado rumo à conquista do poder? A Quarta Internacional responde esta questão afirmativamente, não só por intermédio do texto de seu programa, mas também pelo fato mesmo de sua existência. Todas as distintas variedades de representantes desiludidos e atemorizados do pseudo-marxismo atuam, *pelo contrário*, baseados na suposição de que a bancarrota da direção ‘reflete’ somente a incapacidade do proletariado de levar a cabo sua missão revolucionária. Nem todos nossos opositores expressam claramente este pensamento, mas todos eles – ultraesquerdistas, centristas, anarquistas, para não mencionar os stalinistas e os social-democratas – descarregam sua responsabilidade pelas derrotas nas costas do proletariado. Nenhum deles assinala sob que condições precisas o proletariado será capaz de levar a cabo a virada socialista. Se admitirmos que é verdade que a causa das derrotas reside nas qualidades sociais do próprio proletariado, então a situação da sociedade moderna deverá ser considerada como desesperadora. Sob as condições do capitalismo decadente, o proletariado não cresce nem numericamente, nem culturalmente. Portanto, não existem motivos para esperar que em algum momento se coloque à altura das tarefas revolucionárias. A questão se apresenta de forma completamente diferente para aquele que tem claro o profundo antagonismo que existe entre a exigência orgânica, profunda e insuperável das massas trabalhadoras para se libertarem do sangrento caos capitalista e o cadáver conservador, patriótico e completamente burguês da direção do movimento operário, que sobrevive por si mesma. Devemos escolher entre uma desta duas concepções irreconciliáveis.

Não à toa, mais adiante, Trotsky (2011:36-37) conclui:

Os marxistas não têm o menor direito – se a desilusão e o cansaço não forem considerados ‘direitos’ – de chegar à conclusão de que o proletariado perdeu suas possibilidades revolucionárias e deve renunciar a todas as aspirações de hegemonia na era imediatamente próxima. Em escala histórica, quando se trata

de profundas mudanças nos sistemas econômico e cultural, 25 anos pesam menos que uma hora na vida de um homem. Que tipo de pessoa, por causa de fracassos empíricos que acontecem no decorrer de uma hora ou de um dia, renuncia aos objetivos que tinha se colocado, em base à experiência e análise de toda a sua vida anterior? Durante os anos da mais sombria reação russa (1907-1917), tomávamos como nosso ponto de vista de partida aquelas possibilidades que o proletariado russo havia revelado em 1905. Nos anos de reação mundial devemos partir das possibilidades que o proletariado russo revelou em 1917.

Portanto, não podemos permanecer indiferentes à luta de classes, ao processo histórico da crise do capitalismo e à necessidade de sua superação. Mas há outro problema grave: no extremo do intelectualismo, encontra-se o pragmatismo, a tendência a restringir a vida revolucionária à prática enfadonha, rotineira e cotidiana das atividades, lutas, organização partidária, reuniões, manifestos, boletins, jornais, revistas e intervenções. De fato, todas essas atividades revolucionárias são necessárias e inafastáveis para quem deseja se inserir nos movimentos sociais, organizar os explorados e lutar por suas reivindicações, no seio dos quais avançam a consciência política e as forças necessárias à transformação social. Entretanto, sem que essas ações sejam orientadas por uma política revolucionária justa, podem conduzir as organizações e militantes no sentido contrário do desejado.

É triste ver militantes jovens ou mesmo experimentados convivendo com a mediocridade teórica, que se satisfazem com segundas ou terceiras interpretações do marxismo, que oscilam a cada acontecimento, que se mostram frágeis diante da pressão social burguesa, que se deixam convencer pela aparência das coisas, que se acomodam aos catecismos e dogmas da vulgata stalinista ou ao rebaixamento teórico, que aprendem desde cedo as peripécias das práticas duvidosas, do aparelhismo das entidades, da burocratização e da aversão à democracia proletária nas organizações políticas. Convivem, paciente e acriticamente, com o improvisado, com a superficialidade, enfim, com o desrespeito e incompreensão da tarefa monumental de compreender a história e a sociedade em que vivemos a fim de transformá-la.

Nas décadas anteriores, toda uma geração foi formada a partir dos manuais soviéticos. Quem não se lembra dos famosos resumos soviéticos do pensamento marxista e das ações da URSS, que transformavam o marxismo apenas numa miragem. Parte dessa militância considerava-se, em teoria, socialista; na prática, era constituída de burocratas e reformistas. Não é possível, caso se tenha uma leitura elementar das ideias marxistas e compromisso com a luta social, conviver com esta realidade. O pensamento de Marx, Engels e Lênin e a força dos acontecimentos de Outubro de 1917 foram instrumentalizados para transformar em verdade as ideias e os interesses de uma casta burocrática instalada no Estado soviético, no PCUS e na Terceira Internacional. As citações de Lênin eram retiradas do seu específico contexto histórico para, na montagem mecânica e dogmática stalinista, justificar práticas duvidosas e erros políticos. O marxismo deformado pelo stalinismo perdeu toda a sua vitalidade.

De nenhuma forma a prática socialista pode restringir-se à rotina e ao pragmatismo. Deve estar articulada indissociavelmente ao estudo e desenvolvimento da teoria marxista. Isto significa que todo militante tem uma dupla tarefa, que não pode ser dissociada: a) assimilar as ideias socialistas, a experiência internacional dos movimentos sociais e do movimento operário, bem como as particularidades do desenvolvimento capitalista em seu país, no seio da luta de classes; b) munido da compreensão teórica da realidade, oxigená-la com a prática militante, nos movimentos sociais, nas correntes, organizações e partidos políticos, ligados à luta dos explorados. A teoria se elabora e se aprende no calor da luta de classes. Marx, Engels, Lênin, Trotsky e Rosa Luxemburgo foram grandes exemplos de militantes que souberam unir a elaboração teórica, política e programática à prática socialista.

Por isso, falar de marxismo no século XXI, é ter clareza sobre algumas lições e desafios colocados pelo desenvolvimento do movimento socialista e operário nacional e internacional:

a) é preciso estudar com profundidade a história da humanidade, da sociedade capitalista, suas contradições e perspectivas de sua superação e as particularidades, relações de classes e desenvolvimento do capitalismo no Brasil, em consonância com a economia e a história mundiais. Não se pode mudar aquilo que não se conhece. Neste sentido, quanto mais secundarizamos esta tarefa tanto mais se torna difícil ter uma visão mais próxima da realidade na qual intervimos e, portanto, ainda mais distantes estaremos da estratégia de superar o capitalismo e construir o socialismo. Não é suficiente ter uma compreensão superficial e apressada da nossa história, do papel que jogamos na realidade latino-americana e na economia mundial. Nenhuma organização política de esquerda consegue sobreviver por muito tempo sem elaborar o programa para a revolução social, a partir da análise das condições sociais, políticas e econômicas do país em que intervém. O programa não é um conjunto de reivindicações dispersas, mas a aplicação concreta da teoria e do método marxista à realidade que se quer transformar;

b) é, pelo mesmo motivo, urgente apropriar-se do arcabouço teórico elaborado por Marx, Engels e pelos marxistas comprometidos com a revolução socialista. Muitas coisas ocorreram após o desaparecimento dos fundadores do marxismo. O capitalismo ingressou em sua fase monopolista. Dois conflitos de dimensões mundiais aconteceram na primeira metade do século XX. Processos revolucionários irromperam em vários continentes e países. O proletariado realizou a primeira revolução socialista vitoriosa, a Revolução Russa de 1917, que se degenerou pela traição stalinista. O fenômeno do nazi-fascismo emergiu para deter o avanço dos processos revolucionários e afundar em sangue as organizações políticas do proletariado. Por isso, estudar o marxismo é comprometer-se com o seu cotejamento constante e ineliminável com a história e a experiência das lutas sociais, é enriquecê-lo com novos dados da ciência e da teoria social, é preservar seu método de investigação, debate e apropriação do real; é colocá-lo em sintonia com as necessidades dos explorados;

c) é necessário engajar-se nos movimentos sociais de luta, nas correntes, organizações e partidos políticos de esquerda, comprometidos com o programa socialista e a superação do capitalismo. Não é suficiente encarar o marxismo como simples teoria, dissociada de uma prática revolucionária. A quebra do elo entre a análise crítica do real e a militância política é a causa da fragilidade da militância, na medida em que, destituída de uma rica vida organizativa, encontra-se fortemente alheia às necessidades reais da luta social e dos explorados, além de susceptível à pressão social da ideologia e do cotidiano alienado da sociedade burguesa. Portanto, é imprescindível articular teoria e prática socialista a partir da experiência concreta dos movimentos sociais. Tal como ocorreu nos séculos XIX e XX, também no século XXI não há outra possibilidade de avançar na organização e na consciência do proletariado e dos demais explorados, sem articular as suas reivindicações mais elementares (saúde, educação, moradia, emprego, direitos e conquistas sociais, terra, salário vital, etc.) à luta pelo socialismo. Não adianta querer inculcar abstratamente na cabeça dos operários e setores dos movimentos sociais a ideia de que precisamos superar o capitalismo e construir uma outra sociabilidade pela emancipação humana. Os trabalhadores devem compreender, a partir de suas próprias experiências de luta, a necessidade de avançar para a destruição da propriedade privada e da exploração de classe. E apesar disso, a intervenção das ideias e do partido marxista é fundamental e decisivo para que o proletariado possa tomar consciência da situação de exploração a que está submetido no capitalismo e da necessidade de superar o atual estado de coisas, isto é, construir uma sociedade sem exploradores nem explorados;

d) tal como anteriormente, os revolucionários jamais atuam isolados das massas, querendo resolver individualmente ou em grupos os problemas da sociedade atual. Essa postura já foi criticada por Marx e Engels e, mesmo em suas formas mais contemporâneas (o *foquismo*, a luta armada individual ou em grupos dissociados da luta proletária e dos seus organismos, por exemplo) se mostrou equivocada, tornando mais fácil a repressão do Estado burguês. As consignas defendidas nos movimentos sociais devem ser produto de uma análise da realidade concreta e das necessidades da classe operária em luta, jamais manifestação de uma vontade puramente subjetivista da militância. Isto significa que as organizações, correntes e partidos socialistas devem rebaixar os seus programas e propostas às possibilidades suportáveis pelo Estado e pela classe dominante? De maneira alguma. As propostas devem expressar as necessidades dos explorados e não as possibilidades e limitações da burguesia e do seu Estado. O *Programa de Transição*, escrito por Leon Trotsky, articula, de maneira dialética, as reivindicações parciais à estratégia do socialismo, por meio das reivindicações transitórias. É, pois, uma fonte valiosa para a militância socialista na atualidade. De qualquer maneira, a intervenção revolucionária dos marxistas deve ser sempre no sentido de fazer avançar a consciência e a organização dos explorados;

e) os marxistas sempre batalharam pela unidade organizativa da classe operária e, desta, com as demais classes exploradas pelo capital, como o campesinato e a pequena-burguesia arruinada. Pelo contrário, a burocracia sindical sempre se esforçou por defender seus interesses de cúpula, em detrimento do avanço da luta e da organização dos explorados. Nunca teve qualquer pudor de defender o corporativismo, o divisionismo e a fragmentação de movimentos sociais e de organizações sindicais. Na situação atual do Brasil, a ameaça e a aprovação da reforma sindical pelo governo Lula desencadearam uma corrida das burocracias para preservar seus interesses e privilégios, no comando de sindicatos e centrais sindicais. Uma parte da burocracia sindical foi inclusive cooptada pelos últimos governos. O fato é que, hoje, vivenciamos um período de intensa fragmentação e corporativismo nos movimentos sociais em geral e, principalmente, no movimento sindical. Essa fragmentação não interessa aos trabalhadores assalariados, à classe operária e ao funcionalismo público. A força do proletariado se encontra na sua unidade organizativa, na independência de classe frente aos partidos burgueses, aos governos e ao Estado e na ação direta (greves, manifestações, assembléias, ocupações, piquetes, entre outros) como método de luta de classes. Os revolucionários devem defender a unidade organizativa da classe operária numa única central de luta, sob a base da democrática operária e à independência política de classe, e combater o processo de burocratização dos sindicatos e organizações dos explorados;

f) é indispensável ter consciência da tarefa histórica de constituição do partido revolucionário, talvez o maior desafio de todas as tarefas de que falamos até o presente momento. O capitalismo vive de crises cíclicas, que periodicamente vêm à tona, com força e profundidade, trazendo consequências sociais e econômicas para a vida de trabalhadores e desempregados. Entretanto, por mais que as tendências mais profundas do sistema social se expressem numa crise estrutural já histórica, em que se conflitam forças produtivas e relações de produção, a resolução dessa situação não se dará de forma espontânea e automática. A velha caracterização economicista de que o capitalismo por conta própria deixaria de existir e que não caberiam aos socialistas senão cruzar os braços e esperar a *débâcle* mostrou-se completamente infundada e distante da teoria e da prática de Marx e Engels. Estes, após compreenderem a importância histórica de organização das massas em partido de novo tipo, colocaram a si mesmos, enquanto teóricos e militantes socialistas, o objetivo de intervir nas lutas sociais, tendo em vista a constituição política e organizativa da classe operária. Não tem, pois, sentido para os marxistas o apoliticismo e o apartidarismo, próprios de tendências pequeno-burguesas, alheias à tarefa central de destruição da sociedade burguesa e construção do socialismo. A revolução social vitoriosa e sua consolidação dependem de realizar esta tarefa revolucionária;

g) porém, é necessário que a construção da organização política dos explorados, o partido revolucionário de caráter proletário, se dê no caldeirão da luta de classes, no interior mesmo dos

movimentos sociais e organizações criadas pelos trabalhadores e a juventude, em particular do proletariado, o coração da sociedade burguesa, classe capaz de confrontar o capital e sua base até as últimas consequências. O proletariado deu historicamente exemplos marcantes de como organizar-se para arregimentar as forças necessárias às transformações sociais (basta lembrarmos das associações, os sindicatos, centrais, partidos, internacionais, sovietes, assembleias e conselhos populares). Também é relevante que esta construção se dê de forma crítica e autocrítica, o que significa que cada militante socialista e o conjunto da organização enquanto tal são responsáveis pela vigilância e respeito aos princípios organizativos mais elementares, conquistados pelos trabalhadores ao longo de suas experiências sociais de luta, em particular a *democracia proletária* e a *independência política de classe* frente a governos, ao Estado e aos partidos burgueses. Daí ser essencial debater permanentemente sobre o tipo de organização adequado à tarefa revolucionária de destruição do capital e construção do socialismo. Aqui não precisamos inventar a roda. Desde Marx e Engels, passando por Lênin e Trotsky, além de contribuições fundamentais de diversos autores, temos um longo, complexo e profundo desenvolvimento da teoria e da prática social do partido revolucionário;

h) da mesma forma que devemos compreender o desenvolvimento econômico-social mundial e a história do nosso país, a fim de transformá-los; da mesma forma que devemos construir o partido operário revolucionário capaz de mobilizar, no calor da luta de classes e das organizações, os explorados em suas lutas diárias, também devemos atuar em âmbito internacional. Significa que os marxistas têm como referencial a consigna do *Manifesto Comunista* de 1848: “*Proletários de todos os países, uni-vos!*”. A tarefa de reconstrução da Quarta Internacional é inadiável e não pode ser secundarizada em função de uma política puramente nacional. Mas a Quarta Internacional também não poderá frutificar, fortalecer-se e converter-se em mobilizadora, organizadora e dirigente dos explorados e lutadores em nível mundial, sem que as suas seções sejam efetivamente enraizadas na luta da classe operária e demais oprimidos. Trata-se, portanto, de uma articulação dialética que comporta duas tarefas essenciais, igualmente combinadas: a) de um lado, o fortalecimento da luta em nosso país, a partir do fortalecimento do partido revolucionário no seio da luta de classes e dos organismos do proletariado e demais oprimidos; b) de outro, a soma de esforços no sentido da reconstrução da Quarta Internacional, como Partido Mundial da Revolução Socialista. É a tarefa de superação da atual crise de direção revolucionária;

i) é preciso, outrossim, realizar um debate sério sobre as ideias e as práticas sociais da história do marxismo e das experiências revolucionárias ao longo do século XX. Apesar do colapso da burocracia e das ideias stalinistas em todos os países, muitos militantes continuam reproduzindo estas ideias e práticas no interior de correntes, organizações, partidos de esquerda, bem como nos sindicatos e centrais. As tendências nacionalistas, reformistas, de embelezamento da democracia e

das instâncias políticas burguesas, isolando-as do processo social e econômico de dominação de classe são uma constante nos discursos e nas intervenções eleitorais e parlamentares de organizações, que se renderam definitivamente à política de humanização do capital. Não se trata de uma coisa nova. É consequência de toda a experiência mundial construída historicamente pelo stalinismo, que se degenerou completamente, levando à crise da burocracia na ex-URSS e no Leste Europeu. Portanto, não podemos descartar como secundário o debate sobre o stalinismo, sobre as derrotas das lutas e processos revolucionários no século XX, sobre as teses do “socialismo em um só país”, da “revolução por etapas”, do apoio às burguesas “progressitas” e da “convivência pacífica com o imperialismo”, desenvolvidas por Stalin e seus seguidores, reproduzidas mecanicamente por gerações, que orientaram durante décadas os programas, a formação e as práticas de milhares de socialistas.

Assim, o marxismo do nosso tempo é aquele que preserva e faz avançar o caráter revolucionário da teoria, que assimila, aprofunda, expande e atualiza a concepção científico-filosófica de Marx e Engels, tendo em vista sempre os avanços dos conhecimentos nas áreas da História, Economia, Antropologia, Arqueologia, Paleontologia, entre outras, e das Ciências Naturais. Enfim, o marxismo do nosso tempo é aquele que se enriquece com as contribuições teórico-práticas do movimento socialista dos séculos XIX e XX, abrindo, portanto, um horizonte emancipatório para o século XXI. O marxismo do século XXI só tem sentido caso se constitua ao mesmo tempo, numa unidade dialética, uma teoria para compreender a realidade social e uma arma para a organização e a luta dos explorados, portanto, um guia para a superação da propriedade privada dos meios de produção e da exploração de classe. Um instrumento teórico-prático para a luta pelo socialismo.

Considerações Finais

Seu nome viverá através de séculos, e com ele a sua obra (Engels, *Discurso diante da sepultura de Marx*)

Depois da nossa jornada em torno da temática da atualidade do pensamento marxista, chegamos a algumas conclusões, certamente provisórias e condicionadas pelo evoluir da história, que sintetizam o percurso dos textos.

Tentamos demonstrar no capítulo I que o marxismo está mais atual do que nunca. O fluir da história da sociedade capitalista do século XX e os primeiros anos do novo século nos mostram a correção da concepção materialista da história e da crítica da sociedade burguesa, elaboradas por Karl Marx e Friedrich Engels. A exploração, a miséria, a fome, a perda de direitos e conquistas sociais, o desemprego crônico mundial, a destruição da natureza e os processos de alienação em curso são expressão do atual contexto em que vivemos, marcado pelo esgotamento histórico do modo de produção capitalista, que nada tem a dar para a humanidade a não ser o aprofundamento das formas de desumanização e de barbárie social.

Uma das primeiras conclusões a que chegamos é que não temos como compreender a nossa sociedade sem o estudo e a aplicação do método materialista de análise histórica e de crítica da sociedade burguesa. Certamente, este exame exige um estudo rigoroso da história e das particularidades do capitalismo no nosso país, como parte da economia mundial. Essa posição se choca, evidentemente, com as conclusões tiradas dos mesmos acontecimentos por outras concepções hegemônicas no espaço acadêmico e mesmo em alguns setores dos movimentos sociais. Não há nada de excepcional nisso, pois o *marxismo revolucionário* dificilmente seria aceito na academia oficial.

O pensamento de Marx e Engels é radicalmente crítico e radicalmente revolucionário. Significa dizer que, por mais que tentem desvirtuar o seu caráter, não é possível transformar o marxismo num adorno à crítica moderada das desumanidades atuais, com o objetivo de justificar práticas reformistas. Como ficou evidenciado no capítulo II, durante toda a sua vida, Marx e Engels buscaram elaborar, a partir da experiência concreta da luta de classes e dos conhecimentos histórico-científicos, os fundamentos de uma concepção da história e da sociedade, marcada pela radicalidade, pelo caráter de ir à raiz dos problemas. Portanto, Marx e Engels continuam sendo um aporte seguro na luta pela superação da propriedade privada dos meios de produção e da exploração de classe, tendo em vista a finalidade estratégica de superação do capitalismo e construção do socialismo. Jamais a teoria marxista pode ser instrumentalizada para justificar a tese equivocada e reacionária de certos setores da esquerda de humanização do capitalismo, sem, evidentemente, uma completa deformação do caráter revolucionário das ideias de Marx e Engels.

Por isso, a concepção marxista exige como complemento indissociável, necessário e inafastável da análise teórico-política, a prática revolucionária. Não à toa, observamos naqueles que se aproximam desta concepção receios e dilemas quanto à sua prática. Como estudar e debater o marxismo sem discutir a nossa prática social, os rumos da história, a decadência do capitalismo, da ideologia burguesa e do Estado atual e os desafios dos movimentos sociais? É verdade, também, que muitos intelectuais tentam isolar-se das lutas sociais, da articulação entre a teoria e a prática, e, com isso, são levados a negar a maior riqueza do marxismo: ser ao mesmo tempo uma teoria social e um guia extraordinário de intervenção nos movimentos sociais dos explorados, tendo como eixo a política proletária de destruição da propriedade privada e da exploração de classe, portanto da superação do capitalismo.

Nesse sentido, para além da necessidade de compreensão da sociedade em que vivemos, coloca-se como desafio a intervenção nos movimentos sociais e, dentre eles, o movimento operário, como o centro decisivo da luta de classes na sociedade capitalista. Isso pode se dar por meio dos partidos, correntes, organizações políticas, sindicatos, associações, conselhos populares, etc. Não podemos jamais olvidar que toda a vida e a obra de Marx e Engels foram dedicadas ao desenvolvimento teórico e organizacional do movimento operário, com a constituição do proletariado enquanto partido e como organização internacional. Basta citar as experiências da *Liga dos Comunistas*, da *Primeira Internacional* e dos *partidos operários* organizados sob orientação dos fundadores do marxismo. A construção do partido-programa, organização baseada numa análise teórica, política e programática da sociedade capitalista, da luta de classes e das particularidades dos países onde se milita, é a ferramenta indispensável à luta pelo socialismo.

O marxismo constitui um referencial teórico-metodológico imprescindível à investigação filosófica e científica da realidade, para a assimilação da história e à crítica da sociedade burguesa. Isso foi objeto de nossas preocupações no capítulo III, quando debatemos a filosofia do marxismo, o materialismo, e o seu método dialético, que estão na base da *concepção materialista da história*. Também auxilia na análise das possibilidades abertas pela sociedade atual para a superação do capital e a construção do socialismo. As concepções anteriores ao marxismo naturalizavam de uma forma ou de outra as relações sociais. Tratavam-nas como um produto da natureza ou da divindade, contra o qual os homens não tinham qualquer possibilidade de transformação. O destino dos homens já estava traçado ferreamente por deuses, seres sobrenaturais ou eram apenas o desdobramento de uma natureza humana dada de antemão, que, para os teóricos burgueses tratava-se de uma natureza egoísta, competitiva e individualista.

Como observamos no capítulo IV, para Marx e Engels a história é uma construção dos homens, e estes são os verdadeiros demiurgos da sua vida social. Assim como produzimos sociedades de classes, temos a possibilidade de erguer uma sociedade sem classes, que se organize sobre outras

bases econômicas e sociais (e colocar as forças produtivas a serviço da coletividade), que abra aos homens e mulheres as condições para o desenvolvimento de suas potencialidades. É evidente, que os homens só podem construir a sociabilidade humana em seu metabolismo com a natureza, mediante o trabalho.

Nos últimos anos, vários autores tentaram questionar o trabalho como base fundante do ser social. No geral, partiam do empirismo das mudanças na economia capitalista e nas relações de trabalho, provocadas pela crise iniciada na década de 1970, que se passou a chamar reestruturação produtiva. O contexto em que se questiona com veemência o trabalho e as possibilidades de luta do proletariado é marcado pela ofensiva do capital, pela crise da URSS e do Leste Europeu, pela debandada de partidos e organizações, que se reivindicavam marxistas, para a atuação restrita à ordem democrática burguesa e abandono progressivo da teoria marxista.

Como fruto deste período, chegou-se a decretar a morte do marxismo e o fim da história (Francis Fukuyama). É também uma fase de aplicação das medidas neoliberais e da exaltação da economia de mercado, defendidas arduamente por ideológicos neoliberais da burguesia. Hoje, quando as crises se tornam cada vez mais agudas, os efeitos danosos sobre a classe operária e desempregados se ampliam, se torna patente que a natureza está sendo destruída pela sanha de lucro do capital e que o trabalho continua sendo, como disse Marx, uma eterna necessidade dos homens para viverem em sociedade, para construir as condições materiais de existência, aquelas teorias perderam completamente o sentido e viram o chão se abrir sob seus pés. Claro que se renovaram com outros argumentos e linguagem. Por isso, nenhum marxista pode se privar de assimilar com rigor a teoria materialista da história, a própria história da humanidade e os fundamentos da sociedade burguesa. Somente por esta via, é possível realizar uma crítica mordaz de teorias como a do “fim da sociedade do trabalho”, do “fim do trabalho e das utopias históricas da classe trabalhadora”, etc. No mais, a história e a prática social são o crivo de tais teorias.

Contra todo esse conjunto de argumentos ideológicos de intelectuais burgueses e mesmo de pensadores provenientes da chamada “nova esquerda”, adaptados à sociedade e às instituições burguesas, o marxismo demonstrou que a história é uma obra humana e que a sociedade burguesa não é um produto da natureza, mas de relações sociais, baseadas na exploração do trabalho assalariado e na apropriação privada da riqueza social produzida, gerando os efeitos que conhecemos. Os homens são produtores e produto do processo histórico. Para o marxismo, devemos ter como horizonte a história, as relações concretas entre os homens e, a partir desse quadro, com o auxílio de categorias que expressam essas relações, desvelar o real. Assim, assimilar o método de análise marxista é fundamental para o seu aperfeiçoamento e constante atualização da concepção revolucionária de Marx e Engels em face das análises científicas e teóricas e das lutas dos trabalhadores.

As condições materiais de existência social (relações de produção e de trabalho), que nas sociedades de classe são baseadas na propriedade privada dos meios de produção e em relações de exploração, geram conflitos, diferenças de interesses, enfim, produzem a luta de classes e as possibilidades de superação destes conflitos. Em se tratando da sociedade capitalista, abordada no capítulo V, a exploração do trabalho assalariado e a apropriação da riqueza pela classe dominante, as condições desumanas em que os explorados têm acesso à parte menor, proporcionalmente ao total dos bens produzidos socialmente (da riqueza produzida), a produção da miséria, da fome e do desemprego crônico das massas trabalhadoras têm levado à mobilização e choques entre as classes.

Como dissemos no capítulo VI, o proletariado, como produto autêntico da sociedade atual, construiu através da história suas formas de organização (associações, sindicatos, movimentos, partidos, internacionais, etc.) e de luta (manifestações, passeatas, greves, ocupações de fábricas, paralisações, piquetes, etc.), continuando a dar exemplos de criatividade frente a realidade que os oprime. Quando se organizam e elevam a sua consciência política de classe percebem claramente que a sua luta não pode se limitar à esfera econômica (aumento de salários, benefícios, etc.) e direitos, mas confluir para a extirpação da causa de sua miséria social, qual seja, a propriedade privada e das relações de classe. Neste caso, para superar a miséria e as limitações em que vivem precisam acabar com a dominação dos capitalistas e construir uma nova sociedade, baseada na produção, direção e apropriação coletivas dos meios de produção e dos produtos do trabalho.

É lógico que há outras classes oprimidas pela estrutura do capitalismo, como o campesinato, que deseja o acesso à terra. É evidente também que no século XX surgiram inúmeros outros movimentos sociais, que, em grande parte, restringem a sua luta a direitos na ordem do capital. O contexto em que surgiram, de crise do stalinismo e domínio do reformismo, leva-os a aumentar a distância entre sua luta e a luta do operariado. O papel dos marxistas é mostrar a centralidade da luta proletária pela destruição do capitalismo e a construção do socialismo e trabalhar pela unidade dos explorados contra o capital (inclusive dos chamados novos movimentos sociais). Certamente não se trata de uma tarefa fácil de realizar. Nem por isso, devemos abandoná-la, porque seria abandonar a luta pelo socialismo e adaptar-se às regras do jogo democrático-burguês, ao eleitoralismo e à restrita atuação parlamentar.

A história tem nos ensinado que por vias e métodos dominados pela burguesia não se conseguirá superar o domínio da burguesia. Por estas vias, esta classe terá o domínio da situação e conseguirá, de crise em crise, prolongar a exploração da classe trabalhadora, cooptando lideranças dos movimentos sociais e da burocracia sindical. É o caso da atuação limitada às eleições e ao parlamento, ou mesmo a ocupação de cargos nos ministérios, órgãos e secretarias do Estado. Enquanto existirem ilusões democráticas entre as massas no Estado, na democracia, no parlamento, nas eleições e nos governos burgueses, os marxistas estão obrigados a atuar neste campo, não para

disseminar mais ilusões ou fortalecê-las, mas para superá-las, denunciando as bases da exploração do trabalho e da riqueza dos capitalistas, divulgando as ideias revolucionárias e defendendo as reivindicações dos explorados. Entretanto, somente pelas formas de luta dos explorados (que não descarta evidentemente a intervenção política nas eleições e no parlamento se a realidade assim o exigir) pode-se suplantar a dominação burguesa.

O marxismo desenvolveu-se e ampliou substancialmente a sua influência da época de Marx e Engels até hoje. Como realçamos no capítulo VII, o marxismo não nasceu na academia, foi produto da convergência de elementos da história, das ciências sociais e da organização dos trabalhadores. Encontrou e encontra ainda resistência por parte da academia e de intelectuais. Mesmo assim, muitos estudiosos do marxismo e combatentes pela revolução social envidaram esforços no sentido de colocar a concepção materialista da história e a crítica da sociedade burguesa em sintonia com os conhecimentos das ciências e da filosofia, dando continuidade aos esforços de Marx e Engels. Todo este esforço tem um objetivo muito claro: qualificar a organização dos explorados e enriquecer a luta pela superação do capitalismo. Evidentemente, partindo das condições concretas da luta social e da necessidade de dar respostas aos problemas colocados aos movimentos sociais, o marxismo deu contribuições ao pensamento humano, que seus próprios críticos não podem mais olvidar.

O aparecimento do capitalismo monopolista no final do século XIX, que, em suas linhas mais gerais, havia sido previsto como uma tendência do processo de concentração e centralização dos capitais em mãos de poucos capitalistas por Marx, especialmente em *O Capital*, exigiu dos marxistas uma dedicação à teoria econômica para dissecar a nova etapa que se abria para o modo de produção burguês. O surgimento dos monopólios e oligopólios, a exportação de capitais, os grandes conglomerados industriais e financeiros, a fusão do capital bancário e industrial dando ensejo à formação do capital financeiro, o acirramento da concorrência, os conflitos pela repartição de mercados e áreas de influência, as tendências bélicas dos países imperialistas, a opressão nacional e social tornaram-se suas características mais bárbaras e se incrementaram.

Por outro lado, foi necessário aprofundar a teoria da revolução social de nossa época, particularmente nos países capitalistas economicamente atrasados (semicoloniais), com questões democráticas pendentes a resolver, cujo processo exigia a articulação entre as tarefas socialistas e as tarefas democráticas, como, por exemplo, a questão agrária. Nessa questão se chocam frontamente a *a teoria da revolução permanente*, de Leon Trotsky, e as teses do “socialismo em um só país/revolução por etapas” de Stalin. Fora isto, o marxismo deu grandes contribuições nos campos da história, economia, ciência política, filosofia, sociologia, direito, educação, etc. A análise marxista se expandiu para áreas e temas mais diversos, inclusive para o estudo histórico das questões do indivíduo e da subjetividade. Assim, o marxismo exigiu (e exige) um permanente aperfeiçoamento, aprofundamento e desenvolvimento.

Deixamos claro no capítulo VIII, que, no Brasil, o marxismo começa a ganhar força com as repercussões da Revolução Russa de 1917. Antes o nome de Marx foi citado por alguns jornalistas, escritores e políticos, mas deixava-se patente o desconhecimento completo das suas obras e das diferenças essenciais entre a teoria marxista e outras tendências e correntes de pensamento fora e dentro do movimento socialista. Em geral, ideias esparsas de Marx eram mescladas com concepções de outras correntes filosóficas como o positivismo de Augusto Comte, o cientificismo de Herbert Spencer ou o evolucionismo de Charles Darwin. Mesmo após a criação do Partido Comunista do Brasil (PCB) em 1922, a primeira grande experiência da classe operária com um partido político no Brasil, os estudos da obra de Marx e Engels foram muito escassos e problemáticos, tendo em vista os equívocos políticos e organizativos do partido recém-criado e da herança anarquista dos seus militantes. Além disso, o PCB acabou, como os PCs em todo o mundo, tornando-se um apêndice da política e das teses stalinistas cunhadas pelo PC Russo e pela Terceira Internacional Comunista deformada. A aplicação do marxismo à compreensão da realidade brasileira é assim marcada pela hegemonia do stalinismo.

Nas últimas décadas, a classe operária brasileira, a juventude, o campesinato e demais setores explorados estão passando pela experiência do Partido dos Trabalhadores (PT), tanto fora como no poder do Estado. O PT nasceu no contexto de esgotamento do regime militar, instaurado em 1964, que entrou definitivamente em crise no final da década de 1970 e primeira metade da década de 1980. É também um período de reorganização da classe trabalhadora, protagonista de históricas greves, especialmente na região do ABC paulista. Ao novo partido se juntaram intelectuais, parlamentares, setores de base da Igreja e correntes políticas que se reivindicavam socialistas. Apesar de ser considerado um partido orgânico do movimento operário e popular, o PT se transformou em partido da ordem burguesa, apesar de todas as suas diferenças e particularidades de origem e desenvolvimento em relação aos demais partidos burgueses. Há uma década administra o Brasil a frente do governo federal, através dos dois governos do presidente Lula e de Dilma Rousseff. Para chegar ao poder nos estados, municípios e União Federal, o PT teve de acenar à classe dominante sobre a sua disposição de respeitar a propriedade privada e os contratos assumidos pelos governos anteriores, inclusive o de Fernando Henrique Cardoso (FHC). A assinatura da famosa *Carta ao Povo Brasileiro*, nas eleições de 2002, expôs definitivamente à burguesia brasileira e às multinacionais a disposição petista de gerenciar os interesses gerais da classe dominante no Estado, como um partido da ordem burguesa, apesar de continuar a ter influência na classe operária e demais explorados.

Não obstante, há muitos obstáculos teórico-práticos ao aperfeiçoamento, atualização e ampliação da influência do marxismo, particularmente nos movimentos sociais e, entre eles, o movimento operário. No capítulo IX, estudamos esses obstáculos teórico-práticos e tratamos do

marxismo no século XXI. Citamos alguns: academicismo (teoricismo), burocratismo nas organizações, a presença do reformismo e do centrismo (correntes que vacilam entre o marxismo e o reformismo) nos movimentos, correntes não-marxistas que obstaculizam o desenvolvimento da consciência política e organizativa dos trabalhadores, estudantes, camponeses, etc; o pouco estudo da militância (pragmatismo), o apoliticismo muito frequente no movimento estudantil, desconsideração da tarefa histórica de construção do partido revolucionário, a fragmentação dos trabalhadores e demais oprimidos, a influência de ideologias comprometidas com a dominação de classe no seio dos explorados e dos seus movimentos de luta são outros tantos problemas presentes nas lutas sociais.

Quanto ao pouco estudo de parte da militância do marxismo, não há outra forma de superá-lo a não ser estudando o pensamento de Marx e Engels. Não há como resolver este problema, sem ir às fontes, sem por as mãos na massa. Não adianta ficar tentando entender o marxismo por segundas ou terceiras interpretações. As segundas ou terceiras interpretações é que devem ser entendidas e criticadas a partir de uma rigorosa compreensão das obras de Marx e Engels. Mas não se aprende marxismo apenas pelo conhecimento livresco. Torna-se, aliás, mais difícil e complicada a compreensão da obra dos dois revolucionários quando estamos distantes da luta social. É a participação nas lutas diárias dos explorados que nos dá as condições concretas para compreender, à luz do conhecimento, a realidade em que intervimos. A própria necessidade de dar respostas aos problemas concretos empurra-nos ao aprofundamento das ideias. Neste sentido, o estudo, a pesquisa e a elaboração teóricas devem estar sintonizados com a intervenção social nos movimentos dos explorados.

O marxismo não se confunde com o reformismo (restrição da luta à conquista de reformas limitadas à sociedade burguesa), com o centrismo (vacilação entre a teoria revolucionária e o reformismo) ou com teorias que defendem uma suposta emancipação humana nos interstícios da restrita e formal cidadania burguesa (limitação aos direitos e deveres na órbita da sociedade capitalista). Muitos militantes reduzem a sua prática à conquista de direitos, à luta econômica restrita, a posições no marco do Estado e das instituições (parlamento) ou subordinam as lutas sociais aos processos eleitorais. Para o marxismo, a participação no parlamento e nas eleições encontra-se subordinada à luta direta (greves, manifestações, ocupações, etc.) dos explorados. As práticas e teorias reformistas ou qualquer adaptação do marxismo ao ideário liberal, ao eleitoralismo, ao parlamentarismo e à democracia burguesa devem ser criticadas veementemente, assim como a ação de grupos e indivíduos completamente isolados da luta de classes e da organização dos explorados.

Por outro lado, o marxismo também se distancia do individualismo, do personalismo, do aparelhismo e burocratismo, muito presentes nas direções de organizações na atualidade. Tais

práticas convergem, consciente ou inconscientemente, para a negação da teoria marxista e reforço da ideologia burguesa no seio dos movimentos sociais. O marxismo também não é um dogma, nem muito menos um sistema fechado, não é uma teoria estática, pois está em constante transformação. Neste sentido, o marxismo é aberto às conquistas científicas e filosóficas e não tem a pretensão de ser uma verdade absoluta, mas relativa por excelência. Foi isso o que Marx e Engels demonstraram em sua rica trajetória teórico-prática. É isso que procuramos abordar em todo o livro.

Com a crise econômico-financeira do capitalismo, vivenciada com força atualmente, que atinge os EUA, a Europa, América e demais países e continentes, não dá para sustentar teorias que proclamaram a morte do marxismo com o fim da URSS e do Leste Europeu. O processo real de transformação da história e da sociedade burguesa mostra exatamente o contrário: o marxismo continua vivo e é seguramente a melhor e mais justa ferramenta teórico-prática para a luta social. Também não podemos, hoje, concordar com teorias que tentam confundir marxismo com stalinismo, Stalin com Lênin, Stalin com Trotsky e coisas deste tipo. Estas teorias têm como escopo provocar maior confusão no seio do marxismo a partir da falsificação da história. Coloca-se tudo na mesma vala, como se fossem coisas idênticas e, portanto, justifica-se a morte do marxismo e o vazio de referenciais.

Estas teorias se alimentam da ignorância e da pouca disposição atual para o estudo profundo da história e do marxismo. Para isto, não há outra alternativa a não ser conhecer as ideias de Marx e Engels e a história do marxismo, as suas tendências, as interpretações do pensamento, enfim, compreender a experiência nacional e internacional do movimento socialista. Só assim, é possível com conhecimento de causa estabelecer uma posição segura sobre as tendências presentes na esquerda e no movimento dos explorados e tomar uma decisão sobre que tendência é mais justa. Sem este exercício de pesquisa, de crítica e de autocritica não conseguiremos avançar.

Assim, não são as ideias de Marx e Engels que não estão à altura da sociedade contemporânea e do desafio histórico de compreendê-la e transformá-la, como querem intelectuais comprometidos com a dominação burguesa. Somos nós que não estamos à altura do conhecimento produzido pelos dois revolucionários. E mais: não estamos à altura do conhecimento elaborado a partir da experiência internacional do proletariado por marxistas posteriores a Marx e Engels. É preciso superar a letargia teórico-prática que tomou conta da esquerda e que, por consequência, acompanha a jovem militância socialista, sob sua batuta. É preciso compreender o marxismo, a experiência nacional e internacional dos movimentos sociais, em particular, do movimento operário, bem como o significado, o rumo e as consequências dos processos revolucionários do século XX. Só então estaremos preparados para os desafios do século XXI. Ressaltamos que é necessário combater as teorias e ideias que, de uma forma ou de outra, procuram romper o elo entre a teoria marxista e a prática revolucionária socialista. A compreensão da história e a crítica da sociedade burguesa

devem estar indissolúvelmente articuladas à luta pela transformação radical da sociedade capitalista, ou seja, à construção do socialismo.

Referências

- ABENDROTH, Wolfgang. *A história do movimento trabalhista europeu*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado Absolutista*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- _____. *Passagens da Antiguidade ao Feudalismo*. Porto: Edições Afrontamento, 1989.
- _____. *Consideração sobre o marxismo ocidental*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- _____. *A crise da crise do marxismo*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- _____. *O fim da história: de Hegel a Fukuyama*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- _____. *As origens da pós-modernidade*. São Paulo: Ática, 1997.
- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2001.
- ARCARY, Valério. *Um reformismo quase sem reformas: uma crítica marxista do governo Lula em defesa da revolução brasileira*. São Paulo: Sundermann, 2011.
- AZEVEDO, Fernando Antônio. *As Ligas Comunistas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *De Martí a Fidel: A Revolução Cubana e a América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- _____, MELO, Clovis e ANDRADE, A. T. *O ano vermelho: a Revolução Russa e seus reflexos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- BARAN, Paul A. *A economia política do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- _____ e SWEEZY, Paul. *Capitalismo monopolista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.
- BEAUD, Michel. *História do capitalismo de 1500 aos nossos dias*. 2ª. ed., São Paulo: Brasiliense, 1989.
- BEER, Max. *História do socialismo e das lutas sociais*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- BERNSTEIN, Eduard. *Socialismo Evolucionário*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- BICALHO, Luiz de Carvalho. *O capital: resumo literal, considerações dos livros 1, 2 e 3*. São Paulo: Novos Rumos, 1990.
- BLACKBURN, Robin (org.). *Depois da Queda: o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- BÖHN-BAWERK, E.; HILFERDING, R. e BORTKIEWICZ, L. *Economía burguesa y economía socialista*. Córdoba: Cuadernos de Pasado y Presente, 1974.
- BOITO, Armando Jr. et alli (org.). *Marxismo e ciências humanas*. São Paulo: Xamã, 2003.

- _____ e TOLEDO, Caio Navarro (org.). *Marxismo e ciências humanas*. São Paulo: Xamã, 2003.
- BORCHARDT, Julian. *O capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- BORON, Atilio A. *Filosofia política Marxista*. São Paulo; Cortez; Buenos Aires: CLACSO, 2003.
- _____, AMADEO, Javier e GONZALEZ, Sabrina (org.). *A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- BOTTIGELLI, Émile. *A gênese do socialismo científico*. São Paulo: Mandacaru, 1974.
- BOTTOMORE, Tom (org.). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BRANDÃO, Otávio. *Agrarismo e Industrialismo*. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2006.
- BRUM, Argemiro J. *Desenvolvimento econômico brasileiro*. Ijuí: Unijuí, 1999.
- BUKHARIN, Nicolai. *ABC do Comunismo*. Bauru, SP: Edipro, 2002.
- _____. *Tratado de materialismo histórico*. Centro do Livro Brasileiro, s/d.
- _____. *A Economia Mundial e o Imperialismo*. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- CAFIERO, Carlo. *O capital – uma leitura popular*. São Paulo: Pólis, 1987.
- CAMPOS, José Roberto. *O que é trotskismo*. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- CARONE, Edgar (org.). *Movimento operário no Brasil (1945-1964)*. São Paulo: Difel, 1981.
- _____. (org.). *Movimento operário no Brasil (1964-1984)*. São Paulo: Difel, 1984.
- _____. *O PCB*. São Paulo: Difel, 1982.
- CHEPTULIN, Alexandre. *A dialética materialista: categorias e leis da dialética*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982.
- CHILDE, V. Gordon. *Evolução cultural do homem*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- CLAUDÍN, Fernando. *A crise do movimento comunista*. Rio de Janeiro: Global, 1985.
- COGGIOLA, Osvaldo. *O Capital contra a história: gênese e estrutura da crise contemporânea*. São Paulo: Xamã: Edições Pulsar, 2002.
- _____. (org.). *Marxismo hoje*. São Paulo: Xamã, 1996.
- _____. *Engels: o segundo violino*. São Paulo: Xamã, 1995.
- COSTA, Ricardo; PINHEIRO, Milton; FERREIRA, Muniz. *Breve balanço das polêmicas e dissidências comunistas no Brasil*. Imprensa Popular, Ano IV, nº 36, Março de 2012.
- COUTINHO, Maurício Chalfin. *Marx; notas sobre a teoria do capital*. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.
- DARWIN, Charles. *A origem do homem*. São Paulo: Hemus, 1982.
- DAVIS, Mike. *Planeta Favela*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- DEUTSCHER, Isaac. *A revolução inacabada: Rússia 1917-1967*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- _____. *Stalin: uma biografia política*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2006.
- _____. *Trotski*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1968.

- _____. *A Rússia depois de Stalin*. São Paulo: Agir, 1956.
- _____. *Ironias da História: ensaio sobre o comunismo contemporâneo*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1968.
- _____. *Problemas e perspectivas do socialismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- DIAS, Everardo. *História das lutas sociais no Brasil*. São Paulo: Alfa Ômega, 1977.
- DOBB, Maurice. *A Evolução do capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.
- DUARTE, Rodrigo A. de Paiva. *Marx e a natureza em O Capital*. São Paulo: Loyola, 1986.
- DULLES, John W. *Anarquistas e comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.
- DUMENIL, Gerard; LOWY, Michael e RENAULT, Emmanuel. *Ler Marx*. São Paulo: Unesp, 2011.
- EAGLETON, Terry. *Marx e a liberdade*. São Paulo: Editora Unesp, 1999.
- ENDERLE, Rubens. *O jovem Marx e o “Manifesto filosófico da escola histórica do direito”*. In: Revista Crítica Marxista, nº 20, p. 111-122, São Paulo: Editora Revan, 2005a.
- _____. *Apresentação*. In: MARX, Karl. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2005b.
- ENGELS, Friedrich. *Carta a Joseph Bloch, de 21 de Setembro de 1890*. In: *Estudos Filosóficos*. Editions Sociales, 1951.
- _____. *Dialética da natureza*. Lisboa: Editorial Presença, 1974.
- _____. *A dialética da natureza*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- _____. *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. In: Marx, Karl e Engels, Friedrich. *Textos*. São Paulo: Edições Sociais, Volume I, 1975a.
- _____. *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. São Paulo: Centauro, 2005.
- _____. *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. São Paulo: Sundemann, 2008.
- _____. *Ludwig Feuerbach e o Fim da Filosofia Clássica Alemã*. In: Marx, Karl e Engels, Friedrich. *Textos*. São Paulo: Edições Sociais, Volume I, 1975b.
- _____. *Prefácio à “Situação da Classe Operária na Inglaterra”*. In: Marx, Karl e Engels, Friedrich. *Textos*. São Paulo: Edições Sociais, Volume I, 1975c.
- _____. *Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem*. In: Marx, Karl e Engels, Friedrich. *Textos*. São Paulo: Edições Sociais, Volume I, 1975d.
- _____. *Papel do trabalho na transformação do macaco em homem*. São Paulo: Global, 1986.
- _____. *O problema camponês na França e na Alemanha*. In: Marx, Karl e Engels, Friedrich. *Textos*. São Paulo: Edições Sociais, Volume I, 1975e.
- _____. *Contribuição ao problema da Habitação*. *Textos*. São Paulo: Edições Sociais, Volume II, 1976a.

- _____. *Discurso diante da sepultura de Marx*. Textos. São Paulo: Edições Sociais, Volume II, 1976b.
- _____. *Karl Marx*. Textos. São Paulo: Edições Sociais, Volume II, 1976c.
- _____. *Princípios do comunismo*. São Paulo: Global, 1980.
- _____. *Anti-Dühring*. 3ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- _____. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.
- _____. *Prefácio à primeira edição alemã de Miséria da filosofia*. São Paulo: Centauro, 2003.
- _____. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- _____. Esboço de uma crítica da economia política. In: NETTO, José Paulo (org.). *Engels: Política*. São Paulo: Ática, 1981.
- ENGELS, Friedrich & KAUTSKY, Karl. *O socialismo jurídico*. São Paulo: Ensaio, 1991.
- FETSCHER, Iring. *Karl Marx e os Marxismos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.
- FOSTER, John Bellamy. *A ecologia de Marx: materialismo e natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- FRANÇA, Gilberto Cunha. *O trabalho no espaço da fábrica*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- FREDERICO, Celso. *O Jovem Marx: 1843-1844. As origens da ontologia do ser social*. São Paulo: Cortez, 1995.
- FREITAG, Bárbara e PINHEIRO, Maria Francisca (org.). *Marx morreu: viva Marx!* Campinas, SP: Papyrus, 1993.
- FUKUYAMA, Francis. *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1992.
- GANDY, D. Ross. *Marx e a história: da sociedade primitiva ao futuro comunista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- GODOY, Ivan. *Glasnost e Perestroika: a era Gorbachov*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1988.
- GORBACHEV, Mikhail, OHLWEILER, Otto A., GENRO, Tarso. *URSS de Gorbachev: a burocracia remodelada*. Porto Alegre: Tchê!, 1987.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 1987.
- _____. *O fim da URSS: origens e fracasso da perestroika*. São Paulo: Atual, 1992.
- GOUNET, Thomas. *Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- GRESPLAN, Jorge Luis da Silva. *O negativo do capital: O conceito de crise na crítica de Marx à economia política*. São Paulo: Editora Hucitec, 1999.
- _____. *Karl Marx*. São Paulo: Publifolha, 2008.
- HARNECKER, Marta. *O Capital: conceitos fundamentais*. São Paulo: Global, s/d.
- HEGEL, Georg W. F. *Introdução à História da Filosofia*. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1986).

HILFERDING, Rudolf. *O capital financeiro*. São Paulo: Abril, 1985.

HOBSBAWN. *A Era do Capital: 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

_____. *A Era das Revoluções: 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002a.

_____. *A Era dos Impérios: 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002b.

_____. *Como mudar o mundo: Marx e o marxismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

HOFMANN, Werner. *A História do pensamento do movimento social dos séculos 19 e 20*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1974.

HILFERDING, Rudolf. *O capital financeiro*. São Paulo: Abril, 1985.

HUBERMAN, Leo. *História da Riqueza do Homem*. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1986.

IASI, Mauro Luis. *Ensaio sobre consciência e emancipação*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 1997.

KAREPOVS, Dainis; MARQUES NETO, José Castilho e LÖWY, Michael. Trotsky e o Brasil. In: MORAES, João Quartim de (org.). *História do marxismo no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

KAREPOVS, Dainis e MARQUES NETO, José Castilho e LÖWY, Michael. Os Trotskistas Brasileiros e suas Organizações Políticas (1930-1966). In: MORAES, João Quartim de (org.). *História do marxismo no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

KONDER, Leandro. *O futuro da filosofia da práxis. O pensamento de Marx no século XXI*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. *História das ideias socialistas no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

_____. *A derrota da dialética: a recepção das ideias de Marx no Brasil, até o começo dos anos 30*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

KOPNIN, Pável Vassilievith. *A dialética como lógica e teoria do conhecimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

KORENEV, Leonid. *Encruzilhadas da Perestroika: as alternativas da economia soviética*. São Paulo: Marco Zero, 1990.

KORSCH, Karl. *Marxismo e Filosofia*. Porto: Afrontamento, 1977.

KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

LAPIDUS, I. e OSTROVITIANOV, k. *Princípios de Economia Política*. Rio de Janeiro: Calvino, 1944.

LAPINE, Nicolai. *O jovem Marx*. Lisboa: Caminho, 1983.

LEAKEY, R. *A origem da espécie humana*. Rio de Janeiro: Ciência Atual Rocco, 1995.

LEFEBVRE, Henri. *Lógica Formal/Lógica Dialética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

LÊNIN, V. I. *As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo*. São Paulo: Global, 1979.

- _____. *As três fontes*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- _____. *Como iludir o povo com os slogans de liberdade e igualdade*. São Paulo: Global, 1979.
- _____. *Que fazer?* São Paulo: Hucitec, 1988.
- _____. *Que fazer?* São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- _____. *O Estado e a revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- _____. *O Estado e a revolução*. São Paulo: Hucitec, 1987.
- _____. *A revolução proletária e o renegado Kautsky*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- _____. *O Imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Centauro, 2005.
- _____. Cadernos filosóficos. In *Obras Escolhidas*, t.6, Lisboa: Avante!; Moscou: Progresso, 1989, p. 125-212.
- _____. *Marxismo e revisionismo*. In *Obras Escolhidas*, v.1. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.
- _____. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- _____. *Obras escolhidas*. Lisboa: Avante, 1977, 3 v.
- _____. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega, 1986, 3v.
- _____. *Últimos escritos e diários das secretárias*. São Paulo: Sundermann, 2012.
- LESSA, Sérgio. *Sociabilidade e individuação*. Maceió. EDUFAL, 1995.
- _____. (org.). *Habermas e Lukács: método, trabalho e objetividade*. Maceió: EDUFAL, 1996.
- _____. Lukács: Direito e Política. In PINASSI, Maria Orlanda, LESSA, Sérgio (orgs.). *Lukács e a atualidade do marxismo*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- _____. *Mundo dos Homens: trabalho e ser social*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- _____. *Para compreender a ontologia de Lukács*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007.
- _____. *Para além de Marx? Crítica da teoria do trabalho imaterial*. São Paulo: Xamã, 2005.
- _____. *Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo*. São Paulo: Cortez, 2007.
- _____. e TONET, Ivo. *Introdução à filosofia de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- LINHARES, Hermínio. *Contribuição à história das lutas operárias no Brasil*. São Paulo: Alfa Ômega, 1977.
- LOPES, Carmen Lúcia Evangelho. *Sindicatos no Brasil*. São Paulo: Global, 1986.
- LORA, Guillermo, *Historia de las cuatro internacionales*. La Paz: Massas, 1989.
- _____. *Bolívia: de la Asamblea Popular al Golpe Fascista*. La Paz: El Amauta, 1978.
- LÖWY, Michael. *A teoria da revolução no jovem Marx*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- _____. *Ideologias e Ciência Social: elementos para uma análise marxista*. São Paulo: Cortez, 2003a.
- _____. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. São Paulo: Cortez, 2003b.
- _____. *O marxismo na América Latina*. São Paulo: Perseu Abramo, 2006.
- LINHART, Daniele. *A desmedida do capital*. São Paulo: Boitempo, 2007.

LUKÁCS, György. *Ontologia do Ser Social. Os Princípios Ontológicos Fundamentais de Marx*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979a.

_____. *Ontologia do Ser Social. A Falsa e a Verdadeira Ontologia de Hegel*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979b.

_____. *A Reprodução*. Tradução de Sérgio Lessa, s/d.

_____. *O Trabalho*. Tradução de Ivo Tonet, s/d.

LUXEMBURGO, Rosa. *A acumulação de capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

_____. *Reforma ou revolução?* São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MANDEL, Ernest. *A formação do pensamento econômico de Karl Marx (De 1843 até a redação de O Capital)*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

_____. *Introdução ao Marxismo*. Lisboa: Edições Antídoto, 1978.

_____. *O lugar do marxismo na história*. São Paulo: Xamã, 2001.

_____. *A crise do capital*. São Paulo: Ensaio, 1985.

_____. *Critica del Eurocomunismo*. Barcelona: Fontamara, 1978.

_____. *Além da Perestroika: a era Gorbachov e o despertar do povo soviético*. São Paulo: Busca Vida, 1989.

_____. *Trotsky como alternativa*. São Paulo: Xamã, 1995.

MARCELINO, Paula Regina Pereira. *A lógica da precarização*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

MARTINS, Alexandre Lyra. *Fundamentos de Economia Política Marxista*. João Pessoa: Imprell, 1998.

MARX, Karl. *Diferença entre as filosofias da natureza em Demócrito e Epicuro*. Porto: Editorial Presença, 1972.

_____. *Senhor Vogt*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1976.

_____. *Crítica ao Programa de Gotha*. In: Marx, Karl e Engels, Friedrich. Textos. São Paulo: Edições Sociais, Volume I, 1975.

_____. *Crítica ao programa de Gotha*. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. *O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. *Para a Crítica da Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

_____. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. O manifesto filosófico da escola histórica do direito. In: *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa – Ômega, t. I, 1984.

_____. *A guerra civil na França*. São Paulo: Global editores, 1986a.

_____. *A guerra civil na França*. São Paulo: Boitempo, 2011.

- _____. *As lutas de classes na França: 1848-1850*. São Paulo: Global editora, 1986b.
- _____. *A burguesia e a contrarrevolução*. São Paulo: Ensaio, 1987.
- _____. *Trabalho assalariado e capital*. São Paulo: Global editora, 1987.
- _____. *Trabalho assalariado e capital/Salário, Preço e Lucro*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- _____. *As crises econômicas do capitalismo*. São Paulo: Acadêmica, 1988.
- _____. *Textos Filosóficos*. São Paulo: Edições Mandacaru, 1990.
- _____. *Formações econômicas pré-capitalistas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- _____. *O método da economia política*. Tradução Fausto Castelo, edição bilingue, nº 71, IFCH/UNICAMP, Agosto/97.
- _____. *A Origem do Capital: a acumulação primitiva*. São Paulo: Centauro, 2000.
- _____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Martin Claret, 2001a.
- _____. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Civilização Brasileira, Livro I, 2002a.
- _____. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983-1985, coleção Os economistas, 5v.
- _____. *O capital: livro I, capítulo VI (inédito)*. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.
- _____. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858; esboços da crítica da economia política*. São Paulo/Rio de Janeiro: Boitempo, 2011.
- _____. *Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico*. São Paulo: Difel, 1980-1985, 3v.
- _____. Teses sobre Feuerbach. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 2002b.
- _____. *Miséria da Filosofia: resposta à filosofia da miséria do senhor Proudhon*. São Paulo: Centauro, 2003.
- _____. *Miséria da filosofia*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- _____. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- _____. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2005a.
- _____. Introdução à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel. In: *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2005b.
- _____. Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas. In: *Textos sobre Tática Revolucionária (Marx, Lênin, Trotsky)*. São Paulo: Edições Massas, 2006a.
- _____. *Liberdade de imprensa*. Porto Alegre: L&PM, 2006b.
- _____. *Nova Gazeta Renana*. São Paulo: Educ, 2010.
- _____. *Simon Bolívar*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- _____. *Sobre a questão judaica*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- _____. *Sobre o suicídio*. São Paulo: Boitempo, 2006.

- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Estudos Filosóficos*. Editions Sociales, 1951.
- _____. *Obras Escolhidas*. Rio de Janeiro: Vitória, 1963, 3 v.
- _____. *A revolução espanhola*. Rio de Janeiro: Leitura, 1966.
- _____. Textos. São Paulo: Edições Sociais, Volume I, 1975.
- _____. Textos. São Paulo: Edições Sociais, Volume II, 1976.
- _____. *Sobre o colonialismo*. Lisboa: Estampa, 1978.
- _____. *História*. São Paulo: Ática, 1983.
- _____. *Sobre literatura e arte*. São Paulo: Global editora, 1986.
- _____. *A sagrada família*. São Paulo: Ed. Moraes, 1987.
- _____. *A sagrada família*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- _____. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 2002a.
- _____. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2002b.
- _____. *A ideologia alemã*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- _____. *O manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo, 2002c.
- _____. *A sagrada família*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- _____. *Cultura, arte e literatura – textos escolhidos*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- _____. *Lutas de classes na Alemanha*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- McLELLAN, David. *Karl Marx: vida e pensamento*. Rio de Janeiro: Vozes, 1990.
- MEHRING, Franz. *Karl Marx*. Lisboa: Editorial Presença, 1976.
- _____. *O materialismo histórico*. Lisboa: Antídoto, 1977.
- MELLO, Alex Fiúza. *Marx e a globalização*. São Paulo: Boitempo, 2001.
- MÉSZÁROS, István. *Para além do Capital*. São Paulo: Boitempo/Editora da Unicamp, 2002.
- _____. *O século XXI: socialismo ou barbárie*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- _____. *O poder da ideologia*. São Paulo, Boitempo, 2004.
- _____. *Estrutura social e formas de consciência: a determinação social do método*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- MILLS, C. Wright (org.). *Os marxistas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- MORAES, Evaristo de. A proto-história do marxismo no Brasil. In: MORAES, J. Quartim de e REIS, Daniel Aarão (org.). *História do marxismo no Brasil*. Campinas, SP; Editora da Unicamp, 2007.
- MORAES, J. Quartim de e REIS, Daniel Aarão (org.). *História do marxismo no Brasil*. Campinas, SP; Editora da Unicamp, 2007.
- NAPOLEONI, Cláudio. *Smith, Ricardo, Marx*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1991.
- _____. *Curso de Economia Política*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1997.

- NAVARRO, Vera Lúcia. *Trabalho e trabalhadores do calçado*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- NAVES, Márcio B. *Marxismo e direito: um estudo sobre Pachukanis*. São Paulo: Boitempo, 2000.
- _____. *Marx: ciência e revolução*. São Paulo: Moderna; Campinas, SP: Editora Unicamp, 2000.
- _____. (org.). *Análise marxista e sociedade de transição*. Campinas-SP: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2005.
- NETTO, José Paulo. *Marxismo Impenitente: contribuição à história das ideias marxistas*. São Paulo: Cortez, 2004.
- _____. *Para a crítica da vida cotidiana*. In: NETTO, J. P. e CARVALHO, M. C. Brant de. *Cotidiano: conhecimento e crítica*. 3ª ed., São Paulo: Cortez, 1994, p. 64-93.
- _____. *Crise do socialismo e ofensiva neoliberal*. São Paulo: Cortez, 1995.
- _____. *O leitor de Marx*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2012.
- _____. e BRAZ, Marcelo. *Economia Política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2006.
- NOGUEIRA, Claudia Mazzei. *O trabalho duplicado*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- NÓVOA, Jorge (org.). *Incontornável Marx*. Salvador: EDUFBA, São Paulo: UNESP, 2007.
- OLIVEIRA, Avelino da Rosa. *Marx e a liberdade*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.
- OLIVEIRA, Erson Martins de. *O reformismo do PT e a falência das esquerdas*. São Paulo: Massas, 1990.
- ORGANISTA, José Henrique Carvalho. *O debate sobre a centralidade do trabalho*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- PACHECO, Eliezer. *A formação da esquerda no Brasil*. Ijuí: Unijuí, 2008.
- PINHEIRO, Milton, FERREIRA, Muniz e MORENO, Renato (org.). *Marx: intérprete da contemporaneidade*. Salvador: Quarteto Editora, 2009.
- PINTO, Geraldo Augusto. *A organização do trabalho no século XX*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- PIMENTEL, Edlene. *Uma “nova questão social”*. Maceió: Ufal, 2007.
- PLEKHANOV, Guiorgui. *A concepção materialista da história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- POLITZER, Georges. *Princípios elementares de filosofia*. São Paulo: Centauro, 2007.
- POULANTZAS, Nicos. *L'État, Le Pouvoir, Le Socialisme*. Paris: PUF, 1978.
- PRADO JR., Caio. *A Revolução Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1978.
- PROCACCI, Giuliano et alli. *El socialismo em um solo país*. Córdoba: Cuadernos de Pasado y Presente, nº 36, 1972.
- REIS, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- RIAZANOV, David. *Marx-Engels e a história do movimento operário*. São Paulo: Global, 1984.

- _____. (org.). *Marx: o homem, o pensador, o revolucionário*. São Paulo: Global, 1984.
- RIDENTI, Marcelo. *Os fantasmas da revolução brasileira*. São Paulo: Editora da UNESP, 1993.
- ROSDOLSKY, Roman. *Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 2001.
- ROSSO, Sadi dal. *Mais trabalho! A intensificação do labor na sociedade contemporânea*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- RUBEL, M. *Karl Marx – ensayo de bibliografía intelectual*. Buenos Aires: Paidós, 1970.
- _____. *Crônica de Marx*. São Paulo: Ensaio, 1991.
- RUBIN, I. *A teoria marxista do valor*. São Paulo: Polis, 1987.
- SADER, Emir (org.). *O mundo depois da queda*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- SAGRA, Alicia. *A Internacional: um permanente combate contra o oportunismo e o sectarismo*. São Paulo: Sundemann, 2010.
- SALAMA, Pierre e VALIER, Jaques. *Uma introdução à economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- _____. *Pobreza e globalização na América Latina*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- SECCO, Lincoln. *História do PT*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2011.
- PEREIRA, Francisco. *A Miséria do Direito: ordem jurídica, dominação e pensamento crítico*. Fortaleza: Impreco, 2003.
- _____ e SIQUEIRA, Sandra Maria Marinho. *Antonio Negri e o socialismo do século XXI: análise crítica a partir do referencial marxista*. III Congresso Brasileiro de Educação e Marxismo, Salvador-Ba, novembro de 2007.
- SILVER, Beverly J. *Forças do trabalho: movimento de trabalhadores e globalização desde 1870*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- SINGER, André. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia ds Letras, 2012.
- SMITH, Adam. *Uma investigação sobre a natureza e causas da riqueza das nações*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1986.
- SOUZA, Nilson Araújo de. *Teoria Marxista das Crises*. Rio de Janeiro: Global, 1992.
- SWEEZY, Paul M. *Teoria do desenvolvimento capitalista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.
- TAVARES, Maria Augusta. *Os fios (in) visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho*. São Paulo: Cortez, 2004.
- TAVARES, José Nilo. *Marx, o socialismo e o Brasil*. Rio de Janeiro, 1983.
- TEIXEIRA, Francisco J. Soares. *Pensando com Marx: uma leitura crítico-comentada de O Capital*. São Paulo: Ensaio, 1995.
- _____ e FREDERICO, Celso. *Marx no século XXI*. São Paulo: Cortez, 2008.

- TERRAY, Emmanuel. *O marxismo diante das sociedades "primitivas": dois estudos*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- THALHEIMER, A. *Introdução ao materialismo dialético*. São Paulo: Cultura Brasileira, 1934.
- TIGAR, Michael e LEVY, Madeleine. *O direito e a ascensão do capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- TROTSKY, Leon. *O pensamento vivo de Karl Marx*. São Paulo: Ensaio, 1990.
- _____. *Terrorismo e comunismo*. Rio de Janeiro: Saga, 1969.
- _____. *Revolução e contrarrevolução*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1968.
- _____. *História da Revolução Russa*. São Paulo: Sundermann, 2001.
- _____. *A revolução traída*. São Paulo: Centauro, 2007.
- _____. *A revolução desfigurada*. São Paulo: Centauro, 2007.
- _____. *A revolução permanente*. São Paulo: Centauro, 2007.
- _____. *Em defesa do marxismo*. São Paulo: Sundermann, 2011.
- _____. *Literatura e revolução*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- _____. *A revolução permanente na Rússia*. Lisboa: Antídoto, 1977.
- _____. *Como fizemos a revolução*. São Paulo: Global, 1980.
- _____. *Da Noruega ao México: os crimes de Stalin*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1968.
- _____. O programa de transição. In: LÊNIN/TROTSKY. *A questão do programa*. São Paulo: Kairós, 1979.
- _____. O programa de transição. In: *Documentos de fundação da IV Internacional*. São Paulo: Sundermann, 2008.
- _____. Programa de Transição. In: *O programa de transição para a revolução socialista*. São Paulo: Sundermann, 2008.
- _____. O ABC do materialismo dialético. In: *Política*. São Paulo: Ática, 1981.
- _____. *Stalin*. São Paulo: CHED, 1980.
- _____. *Balanço e perspectivas*. São Paulo; Sundermann, 2011.
- _____. *As lições de Outubro*. São Paulo: Global, 1979.
- _____. *O marxismo e a nossa época*. In: *O Imperialismo e a crise da economia mundial*. São Paulo: Sundermann, 2008.
- _____. *Aonde vai a França*. São Paulo; Desafio, 1991.
- WHEEN, Francis. *O Capital de Marx. Uma biografia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- _____. *Karl Marx*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- WOOD, Ellen Meiksins e FOSTER, John Bellamy (org.). *Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- ZIZEK, Slavoj. *Vivendo no fim dos tempos*. São Paulo: Boitempo, 2012.